UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE LETRAS, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GABRIEL DE FREITAS CASONI

**Transformações econômico-sociais em Cuba em
perspectiva histórica (1990-2014)**

— Versão Corrigida —

São Paulo

2019

GABRIEL DE FREITAS CASONI

**Transformações econômico-sociais em Cuba em perspectiva histórica
(1990-2014)**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

CCASO3 CASONI, GABRIEL DE FREITAS
41t TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM CUBA EM
PERSPECTIVA HISTÓRICA (1990-2014) / GABRIEL DE
FREITAS CASONI ; orientador RUY GOMES BRAGA NETO. -
São Paulo, 2019.
237 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. CUBA. 2. ECONOMIA. 3. REFORMAS. 4. TRANSIÇÃO.
5. HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA . I. BRAGA NETO, RUY GOMES
, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Gabriel de Freitas Casoni

Data da defesa: 17/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ruy Gomes Braga Neto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/12/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: CASONI, Gabriel de Freitas

Título: Transformações econômico-sociais em Cuba em perspectiva histórica
(1990-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História Econômica da Faculdade de Letras, Filosofia
e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À memória de Ernesto “Che” Guevara, herói e mártir da revolução permanente, a de Camilo Cienfuegos e a de todas as mulheres e homens latino-americanos que entregaram suas vidas à luta pela liberdade e pelo socialismo.

AGRADECIMENTOS

A Ruy Braga, por aceitar me orientar na História Econômica, pelos conselhos e, especialmente, pela paciência quando esta pesquisa enfrentou inúmeras dificuldades.

A Rodrigo Ricupero, pela ajuda e incentivo no início deste trabalho.

A Valério Arcary, pela leitura, opiniões indispensáveis e, sobretudo, por ter me convencido a não desistir.

A Sílvia Miskulin, pelo apoio generoso, importantes orientações e por ter me encorajado a dar espaço à minha própria opinião — o terceiro capítulo é fruto dessa recomendação.

A Plínio Sampaio Jr., pela crítica certeira no exame de qualificação — o primeiro capítulo da dissertação é resultado dessa contribuição.

Ao meu velho amigo e historiador, Saymon de Oliveira, pela leitura atenta e sugestões precisas.

Ao mestre das letras, Paulo César de Carvalho, pela revisão qualificada e incentivo camarada.

A Glória Trogo, Henrique Canary, Paulo Agüena e Waldo Mermelstein pela leitura e opiniões.

Aos meus amados pais, Maria Marta e José Laerte, pelo suporte e incentivo vitais para a realização desta pesquisa.

Às minhas irmãs, Alexandra, Marcela e Laura, e ao meu irmão, Artur, pelo amor e carinho.

A Margareth, Neto, Gabriela e Victor, pelo apoio e estímulo.

Ao meu amor e paixão, Carolina Freitas, pelo companheirismo incondicional, ajuda imensurável e conselhos decisivos — a compreensão e a exposição dialéticas empreendidas neste trabalho são fruto de sua inspiração teórica.

Ao meu professor e fonte de vida, o pequeno Miguel, meu filho.

RESUMO

CASONI, G. **As transformações econômico-sociais em Cuba em perspectiva histórica (1990-2014)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

A pesquisa pretende compreender o processo histórico-econômico aberto em Cuba após a dissolução da União Soviética. Como esse intuito, investiga as reformas implementadas pelo governo cubano e os seus resultados econômico-sociais entre 1990 e 2014, de modo a compreender a magnitude e as implicações das transformações observadas desde o início de tais reformas, articulando, para tanto, a literatura existente sobre o tema. A apresentação da dissertação, para atingir o propósito geral da pesquisa, foi organizada na seguinte sequência: (i) estudo sobre a formação e estruturação da economia cubana ao longo da história, na medida em que essa base histórica condicionou o processo reformista deflagrado na década de noventa; (ii) mapeamento e análise das reformas aplicadas e suas consequências econômicas e sociais (1990-2014); (iii) apresentação de uma síntese interpretativa acerca do sentido das transformações em curso. O método empregado na investigação é o materialismo histórico dialético, o que pressupõe que as contradições históricas se produzem e reproduzem nas relações reais, realizadas como luta e choque. Com base nas evidências e nas análises sistematizadas na pesquisa, conclui-se que, após quase três décadas da instituição do curso reformista, Cuba se encontra — do ponto de vista de sua formação socioeconômica — no entremeio de um processo *peculiar* de restauração do modo de produção e distribuição capitalista, marcado por um *impasse* de razões históricas particulares e gerais.

Palavras-chave: Cuba. Economia. Reformas. Transição. História Contemporânea.

ABSTRACT

CASONI, G. **The economic-social transformations in Cuba in historical perspective (1990-2014)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

The research aims to understand the historical-economic process opened in Cuba after the dissolution of the Soviet Union. To this end, it investigates the reforms implemented by the Cuban government and their economic and social results between 1990 and 2014, in order to understand the magnitude and implications of the changes observed since the beginning of such reforms, dialoguing with the existing literature on this subject. The presentation, to achieve the general purpose of the research, is organized in this following sequence: (i) studying the formation and structure of the Cuban economy throughout history, as far as its historical basis conditioned the process reformist triggered in the nineties; (ii) mapping and analyzing the implemented reforms and their economic and social consequences (1990-2014); (iii) presenting an interpretative synthesis about the meaning of the ongoing transformations. The method employed in the investigation is dialectical historical materialism, which presupposes that historical contradictions are produced and reproduced by real relations, carried out as struggle and shock. Based on the evidence and systematic analysis, the conclusion reached is that, after almost three decades of reformist course, Cuba is — from the point of view of its socioeconomic formation — in the midst of a peculiar restoration process of the capitalist production and distribution, and is marked by an impasse of particular and general historical reasons.

Keywords: Cuba. Economy. Reforms. Transition. Contemporary History.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PIB (1990 – 2004).....	146
Gráfico 2 - Evolução do PIB per capita (1989 – 2004).....	147
Gráfico 3 - Evolução da formação de capital bruto (1989-2001).....	148
Gráfico 4 - Trajetória do consumo (1989–2000).....	149
Gráfico 5 - Evolução do Comércio Exterior (1989-2004).....	152
Gráfico 6 - Evolução das Importações (1989-1993).....	154
Gráfico 7 - Evolução do número de empresas estrangeiras (1990-2004).....	157
Gráfico 8 - Vendas de bens e serviços das Associações Econômicas Internacionais (1995-2004).....	158
Gráfico 9 - Distribuição das associações econômicas internacionais por atividade econômica em 2003.....	159
Gráfico 10 - Evolução da produção de açúcar (1985-2003).....	165
Gráfico 11 - Evolução da produção de níquel (1994-2004).....	166
Gráfico 12 - Evolução do setor industrial que abastece o turismo internacional (1990-2003).....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção industrial por grandes ramos (1989 = 100% ; 1989-2007).....	164
Tabela 2 - Distribuição de renda na América Latina por década.....	177
Tabela 3 - Número de Médicos e Mortalidade Infantil, 1960-2007.....	180
Tabela 4 - Escolaridade da Força de Trabalho cubana (%) por nível educacional..	182
Tabela 5 - Taxa total de matrícula no ensino superior na América Latina.....	183
Tabela 6 - Distribuição (em %) da terra por setor (2007 e 2012).....	199
Tabela 7 - Distribuição da força de trabalho por tipo de emprego (2005 a 2012)...	201
Tabela 8 - Indicadores socioeconômicos (2006 - 2012).....	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 FORMAÇÃO E ESTRUTURA	24
1.1. Período colonial (1513-1898)	24
1.1.1. O antigo sistema colonial	25
1.1.2. Transformação dentro da ordem colonial	28
1.1.3. Os Estados Unidos e a busca pela anexação da ilha	33
1.1.4. A crise do sistema colonial e a independência tutelada	36
1.2. Período neocolonial (1898-1959)	42
1.2.1. Substituição de metrópole e desenvolvimento econômico	43
1.2.2. Dependência extrema e longa estagnação	50
1.2.3. A crise da ordem neocolonial e a Revolução	55
1.3. Período de transição ao socialismo (1959-1990)	64
1.3.1. Reformas redistributivas e expropriações	64
1.3.2. O novo regime de propriedade e a promessa de industrialização	74
1.3.3. O reencontro com a “vocação” agroexportadora	84
1.3.4. O papel econômico de Cuba no Bloco Soviético	89
1.3.5. Mudança de política econômica e crise final da União Soviética	100
1.4. Considerações finais Subdesenvolvimento e revolução	105
CAPÍTULO 2 REFORMAS E RESULTADOS	108
2.1. Contexto histórico	108
2.1.1. O fim da União Soviética e seus desdobramentos	109
2.1.2. Recrudescimento do bloqueio norte-americano	115
2.1.3. Mercado mundial e América Latina	122
2.2. As reformas do Período Especial (1990-1996)	126

2.2.1. Reformas vinculadas ao setor externo	130
2.2.2. A reforma no campo	135
2.2.3. Reformas administrativa e financeira	137
2.2.4. Reformas na estrutura ocupacional	140
2.2.5. Reformas fiscal e monetária	142
2.3. Análise dos resultados econômicos (1990-2008)	145
2.3.1. Indicadores macroeconômicos	145
2.3.2. Comércio exterior	150
2.3.3. Dívida Externa e Investimentos Externos Diretos (IED)	154
2.3.4. Turismo internacional e remessas de divisas	160
2.3.5. Indústria	163
2.3.6. Setor agrícola	167
2.4. Avaliação dos impactos sociais	171
2.4.1. Desigualdades sociais	173
2.4.2. Saúde e educação	179
2.4.3. Emprego e salário	184
2.5. O período Raúl Castro (2008-2014)	188
2.5.1. O novo impulso reformista	190
2.5.2. Resultados econômicos e sociais	197
2.5.3. As relações entre os Estados Unidos e Cuba	204
CAPÍTULO 3 O SENTIDO DAS TRANSFORMAÇÕES	209
3.1. As diferentes fases do período de abertura ao capitalismo	209
3.2. As três principais linhas interpretativas	213
3.3. O impasse no processo de restauração	223
CONCLUSÃO REVOLUÇÃO E RESTAURAÇÃO	233
REFERÊNCIAS	237

INTRODUÇÃO

Na década de cinquenta, quem poderia imaginar que uma revolução em uma pequena ilha no Caribe entraria para a história como um dos grandes acontecimentos do século XX? O destino de Cuba, que tinha 6,5 milhões de habitantes em 1958, a poucas milhas de distância da Flórida, parecia ser o da perpetuação da condição colonial. Aos quase quatro séculos de dominação espanhola, alicerçada no trabalho negro escravizado e na produção latifundiária para exportação, se somaram mais seis décadas de domínio neocolonial dos Estados Unidos, fundado na troca desigual e na submissão política direta.

Se a fundação de um Estado nacional soberano, nesse quadro histórico marcado pela longa e acentuada *dependência*, já era vista com uma conquista improvável, o que se poderia dizer da tentativa de empreender uma transformação socialista? Contrariando os manuais escolásticos, esse foi precisamente o caminho trilhado pelo povo cubano a partir da Revolução de 1959.

A coragem herética encontra uma explicação na peculiaridade do desenvolvimento dos fatores históricos no país: o imenso atraso da emancipação nacional produziu um acúmulo de forças e tensões represadas e adiadas por tanto tempo, que, quando foram finalmente desbloqueadas, assumiram a forma de uma radical e fulminante onda revolucionária.

As forças sociais e políticas emergentes — a classe trabalhadora assalariada, as camadas médias urbanas e os camponeses — tinham diante de si uma tarefa histórica não resolvida: a obtenção da verdadeira independência nacional. Essa conquista democrática se colocava, na primeira metade do século XX, no contexto de dominação do poderoso e moderno imperialismo norte-americano.

Para não retroceder, era necessário avançar. Sob o cerco do governo estadunidense, que não aceitou sequer reformas democrático-capitalistas, Cuba cruzou o Rubicão, rompendo, pela primeira vez na história das Américas, com o sistema capitalista. O relato de Eric Hobsbawm captura o impacto geral provocado pela Revolução Cubana:

A vitória do exército rebelde foi genuinamente sentida pela maioria dos cubanos com um momento de libertação e infinita

promessa, encarnada no seu jovem comandante. Provavelmente nenhum líder no Breve Século XX, uma era cheia de figuras carismáticas em sacadas e diante de microfones, idolatradas pelas massas, teve menos ouvintes céticos ou hostis que esse homem grande, barbudo, impontual, de uniforme de combate amassado, que falava horas seguidas, partilhando seus pensamentos um tanto assistemáticos com as multidões atentas e crédulas (incluindo este escritor). Uma vez na vida, a revolução foi sentida como uma lua de mel coletiva. Aonde iria levar? Tinha que ser para algum lugar melhor (HOBSBAWM, 1995, p. 426).

Porém, o movimento contraditório do desenvolvimento histórico, desigual e combinado, também tinha seu efeito reverso, quer dizer, o passado ainda assombrava o futuro. O ousado plano de industrialização e diversificação econômica, na forma como foi concebido e executado nos primeiros anos da Revolução, não funcionou como pensado por Fidel Castro e Che Guevara. No início dos anos sessenta, o crescimento econômico decaíra, a pressão do embargo norte-americano aumentara, parte das novas indústrias não funcionava, a produção açucareira despencara e, com tudo isso, não havia divisas suficientes para importar produtos essenciais para o país.

Perante o difícil cenário econômico, o governo cubano, estimulado pela União Soviética, tomou a decisão de “retornar” ao passado. A partir de 1963, Cuba voltaria a centrar seus esforços econômicos na produção de açúcar para exportação, a qual passaria a ser destinada, em grande medida, aos países do Bloco Soviético, que, em troca, forneceria à ilha produtos industrializados, petróleo e alimentos.

Desse momento em diante, uma junção peculiar e contraditória definiria a estrutura produtiva do país: uma economia em transição ao socialismo — fundada na propriedade estatal, no monopólio do comércio exterior e na planificação centralizada — estava organizada para produzir fundamentalmente açúcar a fim de abastecer a demanda soviética. Assim, os planos que visavam a industrialização e a diversificação econômica ficaram em segundo plano. O “arcaico” (a monocultura da cana) passaria a condicionar o “moderno” (o novo regime socioeconômico estabelecido pela Revolução).

Colocando em tela quase três décadas da integração de Cuba no Bloco Soviético, a constatação incontornável é de que a economia da ilha não alcançou uma estrutura superior de desenvolvimento econômico. Ao contrário: estava, ao final

dos anos oitenta, tão ou mais dependente das plantações de cana-de-açúcar do que em 1959.

A produção de açúcar para exportação era entendida, na argumentação em defesa da estratégia adotada pelo governo cubano, como uma atividade orientada à *acumulação primitiva* de recursos, que seriam posteriormente aplicados na industrialização e na elevação do padrão de vida do país.

Se é verdade, por um lado, que a venda de açúcar, além do níquel e algumas outras matérias-primas, ajudou a financiar a efetivação dos direitos sociais universais básicos por meio da ampliação qualitativa dos serviços públicos, por outro, não se pode dizer o mesmo em relação à transformação da estrutura produtiva. A *acumulação primitiva* de capital no setor agrícola viabilizou economicamente a formação de uma economia estatal de serviços de qualidade (sistema educacional, de saúde, de pesquisa universitária), mas não a industrialização e a diversificação da produção agrícola em nível suficiente para modificar, de maneira substancial, a configuração produtiva.

Cuba, pouco antes do colapso da União Soviética, dependia enormemente das importações para alimentar seu povo e manter em funcionamento suas fábricas e instalações produtivas. Desse modo, a condição de vulnerabilidade econômica — herança de séculos de exploração colonial e neocolonial —, embora alterada positivamente, não havia sido superada três décadas depois da Revolução de 1959.

No momento em que o Bloco Soviético desapareceu (1989-1991), dissolvendo a cooperação econômica existente com a ilha, a extrema dependência e o isolamento internacional engendraram uma crise econômico-social sem precedentes em sua história contemporânea. Esse fato histórico transcendental — o fim da União Soviética — impeliu a ilha às significativas transformações econômico-sociais ocorridas a partir de 1990. Fidel Castro, em seu discurso ao Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), em 1997, explicou assim a denominação “Período Especial em Tempo de Paz”, proclamado no princípio dos anos noventa:

Já a Revolução, muito antes do colapso do campo socialista e do desaparecimento da URSS, procurava fórmulas, tentava prever; até mesmo o conceito de Período Especial é muito mais antigo e era um conceito para a guerra, que mais tarde foi transferido para uma situação de paz — de paz aparente, certo? — em um chamado período de paz; isto é, sem o uso de armas — e assim surgiu o título de Período Especial em Tempo de Paz, porque nada parecia tanto

àquele período especial em tempos de guerra, e porque nesse conceito não existia, quando foi criado, nem a mais remota idéia de que um dia o campo socialista entraria em colapso e de que um dia a URSS desapareceria, porque quem dissesse isso, corria o risco, com razão, de ser chamado de louco, sem que ninguém suspeitasse que a obra de loucos tornou possível aquilo que ninguém havia acreditado; não se concebia, simplesmente (CASTRO, 1997; tradução nossa¹).

A dissolução da União Soviética suprimiu, em um intervalo reduzido de tempo, o quadro de relações econômicas em que se inseria — e dependia — a economia cubana. De todo intercâmbio de Cuba com o mundo, 86,6% eram feitos com os países da Europa Oriental.

Além do desvanecimento do campo aliado, os Estados Unidos decidiram, no governo Bill Clinton, recrudescer o bloqueio econômico, com o intuito de derrubar o regime político cubano e retomar as propriedades nacionalizadas pela Revolução. Paralelamente, no Leste Europeu, na Rússia, na China e no Vietnã, o sistema capitalista — ainda que sob formas distintas — estava sendo aceleradamente restaurado nos anos noventa.

Nesse cenário especialmente adverso, Cuba se viu forçada, para subsistir materialmente, a executar um giro brusco em termos de política econômica: diversas reformas de abertura capitalista foram aplicadas, a partir de 1990, para levantar uma economia que havia mergulhado em uma grave recessão.

De acordo com Omar Everleny Pérez Villanueva² (2007), a economia cubana contraiu-se 38,2% entre 1990 e 1993 (-2,5% em 1990, -10,7% em 1991, -11 em 1992 e -14% em 1993). O PIB per capita, que era 2.806 pesos em 1989, caiu abruptamente para 1.808 pesos em 1993. Em seu pior momento, em 1993, a produção de açúcar diminuiu em 48%, a de níquel em 36%, 32% a de cítricos, 63%

¹ No original: "Ya la Revolución, desde mucho antes de que se desplomara el campo socialista y desapareciera la URSS, buscaba fórmulas, trataba de prever; incluso, el concepto de período especial es muy anterior y era un concepto para la guerra, que después fue transferido a una situación de paz — de paz aparente, ¿no?, en un llamado período de paz; es decir, sin uso de las armas — y así surgió el título de período especial en época de paz, porque nada se parecía tanto a aquel período especial en época de guerra, y porque en aquel concepto no existía, cuando se creó, ni la más remota idea de que un día se derrumbaría el campo socialista y de que un día desaparecería la URSS, porque el que lo dijera corría el riesgo, con razón, de que lo tomaran por loco, sin que nadie sospechara que obra de locos hizo posible aquello en lo cual no habría creído nadie; no se concebía, sencillamente".

² Omar Everleny Pérez Villanueva é pesquisador do *Centro de Estudios de la Economía Cubana* (CEEC) e professor do Departamento de Economía da Universidade de Havana.

a de pescados e mariscos. A inflação pulou de 0,5% para 26%. O déficit fiscal saltou de 6% a gritantes 34% do PIB.

Diante da mudança radical no contexto histórico e da profunda crise econômica, as reformas instituídas na primeira metade dos anos noventa — incentivo aos investimentos estrangeiros, legalização de modalidades de propriedade privada, concessão de licenças para pequenos negócios privados, legalização do dólar, distribuição de parte das terras agricultáveis, em caráter de usufruto, a cooperativas e camponeses, entre outras — adquiriram um sentido de reformulação estratégica das bases econômico-sociais, abrindo uma etapa histórica caracterizada pelo relevante papel assumido pelas formas econômicas privadas. Essa etapa não se deteve nos anos noventa: atravessou a primeira década do século XXI, perdurando na atualidade (note-se que o governo cubano denomina esse processo de “atualização do modelo socialista cubano”).

O novo período histórico-econômico em Cuba, caracterizado pela adoção de reformas de abertura capitalista, suscita perguntas cruciais, as quais foram fonte de inspiração para esta pesquisa:

- O processo internacional de restauração do sistema capitalista, que abarcou o conjunto dos países que haviam tentado a transição ao socialismo na Europa e na Ásia (Rússia, China, Vietnã, entre outros), incluiu Cuba?
- Se a resposta à pergunta anterior é positiva, quais são as características particulares do processo de transição na ilha? Em que estágio se encontra essa mudança estrutural? Quais são as contradições sociais, a dinâmica política e o sentido histórico?
- As transformações ocorridas até aqui significaram uma mudança substancial na formação socioeconômica do país?

A compreensão do processo histórico-econômico aberto em Cuba com a dissolução da União Soviética é a finalidade desta pesquisa. O objeto específico do estudo, por sua vez, consiste nas reformas implementadas pelo governo cubano e seus resultados econômico-sociais entre 1990 e 2014. A relevância da investigação proposta está assegurada pela magnitude das transformações observadas desde 1990 no país — consideração incontestável em toda literatura sobre o tema.

O propósito geral da pesquisa, para que seja alcançado o conteúdo, se desdobra em três objetivos específicos: (i) o estudo da formação e estruturação da

economia cubana ao longo da história, na medida em que essa base histórica condicionou o processo reformista deflagrado na década de noventa; (ii) o mapeamento e a análise das reformas aplicadas e suas consequências econômicas e sociais (1990-2014); e (iii) a apresentação de uma síntese interpretativa acerca do sentido das transformações em curso, tendo como base as evidências e análises sistematizadas nos dois pontos anteriores, assim como as principais linhas interpretativas existentes na literatura especializada.

O método empregado na pesquisa é o materialismo histórico dialético. Esse, como assinala Henri Lefebvre (2011), pressupõe que a contradição está nas relações reais, que se realizam como luta e choque. Diz o autor:

O marxismo vê na luta de classes a última forma das lutas que ensanguentam a natureza biológica, a variedade última — e que deve ser superada — da contradição objetiva. Não é a contradição que é fecunda — fecundo é o movimento. E o movimento implica simultaneamente a unidade (identidade) e a contradição: a identidade que se restabelece em um nível superior, a contradição sempre renascente na identidade. As contradições estão em luta e em movimento até que elas próprias superem a si mesmas (LEFEBVRE, 2011, p. 25).

A apreensão do objeto em movimento — a formação econômico-social cubana em transformação — implica a leitura das contradições em luta dentro da identidade (unidade) vigente, por exemplo: o choque das contradições no interior da ordem (identidade) neocolonial produzindo o movimento revolucionário cubano — a conquista de uma nova unidade enriquecida, a transição ao socialismo; a luta dilacerante das contradições dentro da formação (identidade) não-capitalista de Cuba engendrando o movimento regressivo de restauração capitalista em curso — que provoca, inevitavelmente, as interrogantes relacionadas ao seu devir. A escolha de um objeto *em movimento*, por outro lado, suscita obstáculos e aberturas para a investigação histórica pretendida: dificuldades em razão do caráter corrente do processo, sempre grávido de possibilidades de desenvolvimento e desfechos imprevistos; potencialidades pela riqueza e variedade de elementos próprios de *um processo vivo*.

Revisão bibliográfica e fontes

Para a realização do primeiro capítulo, que trata da formação e estruturação da economia cubana do ponto de vista histórico, elencou-se relevantes obras, a saber: (i) *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*, de Florestan Fernandes (2012), em que o sociólogo apresenta um denso e fecundo estudo, elaborando um detalhado quadro teórico da experiência revolucionária cubana; (ii) *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2009), em que o autor apresenta, minuciosamente, o percurso histórico da ilha entre o final do século XIX e o início do XXI, colocando ênfase nas relações externas do país; (iii) *Cuba: uma Nova História*, de Richard Gott (2006), em que o historiador britânico coloca em relevo, de modo rigoroso e detalhado, o processo de formação de Cuba; (iv) *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*, de Luiz Bernardo Pericás (2018), em que o autor aborda o cenário econômico nos primeiros anos da Revolução e o debate teórico suscitado por Guevara; (v) *História da Revolução Cubana*, de Aviva Chomsky (2015), em que a historiadora aborda os principais aspectos e fases do processo revolucionário cubano; e (vi) o capítulo XIV do livro *Formação Econômica da América Latina*, de Celso Furtado (1970), no qual o autor analisa o desenvolvimento histórico da economia cubana, dando foco às transformações ocorridas entre 1959 e o final dos anos sessenta.

Quanto aos referenciais teórico-conceituais específicos utilizados no primeiro capítulo, destacam-se: a definição do papel das colônias *na acumulação primitiva* de capital, exposta no Capítulo 24 de *O Capital* (Livro I), de Karl Marx (2013); os conceitos de *dependência* e *economia-exportadora*, contidos no ensaio *Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini (1973); a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* e a consideração teórica a respeito da impossibilidade do socialismo em um só país, a primeira apresentada na introdução da *História da Revolução Russa*, e a segunda exposta no terceiro capítulo da *Revolução Traída*, ambos de Leon Trotsky (2007; 2005); e o conceito de *troca desigual* no contexto neocolonial, apresentado no capítulo 11 de *O Capitalismo Tardio*, de Ernest Mandel (1985).

A elaboração do primeiro capítulo contou, também, com aportes dos seguintes historiadores: Julio Le Riverend (1985), sobre aspectos da estrutura agrária e social no período colonial em Cuba; Eric Hobsbawm (1994), no tocante à caracterização do regime político cubano; Pierre Broué (1979), a respeito do

significado da ocupação militar de Praga pelo exército soviético em 1968; Perry Anderson (2018), sobre a crise final da União Soviética nos anos oitenta; Silvia Czar Miskulin (2009), no tocante poltica repressiva do governo cubano no campo da cultura nos anos sessenta; e Jos Rodrigues Mo Jnior (2007), no que diz respeito s contradies econmico-sociais na segunda metade do sculo XIX. Importa mencionar tambm a contribuio de Michael Lwy (1998; 2014), no que se refere explicao sinttica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Para a realizao do segundo captulo, que tem como objeto as reformas de abertura capitalista e seus resultados econmico-sociais, foi utilizado um nmero maior de autores e documentos, e buscou-se valorizar, em particular, a produo dos pesquisadores cubanos especializados no tema. Os estudos do economista Carmelo Mesa-Lago (2003; 2008; 2014; 2019) e os do historiador Samuel Farber (2011; 2016) — dois importantes intelectuais que nasceram em Cuba, mas que h vrias dcadas moram e lecionam nos Estados Unidos — so pertencentes a linhas tericas distintas (o primeiro filiado matriz liberal e o segundo vertente marxista) e constituram a base analtica e a fonte de dados essenciais para a produo do captulo.

Recorreu-se, expressivamente, a diversos economistas cubanos, a fim de levantar dados e analisar os processos e reformas. A seguir, lista-se esses autores e suas contribuies especficas nesse captulo: Omar Everleny (2004; 2007) — avaliao do desempenho macro e setorial da economia cubana; Jos Luis Rodrguez (2018) — anlise dos resultados econmicos ps-2008; Julio Carranza, Luis Gutirrez e Pedro Monreal (1995) — avaliaes e nmeros da crise econmica dos anos noventa; Jorge Domnguez (2007) — dados sobre a estrutura ocupacional; Juan Triana Cordov (2012) — anlise das reformas ps-2008; Hiram Marquetti Nodarse (2004a; 2004b) — reorganizao da estrutura empresarial e exportaes; e Miguel Alejandro Prez (2004) — nmeros e avaliao do turismo. Vale destacar a contribuio da sociloga cubana, Mayra Espina Prieto (2007), para a anlise do impactos sociais das reformas.

Valeu-se, tambm, nesse captulo, de documentos, leis, discursos e entrevistas oficiais de Fidel Castro (1991; 1997; 2007) e Ral Castro (2008). Publicaes do Ministrio das Relaes Exteriores de Cuba (2018), o novo texto da

Constituição (2019) e a lei cubana sobre investimentos estrangeiros (1995) também foram fontes para a pesquisa.

Além dos pesquisadores da ilha, foram importantes para a análise do processo reformista deflagrado na década de noventa estudos de autoras brasileiras e norte-americanas, quais sejam: Susan Eckstein (2007) e Lorena Barberia (2007) — sobre o papel das remessas financeiras dos cubanos emigrados; Joana Salém Vasconcelos (2017) — acerca da questão agrária em Cuba; Fabiana Rita Dessoti (2017) — sobre os investimentos externos na ilha; e Lenina Pomeranz (2017) — acerca da restauração da propriedade privada na Rússia.

Também contou-se com os aportes dos seguintes autores: Marcelo Soares de Carvalho (2017), acerca da política monetária na ilha; Claes Brundenius (2009), sobre a desigualdade social e dados das áreas sociais em Cuba; Dwight Perkins (2007), acerca da transição capitalista na China e no Vietnã; e Marcelo Yunes (2011), sobre o caráter pró-capitalista das reformas aplicadas. Vale destacar que as análises e dados produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 1997) foram fundamentais para a elaboração do capítulo.

Para o estudo das relações entre os Estados Unidos e Cuba a partir de 1990, baseou-se em livros que são referência da literatura norte-americana especializada: *Back Channel to Cuba*, de William M. Leo Grande e Peter Kornbluh (2015); *Our Woman in Havana*, da diplomata Vicki Huddleston (2018); *Cuba Confidencial e Without Fidel*, ambos de Ann Louise Bardach (2003 e 2014).

No que refere à avaliação do contexto latino-americano nos anos noventa e dois mil, utilizou-se o capítulo sete do livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, de Carlos Eduardo Martins (2011), e o artigo *Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro*, de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2007). Valeu-se, no que tange às considerações históricas desse segundo capítulo, de contribuições de Perry Anderson (2018), Eric Hobsbawm (1995), Aviva Chomsky (2015) e, sobretudo, de Moniz Bandeira (2009).

Para o terceiro e último capítulo, cuja finalidade é a compreensão do sentido das transformações econômico-sociais inauguradas em 1990, quatro autores foram essenciais.

A proposta de periodização das diferentes etapas do processo reformista, formulada por Juan Triana Cordoví (2012) no artigo “Cuba: ¿de la «actualización»

del modelo económico al desarrollo?”, constituiu a base da compreensão das diferentes fases da política econômica cubana desde 1990.

No que se refere às principais vertentes interpretativas acerca das mudanças ocorridas na ilha, elegeu-se três autores representando as principais linhas de compreensão do processo existentes na bibliografia especializada, quais sejam: o economista e ex-ministro cubano José Luis Rodríguez (1989; 1999; 2007; 2014; 2018), tendo como foco sua entrevista intitulada: *Cuba no se está proponiendo un socialismo de mercado*, de novembro de 2014; Carmelo Mesa-Lago (2003; 2008; 2014; 2019), dando especial atenção ao artigo: *Los cambios institucionales de las reformas socioeconómicas cubanas: Papel del Estado y del mercado, avances, obstáculos, comparaciones seguimiento y efectos*, publicado em 2014; e Samuel Farber (2011; 2016), tendo como referência principal o livro: *Cuba since the Revolution — A critical Assessment*, de 2011.

No esforço de síntese interpretativa empreendido no terceiro capítulo e na conclusão, recorreu-se, no campo teórico-conceitual: ao capítulo 17 do livro *Para Além do Capital*, de István Mészáros (2011), tanto para a problematização da “teoria do socialismo em um só país” como para elencar os critérios definidores do modo de produção capitalista; e aos livros *Revolução Traída* e *a Teoria da Revolução Permanente*, de Leon Trotsky (2005; 2011), acerca das implicações do caráter hegemônico do sistema capitalista em nível global e sobre os elementos que caracterizam, segundo o autor, uma formação socioeconômica em transição ao socialismo.

Na parte final do trabalho, valeu-se também, para o estudo das interpretações do processo, dos livros *Socialismo y mercado*, de Fidel Vascós (2007) e *Cuba: socialismo em construção*, de Emir Sader (2001), e do artigo *La crisis terminal del “modelo cubano”*, de Marcelo Yunes (2011). Sobre a consideração a respeito do processo internacional de restauração capitalista, recorreu-se à contribuição de Valério Arcary (2016) no livro *o Martelo da História*.

Periodização e Capítulos

Como a ampla maioria dos dados e das análises da bibliografia especializada utilizados na pesquisa vai até 2014, optou-se por delimitar o período avaliado até esse ano, ainda que haja no texto importantes referências a indicadores e fatos

históricos ocorridos posteriormente — os quais foram citados na medida em que ajudam a iluminar o sentido das mudanças em curso. Importa sublinhar que o processo estudado é *um movimento de contradições* inconcluso da história do tempo presente, de modo que o corte temporal — o ano de 2014 — justifica-se tão-somente pelo maior acúmulo de evidências e estudos sistematizados pela literatura acerca do tema. A seguir, descreve-se o desenho geral da dissertação.

A arquitetura da pesquisa foi concebida em três dimensões articuladas, que se sucedem em um movimento de *progressão dialética* — portanto, de apreensão das rupturas e conservações no processo histórico — para se alcançar uma síntese ao final do trabalho.

A finalidade do Capítulo 1 (primeira dimensão) é entender os aspectos centrais que caracterizam a economia cubana ao longo de seu desenvolvimento histórico. Para tal, traça-se um amplo panorama, que vai do início da colonização espanhola (século XVI) até o colapso da União Soviética, no final da década de oitenta.

Ao colocar em relevo o processo de formação e estruturação econômico-social da ilha, destacando as continuidades e as discontinuidades no decurso das transformações mapeadas, pretende-se conhecer, em seus elementos centrais, o legado histórico que condicionou o desenvolvimento da economia do país nas décadas de noventa e dois mil.

O objetivo do Capítulo 2 (segunda dimensão) é sistematizar e analisar as reformas relacionadas à abertura capitalista em Cuba e seus resultados econômico-sociais entre 1990 e 2014. Para tanto, faz-se necessário abordar as distintas fases desse processo histórico em aberto, considerar o cenário internacional e regional em que ele ocorreu, identificar os principais elementos de ruptura e conservação em relação ao período histórico anterior, e apreender a dinâmica e as tendências inscritas no movimento de transformação econômico-social.

As conclusões extraídas desse capítulo, a partir do conjunto de evidências e análises que são sistematizadas, propiciam uma base para o exercício da compreensão das contradições e dos sentidos das transformações em curso na ilha, tema do Capítulo 3 (terceira dimensão), que será dividido em três seções, a saber: (i) a classificação das diferentes fases do período aberto em 1990; (ii) as três principais linhas interpretativas acerca do sentido dessa etapa histórica; e (iii) a tese

sustentada por esse trabalho segundo a qual existe um *impasse* no processo de restauração capitalista em Cuba.

CAPÍTULO 1 | FORMAÇÃO E ESTRUTURA

À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da “expansão da civilização ocidental”, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início com a “Conquista” — espanhola e portuguesa — e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países (FERNANDES, 1973, p. 11).

O objetivo deste primeiro capítulo é compreender os aspectos centrais relacionados à formação e à estruturação da economia cubana ao longo de seu desenvolvimento histórico. Com esse intuito, o exame empreendido perpassa os três principais períodos histórico-econômicos sucedidos até 1990, a saber: o da colonização espanhola, de 1513 a 1898; o do neocolonialismo norte-americano, de 1898 a 1959; e o da transição ao socialismo, de 1959 a 1990.

1.1. Período colonial (1513-1898)

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

[...] O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo [...] Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e acumulação potencial pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2013, p. 821-823).

Nesta primeira seção, o objetivo é analisar os aspectos centrais da formação e do desenvolvimento da economia cubana durante o vasto período colonial, que vai de 1513 a 1898. Para tanto, será subdividida a análise em quatro temas principais, cujo desenvolvimento acompanha, de modo geral, a evolução diacrônica dos acontecimentos históricos. São eles: (i) o antigo sistema colonial ao longo dos três primeiros séculos de domínio espanhol; (ii) o estabelecimento, nas primeiras décadas do século XIX, da produção açucareira e da mão de obra escrava em larga escala; (iii) a emergência dos Estados Unidos enquanto potência imperialista e seus interesses na anexação de Cuba durante o século XIX; e, por fim, (iv) a crise do

sistema colonial na segunda metade desse século e a independência tutelada, inaugurada pela ocupação norte-americana em 1898.

1.1.1. O antigo sistema colonial

A formação econômico-social de Cuba, ao longo dos séculos, esteve sempre condicionada por suas particularidades geográficas. Cuba é uma ilha e é parte integrante do imenso arquipélago do Caribe. Fica muito próximo de Santo Domingo, do Haiti e da Jamaica. Apenas 210 quilômetros a separam do México, quando temos como referência a Península do Yucatan. E entre *La Habana* e a cidade de Miami, na Flórida, há somente 367 quilômetros de distância.

Esta singularidade geográfica marcou a história de Cuba desde o princípio da colonização espanhola. Descoberta por Cristóvão Colombo em 1492 e conquistada por Diego Velásquez entre 1511 e 1513, a ilha adquiriu relevância estratégica para o império colonial espanhol desde cedo. A localização privilegiada, permitindo aos espanhóis o controle da entrada do Golfo do México a partir do Estreito da Flórida e de significativa parte do Mar do Caribe, conferiu a Cuba, já no primeiro período da colonização, importância como forte militar, porto de escala e ponto privilegiado de comunicação com as Américas Central e do Sul. Como assinala Florestan Fernandes (2012, p. 41), “ao longo do crescimento, do apogeu e da decadência do império colonial, essa importância estratégica manteve-se inalterada ou chegou a aumentar”.

Além de sua peculiaridade geográfica, é indispensável compreender as características da economia cubana nos primeiros três séculos de colonialismo à luz da função específica desempenhada pela América Latina no período de ascensão do *capitalismo mercantil*. Afinal, coube à ilha atribuições particulares no marco do papel geral desempenhado pela região. Sobre este ponto, no ensaio *Dialética da Dependência*, assinala Ruy Mauro Marini (1973):

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e

bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.

As primeiras décadas da conquista não foram muito alvissareiras para a metrópole. Os colonizadores construíram alguns pequenos vilarejos espalhados pela ilha, os quais, por muitos anos, não se estenderam muito além de suas defesas periféricas. A população indígena, estimada no período pré-colombiano entre 100 a 500 mil pessoas, foi brutalmente exterminada, não sem heróica resistência, ao longo das primeiras décadas de domínio espanhol³. Os sobreviventes da população indígena se refugiaram nas montanhas (GOTT, 2006).

A base inicial da colonização se assentou na *contratación* de vassalos e na distribuição de terras pelo sistema de *encomienda*. O primeiro permitiu o fluxo inicial de agentes para o exercício da dominação colonial, os quais foram, posteriormente, substituídos por funcionários próprios da Coroa. Já o segundo estabeleceu que os nomeados como representantes locais do rei, os *vecinos*, ficariam responsáveis pela divisão de terras por meio do arrendamento de parcelas menores, as *encomiendas*, às pessoas que efetivamente organizariam a exploração, conhecidos como *encomenderos*.

Em Cuba, segundo Florestan Fernandes (2012), as instituições da *encomienda* realizaram no antigo sistema colonial a função de recrutar os colonos como força de trabalho escrava disfarçada e de propiciar à dominação colonial os meios demográficos e materiais básicos. Contudo, ante a escassez de mão de obra colonizadora, a metrópole acentuou a escravização indígena e iniciou a compra da escravos negros em meados do século XVI.

A população da ilha, em 1544, era de menos de 7 mil pessoas — sendo 5 mil indígenas, 800 negros e 660 colonizadores espanhóis. Esse cenário só viria a se alterar no século XVII, quando o porto de Havana se tornou, em razão de sua localização geográfica privilegiada, um ponto de parada obrigatório às frotas que cruzariam o Atlântico carregadas de prata extraída do Peru e do México. Foi somente nesse momento que a economia da ilha começou a florescer. Desse ponto em diante, Havana ocuparia posição estratégica nas rotas de navegação comercial

³ Sobre a resistência indígena em Cuba: “À medida que os espanhóis avançavam pela ilha, os indígenas sobreviventes fugiam para as montanhas ou atravessavam para as pequenas ilhas rasas que espalham ao longo da costa. Dessas posições relativamente seguras, recantos turísticos do século XXI, eles lançariam ataques contra os novos povoados espanhóis, abandonando o comportamento amistoso inicial” (GOTT, 2006, p. 30).

do império espanhol nas Américas, condição que acarretou a perene necessidade, ao longo dos séculos, de fortalecimento militar para a defesa ilha, que, por conta de sua especificidade geográfica, ficava exposta às investidas de piratas e potências européias rivais (GOTT, 2006).

Nos dois primeiros séculos da ocupação espanhola, a economia de Cuba se resumia às atividades portuárias concentradas em *La Habana*, à criação de gado (predominantemente em latifúndios) e ao cultivo de alimentos em minifúndios para subsistência e suprimento dos marinheiros estacionados no porto. Os pequenos proprietários por vezes comerciavam charque, e ilegalmente, muitas vezes, negociavam com contrabandistas e piratas nas províncias. A população da ilha pouco se modificou nesse período de maior isolamento, chegando a um total de 30 mil habitantes em meados do século XVII⁴.

Somente a partir da segunda metade do século XVII, com o incremento da colheita e produção comercial de tabaco, estimulado pela centralidade assumida por Cuba nas rotas comerciais espanholas nas Américas, a economia adquiriu maior dinamismo. O café, por seu turno, começou a ser explorado apenas no fim do século XVII, e o açúcar, que mais tarde teria posição econômica central, teve crescimento e escala de produção pequenos até fim do século XVIII⁵.

No tocante à formação da estrutura agrária no primeiro período da colonização, explica Julio Le Riverend⁶ (1985, p. 8-9):

[...] a colônia sofre prontamente — como é sabido — de um fenômeno de saturação da propriedade agrária, devido ao fato dos grandes latifúndios terem se estendido por todo país, ficando somente pequenas zonas em que se podia falar em terras livres não apropriadas pelos “Ayuntamientos”. Já no final do século XVI se

⁴ Sobre a evolução demográfica no período: “Uma desastrosa epidemia em 1624 matou talvez um terço da população da ilha. Somente em 1665 os números aumentaram com a afluência súbita de 10 mil prósperos colonizadores espanhóis vindos da Jamaica” (GOTT, 2006, p. 51).

⁵ Acerca da estrutura agrária até o final do século XVIII: “Cuba permanecia como simples área de exploração pecuária extensiva e de pequenos plantadores de fumo com baixa densidade demográfica. Essa situação se explica pelo fato de que a Espanha era, ela mesma, produtora de açúcar e que o comércio internacional desse produto era quase totalmente controlado pelos holandeses” (FURTADO, 1970, p. 330-331).

⁶ Julio Le Riverend (1912-1998) foi um importante historiador cubano. Ele morreu de causas naturais em Havana aos 85 anos. Le Riverend fundou a Associação de Historiadores Latino-Americanos e a União Nacional dos Historiadores de Cuba, da qual foi o primeiro presidente. Suas principais obras foram *História Económica de Cuba*, *La República: dependencia y Revolución* e *Problemas de la formación agraria en los siglos XVI y XVII*.

observa na zona de Havana e na de Porto Príncipe este fenômeno de carência de terras juridicamente livres, onde pudessem estabelecer-se novos colonos. Possivelmente somente nas regiões montanhosas do Centro e do Oriente da colônia haviam terras livres... entretanto, pode-se afirmar que, em sua linhas gerais, a estrutura estava baseada na formação de grandes fazendas de gado no interior e na existência de minifúndios agrícolas, tanto na faixa de terra que circundava as cidades, como no interior das grandes fazendas.

Segundo a interpretação de Florestan Fernandes (2012), há dois temas-chave no que tange ao funcionamento do antigo regime colonial. Em primeiro lugar, os desdobramentos da posição geoeconômica estratégica de Cuba no seio do império colonial espanhol. Segundo, os elementos de desenvolvimento colonial e a forma como eles incidiram na consolidação e desagregação da dominação colonial no momento histórico de declínio e crise do antigo sistema colonial. Ainda segundo o autor, o que caracteriza a economia cubana nos dois primeiros séculos da colonização é um dinâmico comércio, impulsionado por fluxos metropolitanos; uma economia agrícola diversificada, na qual havia lugar tanto para o produtor branco e livre quanto para o trabalhador negro e mestiço, escravo ou livre. Fernandes (2012) ressalta também outros dois aspectos: primeiro, a importância da escravidão desde o princípio da colonização — sendo ela a base fundamental da exploração colonial⁷. Segundo, a fragilidade e a subalternidade históricas das elites nativas, que desde os primórdios da colonização viam-se obrigadas a contemporizar e comprometer-se com os interesses diretos e indiretos da metrópole, a despeito das recorrentes queixas e do inconformismo com o estancamento econômico, abusos da Coroa e de seus funcionários.

1.1.2. Transformação dentro da ordem colonial

O século XIX é considerado “a época de ouro” da era colonial em Cuba. O processo de modernização produtiva e crescimento econômico foi intenso. Este florescimento resultou da exploração do café, do tabaco e, sobretudo, do açúcar. A

⁷ A respeito da evolução da composição demográfica com a expansão do uso da mão de obra escravizada: “Portanto, no limiar do último quartel do século 18, existia um padrão de composição demográfica que refletia o padrão da composição econômica da sociedade. Os brancos ainda constituíam a maioria, com aproximadamente 56% da população, os escravos representavam mais que o dobro da população negra e mestiça, mas apenas pouco mais que 1/4 da população total” (FERNANDES, 2012, p. 48-49).

produção açucareira assumiu neste período centralidade crescente na economia cubana — posição que manteria por um vasto período histórico — mais precisamente, até o fim da década de 1980. Assim, o século XIX foi, para o país, antes demais nada, o século do açúcar, e também o da escravidão, sem a qual a produção em larga escala desta mercadoria não teria sido viável.

Avaliando o século XIX em Cuba pelo ângulo econômico, Florestan Fernandes (2012) fala em “revolução dentro da ordem colonial”. Quer dizer, o antigo regime colonial não foi abolido nem derrocado, sendo, na verdade, o oposto: a evolução econômica se deu *dentro e através* da dominação direta da Espanha. A transformação econômica fundamentou-se, de um lado, no escravismo e na concentração fundiária — a ampliação das plantações de cana-de-açúcar em grandes latifúndios requeria grande número de negros escravizados para seu funcionamento — e, de outro, na modernização tecnológica (a mecanização permitiu o aumento do tamanho dos engenhos e a elevação produtividade do trabalho, enquanto a instalação de ferrovias acelerou o transporte da produção do campo aos portos) e em uma profunda transformação das relações de classe, na medida em que se formou um enorme contingente de trabalhadores negros escravizados submetidos à exploração de um número reduzido de grandes fazendeiros, passando a ser esta a relação de classe fundamental no século XIX⁸.

A combinação entre escravidão e latifúndio perdurou até o final do século XIX, mas a conexão dinâmica entre o latifúndio e o açúcar, impulsionada pelo emergente capitalismo norte-americano, iria ainda mais longe, sobrevivendo até 1959. De acordo com Florestan (2012), o entrelaçamento entre a produção açucareira e a escravidão, num contexto de forte crescimento e modernização econômicas, atuou para bloquear a eclosão de uma revolução de emancipação nacional relevante, assim como para condicionar e permitir a transformação da dominação colonial direta em *dominação colonial indireta permanente*. A renda da terra e a renda oriunda do comércio e exploração da mão de obra escrava teriam um papel chave na conformação das classes dominantes cubanas.

⁸ A produção de tabaco, por sua vez, continuou baseada em pequenas propriedades e no trabalho livre em moldes artesanais no campo e na cidade. Os camponeses pobres, responsáveis pela produção em pequena escala, eram conhecidos como *monteros*, *sitiemos* ou *guajiros*.

A especialização econômica do país, enquanto grande produtor de açúcar, ocorreu entre o final do século XVIII e o início do XIX. O contexto histórico daquele período explica esta relevante transformação. Destacam-se dois fatores históricos sem os quais não se podem compreender as causas da alocação de capital na produção açucareira em Cuba: (i) o impressionante dinamismo do capitalismo norte-americano, cuja demanda pelo açúcar (entre outras matérias-primas), suscitada pelo acelerado processo de industrialização e urbanização, era crescente⁹; e (ii) o colapso da produção açucareira no Haiti depois da Revolução de 1791, que deslocou um grande volume de capital para a ilha¹⁰.

A eclosão da Revolução negra do Haiti, em 1791, quando mais de 500 mil escravos pegaram em armas contra seus proprietários brancos, teve enormes repercussões políticas e econômicas em Cuba¹¹. O Haiti era, à época, o maior produtor de café e um dos maiores produtores de açúcar do mundo. A completa destruição de sua economia em função do sangrento embate entre revolução e contrarrevolução, durante a guerra de libertação (1791-1804), abriu considerável e atrativo mercado para produção de café e açúcar na ilha (FURTADO, 1970).

O processo de conquista de independência das colônias continentais espanholas também teve apreciável impacto sobre a economia cubana. Diante da desagregação de seu império colonial no início do século XIX, a Espanha concentrou suas atenções e preocupações em Cuba, buscando, a todo custo, preservar a “jóia” do Caribe. Do mesmo modo, contribuiu para dinamizar a exploração econômica da ilha a chegada de milhares de colonizadores espanhóis pobres oriundos do extremos oriental de Hispaniola e de Lousiana, território que

⁹ Marini (1973), ao discorrer sobre a relação entre a industrialização nos países capitalistas avançados e a produção agroexportadora nos países dependentes, assinala: “A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial”.

¹⁰ Ademais, o declínio da produção cafeeira, em meados século XIX, ajudou a transferir capitais e mão de obra para os engenhos, e a ilha se tornou, a parti daí, uma “feitoria do açúcar”.

¹¹ Sobre os repercussões políticas em Cuba da Revolução no Haiti, ver Gott (2006, p.61): “As mortes de escravos normalmente não teriam sido notadas, mas o inesperado massacre de brancos pareceu extremamente chocante na época. Atribuiu-se o sucesso da rebelião à flagrante desproporção das raças em Sainti-Domingue, e essa simples crença criou um temor imediato e disseminado entre os brancos em Cuba e alhures no Caribe de que algo semelhante pudesse acontecer com eles e com a minúscula população branca das demais ilhas”.

Napoleão vendera aos norte-americanos. Com este processo de crescimento econômico, em 1820, já se contavam, além de três mil fazendas de gado e cinco mil de tabaco, mil engenhos de açúcar e duas mil fazendas de café (GOTT 2006).

A expansão acelerada da indústria do açúcar foi baseada na ampliação dos latifúndios (em bases tecnológicas modernizadas) e sustentada pelo uso da mão de obra escravizada em larga escala. Para se ter sentido mais exato das proporções: entre 1511 e 1762, chegaram cerca de 60 mil escravos africanos em Cuba, numa média de 240 por ano; já no final do século XVIII, desembarcavam 3.300 escravos, de modo que, em 1841, no auge da produção açucareira, residiam na ilha 436 mil escravos, que representavam 45% da população total de 1 milhão de habitantes. Vale registrar que havia um número significativo de negros livres, de forma que os negros (escravizados e livres) formavam a maioria da população no país àquela altura¹².

A classe dominante cubana, apoiada pela metrópole espanhola, buscou perpetuar o regime de escravidão na Ilha, pois compreendia este como elemento vital para preservação de suas riquezas. Entre 1790 e 1867, mais de 780 mil africanos escravizados foram levados a Cuba. Com a saída do império britânico do comércio negreiro após 1807, a abolição da escravatura em suas colônias, em 1832, e nas colônias francesas, em 1848, a ilha se converteu no centro do comércio de mão de obra escravizada no Caribe¹³.

Como salienta Florestan Fernandes (2012), o desenvolvimento econômico cubano no século XIX engendrou contradições crescentes no interior da ordem colonial. Os elementos dinâmicos do desenvolvimento — conectados ao ascendente capitalismo estadunidense (cujos pilares eram a industrialização, o trabalho

¹² Ainda sobre as repercussões da Revolução Haitiana e o racismo em Cuba: “O desenvolvimento da indústria do açúcar teria um impacto significativo na política e na cultura da ilha, já que levou a um imenso aumento da população escrava de Cuba. Isto, por sua vez, ajudou a alimentar o crescimento do racismo branco na ilha, reforçado pelos imigrantes de Santo Domingo e Lousiana. O espectro da Revolução Haitiana, e a memória inflada dos seus excessos — que ecoaram não apenas em Cuba, mas igualmente nos Estados Unidos e na América Latina — iria pairar sobre Havana ao longo de todo o século XIX e além, sugestão permanente do que poderia acontecer com a população branca se decisões políticas ou administrativas equivocadas fossem tomadas” (GOTT, 2006, p. 62-63).

¹³ Cuba colonial foi palco de muitas revoltas negras, como a rebelião conhecida como “a conspiração de La Escalera”, em 1843-1844. Sobre ela: “Foi a insurreição mais significativa entre a rebelião de Aponte em 1812 e a eclosão da primeira guerra de independência em 1868, sendo mais lembrada pela ferocidade com que foi reprimida do que pela revolta em si. Escalera, nome com que foi batizada a rebelião, era uma simples escada de madeira onde detentos eram amarrados para serem chicoteados” (GOTT, 2006, p. 82).

assalariado e a moderna propriedade da terra) — passaram, aos poucos, a entrar em contradição com o velho sistema colonial. A crise histórica do escravismo (provocada pela rápida expansão do trabalho assalariado) acentuou esse conflito, desnudando as inconsistências da dominação colonial direta e a inviabilidade de conciliar o desenvolvimento dinâmico de Cuba (produção modernizada para abastecer, especialmente, o mercado norte-americano) com a persistência de elementos da antiga ordem colonial (trabalho escravo, latifúndios para exploração extensiva e obrigações para com a Coroa espanhola).

Contudo, o caráter predominantemente regressivo das classes dominantes nativas se sobressaiu, levando à frustração do impulso de libertação das amarras da dominação colonial. Enquanto em diversos países latino-americanos (como Venezuela, México e Argentina, por exemplo) as elites nativas empreenderam, conjuntamente com a massa popular, rebeliões contra a dominação colonial, em Cuba a maior parte da classe dominante preferiu se curvar ao domínio de Madrid.

Este caráter conservador e reacionário prevalecente nas camadas dominantes cubanas decorreu, em primeiro lugar, da busca pela preservação do regime escravista, fonte de vultosas rendas para comerciantes e proprietários de escravos. Além disso, sem o apoio da Espanha, esta camada dominante local receava a rebelião dos negros e pobres. Sobre este aspecto, discorre Julio Le Riverend (1985, p. 41): “Em nossa Ilha, a classe mais poderosa, a dos produtores açucareiros e cafeicultores, não quis lançar-se numa revolução que poderia afetar seus bons negócios comerciais, e porque temia perder os numerosos escravos de suas fazendas”.

Além disso, as elites nativas foram agraciadas pela metrópole com novas políticas econômicas liberalizantes. A Espanha permitiu, em meados do século XVIII, o comércio da ilha com outros países, aboliu o monopólio do tabaco e permitiu que membros da burguesia local pudessem assumir postos de influência na direção dos assuntos econômicos. Com essas concessões e o afluxo de capitais relacionados à destruição da economia haitiana, a burguesia cubana relutou em seguir o exemplo das guerras de libertação sul-americanas. Mesmo quando, mais tarde, na segunda metade do século XIX, setores das camadas dominantes se inclinaram para a luta de libertação, envolvendo-se nas guerras de independência, predominou entre eles o interesse pela manutenção do *status* colonial sob a forma da troca de metrópole,

isto é, a substituição da dominação espanhola pela anexação direta ou indireta pelos Estados Unidos.

1.1.3. Os Estados Unidos e a busca pela anexação da ilha

As relações econômicas entre Cuba e o “Colosso do Norte” remontam ao primeiro período da colonização. As Treze Colônias inglesas compravam da ilha, já no século XVII, diversos produtos agrícolas, como açúcar, o melaço, café e cacau. A independência delas fez com que a Espanha impusesse uma série de barreiras e controles sobre o comércio exterior de Cuba. Com isso, os nascentes Estados Unidos deixaram de comprar da ilha e passaram a adquirir os mesmos produtos na colônia francesa de Saint-Domingue. Porém, uma nova reviravolta ocorreu pouco depois, com a eclosão da Revolução Haitiana, levando os norte-americanos a restabelecerem privilegiadas relações comerciais com Cuba. A partir daí, os laços entre a ilha e a potência nascente ao norte não cessaram de crescer, constituindo um aspecto decisivo para todo desenvolvimento econômico e político ulterior de Cuba¹⁴.

A expansão das fronteiras norte-americanas foi rápida e avassaladora. Em 1796, vinte anos depois da constituição dos Estados Unidos, Thomas Jefferson duplicou o tamanho do país, incorporando, entre outros territórios, a Flórida, que pertencia aos espanhóis. O ímpeto expansionista norte-americano era incontrolável, e Cuba passou a ser objeto de cobiça dos sucessivos governos estadunidenses. Como relata Alberto Moniz Bandeira (2009), o presidente John Quincy Adams, assim como Thomas Jefferson, pretendia a anexação de Cuba, por considerá-la como “fronteira natural” dos Estados Unidos, parte integrante do continente, e vital para a segurança do país no Golfo do México.

As pretensões de anexação se somaram ao interesse de setores das camadas dominantes cubanas de integrar Cuba ao gigante emergente. A revolta de *La Escalera* (1843-1844) assustou as elites cubanas com o fantasma da rebelião negra, a possibilidade de repetição de um novo Haiti. Aterrorizadas, as camadas dominantes elevaram o tom da exigência de incorporação da ilha aos Estados

¹⁴ Como se verá mais adiante, no final do século XIX, a independência da ilha do domínio colonial espanhol foi sacramentada pela ocupação militar norte-americana.

Unidos. A conexão econômica entre os dois países estava na base dessa reivindicação. Dada a proximidade geográfica e a veloz expansão norte-americana, era natural que o mercado interno desse se apresentasse como escoadouro para os excedentes exportáveis da ilha. Em meados do século XIX, os Estados Unidos se tornaram o maior parceiro comercial de Cuba, superando, por larga vantagem, a Espanha e a Grã-Bretanha. Os norte-americanos compravam, em grandes quantidades, o açúcar (item importante na “cesta básica” da população e matéria-prima indispensável em boa parte das indústrias de alimentos) e, em troca, vendiam à ilha produtos manufaturados. Florestan Fernandes (2012, p. 62, *itálico do autor*) faz a seguinte análise da forma pela qual se deu a influência crescente dos Estados Unidos em Cuba no século XIX:

O levar a colonização até ao fundo constitui um processo de duas faces, que beneficia espanhóis e cubanos, mas que favorece muito mais os Estados Unidos. O *indirect rule* podia ser exercido com total elasticidade e de modo brutal: as condições coloniais vigentes não erguiam outra barreira, a não ser a dos interesses materiais da dominação colonial espanhola e dos estamentos privilegiados cubanos, à atuação e à penetração dos capitais estadunidenses. Configura-se, na verdade, uma nova conquista, assentada no poder democrático do dinheiro.

Crescentemente, a ideia de independência de Cuba, compreendida como o fim do domínio espanhol, passou a ser acompanhada do interesse pela anexação estadunidense. Inspirando-se no isolacionismo de George Washington e desenvolvendo o pensamento de Thomas Jefferson, a Doutrina Monroe, anunciada em 2 de dezembro de 1823 pelo presidente James Monroe, advogava “a América para os americanos” — isto é, para os norte-americanos —, identificando o continente com o próprio país. O monumental desenvolvimento econômico dos Estados Unidos que, por volta de 1850, já ocupavam o quinto lugar do mundo em produção manufatureira, alimentava o feroz apetite pela expansão. O objetivo era a conquista de mais terras, mercados e fontes de matérias-primas. O emergente imperialismo mostrava suas garras e apetite insaciável.

A Espanha, por sua vez, não estava disposta a perder Cuba, nem por meio da guerra nem via a cessão pacífica da ilha. Sucessivos governos norte-americanos fizeram propostas de compra. Em 1848, o presidente James Polk ofereceu 100 milhões de dólares, e, em 1854, Franklin Pierce aumentou a proposta para 130

milhões. A coroa espanhola recusou todas elas. Com a firme intransigência da Espanha, o apoio à anexação americana entre os grandes proprietários cubanos, os *hacendados*, diminuiu por um período. Assim, a maior parte da elite nativa se manteve leal ao reino espanhol. As seguidas investidas dos Estados Unidos fizeram com que a Espanha redobrasse os cuidados para manutenção da rica e estratégica colônia, de modo que a cobiça estadunidense talvez tenha ajudado a manter o domínio de Madrid sobre Cuba por um período muito além do esperado, dado o quadro de desagregação e declínio do império espanhol.

Nesse ponto, é importante sublinhar que a anexação de Cuba havia se convertido em um problema de política interna nos Estados Unidos. A integração da ilha era percebida como fundamental à estabilidade do sistema escravista. Os estados americanos do Sul pretendiam ampliar sua presença e poder dentro da União com a anexação de Cuba, reforçando, desse modo, o sistema escravista. Os abolicionistas do norte, por seu turno, compreendendo as implicações políticas da anexação, se opunham a ela. Àquela altura, segundo Bandeira (2009), a maior parte do povo norte-americano era contrária à anexação de Cuba, em razão do perigo de fortalecimento da escravidão em seu próprio país.

A guerra civil nos Estados Unidos (1861-1865) resultou na derrota dos estados do Sul — e, desse modo, da base econômica fundada no trabalho escravo —, garantindo, por conseguinte, o domínio do poder central sob a hegemonia do Norte, que estava assentada na produção industrial baseada na mão de obra assalariada. Os interesses norte-americanos em se apossar de Cuba, no entanto, não desapareceram de cena. Afinal, prevaleciam, nessa questão, os objetivos econômicos e geopolíticos relacionados ao desenvolvimento imperialista estadunidense na região, ainda que apoiado nas modernas bases econômicas capitalistas, e não mais nas relações sociais de produção pré-capitalistas. Em termos geoeconômicos, a presença da Espanha no Caribe, que mantinha Cuba e Porto Rico como colônias, desagradava os norte-americanos.

Em síntese, a ambição de dominar Cuba, seja pela via da anexação direta, seja por meio do controle indireto, configurou-se como propósito permanente dos Estados Unidos. Apesar de todas as variações de política ocorridas ao longo da

história, esse objetivo, que emergiu no século XIX e atravessou todo século XX, nunca foi abandonado, vigorando até os dias atuais¹⁵.

1.1.4. A crise do sistema colonial e a independência tutelada

O expressivo desenvolvimento de Cuba no século XIX engendrou o inevitável conflito entre as forças econômicas em ascensão e as antigas e rígidas estruturas do sistema colonial. A ilha vendia aos norte-americanos a maior parte do que já era produzido com infraestrutura modernizada. Por sua vez, as elites e as camadas médias cubanas adquiriam, cada vez mais, produtos industrializados dos Estados Unidos. A ilha se inseria, assim, nas modernas relações capitalistas, produzindo para o mercado mundial e ocupando um lugar específico na divisão internacional do trabalho¹⁶.

Contudo, a reprodução dos estáticos mecanismos de dominação colonial e a manutenção do regime de escravidão entravam em contradição crescente com o processo de modernização econômica. Em outros termos, a moderna forma capitalista de propriedade da terra (e de produção agroindustrial) opunha-se à antiga estrutura fundiária de exploração extensiva, assim como o regime escravocrata contrapunha-se ao trabalho assalariado e as imposições e regulações da dominação colonial chocavam-se com o dinamismo e a flexibilidade das relações comerciais do moderno mercado mundial capitalista.

A relação parasitária e anacrônica entre colônia e metrópole se sustentava na força militar e no suporte das camadas proprietárias nativas. Porém, como constata

¹⁵ A relação entre os Estados Unidos e Cuba será abordada ao longo desta dissertação em diversos momentos.

¹⁶ Marini (1973) explica, em outra passagem, a importância da produção agrícola nos países dependentes ao processo de industrialização nos países imperialistas: “Esta digressão era indispensável se desejássemos entender bem porque a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. Já mencionamos que uma das funções que lhe foi atribuída, no marco da divisão internacional do trabalho, foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidade de meios de subsistência”.

Florestan Fernandes (2012), a Guerra dos Dez Anos¹⁷, que eclodiu em 1868, demonstrou de modo incontornável a completa saturação do sistema colonial, que sufocava o processo de desenvolvimento econômico, e indicou que a superação da crise interna passava pelo projeto de emancipação nacional.

A grave crise econômica, que explodiu em 1857, foi um primeiro e mais significativo sintoma do esgotamento da antiga ordem colonial. A severa contração dos mercados europeus derrubou o preço internacional do açúcar, arrastando a economia cubana para uma profunda recessão. Nesse contexto de crise, afloraram distintas correntes políticas no seio da classe dominante cubana. Enquanto uma ala advogava mais autonomia nacional no marco do domínio colonial espanhol, outra ala desejava a anexação aos Estados Unidos. Todavia, em 1885 e 1886, a Coroa espanhola reforçou os mecanismos de controle colonial, suprimindo elementos de autonomia concedidos no período anterior. O recrudescimento do controle espanhol “empurrou” um setor da burguesia cubana para o projeto de independência nacional. Foi nesse cenário que irrompeu uma sangrenta guerra civil (MÁO JÚNIOR, 2007).

O ato inaugural da Guerra dos Dez Anos ocorreu em outubro de 1868, quando Carlos Manuel de Céspedes, proprietário de terras e advogado, tomou a pequena cidade de Yara e proclamou que ela seria a capital provisória de Cuba. O objetivo do movimento era a conquista da independência. Além do apoio de numerosos escravos e negros livres, a rebelião contou com apoio somente de setores intelectuais das camadas médias e de uma pequena minoria de proprietários. O enriquecimento sem precedente alcançado na primeira metade do século XIX e o temor de um governo de maioria negra fizeram com que a ampla maioria da classe dominante se alinhasse à Coroa na guerra civil. Por consequência, a maior parte dos espanhóis que residiam na ilha, bem como os imigrantes recentes e seus filhos, os peninsulares, lutaram firmemente contra a independência de Cuba (GOTT, 2006).

Os setores da elite econômica e intelectual que se empenharam na guerra pela independência proclamavam uma ideologia liberal radical. A ousada iniciativa

¹⁷ A Guerra dos Dez Anos (1868-1878) opôs uma parcela minoritária de proprietários de terra, mobilizando escravos e negros livres, assim como setores médios da sociedade, aos exércitos espanhóis apoiados pela maior parte da classe dominante nativa, cujos filhos integravam os batalhões de matadores, conhecido como os *voluntarios*. O fato de que os negros (livres e escravizados) compunham o grosso das forças rebeldes, ainda que a direção político-militar fosse controlada por ricos proprietários brancos, revelava também o aspecto racial da guerra.

de Manuel de Céspedes representou a primeira tentativa deste grupo de pegar em armas para atingir seus objetivos políticos. No início do confronto, os *independentistas* não esperavam que a guerra fosse demorar tantos anos, tampouco que seria tão violenta (calcula-se que cerca de 100 mil cubanos fugiram para os Estados Unidos em razão dos horrores da guerra). A Espanha não abriu mão de Cuba facilmente, ao contrário, empenhou todos os esforços possíveis para manter seu domínio sobre a ilha. A esse respeito, discorre Florestan Fernandes (2012, p. 39-40):

A Espanha, em particular, lançou-se à defesa do que lhe era possível salvar do velho império na América Latina. Cuba representa um dos baluartes dessa resistência prolongada e pertinaz, que esmagou as rebeliões internas e neutralizou a voracidade externa. Nela, a coroa espanhola dispunha de várias condições favoráveis tanto para a autodefesa militar quando para um relativo êxito político e econômico.

Com o passar do tempo, as divisões e diferenças no campo rebelde se acentuaram. O tema da escravidão era um dos pontos centrais de discórdia. Embora o exército rebelde fosse composto por uma maioria de negros, a palavra de ordem de abolição da escravatura, segundo Richard Gott (2006), não constava no programa do movimento pela independência: prevalecia o peso conservador dos proprietários brancos, eles mesmos donos de escravos. Outra questão que dividia o campo independentista era a relação com os Estados Unidos. Na Convenção de Guáimaro, a maioria se definiu a favor da anexação aos Estados Unidos: assim, os rebeldes estavam fragmentados, tanto a respeito da defesa da abolição da escravatura quanto na questão da soberania nacional.

Após dez anos de guerra, embora não inteiramente derrotados, os insurretos encontravam-se numa situação de fragilidade. Nesse contexto, ocorreram negociações entre os dois polos da disputa em fevereiro de 1878, na Quinta El Zanjón, a leste de Puerto Principe (Camaguey). O representante da administração colonial, Martínez Campo, ofereceu a liberdade para os escravos que tivessem lutado pela independência e prometia reformas políticas, além da anistia. Mesmo sem qualquer menção ao fim da escravidão ou à possibilidade de independência, a maioria dos dirigentes do campo insurreto aceitou o acordo, no que ficou conhecido como o pacto de Zanjón. Um parcela dos rebeldes, entretanto, discordou do acordo,

pois, para eles, não poderia haver paz sem independência e abolição completa da escravidão.

O general negro Antonio Maceo, que possuía enorme popularidade entre os negros e os mais pobres da ilha, recusou-se a aceitar o pacto, por considerá-lo uma rendição desonrosa: em um ato desafiador, que veio a ficar conhecido como o Protesto de Baragua, declarou que manteria a resistência armada pela independência. Pouco tempo depois, no entanto, Maceo foi obrigado a recuar e a se esconder. Em 1886, quase uma década depois, a escravidão foi finalmente abolida em Cuba¹⁸.

Dezessete anos após o fim da Guerra dos Dez Anos, a luta pela independência estourou em um novo levante armado, e, dessa vez, o final seria diferente. Em 1895, o panorama econômico interno e externo havia mudado consideravelmente. Grandes empresários estadunidenses já controlavam o comércio de exportação de Cuba por meio de um *trust*, a *American Sugar Refining Co.*, formada em 1887 por meio da fusão de dezenove pequenas refinarias. Este *trust* passou a monopolizar a compra de açúcar bruto e até 95% do produto refinado era destinado ao mercado norte-americano. Segundo Moniz Bandeira (2009), enquanto a Espanha comprava, em 1892, apenas 328.521 sacas de açúcar, os Estados Unidos importavam quase quatro vezes mais.

Em decorrência do qualitativo aprofundamento dos laços econômicos com os Estados Unidos, dos quais a grande burguesia cubana passara a ser inteiramente dependente (tanto na esfera da exportação de açúcar cubano, quanto no âmbito da importação de manufaturados norte-americanos), a demanda pela anexação, nas camadas nativas dominantes, aumentou consideravelmente no final do século XIX. Porém, os principais comandantes rebeldes, Gómez e Maceo, que deflagraram a luta armada, em 1895, contra a Espanha, eram refratários tanto ao domínio colonial quanto à idéia de anexação pelos Estados Unidos. Maceo chegou a declarar, certa vez, que se Cuba viesse a tornar-se mais uma estrela na “cintilante constelação”

¹⁸ Marini (1973) apresenta o seguinte argumento para explicar a vantagem comparativa da substituição do regime escravocrata pelo trabalho assalariado nos países latino-americanos na segunda metade do século XIX: “Mas, salvo na hipótese de que a oferta de trabalho seja totalmente elástica (o que não se verifica com a mão de obra escrava na América Latina, a partir da segunda metade do século 19), o regime de trabalho escravo constitui um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador.”

norte-americana, este seria o “único caso” em que ele, provavelmente, se colocaria ao lado dos espanhóis (BANDEIRA, 2009).

A posição de Maceo coincidia com a de José Julián Martí Pérez. Nascido em Havana, em 28 de fevereiro de 1853, José Martí devotou sua vida à luta pela independência de Cuba. Morto no seu retorno à ilha, em maio de 1895, quando liderava politicamente o movimento que deflagraria a nova guerra pela independência, Martí, assim como Maceo, era frontalmente contrário ao projeto de anexação de Cuba. Indo ainda mais longe, o herói cubano nutria a perspectiva bolivariana de integração dos povos da América Latina numa grande confederação continental. Bandeira (2009, p. 61) faz seguinte avaliação dos objetivos de José Martí quando da eclosão da nova rebelião armada contra Madrid:

Martí, conforme sua própria confissão, amava tanto o país de Lincoln quanto temia o país de Francis Cutting, um dos líderes da guerra contra o México em 1846. Por isso, no fim de 1894, a possibilidade de que os Estados Unidos intervissem em Cuba, onde o movimento anexionista se intensificara após a promulgação do Wilson-Gorman Act, inquietara-o, tanto quanto a Maceo, uma vez que eles poderiam transformá-la em seu protetorado. E a única forma de frustrar tal intervenção, concluía Martí, seria iniciar a guerra pela emancipação de Cuba, que, como desejava, deveria ser independente da Espanha e dos Estados Unidos.

O exército rebelde, sob o comando de Gómez e Maceo, havia ampliado sua base de apoio popular em relação à Guerra dos Dez Anos. A população negra e pobre seguia sendo a camada social na qual a rebelião tinha maior adesão política e suporte ativo. Os enfrentamentos militares transcorreram com relativo equilíbrio de forças, mas a dinâmica tendia à vitória dos rebeldes. Foi nesse preciso momento que os Estados Unidos se definiram pela intervenção na guerra de independência, optando pela ocupação militar da ilha em 1898, com a qual lograram dois objetivos num único golpe: sacramentaram a derrota da Espanha ao mesmo tempo em que instituíram a sua dominação formal sobre Cuba¹⁹.

Para a Espanha, a última guerra de independência de Cuba terminou em absoluto desastre: a intervenção americana na ilha levou à Guerra Hispano-

¹⁹ Sobre a entrada em cena dos Estados Unidos, sacramentando a derrota espanhola, observa Florestan (2012, p.70) : “A dominação estadunidense sempre opera através da velha ordem colonial, em articulação ou contra os interesses espanhóis e cubano-espanhóis. Quando esse ordem se vê ameaçada de uma desagregação final, os Estados Unidos bloqueiam o processo por meio da intervenção militar, da ocupação e pela negociação político-diplomática”.

Americana²⁰, na qual os exércitos espanhóis foram derrotados e expulsos tanto no Caribe quanto no Pacífico. Era o colapso final do outrora gigantesco império espanhol nas Américas²¹. Para os rebeldes cubanos, ao menos para a ala comprometida com a luta pela verdadeira independência, o que implicava a existência de uma relação autônoma e soberana com os Estados Unidos, o resultado final da guerra tampouco foi positivo²². Com o país destruído e a economia devastada, o sonho da independência cubana deu lugar ao pesadelo da ocupação militar estadunidense, que converteu Cuba em um protetorado. A rigor, os Estados Unidos estabeleceram, entre 1898 e 1902, uma ditadura militar em Cuba: o capitão-geral espanhol foi substituído por um general americano, Leonard Wood.

Para uma correta compreensão sobre o desenlace da última guerra de independência, é preciso recorrer outra vez à contribuição de Florestan Fernandes (2012). Segundo o autor, ao contrário da dinâmica verificada na maioria dos países latino-americanos no século XIX, em que os estamentos dominantes se insurgiram contra a dominação colonial e construíram Estados oligárquicos que conduziram a emancipação nacional, em Cuba, o papel jogado pela cobiça despertada pelo açúcar contribuiu para manter a classe dominante local submetida às amarras da Coroa espanhola por muito tempo e, quando a antiga e retrógrada dominação colonial direta finalmente sucumbiu, a emancipação nacional se viu frustrada pela ocupação norte-americana, apoiada entusiasticamente por parcela significativa das elites cubanas.

²⁰ A Guerra Hispano-Americana, iniciada em 1898, resultou da intervenção norte-americana na Guerra de Independência de Cuba e envolveu confrontos militares entre a Espanha e os Estados Unidos no Pacífico e no Caribe.

²¹ Sobre a magnitude da derrota espanhola: “Ao firmar o Tratado de Paris, em 10 de dezembro de 1898, a Espanha, além de renunciar definitivamente à soberania sobre Cuba, cedeu aos Estados Unidos, na condição de colônias, tanto restante das Índias Ocidentais, inclusive Porto Rico, no Caribe, quanto Guam e o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico, onde o governo McKinley, naquele mesmo ano, adquirira também o Havaí” (BANDEIRA, 2009, p. 63).

²² Sobre a relação entre as forças rebeldes e a intervenção norte-americana descreve Gott (2006, p. 118): “Os cubanos recordam a invasão norte-americana com menos simpatia. Calixto García, o comandante rebelde mais perto de Santiago - operando a partir das encostas inferiores da Sierra Maestra — foi convidado pelos invasores a fornecer tropas para desviar a atenção das forças espanholas durante o avanço norte-americano sobre a cidade. Ele enviou 3 mil dos seus homens, mas nenhum foi chamado para as celebrações subsequentes da vitória. A invasão norte-americana libertou Cuba do controle espanhol em três semanas incompletas, mas os cubanos vinham lutando há mais de três anos. Desolados, eles assistiram da calçada à vitória lhes ser tirada”.

Por conseguinte, o longo período de dominação colonial não resultou na criação de um Estado soberano ou nacional propriamente dito, ainda que oligárquico e dependente. Os objetivos anexionistas dos Estados Unidos, anunciados e perseguidos desde o início do século XIX, cuja base material se assentava no crescente domínio econômico da ilha pelos capitalistas norte-americanos, por meio da compra de açúcar e venda manufaturados, foram concretizados com a ditadura militar imposta à ilha, entre 1898 e 1902, a qual foi depois substituída, por meio da Emenda Platt, em 1902, por um tipo de protetorado, que estabeleceria o controle colonial indireto de Cuba por mais de meio século, até o triunfo da Revolução de 1959²³.

A análise desta seção será finalizada com uma brilhante síntese interpretativa de Florestan Fernandes (2012, p. 61) sobre o desenlace da última guerra de independência de Cuba no século XIX:

Dada a intervenção, a revolução foi bloqueada no plano militar e paralisada no plano político; o que resultou dele foi, em sentido estrito, uma transição neocolonial para uma nebulosa e longínqua emancipação nacional. Se em outros povos da América Latina surgiram nações em potencial, em Cuba o que se configurou foi a subnação em potencial (ou uma formação estatal pré-nacional). Portanto, o “despertar cubano” dera todos os seus frutos. Mas sob uma chocante frustração do sonho patriótico de independência nacional.

1.2. Período neocolonial (1898-1959)

A estrutura agrária específica da América Latina, ao contrário, desde o começo determinou um nível salarial muito mais baixo e um mercado doméstico muito mais limitado. Na fase inicial, essa estrutura pode ter sido adequada para uma industrialização precoce de produtos destinados ao mercado mundial (como a indústria cubana de açúcar, por exemplo) ou de bens de consumo de luxo destinado às classes dirigentes nativas (a fabricação de certos tecidos na América do Sul, por exemplo) numa escala equivalente, digamos, à dos começos da industrialização do Canadá. Mas não poderia depois chegar à plena industrialização, pois a separação entre agricultura e artesanato na *hacienda* ocorria muito lentamente, quando ocorria, quando a massa da população nativa não era jogada

²³ Celso Furtado (1970, p. 329) faz o seguinte balanço do fim do domínio colonial espanhol em Cuba: “O atraso de quase um século no processo de formação do Estado nacional e as circunstâncias particulares que marcaram o surgimento deste sob a tutela de um poderoso vizinho, singularizaram o processo cubano no quadro regional. Essa singularidade, entretanto, vai muito mais longe e tem suas raízes na evolução econômica da ilha no quadro da região antilhana”.

no processo crescente da circulação de mercadorias. O neocolonialismo ou neo-imperialismo não muda essa diferença de desenvolvimento ou produtividade, assim como não elimina, de maneira alguma, a “troca desigual” (MANDEL, 1985, p. 259, *italico do autor*).

Nesta segunda seção, o objetivo é avaliar as características, o desenvolvimento e as contradições da economia cubana durante o período neocolonial, que perdura de 1898 a 1959. Ao longo dessas seis décadas, a dominação econômica norte-americana foi estabelecida, desenvolvida, aprofundada e, por fim, destruída pela Revolução de 1959. Para melhor compreender este período histórico, tendo em vista nossos objetivos analíticos, dividiremos a seção em três pontos, os quais acompanham a evolução diacrônica dos acontecimentos, a saber: (i) a instauração da dominação neocolonial pelos Estados Unidos e o desenvolvimento da economia cubana entre os anos 1898 e 1933; (ii) o aprofundamento da dependência externa e a longa estagnação econômica ocorridos entre os anos de 1933 e 1952; e (iii) a crise da ordem neocolonial, em razão do agravamento das contradições econômicas e políticas, e a formação da situação revolucionária, que leva à derrubada do sistema vigente em Cuba, entre os anos de 1952 e 1959.

1.2.1. Substituição de metrópole e desenvolvimento econômico

Ao final da ocupação militar, que durou quatro anos (1898 a 1902), os Estados Unidos transformaram Cuba num tipo particular de protetorado. Foi com esse intuito que o governo de Theodore Roosevelt, por meio do *Army Appropriation Act* de 1901, limitou severamente a soberania da ilha. Essa emenda, cuja redação final ficou a cargo do senador Orville H. Platt, entraria para a história cubana como a *Emienda Platt*²⁴. As disposições estabelecidas pela emenda foram ratificadas pelo

²⁴ Sobre a aprovação da Emenda Platt, ver Gott (2006, p. 132-133): “A Emenda Platt foi incorporada à legislação norte-americana em 2 de março de 1901, e em 12 de junho, com muita relutância, a Assembléia Constituinte cubana votou a sua integração como anexo na Constituição da República que vinha preparando. A decisão foi tomada numa votação cerrada, de 15 contra 14”.

Tratado Permanente, assinado em maio de 1903 por Tomás Estrada Palma, nominalmente, o primeiro presidente independente da ilha²⁵.

Eram explícitos, em todos os sete parágrafos da Emenda Platt, os objetivos de subjugação (neo)colonial. O primeiro impedia que Cuba assinasse qualquer tratado com potências estrangeiras, ou permitisse bases militares de outros países, sem a concordância estadunidense. O segundo estabelecia a supervisão das finanças públicas do país pelos Estados Unidos. O terceiro garantia o direito dos norte-americanos de intervir na ilha sempre que considerassem necessário. O quarto parágrafo, por sua vez, proibia qualquer questionamento retroativo sobre atos praticados pelos norte-americanos durante a ocupação militar. O quinto obrigava Cuba a dar continuidade às políticas de controle de doenças iniciadas pelo governo de ocupação. O sexto deixava pendente o futuro legal da Ilha dos Pinheiros. E, por fim, o sétimo concedia aos americanos o direito de estabelecer bases militares permanentes em Cuba — a base de Guantánamo foi cedida quando da assinatura do Tratado e segue ocupada, ainda hoje, pelos Estados Unidos (GOTT, 2006).

A instituição da Emenda Platt coroou um processo de revolução nacional que havia sido interrompido, capturado e reconfigurado pelo emergente imperialismo norte-americano, em associação com segmentos majoritários das classes dominantes cubanas. Conforme a conceituação de Fernandes (2012), ocorreu uma “revolução dentro da ordem”. A irresistível ascensão econômica, política, territorial e

²⁵. Sobre o primeiro presidente “independente” de Cuba e a República tutelada que nascia, discorre Gott (2006, p. 132): “A ‘pseudo-república’ de Cuba, como a descreveram historiadores fidelistas, foi formalmente proclamada em 20 de maio de 1902. Leonard Wood, o governador militar norte-americano, entregou o país ao presidente Estrada, um cidadão cubano nascido nos Estados Unidos, veterano da política exilada por quase três décadas. Caracterizada por violência incessante, corrupção dramática, revoltas militares, gangsterismo e intervenção militar esporádica dos Estados Unidos, a nova República experimentou também um crescimento econômico e uma prosperidade espetaculares para uma pequena parcela da sociedade. Com duração de quase 60 anos, finalmente ela foi varrida pela Revolução de Castro em 1959”.

militar dos Estados Unidos, ao longo século XIX, havia lançado sobre Cuba seus sofisticados e agressivos mecanismos de dominação²⁶.

A nova ordem neocolonial, por um lado, impediu a existência de uma autêntica soberania nacional em Cuba, ainda que relativa. Por outro, possibilitou aos Estados Unidos uma dominação efetiva sem os custos políticos e econômicos próprios de uma dominação colonial direta. Florestan Fernandes (2012) chama atenção para a extensão e a intensidade com que as estruturas propriamente coloniais foram inteiramente preservadas ou mantidas com pequenas modificações. Por consequência, prevaleceria em Cuba um desenvolvimento capitalista marcado pela condição neocolonial em todos seus aspectos. Em outras palavras, o intenso processo de modernização econômica transcorreria dentro das estruturas da ordem neocolonial. Recorrendo novamente a Florestan (2012, p. 80), é preciso ressaltar que a “a diferença entre o colonial e o neocolonial está no fato de, no último, a dominação ser indireta e descentralizada”.

Um dos aspectos mais característicos do neocolonialismo se manifestou nas repetidas intervenções militares norte-americanas ao longo das três primeiras décadas do século XX. Respaldados pela Emenda Platt, os Estados Unidos intervieram militarmente em Cuba de 1906 a 1909, em 1912, e de 1917 a 1923. Em todas essas ocasiões, os norte-americanos entraram em ação em nome da defesa de um governo local aliado em situação de crise, para sufocar conflitos ou revoltas que pudessem prejudicar ou ameaçar seus interesses. De acordo com Aviva Chomsky (2015), em 1905, 60% dos terrenos rurais de Cuba eram de propriedade de cidadãos ou empresas americanas. Empresários dos Estados Unidos detinham

²⁶ Sobre o significado do processo que levou ao fim o domínio colonial da Espanha sobre Cuba, ver Florestan Fernandes (2012, p. 64). “Ao chegar ao seu ápice, depois de duas convulsões político-militares de grande envergadura — e a revolução de 1895 só não acabou vitoriosa por causa da intervenção estadunidense — a crise do sistema de poder fundado na dominação colonial direta gerou uma situação histórica de instabilidade política crônica. Essa ‘desestabilização permanente’ poderia ser superada pelos espanhóis, pelos cubanos, pelos espanhóis apoiados pelos cubanos, pelos cubanos apoiados pelos estadunidenses etc. Os interesses privados estadunidenses escolheram uma via própria, pela qual a solução passava por eles, amparados no poderio militar, diplomático e político do governo dos Estados Unidos.” E continua (Ibid., p. 64): “assim, a revolução dentro da ordem colonial não se extingue pela negação em seu contrário, a revolução nacional. Ela se redefine e se reconfigura graças ao aparecimento de um poder externo, bastante forte para absorver aquela revolução dentro da ordem colonial em inexorável ‘expansão de fronteiras’ e para impor a dominação indireta na forma de uma tutela institucional, aceita e legitimada constitucionalmente pelos cubanos”.

também 90% do comércio de tabaco da ilha, assim como minas ferro, cobre e níquel, além de ferrovias, e dos sistemas de eletricidade e de telefonia.

Ao contrário do que ocorrera quando da libertação de outras colônias espanholas na América Latina, os colonizadores espanhóis, em sua maioria, permaneceram em Cuba depois de 1898, e receberam reforços com a chegada de quase um milhão de novos imigrantes espanhóis ao longo de trinta anos. A expressiva camada proprietária espanhola residente em Cuba não teve nenhuma dificuldade em acomodar seus lucrativos negócios à dominação neocolonial norte-americana. Em realidade, os laços econômicos e políticos entre os ricos colonizadores espanhóis e os capitalistas norte-americanos foram formados e nutridos durante muitos anos antes. Os nascidos em Cuba dirigiam a política local, mas os espanhóis detinham a posse de parcela expressiva da indústria, comércio e negócios em geral. Gott (2006, p. 147) faz o seguinte resumo da primeira década da República:

A primeira década da República pode ter sido caracterizada por racismo branco, violência, corrupção e intervenção militar americana, mas num outro nível, o país experimentou uma extraordinária recuperação econômica. Ao deslocar-se da esfera espanhola para aquela dos Estados Unidos, novos colonizadores e novos investimentos entraram em quantidade, transformando não só a indústria açucareira e a rede ferroviária associada, mas também as indústrias da mineração e do tabaco e manufatura de têxteis e outros bens de consumo. Considerando o país prostrado que existia em 1898, a recuperação foi uma realização notável.

Com essa citação, passa-se à análise mais focada no desenvolvimento econômico verificado nas três primeiras décadas de domínio neocolonial. Para tanto, o estudo sobre a economia cubana feito por Celso Furtado (1970) no capítulo XIV do livro *Formação Econômica da América Latina*, será de enorme valia. Também segundo esse autor, com o fim do poder espanhol e o estabelecimento da nova ordem neocolonial, ocorreu a consolidação e a ampliação de grupos econômicos norte-americanos. Nesse período, houve uma mudança completa na economia da ilha. A produção de açúcar, entre 1901 e 1920, saltou espetacularmente de 1,5 para 5 milhões de toneladas. Paralelamente, a configuração produtiva foi transformada. As plantações de cana cresceram consideravelmente, assim como o controle de um pequeno grupo de poderosos empresários sobre elas, em sua grande parte estrangeiros (com peso crescente de norte-americanos). Em decorrência da ampliação da estrutura e da concentração latifundiárias, os pequenos produtores

perderam espaço, ficando restritos às pequenas áreas destinadas à produção de fumo ou a terras nas encostas de montanhas. Assim, de acordo com Furtado (1970), a maior parcela da população camponesa foi transformada em trabalhadores rurais (sazonais) das plantações de cana.

O rápido crescimento do açúcar estimulou também ondas migratórias, principalmente vindas das ilhas vizinhas, que forneciam mão de obra barata para os engenhos. A abundância de terras da ilha e o alto grau de integração à economia norte-americana, criaram condições para uma produção açucareira de elevada produtividade, permitindo, dado o nível salarial da região, a constituição de um proletariado rural que ficava mais de metade do ano sem trabalho assalariado. Este fato era expressão tanto da alta rentabilidade da indústria do açúcar, quanto do custo relativamente baixo da mão de obra.

Ainda segundo Furtado (1970), o fluxo migratório de trabalhadores cubanos para os Estados Unidos e a ampliação dos empregos industriais na ilha passaram, nos anos vinte, a dificultar o avanço da produção açucareira. Com esses fatores limitadores, Cuba não alcançava a quota de açúcar fixada pelo governo dos Estados Unidos. O ciclo de expansão da economia, sustentado pelas exportações de açúcar, chegou ao fim na metade da década de 1920. O preço do produto, que havia atingido a cotação máxima de 22 centavos de dólar por libra nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, caiu para 4 centavos no início da década de 20, produzindo severa recessão econômica na ilha. Nas palavras de Furtado (1970, p. 334), “a crise que ocorreu então revelou a fragilidade do sistema econômico que se criara no país, cuja atividade econômica passou a depender de forma crescente de grupos financeiros estadunidenses”. Os bancos que operavam em Cuba haviam sido, quase todos, comprados por bancos estrangeiros, em sua maioria norte-americanos, de modo que inexistia no país um sistema monetário autônomo. Sobre o elevado grau de desigualdade existente nas relações econômicas entre Cuba e os Estados Unidos, discorre Celso Furtado (1970, p. 334):

O Tratado Comercial de Reciprocidade, de 1903, que rebaixava as tarifas estadunidenses para o açúcar cubano, assegurava uma situação privilegiada para os produtos dos Estados Unidos no mercado da ilha. O sistema funcionava como uma aproximação de zona livre de comércio, permitindo a especialização em função das aptidões produtivas de cada país. Na prática, resultava que Cuba tinha aptidão para produzir um só produto e os Estados Unidos centenas ou milhares de produtos.

Perante o cenário de crise econômica, o governo cubano buscou reagir na segunda metade dos anos vinte. Em 1927, houve uma modificação na lei de tarifas, o que abriu caminho para uma primeira e tímida tentativa de diversificar a economia. Quando um incipiente processo de industrialização se iniciava, explodiu a crise econômica mundial de 1929, a qual teve, na ilha, efeitos arrasadores, dado a total ausência de mecanismos de defesa econômica nacional. Sem uma base industrial de porte, sem um mercado consumidor relevante, isto é, sem que tivesse implementado um processo de substituição de importações, Cuba não tinha condições de reagir aos efeitos da crise de 1929. E mais: completamente presa às relações assimétricas com os americanos e não dispondo de um sistema monetário autônomo (devido à dolarização da economia), as consequências da crise na ilha foram mais acentuadas do que as observadas em países latino-americanos dotados de alguma proteção nacional.

Sobre as amarras impostas pela dominação norte-americana nesse período histórico, vale destacar a análise de Luiz Bernardo Pericás (2018, p. 15):

O caráter “dependente” do capitalismo cubano em relação aos interesses dos monopólios norte-americanos durante a primeira metade do século XX constituiu um sério entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas da ilha e impôs obstáculos aos diferentes governos daquele período para a alocação de recursos a projetos que promovessem efetivamente uma ampla diversificação agrícola e industrial do país. Os indicadores econômicos, mesmo apresentando, em algumas instâncias, relativas variações favoráveis, exemplificam o estado crônico de atraso em que Cuba se encontrava e o labirinto complexo das relações bilaterais com o “Colosso do Norte”, o que dificultava uma saída “autônoma” para oxigenar as demandas daquela sociedade por maior liberdade de ação no nível das decisões de Estado.

Como já observamos, as classes dominantes cubanas, que majoritariamente havia aceitado de boa vontade a ocupação norte-americana e o estabelecimento da Emenda Platt, vincularam-se organicamente às estruturas de dominação e exploração neocoloniais. Esta condição explica sua resoluta oposição a qualquer projeto que visasse à subversão da nova ordem estabelecida: a burguesia cubana obtinha lucros elevados com a venda de açúcar aos Estados Unidos. Em contrapartida, com os dólares adquiridos na exportação, importava quase todos os bens de valor agregado dos americanos: alimentos industrializados, insumos, peças e máquinas para produção, manufaturas e bens de consumo de luxo. A produção

açucareira assumiu na ilha tal preponderância que tornou o país refém de um único produto vendido a um só mercado. O nível de dependência extrema do açúcar constituiu-se, desse modo, num poderoso obstáculo à diversificação econômica. Sob a base dessa estrutura econômica dependente e vulnerável — marcadamente subdesenvolvida — se construiu um Estado intrinsecamente frágil. Sobre este ponto, assinala Fernandes (2012, p. 82):

Essa fragilidade intrínseca do Estado cubano era um produto da fragilidade intrínseca ao sistema de poder central, à burguesia compradora e à dominação neocolonial. Para superá-la e vencer a paralisação relativa resultante seria necessário ou que o poder imperial avançasse até a incorporação de Cuba aos Estados Unidos como sua própria entidade nacional ou que as “classes dominantes nativas” avançassem até a revolução nacional. O compromisso entre tutela pragmática e a capitulação negociada entregava Cuba a um impasse histórico.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, os vitoriosos Estados Unidos reafirmaram perante o mundo o seu domínio imperialista sobre as Américas. Tanto foi assim, que o presidente Woodrow Wilson conseguiu, na Conferência de Versalhes (1919), a inclusão, no artigo XXI do Pacto da Liga das Nações, de um trecho que fazia referência explícita à Doutrina Monroe, conferindo a ela um valor normativo a ser respeitado internacionalmente.

Neste contexto histórico, em 1925, o general Gerardo Machado foi eleito presidente de Cuba. Pouco tempo depois, seu governo se converteu numa brutal ditadura apoiada pelos Estados Unidos. Com os efeitos avassaladores da crise de 1929, o regime de Gerardo Machado passou a ser contestado de forma cada vez mais generalizada e ativa pelos trabalhadores, camadas médias e alguns setores da classe dominante. No início dos anos 30, com o número crescente de greves, manifestações e ações contra a ditadura, Machado perdeu o apoio até mesmo das Forças Armadas e do governo estadunidense. Isolado e enfraquecido, foi obrigado a ceder o poder. Sob a mediação e beneplácito dos Estados Unidos, Carlos Manuel Céspedes y Quesada assumiu provisoriamente a Presidência de Cuba em 1933.

A ordem neocolonial passaria a sofrer, nesse período, questionamento político e social crescente. A incontornável condição de subdesenvolvimento e estagnação econômica forneceria novas perspectivas à mensagem revolucionária de José Martí. Assim, o projeto de emancipação nacional encontraria — durante os anos 30, 40 e 50 — representações políticas e bases sociais renovadas, mais amplas e

radicalizadas. A Revolução de 1933 (será explicada adiante), ao colocar em primeiro plano ações de massa da classe trabalhadora e dos trabalhadores rurais, bem como a inclinação política cada vez mais radical dos setores médios, inauguraria um longo período de instabilidade e crises em Cuba, que atingiria, com fluxos e refluxos, seu ponto culminante na Revolução liderada por Fidel Castro em 1959.

1.2.2. Dependência extrema e longa estagnação

A independência de Cuba foi tardia. Mas não só: foi também interrompida e configurada pela substituição de metrópole. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos que conquistaram a independência no século XIX, a ilha não desfrutou de uma soberania nacional relativa, de um estado nacional, ainda que dependente e subordinado. Numa frase: a colônia seguiu viva na República — a colonização direta foi trocada pela indireta. Florestan Fernandes (2012) avalia que a tutela conservadora e reacionária, primeiramente, conteve a desagregação da ordem colonial espanhola e depois, quando o velho sistema finalmente colapsou, a substituiu por uma ordem neocolonial “na qual a ideia e a realidade da nação” tornaram-se inviáveis.

A Revolução democrática de 1933, que derrubou a ditadura de Gerardo Machado, abriu uma nova etapa na história de Cuba. O país viveria, deste momento até a Revolução de 1959, um período de instabilidade crônica marcado por crises, golpes, ditaduras, revoltas e revoluções. O desenvolvimento econômico em bases neocoloniais resultou em longa estagnação e dependência extrema ao longo anos 30, 40 e 50, propiciando as condições materiais para os profundos desequilíbrios político-sociais.

Observou-se no ponto anterior como os terríveis impactos da crise econômica de 1929 alimentaram a insatisfação social e as revoltas políticas do início dos anos trinta. A Revolução de 1933 — caracterizada pela irrupção das massas populares contra o regime ditatorial, mobilizando bandeiras democráticas, sociais e econômicas — foi fruto desse contexto. A queda da ditadura de Machado foi seguida de anos de muita turbulência e reviravoltas políticas. O primeiro governo formado sob a Presidência de Carlos Manuel de Céspedes, neto do líder da guerra da independência de 1868, não chegou a completar um mês. Este frágil governo de

direita, embora apoiado pelos Estados Unidos, não resistiu à pressão da onda revolucionária que varria o país²⁷.

O segundo governo, tendo à cabeça Ramón San Martín, foi marcado pela presença de quadros do movimento estudantil (*Directorio Estudiantil*) e teve em Antonio Guiteras sua mais influente liderança política. Este governo de acentuada inclinação de esquerda tampouco durou muito, apesar do expressivo apoio das camadas sociais mais radicalizadas. Despertando a ira da classe dominante cubana e do governo americano, sobreviveu por apenas quatro meses²⁸. O terceiro governo, presidido por Carlos Mendieta, tomou posse refletindo o início da reação contrarrevolucionária²⁹. Contudo, Mendieta tampouco permaneceu por muito tempo no poder. Após a sua renúncia, em 1935, houve a sucessão de diversas figuras políticas menores na presidência até a eleição de 1940 (GOTT, 2006).

A Revolução de 1933 marcaria a entrada na cena política do sargento-estenoógrafo Fulgêncio Batista. Após três semanas da queda de Gerardo Machado, Batista liderou a rebelião dos escalões inferiores do Exército e da Marinha. Ao assumir as rédeas do comando militar, passou a ocupar um papel central na vida política do país. Oscilando à esquerda e à direita com facilidade, ele foi determinante tanto para a subida como para a queda de todos governos formados nos agitados

²⁷ Sobre o ascenso revolucionário em Cuba no ano de 1933, ver Gott (2006, p. 159): “Com a suspensão da pressão da ditadura, o país além de Havana experimentou uma maré montante de fervor revolucionário, bem além da capacidade de qualquer grupo político de controlá-lo. Uma onda de agitação e inquietação varreu as zonas açucareiras, estendendo-se aos engenhos mais distantes. Jovens e velhos, negros e brancos, habitantes antigos e novos imigrantes — todos foram tomados pela exaltação revolucionária”.

²⁸ Sobre a incisiva influência americana no cenário político cubano dos anos trinta, ver Moniz Bandeira (2009, p. 94): “O diplomata brasileiro Edgard Fraga de Castro, após reportar que ‘a influência dos Estados Unidos provocou, facilitou ou amparou’, sucessivamente, a queda do presidente Gerardo Machado, a escolha do efêmero governo Céspedes e a derrubada do governo Grau San Martín, ‘o único de origem exclusivamente cubana e ao qual o Departamento de Estado, aconselhado por Summer Welles recusou o reconhecimento’, informou ao Itamaraty que o governo Mendieta, ‘impopular, conservador’, só se manteve graças ao apoio do coronel Batista, por ‘inspiração’ do embaixador norte-americano Jefferson Caffery, até o dia em que a ‘mesma inspiração’ o obrigou a entregar o poder a José A. Barnet, escolhido para reger as eleições presidenciais, em janeiro de 1936”.

²⁹ Sobre a ação contrarrevolucionária que levou à formação do governo em 1934, ver Gott (2006, p. 165-166): “A sua manobra contra-revolucionária de janeiro de 1934 foi efetuada com facilidade. Ele simplesmente transferiu a obediência, mediante os préstimos da embaixada dos Estados Unidos, das forças armadas de Grau para Mendieta. Os Estados Unidos reforçaram a posição do presidente Mendieta abolindo a Emenda Platt, principal queixa dos nacionalistas cubanos. O texto foi retirado da Constituição em 29 de maio de 1934, e um novo tratado foi assinado. Os Estados Unidos mantiveram uma salvaguarda, recusando-se a abandonar a sua grande base militar na Baía de Guantánamo”.

anos trinta³⁰. Em 1940, ele próprio se apresentaria como candidato nas eleições. Eleito, governou democraticamente Cuba entre os anos 1940 e 1944. Em 1952, após liderar um golpe, implantaria a brutal ditadura que duraria até a Revolução de 1959.

Note-se agora a política dos Estados Unidos diante do cenário aberto nos anos trinta. Ajustando-se à nova situação política da ilha, o presidente Franklin Delano Roosevelt suprimiu, em 1934, a Emenda Platt³¹. O governo americano eliminava, com isso, o suporte jurídico da tutela exercida sobre Cuba (embora mantivesse a base militar de Guantánamo intacta). Mas a base jurídico-política da dominação neocolonial já não era condição *sine qua non* para manutenção e aprofundamento da dominação econômica. Ao mesmo tempo que derogava a Emenda Platt, Roosevelt tomava medidas para acentuar a integração da economia cubana na dos Estados Unidos. Portanto, a dominação norte-americana passaria a estar assegurada, em primeiro lugar, pela relação de *dependência* econômica, que deve ser entendida, segundo Ruy Mauro Marini (1973):

[...] como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

³⁰ Sobre o caráter politicamente oscilante mas determinante de Fulgêncio Batista nos anos 30, ver Moniz Bandeira (2009, p. 107): “O coronel Fulgêncio Batista, que, habilmente, continuava, sem as responsabilidades do poder, a dirigir os destinos de Cuba, fazendo e desfazendo os governos, a partir do Campo Colúmbia, a vila militar de Havana, tentou imitar-lhe o exemplo. Em 1938, permitiu que o Partido Comunista se legalizasse, e após receber dois de seus principais dirigentes, Blas Roca, secretário-geral, e Joaquim Ordoqui, membro do Bureau Político, declarou à imprensa que a ‘filosofia comunista’ poderia não contar com grandes massas de adeptos, porém era ‘indiscutível’ que representava uma parte da opinião pública e não se podia excluí-la da elaboração da Carta Magna de Cuba”.

³¹ A decisão de anular a *Emenda Platt* também era condizente com a política externa adotada por Roosevelt, a qual visava melhorar a imagem dos Estados Unidos na América Latina. Ver Bandeira (2009, p. 99): “A renúncia dos Estados Unidos à intervenção armada em outros países constituía a essência da Good Neighbor Policy, e Roosevelt, efetivando-a, não só a anuiu à abolição da Platt Amendment como retirou os fuzileiros navais que ainda ocupavam a Nicarágua e o Haiti.”

Em consonância com esta estratégia de dominação, foi promulgada a Lei Costingam-Jones³², de 1934, que estabelecia o aumento da cota de compra de açúcar cubano por preços acima do praticado no mercado mundial. Em contrapartida, pelo acordo assinado entre os dois países, Cuba teve que diminuir as tarifas alfandegárias para uma série de produtos norte-americanos. Sobre esse tema, analisa Furtado (1970, p. 336):

No momento em que o Estado cubano dava um passo decisivo para sua consolidação, com a eliminação da “emenda Platt”, a economia cubana tornava-se mais dependente e menos viável. Fechava-se a porta à industrialização — nesse período chegou-se a desmontar usinas instaladas recentemente para venda do equipamento a outros países da região que haviam intensificado sua industrialização — em benefício de uma consolidação da economia açucareira num quadro que implicava na estagnação desta. As diretrizes implícitas na política que se iniciou em 1934 somente teriam uma base racional se Cuba devesse encaminhar-se para uma integração crescente com a economia dos Estados Unidos, em um quadro similar ao que prevalecia em Porto Rico a partir dos anos quarenta.

Portanto, nos anos trinta, a evolução econômica caminhava no sentido inverso do processo político. Enquanto a Revolução de 1933 exprimia a necessidade da emancipação nacional, da conquista da verdadeira independência em novas bases políticas — como ficou expresso, ainda que de modo limitado, por exemplo, na redação da progressista Constituição de 1940³³ —, os Estados Unidos reforçavam e ampliavam os mecanismos de dominação econômica. O resultado, na esfera econômica, como ressalta Furtado (1970), foi a dependência extrema e a longa estagnação. O setor vinculado à exportação, que condicionava todas as demais atividades econômicas, parou de crescer entre 1920 e 1950. Neste panorama desalentador, criou-se uma enorme massa populacional em situação permanente de subemprego. A economia estacionou, mas a população dobrou neste

³² Sobre o significado da *Lei Costigam-Jones*, assinala Pericás (2018, p. 16): “A Lei Costigan-Jones pôs no papel a reformulação da tradicional dependência, ao outorgar poderes a Washigton para controlar a indústria açucareira não apenas dos Estados Unidos mas também de suas possessões, autorizando o governo norte-americano a fixar cotas de importação de açúcar”.

³³ Sobre o caráter da Constituição de 1940, ver Gott (2006, p. 167-168): “Uma das realizações tardias da Revolução de 1933 foi a redação de uma nova Constituição. Machado havia redigido uma para servir à própria conveniência, mas a Constituição de 1940 foi a primeira produzida por uma Assembleia Constituinte a ser eleita desde a primeira Constituição republicana em 1902, manchada pela inclusão da Emenda Platt [...] A nova Constituição tinha uma importante formulação progressista para a época e tornou-se um ponto de referência significativo nos anos posteriores. Havia um forte conteúdo social-democrata”.

período. Com isso, não restou outra alternativa à parcela da juventude mais bem formada senão a tentativa de emigração. Com baixas taxas de investimento, uma parte dos capitais disponíveis foi alocada na compra de terras destinadas à criação de latifúndios pecuários de baixíssima produtividade.

Outra vez, portanto, as expectativas de industrialização se viram frustradas. Cuba seguiu atada ao papel de produtora de uma só mercadoria destinada a um só mercado. Por outro lado, na esfera da importação, foi reforçada a posição da ilha enquanto consumidora de bens industrializados dos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra Mundial, os reduzidos setores “industrialistas” da burguesia cubana, descontentes com a realidade política do país, marcada pela corrupção e instabilidade, apoiaram o candidato Eduardo Chibás, do Partido Ortodoxo, que prometia uma política de desenvolvimento industrial. Segundo Pericás (2018), com uma burguesia interna ideológica e economicamente submissa e uma classe média burocratizada, a idéia de “desenvolvimento” estava atada à integração com os Estados Unidos. Sem a consolidação do frágil setor “industrialista”, os interesses ligados à agricultura e à mineração seguiram amplamente majoritários.

Vale notar que um houve um reajuste nas relações comerciais entre Cuba e os Estados Unidos em 1948. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio substituiu naquele ano o tratado comercial de 1934. O acordo determinava que o Congresso norte-americano seria responsável por definir a cota de compra de açúcar de Cuba, garantido, desse modo, os privilégio das empresas norte-americanas no mercado interno da ilha. De acordo com Pericás (2018), a adesão ao Acordo e a lei de cotas açucareiras (também estabelecida em 1948) produziram, num intervalo de dez anos — entre 1948 e 1958 —, um déficit de US\$ 603 milhões na balanço comercial do país em relação aos Estados Unidos.

Do ponto de vista político, após o término do governo de Batista em 1944, foi eleito presidente do país Grau San Martín, do Partido Revolucionário Cubano (Autêntico), que venceu evocando a memória da Revolução de 1933. Após um início caracterizado por uma retórica de esquerda, Grau San Martín deu um giro no sentido oposto, alinhando-se aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Perante essa guinada à direita, Eduardo Chibás, liderando uma dissidência interna no partido, funda, em março de 1947, o *Partido Del Pueblo Cubano*, autodenominado Ortodoxo, por considerar-se o único fiel aos ideais de José Martí.

Nas eleições de 1948, Chibás perde para Prío Socarrás, do Partido Autentico. Apoiado pelo governo americano, Prío entraria para história cubana como um dos governos mais violentos e corruptos.

Em 1952, aproveitando o clima de descontentamento político generalizado no país, Fulgêncio Batista retorna ao comando do país por meio de um golpe militar, que suprimiu a Constituição de 1940. A ditadura de Batista, prontamente reconhecida e legitimada pelos Estados Unidos, contou com certa estabilidade e apoio social em seu primeiro momento, mas enfrentaria pouco tempo depois oposição política e insatisfação social crescentes. Uma nova situação revolucionária — cuja base material se assentava na longa estagnação e no crônico subdesenvolvimento econômico — irromperia em Cuba nos anos cinquenta. Mas, nessa oportunidade, ao contrário das outras vezes, a revolução seria levada às últimas consequências.

1.2.3. A crise da ordem neocolonial e a Revolução

A conversão do sistema colonial em neocolonial, operada por meio da substituição de metrópole — a troca da dominação espanhola pela norte-americana —, representou *mais continuidade do que descontinuidade* no processo histórico cubano.

No âmbito econômico, Cuba se manteve presa à estrutura latifundiária para produção de uma única matéria-prima (o açúcar) para um só mercado (Estados Unidos). Tanto a modernização produtiva obtida (melhorias em técnicas de produção, organização do trabalho, tecnologias e maquinários, sistema elétrico, meios de transporte etc.), quanto o patamar de renda média per capita e o processo de urbanização alcançados ocorreram sem ruptura com essa base econômica fundamental³⁴. Ao contrário, esse processo de modernização, ocorrido na primeira metade do século XX, aprofundou o caráter essencialmente dependente da economia cubana. As tentativas de diversificação da produção agrícola e de fomento

³⁴ Sobre os números do relativo desenvolvimento cubano no período, ver Pericás (2018, p. 19): “Em 1952, Cuba tinha a terceira maior renda per capita na América Latina; era o segundo país com maior consumo per capita de carne na região, o segundo em quilômetros de estradas pavimentadas por mil quilômetros quadrados de território, o segundo na proporção de médicos em relação à população e o terceiro no nível de salários pagos a 500 mil trabalhadores na indústria açucareira. Superava todas as repúblicas da América Central juntas em volume de exportações e ainda havia paridade do peso com o dólar”.

à industrialização, tendo em vista a substituição de importações, naufragaram ou produziram resultados muito aquém do necessário. Em realidade, havia um patente impasse histórico que travava o desenvolvimento nacional: a economia cubana nem se integrava completamente à dos Estados Unidos, o que exigiria a efetiva anexação do território insular (num modelo similar ao de Porto Rico, por exemplo), nem desenvolvia um caminho autônomo, livre das amarras neocoloniais.

No plano político, a troca da dominação colonial direta pela indireta tampouco significou um avanço qualitativo em termos de soberania nacional. Depois de quatro anos de ocupação militar norte-americana (1898-1902), Cuba passou 32 anos submetida à Emenda Platt. Durante esse longo período, os Estados Unidos exerceram suas prerrogativas de metrópole inúmeras e repetidas vezes no plano militar, na esfera econômica e também no nível político-governamental. Quando, em 1934, o presidente Roosevelt fez uma concessão, retirando a emenda, o controle econômico dos Estados Unidos, ao invés de se enfraquecer, se tornou ainda mais acentuado. Deste modo, os sucessivos governos cubanos, ao longo das seis primeiras do século XX, estiveram sob a tutela americana. A margem de autonomia nacional, em todas as esferas, era demasiado estreita. À dominação econômica correspondiam determinadas formas de dominação política, numa relação dialética de determinação recíproca: as duas dimensões formavam um conjunto inseparável.

A ordem neocolonial alicerçava-se também no pacto estabelecido entre o imperialismo norte-americano e as classes possuidoras de Cuba. Em troca de ganhos econômicos fabulosos, garantidos, sobretudo, pela exportação de açúcar ao mercado americano, as camadas dominantes locais renunciaram a qualquer projeto de emancipação nacional, se submetendo política e economicamente à dominação norte-americana. Sem dispor de um estado nacional propriamente dito e de uma base econômica autônoma, como ressalta Fernandes (2012), o estrato dominante da burguesia cubana, além de não querer, não tinha os meios e condições para efetivar uma “revolução dentro da ordem”, quer dizer, que significasse uma transformação do padrão de desenvolvimento econômico capitalista dentro da ordem neocolonial. Sobre os limites da burguesia cubana naquele contexto, aborda Florestan (2018, p. 101):

A dominação burguesa estava cindida, em termos estruturais. O imperialismo não era somente um “tema político”. Ele definia a orientação da dominação burguesa e constituía seu centro de

gravidade, não a partir de fora, mas a partir de dentro, de onde bloqueava a iniciativa das classes possuidoras, principalmente no nível de seus estratos dominantes. Por aí, a liquidação do status quo tornava-se impossível e o desenvolvimento capitalista ficava imantado às condições neocoloniais [...].

De um lado, havia a impossibilidade da burguesia cubana de liderar o projeto de transformação econômica e política nacional, o que implicaria necessariamente a ruptura com a ordem neocolonial. De outro lado, existia a inflexibilidade dos Estados Unidos em permitir um desenvolvimento capitalista nacional relativamente autônomo conduzido pelos estratos dominantes da classe dominante local. Em decorrência desses dois fatores combinados, o impulso revolucionário da mudança histórica requerida deslocou-se da burguesia cubana para as classes sociais subalternas.

Por conseguinte, a tarefa da obtenção da independência nacional deslizou, no século XX, das classes dominantes para as classes trabalhadoras e médias, adquirindo neste processo uma dinâmica não somente democrático-radical e anti-imperialista, mas também um sentido anticapitalista. Por essa razão, o processo da revolução nacional cubana marcava uma nítida diferença em relação às revoluções de libertação nacional ocorridas na América Latina no século XIX. Por exemplo, no México, Colômbia, Venezuela, Argentina, entre outros países latino-americanos, a conquista da independência foi dirigida pelas burguesias locais, que lograram a constituição de Estados nacionais, ainda que oligárquicos e dependentes em relação aos centros imperialistas. Sobre a diferença da dinâmica social da revolução nacional em Cuba, discorre Fernandes (2012, p. 91): “ocorre, assim, um desenvolvimento do nacionalismo de baixo para cima, sob uma constante fermentação política radical-nacional, que oscilava nos momentos de mais tensão econômica, social e política”.

Com o estancamento e o impasse do desenvolvimento econômico, as crises políticas se sucederam em ritmo acelerado: esses elementos combinados provocaram a crise da ordem neocolonial. O projeto de libertação nacional que, no passado, havia enfrentado o governo colonial e a dominação espanhola, agora se oporia ao submisso governo local e à dominação estadunidense. A luta contra a ditadura de Batista, nos anos cinquenta, tornou-se fator catalisador da revolução nacional.

Em termos de política econômica, vale notar que Fulgêncio Batista patrocinou algumas iniciativas que merecem nota. O governo, a partir de 1952, por meio do

Banco Nacional, começou a interferir na comercialização do açúcar, retirando estoques dos mercados que não eram vendidos. Ademais, Batista buscou estimular a substituição de importações através de investimentos na indústria manufatureira e no setor agropecuário. De acordo com Furtado (1970), estima-se que 250 milhões de dólares foram alocados em capital fixo na indústria manufatureira entre 1954 e 1958. Deste montante, 68 milhões foram para refinarias de petróleo e 17 milhões para fábricas químicas. Entretanto, apesar desses esforços, o PIB per capita teve crescimento médio anual, entre 1948 e 1958, de apenas 1%³⁵. O autor avalia as consequências desses estímulos econômicos:

Cabe acrescentar que o esforço realizado pelo Poder Público para financiar os investimentos do setor privado, no anos cinquenta, teve como contrapartida um aumento considerável da dívida pública e um declínio não menos considerável das reservas de ouro e divisas. Cuba se aproximava de uma situação crítica que teria levado o governo seja a recuar para reconstituir as suas reservas de câmbio, à custa de agravamento do desemprego, seja a dar passos decisivos adiante, no sentido da liquidação do sistema de favores de acordos e reciprocidade que submetiam a economia da ilha a uma meia integração na economia dos Estados Unidos (FURTADO, 1970, p. 339).

Assim como ocorrera em tentativas anteriores, os esforços de Fulgêncio Batista no sentido de fomentar a industrialização e a diversificação agropecuária foram incapazes de alterar os fundamentos da economia, que continuavam baseados fundamentalmente na produção de açúcar para exportação. Como assinala Pericás (2018, p. 23), no final dos anos cinquenta, “[...] entre 75% e 80% do comércio exterior de Cuba se dava com os EUA, que controlavam mais de 75% das exportações da ilha”. A estrutura agrária tampouco havia se alterado. Segundo o autor, somente 114 latifundiários detinham 20% de todas as áreas cultiváveis da

³⁵ Também sobre o índice de crescimento econômico no período, informa Pericás (2018, p. 21): “Já o índice de crescimento econômico médio anual de Cuba estava em torno de 1,5%, um dos mais baixos do planeta. O informe de 1957 da Comissão Econômica para a América Latina afirmava que, de um total de US\$ 58,5 milhões em investimentos diretos efetuados na república caribenha no ano anterior, US\$ 41,4 milhões haviam sido transferidos novamente overseas; enquanto isso, a dívida externa se elevava a US\$ 788 milhões na mesma época”. Apesar do quadro de estagnação econômica, a renda *per capita* em Cuba era uma das mais altas da América Latina no período, sobre isso discorre o autor: “De acordo com Draper, em 1958 a renda per capita anual da república caribenha era de US\$ 356, maior do que, por exemplo, a do México, de US\$ 263 naquele mesmo período, o que para o estudioso era um sinal favorável para a economia. O país tinha a terceira maior renda per capita da América Latina, superado apenas por Argentina e Venezuela” (Ibid., p. 20).

ilha³⁶. No tocante ao grau de penetração do capital norte-americano, os dados também eram claramente desfavoráveis. Sobre esse aspecto, expõe Pericás (2018, p. 18, *itálico do autor*):

No final da década de 1950, a situação de dependência de Cuba podia ser explicitada em diversos indicadores. Em 1958, por exemplo, 40% da produção açucareira, 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras eram de propriedade norte-americana, enquanto o capital bancário em mãos locais, que atingia o nível dos 60%, era utilizado basicamente para favorecer as corporações monopolistas estrangeiras. Naquele ano, o volume de investimentos dos Estados Unidos na ilha chegou a US\$ 1 bilhão, só inferior, no continente, ao feito na Venezuela e no Brasil. O fato é que, entre 1950 e 1958, houve um aumento de 52% nas inversões de companhias ianques na “*mayor de las Antillas*”. Essas empresas construíam e equipavam as unidades produtivas, e suas matrizes na “metrópole” estabeleciam todas as normas e instruções na filial cubana.

O elevado patamar de desemprego na ilha constituía um aspecto derivado da estrutura econômica fundada na monocultura do açúcar. Cerca de 25% da força de trabalho estava desocupada no início dos anos cinquenta. Como o emprego na produção açucareira era temporário, durava apenas 3, 4 meses, de acordo com a safra, uma parcela significativa dos trabalhadores, em torno de 25%, tinha emprego somente durante uma parte do ano. Assim, entre 1956 e 1957, enquanto o desemprego médio foi de 9% durante a safra, na entressafra, atingiu 20%³⁷. Sobre os números do desemprego, complementa Pericás (2018, p. 20) que “em 1958,

³⁶ Pericás (2018, p. 24) apresenta números detalhados da estrutura agrária: “Aproximadamente 100 mil cubanos encontravam-se em categorias como arrendatários, subarrendatários e precaristas. Havia cerca de 159 mil fazendas na ilha, numa área total de 676 mil caballerías, sendo que 20% destas — ou seja, 32 mil propriedades — representavam, juntas, apenas 6.410 caballerías: menos de 1% do total nacional. Outras 30 mil fazendas — em torno de 19% do total — perfaziam 15.700 caballerías, ou 2,32% da terra. Isso significa que 39% das fazendas ocupavam apenas 3,27% de toda área agrícola do país. No âmbito mais geral, 157 mil fazendas compreendiam 359 mil caballerías, ou 53% da área total. Já aquelas entre 75 e 372 caballerías eram controladas por 780 proprietários, aproximadamente 0,5% do total, que concentravam a posse de 107 mil caballerías, ou 16% da área agrícola”.

³⁷ Sobre a estrutura ocupacional da classe trabalhadora de Cuba no período, descreve Pericás (2018, p. 20): “A classe trabalhadora cubana era relativamente grande no conjunto da população. De acordo com o censo de 1953, havia 327.208 operários nas indústrias, 395.904 funcionários no setor de serviços, 232.323 no comércio e 104.003 nos transportes, totalizando 1.059.438, enquanto na agricultura laboravam 818.906 pessoas, mais que em qualquer outro ramo individualmente, mas menos que a soma dos demais. Na época, a ilha tinha população de aproximadamente 6 milhões de habitantes, enquanto os sindicatos diziam contra em seus quadros em torno de 1 milhão de filiados. No final da década, havia no país um automóvel para cada grupo de 39 pessoas e um aparelho de rádio em cada grupo de 5. Em torno de 57% da população era urbana”.

numa força de trabalho de 2,204 milhões de trabalhadores, 549 mil, em média, encontravam-se desocupados”.

O estancamento econômico e o desemprego crônico exprimiam a necessidade diversificação e a criação de um mercado interno relevante, por meio de um processo de industrialização. Mas as amarras da dominação norte-americana impossibilitavam a realização desse programa. Apenas a subversão da ordem neocolonial, o que implicaria a ruptura com os monopólios norte-americanos na economia local, poderia abrir caminho para o desenvolvimento nacional, alterando em profundidade as estruturas agrárias e industriais. Essas tarefas revolucionárias seriam postas na ordem do dia pela Revolução de 1959.

Será observado agora, sinteticamente, o desenrolar dos fatores políticos e sociais que conduziram ao triunfo da guerrilha de Fidel Castro. A Revolução de 1933 tinha inaugurado um período de crise nacional que se estenderia até o ano de 1959. Florestan Fernandes (2012, p. 98) faz a seguinte avaliação do processo revolucionário em perspectiva histórica ampla:

A situação revolucionária apontada já estava montada, com todos os elementos estruturais e dinâmicos que a tornaram cíclica, durante a derrubada de Machado e nas tentativas subsequentes de reconstrução, que falharam de modo completo. Por aí se tem o percurso histórico do crescimento latente dessa situação, até o seu clímax e desenlace na década de 1950.

O ataque armado ao quartel Moncada³⁸, em 26 de julho de 1953, pode ser considerado como o ato inaugural do processo que derrubaria a ditadura de Batista e, junto com ela, séculos de dominação neocolonial. Significou também a entrada em cena de Fidel Castro, então um jovem advogado de 26 anos, no palco principal da história política de Cuba. Apesar do rotundo fracasso da ação, *Moncada* havia desafiado o regime de Batista e permaneceria como fundamento do Movimento 26 de Julho, organização revolucionária liderada por Fidel. Após quase dois anos preso pelo ataque, Castro foi solto em maio de 1955. Livre da prisão e já contando com significativa ascendência política sobre a ala mais radicalizada dos nacionalistas

³⁸ Sobre o ataque ao quartel Moncada: “O plano era ocupar o quartel e convocar o povo a participar da Revolução. Em termos militares, foi um fracasso completo. O ataque foi rechaçado e 61 dos cerca de 160 revolucionários foram mortos. Muitos dos demais foram capturados no local ou, como Fidel, pouco depois de escapar da ação. O Partido Comunista de Cuba condenou o ataque como um ‘aventureirismo guiado por concepções burguesas errôneas’ e por sofrer de ‘falta de coesão e ideologia teórica’”. (CHOMSKY, 2015, p. 42).

cubanos, estava convencido que o único caminho para a derrubada da ditadura e a libertação de Cuba seria a insurreição armada. Dessa maneira, Fidel dava continuidade à tradição revolucionária de Antonio Maceo e José Martí.

Castro planejou a guerra revolucionária enquanto estava no México, no ano de 1955. Junto a ele, se encontravam seu irmão mais novo, Raúl Castro, além de Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, que teriam papel de destaque no comando político-militar da guerrilha. A estratégia consistia na montagem de um foco guerrilheiro no campo que fosse o centro irradiador e organizador da insurreição popular em todo país, contando para tanto com uma rede de apoio político e organizativo nas cidades, articulada pelo Movimento 26 de Julho. O desembarque do iate Granma, em dezembro de 1956, daria início às ações da guerrilha, a qual teve a maior parte de seus homens mortos na chegada a Cuba. De um total de 82 combatentes, apenas vinte sobreviveram. Apesar de um início tão pouco promissor, a guerrilha de Fidel tomaria o poder na ilha pouco mais de dois anos depois.

Segundo Fernandes (2012), a superação revolucionária do impasse histórico de Cuba — caracterizado pela incapacidade da burguesia de romper com a ordem neocolonial e pela inflexibilidade da dominação imperialista em permitir um desenvolvimento relativamente autônomo do país —, foi possível por três elementos. Em primeiro lugar, o agravamento contínuo da situação revolucionária, em razão, principalmente, das pressões radicais vinda dos trabalhadores e da insatisfação popular generalizada. A esse respeito, conclui o autor: “Portanto, é de baixo para cima, das classes trabalhadoras e da população pobre que parte a principal força desagregadora da ordem, o dissolvente invisível e o fator básico da deterioração do poder da burguesia e de seus governos” (2012, p. 104).

O segundo elemento residiu no papel progressivo exercido pela juventude estudantil, que, em função do seu idealismo nacional e radicalismo político, pôde ocupar posições de destaque no movimento revolucionário. O terceiro elemento foi a guerrilha, que se converteu no instrumento para o desmantelamento da ordem

neocolonial³⁹. Ainda de acordo com Fernandes, a guerrilha “surgiu em um momento avançado da decomposição da sociedade neocolonial, quando já era politicamente claro que a ‘revolução dentro da ordem’ não passava de uma boa intenção e que a realidade vinha ser a sobrevivência permanente do neocolonialismo” (2012, p. 107). E segue dizendo que “ao criar espaço histórico para a manifestação e afirmação das classes trabalhadoras e da população pobre, ela (a guerrilha) levou ao limite extremo a situação revolucionária e colocou as bases políticas de sua superação pelo socialismo” (2012, p. 108).

Existiram setores burgueses que apoiaram a guerrilha: afinal, a ditadura de Batista, conhecida por sua brutalidade, violência e corrupção, era bastante impopular em todas as classes sociais no final da década de cinquenta. O movimento revolucionário liderado por Fidel também se nutriu do apoio majoritário das camadas médias urbanas, especialmente dos estudantes e intelectuais. Mas foi na classe trabalhadora das cidades, no campesinato pobre e nos trabalhadores rurais que a guerrilha e o movimento revolucionário impulsionado por ela receberam o suporte mais decidido e decisivo. A base popular e proletária foi a camada social determinante, primeiramente, para o triunfo da Revolução, e depois para o desenvolvimento e radicalização dela após a tomada do poder. Na direção do movimento revolucionário se expressaram diferenças de orientações políticas e

³⁹ Ainda sobre a importância e funções da guerrilha, pontua Fernandes (2012, p. 112): “Tendo-se em vista esse quadro global, a guerrilha desempenhou cinco funções distintas. Primeiro, abriu, por via militar, um espaço histórico para a atuação organizada das forças sociais revolucionárias. Segundo, retirou a guerra civil do estado de intermitência prolongada e de eclosão esporádica, de baixo ou nenhuma eficácia política. Terceiro, lançou à guerra civil a massa da população e tornou ativos contra a ordem e a mão armada os ‘proletários’ e os ‘humildes, no campo e na cidade. Quarto, elevou, assim, o teor revolucionário da guerra civil e o manteve aceso, ao servir de garantia às aspirações econômicas, sociais e políticas das classes trabalhadoras e da população pobre [...]. Quinto, operou, do começo ao fim, como a bússola política da revolução que deveria extinguir a guerra civil, canalizando politicamente as energias sociais virgens, que as classes trabalhadoras e a população pobre lançaram no circuito histórico, e orientando-as no sentido que atuassem, coletivamente, como o motor da revolução nacional e democrático-popular”.

programáticas que refletiam o caráter heterogêneo de sua base social de apoio, conformada por um bloco amplo com camadas de diferentes classes sociais⁴⁰.

A ofensiva revolucionária no ano de 1958 foi fulminante. As operações de guerrilha se multiplicaram pelo país rapidamente. Enquanto as colunas do Exército rebelde comandadas por Che Guevara e Camilo Cienfuegos cercavam a estratégica cidade de Santa Clara, Fidel Castro, à cabeça da Coluna Número 1 (José Martí), avançava rumo à cidade de Santiago. Restou a Fulgêncio Batista, muito enfraquecido e sem o respaldo dos Estados Unidos, renunciar às duas horas da madrugada de primeiro de janeiro de 1959⁴¹. O Departamento de Estado norte-americano, que, no decorrer de 1958, perante a ofensiva dos guerrilheiros, passara acreditar que a melhor saída era a renúncia de Batista e a formação de um governo de transição, com elementos moderados pró-Estados Unidos — pois buscava evitar a subida de Fidel Castro ao poder —, deu um passo atrás quando percebeu que o triunfo da guerrilha era inevitável.

O Exército Rebelde venceu com o apoio entusiasmado da ampla maioria do povo cubano. Em 02 de janeiro de 1959, Fidel Castro fez o primeiro discurso após a tomada do poder, e suas primeiras palavras, na aurora da Revolução, já indicavam que ela chegaria onde nenhuma outra tinha chegado antes: “Desta vez não será como em 1898, quando os norte-americanos vieram e tomaram conta do nosso país. Desta vez, felizmente, a Revolução irá realmente chegar ao poder”, afirmou o líder revolucionário de acordo com Gott (2006, p. 190).

⁴⁰ Gott (2006, p.182) aborda nesta passagem as diferenças no interior do movimento revolucionário: “Estava plantada a semente para uma divisão importante — relativa ao programa de ação, tática e estratégia — que finalmente surgiria entre os rebeldes de Sierra e os ativistas das cidades. A rebelião de Castro era herdeira das divisões existentes no movimento de independência do século XIX. As reivindicações políticas dos guerrilheiros de Sierra tornaram-se sem dúvida mais radicais à medida que o meses se passaram. Como líder guerrilheiro cada vez mais indispensável, a influência política de Che Guevara também começou a crescer. Não obstante, a sua hostilidade contra o ‘imperialismo’ e o governo dos Estados Unidos não era compartilhada por muitos líderes da rede urbana, que conservaram a opinião tradicionalmente pró-norte-americana das classes médias de Cuba — e certamente esperavam o apoio dos EUA contra Batista”.

⁴¹ Moniz Bandeira (2009, 183-184) apresenta números da ajuda militar dos EUA a Fulgêncio Batista: “Entre 1955 e 1957, foram entregues sete blindados, uma bateria de obuseiros leves para uso em montanhas, 4.000 foguetes, 40 metralhadoras pesadas, 3.000 fuzis semiautomáticos M-1, 15.000 granadas de mão, 5.000 morteiros e 100.000 balas calibre 50, de alta potência, para metralhadoras. Afinal, com o objetivo de manter as aparências e não desmerecer a assistência militar, Batista, que voltara ao poder, em 1952, mediante um golpe de Estado, restaurara a Constituição de 1940, sob a qual continuava a exercer a ditadura, e promovera, depois, uma eleição fraudulenta, para confirmá-lo no presidência de Cuba”.

1.3. Período de transição ao socialismo (1959-1990)

As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas (TROTSKY, 2007, p. 21).

Nesta quarta seção, a finalidade é analisar as principais fases e os aspectos da economia cubana ao longo do período de transição ao socialismo. Este desenvolvimento econômico, para ser melhor compreendido, será analisado em articulação com os processos políticos e sociais mais relevantes ocorridos no período em questão. Para fins de precisão analítica, essa seção será dividida em cinco partes, a saber: (i) a análise do momento inaugural da Revolução de 1959, de suas principais reformas econômico-sociais e da dinâmica das transformações econômicas verificadas (1959-1961); (ii) a avaliação do novo regime de propriedade e da política econômica voltada para o fomento da industrialização (1961-1963); (iii) a análise da mudança de orientação econômica, que (re)introduziu a prioridade da produção açucareira para exportação (1963-1968); (iv) a compreensão das características — e consequências — da inserção da economia cubana no Bloco de países liderado pela União Soviética (1968-1986); e, por fim, (v) a avaliação da nova política econômica adotada em 1986, para fazer frente à súbita desaceleração do crescimento, e o contexto de declínio e desintegração do Bloco Soviético (1986-1990).

1.3.1. Reformas redistributivas e expropriações

Na luta democrática contra a ditadura de Fulgêncio Batista, unificaram-se forças sociais e políticas heterogêneas, dotadas de programas e objetivos distintos. Os setores burgueses buscaram conter a Revolução nas fronteiras da propriedade privada capitalista. Os trabalhadores urbanos, os camponeses pobres e os assalariados rurais, por sua vez, queriam ir além da *revolução política* — isto é, da

derrubada do regime autoritário e da construção de um aparelho estatal “soberano” —, demandavam, nesse sentido, reformas sociais e econômicas radicais. Desse modo, após o triunfo do Exército Rebelde, as diferenças de inclinação política entre as classes sociais subiram ao primeiro plano, e se fizeram sentir no interior do governo revolucionário⁴². Mas, ao contrário da tendência prevalecente no século XIX, os interesses da classe trabalhadora e das massas populares empobrecidas se sobressaíram. Desta vez, a revolução não ficaria limitada aos propósitos radical-burgueses⁴³.

Os estratos burgueses não podiam ir a fundo na desagregação da ordem neocolonial por um motivo simples: os seus negócios dependiam, em grande medida, das relações econômicas umbilicais estabelecidas com os capitalistas norte-americanos. As camadas médias, ideologicamente muito vinculadas aos americanos, tampouco desejavam levar a Revolução a um ponto de ruptura irreversível com o “Colosso do Norte”. Outra vez vinha à tona o impasse histórico cubano: o imperialismo norte-americano não aceitava reformas estruturais que significassem o desmonte da ordem neocolonial, e a burguesia cubana, por seu turno, não estava disposta a sacrificar seus negócios com os estadunidenses pela conquista da verdadeira independência nacional. Assim que percebeu que Fidel Castro tendia a se apoiar no polo radical (a classe trabalhadora e os camponeses pobres) em detrimento dos setores moderados, o governo norte-americano adotou a linha de derrotar o processo revolucionário com o máximo de empenho⁴⁴. Dessa forma, com o firme posicionamento contrarrevolucionário do imperialismo

⁴² Gott (2006, p.198) faz a seguinte avaliação das divisões internas no governo revolucionário: “A luta interna no seio do governo era reflexo da hostilidade crescente da antiga elite social e política do país à direção da Revolução. [...]. Tão profundamente enraizada estava a memória de Cuba da Emenda Platt (quando a ajuda norte-americana podia ser evocada sempre que a ilha era ameaçada por outras forças sociais) que eles supuseram que os Estados Unidos poderiam ser chamados novamente a protestar em seu nome e benefício”. E adenda (Ibid., p. 198): “A velha elite sentiu-se economicamente ameaçada, mas também estava alarmada pelo modo como a Revolução permitira à população negra, até então amplamente invisível, emergir no cenário. Muitos brancos não poderiam perdoar Castro por ter defendido a causa dos negros”.

⁴³ Sobre a dinâmica de classe da Revolução, aponta Fernandes (2012, p. 94): “Por essa razão, à medida que a relação de forças decide que o que deveria prevalecer eram os interesses e os valores das massas populares (isto é, das classes trabalhadoras), a revolução nacional irá deslocar-se no sentido de corresponder, estrutural e dinamicamente, ao seu novo eixo gravitacional”.

⁴⁴ Segundo Fernandes (2012, p.132): “Os Estados Unidos caíram no erro de reduzir o castrismo a uma revolução nacional-democrática e populista convencional, que poderia e deveria ser posta em seu lugar.”

estadunidense, as camadas burguesas, inicialmente simpáticas ao triunfo guerrilheiro, passaram à obstinada oposição ao governo revolucionário.

O programa de Fidel Castro e do Movimento 26 de Julho não pode ser considerado, antes de 1959, e mesmo no primeiro ano depois da queda de Batista, como *socialista*. O *castrismo* pré-1959 deve ser entendido como uma ala radical do nacionalismo cubano, assentado nas camadas médias intelectualizadas. Seu programa estava alicerçado na defesa da revolução nacional, cuja estratégia deveria ser a conquista de um desenvolvimento capitalista autônomo e o estabelecimento de um regime democrático.

A dinâmica do processo revolucionário, porém, conduziu o *castrismo* cada vez mais à esquerda. A guerrilha nutriu-se do apoio ativo dos camponeses pobres, para os quais a reforma agrária e outras políticas redistributivas constituíam demandas fundamentais. As primeiras expropriações de terra, nos territórios liberados pelo Exército Rebelde entre 1957 e 1958, já indicavam o sentido político-social do processo em marcha. No tocante à relação com os camponeses pobres que aderiram à guerrilha e a radicalização do programa dos rebeldes de Sierra Maestra, comenta Aviva Chomsky (2015, p. 45):

A pobreza rural precisava lidar com a falta de dinheiro, mas também com a falta de trabalhos, ausência de serviços sociais e falta de educação formal. Para a classe média urbana privilegiada, era difícil ver o caráter estrutural e enraizado da pobreza rural. Conviver com os pobres da área rural foi uma experiência de conscientização. Dois aspectos básicos do futuro programa revolucionário vieram da Sierra: primeiro, a necessidade de uma redistribuição fundamental de recursos focada na zona rural; e, segunda, a necessidade de construção de uma nação e de uma conscientização para que os cubanos de áreas urbanas deparassem com as realidades da pobreza rural.

À crescente radicalização político-programática de Fidel Castro — e também de outros dirigentes máximos do Exército Rebelde, como Che Guevara, Raúl Castro e Camilo Cienfuegos — se somou a decisão do Estados Unidos de bloquear a

Revolução a todo custo⁴⁵. A linha do governo norte-americano, ao negar qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional autônomo e soberano, impeliu de vez a Revolução no sentido da derrubada da ordem neocolonial⁴⁶. Ao dismantelar a ditadura e as Forças Armadas que a sustentavam, a direção do Exército Rebelde, detentora do poder de fato na ilha (em primeiro lugar, pela força das armas e, em segundo, pelo amplo apoio popular que ostentava), para se defender das investidas contrarrevolucionárias, definiu-se pelo aprofundamento da Revolução.

De acordo com Furtado (1970), o primeiro período das transformações econômicas em Cuba (1959-1961) está caracterizado pela modificação da estrutura de poder e pela distribuição de renda. Neste sentido, a primeira grande medida econômica foi a promulgação, em 17 de maio de 1959, da Primeira Lei de Reforma Agrária — a qual se distinguiu das demais que ocorreram na América Latina, à época, por não ter como objetivo primordial a divisão das terras. Ainda segundo o autor, a Reforma consistiu, fundamentalmente, na *eliminação da renda da terra* que pagavam cerca de cem mil pequenos camponeses, transferindo para o Estado, por meio de uma poderosa instituição criada — o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA) —, o controle de todas propriedades grandes e médias. Observando os seus termos, o conteúdo da Reforma era moderado. Contudo, as consequências de sua aplicação extrapolaram em muito seus pressupostos iniciais. Para Fernandes (2012,

⁴⁵ A radicalização de Fidel, e do seu principal núcleo de apoio no Exército Rebelde, não se deu sem diferenças e disputas no interior da *Frente Ampla* que havia ajudado a derrubar Batista. Sobre esse tema, discorre Bandeira (2009, p. 231): “O PSP, o mais disciplinado e cedo, sustentou o programa de castro, embora sua perspectiva política não fosse radicalizar a revolução, e tratou de assegurar postos no aparelho do Estado. O *Directorio Revolucionario* seguiu o caminho da insurreição, mas, formado sobretudo por estudantes das classes médias, manteve sua própria linha política, e muitos dos seus militantes não aspiravam a mudanças econômicas e sociais. E mesmo o M-26-7 não era homogêneo. Dividia-se, basicamente, em duas tendências — a da Sierra, representada pelos guerrilheiros do Exército Rebelde, que se dispunham a promover a rebelião social e anti-imperialista, sob o comando de Castro, e a do *Llano*, atuante nas cidades e na qual um grupo, além das divergências táticas, manifestava certa oposição ao seu caudilhismo, contra o domínio da ‘fracción militarista’, e defendia a entrega do poder ao civil, uma vez vitoriosa a revolução. Foi inevitável, portanto, que tais tendências cada vez mais se apartassem e colidissem, após a queda de Batista. Assim, ao mesmo tempo que as relações de Cuba com os Estados Unidos encrespavam, suas contradições sociais e políticas internamente se aguçaram, na medida em que a revolução, da qual todos os segmentos sociais participaram, assumiu um caráter de classe, favorecendo apenas os interesses dos trabalhadores do campo e das cidades”.

⁴⁶ Sobre a linha adotada pelos norte-americanos, avalia Fernandes (2012, p. 136): “Se os Estados Unidos tivessem demonstrado maior elasticidade e se as classes burguesas cubanas contassem com um potencial revolucionário próprio, a revolução poderia prescindir dessa ‘etapa a partir do poder’ e, portanto, dessa ‘democracia armada’ como forma política de transição”.

p. 169), a Reforma “iria ter consequências econômicas, sociais, políticas e diplomáticas muito amplas e funcionaria como o eixo em torno do qual teria de gravitar, daí em diante, tanto a contrarrevolução quanto a defesa ativa da revolução”. O autor (2012, p. 169) complementa: “no fundo, isso se prendia à importância alcançada pelo açúcar; mas era devido também à estrutura da dominação burguesa e à condição de polo hegemônico que os Estados Unidos ocupavam dentro dela”.

O princípio da propriedade privada não estava ameaçado pela Reforma, mas ela limitava o latifúndio (toda propriedade que excedesse o limite de 30 *caballerías* — ou 402,6 hectares — seria expropriada e distribuída ao campesinato pobre, afetando sobremaneira a grande propriedade nacional e estrangeira), estimulava a pequena propriedade e, principalmente, deslocava para o Estado o controle principal da estrutura agrária e, por conseguinte, o eixo da economia cubana⁴⁷. Do ponto de vista social, a Reforma reforçava o apoio político dos camponeses e trabalhadores agrícolas ao governo revolucionário, colocando-os no centro da política agrária.

A demolição da tradicional dominação da burguesia nacional e estrangeira no campo levou à desagregação da ordem neocolonial como um todo. A lei, por exemplo, afetava a propriedade de muitas empresas norte-americanas, como a *United Fruit Sugar Company* e *Guantanamo Sugar Company*. Além disso, a lei causou particular preocupação no governo norte-americano, em razão da cláusula que afirmava que, no futuro, só os cubanos poderiam ter a posse da terra. O fundamental não estava no conteúdo em si da reforma, e sim nas implicações que derivavam dela no contexto de uma revolução em marcha. Sobre esse aspecto, analisa Fernandes (2012, p. 178):

Não obstante, a reforma agrária foi superada pela dinâmica histórica da situação revolucionária. As sabotagens dos grandes criadores de gado e dos grandes produtores de açúcar, os quais foram em um crescendo do início de 1960 em diante, e a decisão do governo estadunidense, recomendada pelo Congresso, de suspender a importação de açaí, em julho de 1960, forçaram o governo revolucionário a sair das regras estabelecidas, a radicalizar-se, e a impor medidas mais duras. A primeira investida, a Lei n. 851, de Nacionalização das Empresas Estrangeiras (6 de julho de 1960),

⁴⁷ Pericás (2018, p.24) faz a seguinte avaliação dos efeitos da Reforma Agrária: “Além de eliminar o latifúndio, a lei redistribuiu aproximadamente 67% das terras para os pequenos produtores e para o governo revolucionário. Também isentou os camponeses de pagar aluguel, assim como acabou com a exploração de intermediários e usurários. Possibilitou a ampliação de um mercado interno a partir de uma redistribuição de renda mais equitativa e ajudou a diminuir no curto prazo o desemprego crônico no campo”.

levou ao confisco os centrais açucareiros com suas terras e das explorações agrícolas de propriedade estrangeira. A segunda investida, a Lei no 890, de Nacionalização das Empresas Privadas (13 de outubro de 1960), levou ao confisco dos centrais açucareiros com sua terras que ainda se encontravam sob o controle da burguesia cubana. Esse avanço acelerou os ritmos da reforma agrária e, em particular, exigiu uma política econômica mais agressiva, que produzisse a neutralização socioeconômica e política da contrarrevolução.

Além da reforma agrária, outras medidas tiveram significativo impacto na distribuição de renda, ajudando a consolidar o apoio popular amplamente majoritário à Revolução. Em março de 1959, os aluguéis urbanos foram reduzidos entre 30% e 40%, e os salários dos trabalhadores rurais e urbanos foram elevados consideravelmente. Os preços da telefonia e dos remédios também foram diminuídos. O governo aumentou os investimento sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação e habitação, elevando os gastos de 390 milhões para 1.321 milhões de dólares.

O sistema bancário não passou imune às transformações revolucionárias. Até o final de 1960, com base na Lei n. 891, todos os bancos cubanos e estrangeiros foram nacionalizados. O objetivo foi assegurar o controle do governo sobre a política de divisas e créditos, assim os mecanismos de distribuição de recursos financeiros. O Banco Nacional de Cuba, sob a gestão de Che Guevara, por exemplo, confiscou, entre setembro e outubro de 1960, inúmeras filiais de bancos estrangeiros que, juntos, detinham parcela significativa da poupança nacional⁴⁸.

Segundo Furtado (1970), estimativas conservadoras calculam que, entre 1959 e 1961, ao menos 15% da renda nacional do país foram transferidos dos grandes proprietários para a massa trabalhadora. Para o autor, as medidas implementadas nesse período expunham a existência de uma vasta capacidade produtiva não utilizada, que estava na raiz da insuficiência de demanda efetiva, bem como da

⁴⁸ Sobre a nacionalização dos bancos, descreve Pericás (2018, p. 41): “Durante sua gestão, Guevara introduziu licenças de importação-exportação, retirou Cuba das instituições financeiras internacionais controladas por Washington (FMI, Bird e BID), presidiu uma comissão para constituir o Bancec e impulsionou a nacionalização do sistema bancário. Nesse sentido, entre setembro e outubro de 1960, foram confiscadas as filiais do First National Bank of New York, do First National Bank of Boston e do Chase Manhattan Bank, que, juntos, possuíam 12,5 milhões de pesos em capital ou reservas. Em seguida, mais três bancos estrangeiros, 44 comerciais nacionais e cinco instituições creditícias foram nacionalizados. Embora apenas seis bancos na ilha fossem de origem externa, eles detinham 32% do capital e reservas, controlando 35% dos depósitos de pessoas físicas, 31% dos investimentos em títulos do Estado e 41% dos empréstimos bancários”.

extrema desigualdade social. Além de acelerar o crescimento econômico e diminuir desigualdades, a finalidade foi avançar no controle estatal do setor externo da economia, de modo a redefinir as assimétricas relações econômicas com os Estados Unidos. Furtado (1970, p. 342-343) faz a seguinte apreciação das implicações da política econômica adotada:

Desta forma, era de se esperar que o setor exterior em pouco tempo se transformasse no ponto nevrálgico, onde se decidiria o futuro da Revolução cubana. Passaram para o primeiro plano os problemas de controle de câmbios, racionamento de divisas, busca de novos mercados para os excedentes de açúcar e linhas de créditos para financiar as importações de equipamentos, cujo volume deveria aumentar rapidamente. Ora, as desapropriações de terras, em grande parte de propriedade de cidadãos norte-americanos, haviam dado origem nos Estados Unidos a um poderoso grupo de pressão disposto a obstaculizar toda forma de cooperação pública ou privada dos Estados Unidos com o governo revolucionário cubano. Este procuraria diversificar as fontes de suas importações e seria a propósito de compra de petróleo cru na União Soviética, a ser tratado em refinaria de propriedade norte-americana, que se originaria o incidente que, como bola de neve, levaria o governo cubano a expropriar todas as propriedades de cidadãos norte-americanos na ilha, cujo valor superava os mil milhões de dólares.

Segundo o autor, o fator externo assumiu, na dinâmica da Revolução Cubana, uma importância decisiva. Sendo um país extremamente dependente economicamente, pois produzia basicamente um só produto para um só mercado, Cuba viu-se perigosamente ameaçada quando os Estados Unidos decidiram asfixiar a economia do país, a fim manter sua dominação.

Dada a excessiva dependência da exportação de açúcar, era vital encontrar novos parceiros quando os Estados Unidos, primeiramente, diminuíram as quantidades compradas e, depois, declararam embargo total à ilha⁴⁹. A exarcebada hostilidade norte-americana abriu espaço para a União Soviética se aproximar de Cuba, prestando auxílio econômico e negociando os primeiros acordos comerciais.

⁴⁹ O embargo econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos foi instituído em outubro de 1960. Durante décadas, o bloqueio foi executado por decretos presidenciais. Em 1962, por exemplo, John F. Kennedy ampliou ainda mais as medidas, ao emitir uma ordem executiva que aumentou as restrições. O embargo tornou-se lei apenas em 1992. E, em 1996, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a chamada Lei Helms-Burton, a qual proibiu os cidadãos americanos de realizar negócios dentro da ilha ou com o governo cubano.

No contexto da Guerra Fria⁵⁰, a ruptura nas relações com os Estados Unidos e a aproximação crescente com o Bloco Soviético e a China iriam constituir, conjuntamente com a pressão vinda das massas trabalhadoras e populares, um fator chave para o desenvolvimento da Revolução no sentido da ruptura completa com o sistema capitalista.

Para se ter exata dimensão da dependência econômica cubana em relação ao Estados Unidos, vale notar as informações apresentadas por Bandeira (2009, p. 250):

As exportações totais de Cuba, para as quais o açúcar contribuía com mais de 80%, representavam cerca de 30% do seu Produto Interno Bruto, o que era uma proporção bastante elevada, e o mercado norte-americano absorvera, antes da vitória da revolução, nada menos que 65,6% (1955), 62% (1956), 54,4% (1957) e 63,3% (1958). As importações oriundas dos Estados Unidos eram também elevadas e, no mesmo período, representaram 66,8% (1955), 68,3% (1956), 64,6% (1957) e 59,3% (1958). Assim, portanto, a economia de Cuba subordinava-se de tal sorte ao mercado norte-americano que desapareceria, reduzindo-se a zero e mesmo, se possível, a menos que zero a renda per capita do seu povo, da ordem de US\$ 402 àquela época, se as exportações para os Estados Unidos cessassem inteiramente, sem compensações em outras áreas.

Os Estados Unidos, além da conspiração contrarrevolucionária nas esferas política, diplomática e militar, ampliaram o cerco econômico à Revolução quando, em 6 de julho de 1960, o presidente Dwight D. Eisenhower suspendeu a compra de 700 mil toneladas de açúcar de Cuba⁵¹. No mesmo dia, Fidel Castro respondeu sancionando a Lei n. 851. Diante de multidão entusiasmada, anunciou a

⁵⁰ Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra direta entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

⁵¹ No tocante às iniciativas políticas e militares do governo norte-americano para a derrubada de Fidel, explica Bandeira (2009, p. 255-256). "E, no dia 17 de março de 1960, pouco mais de um mês após a assinatura do Acordo Roa-Mikoyan, Eisenhower aprovou o Program of Covert Action Against Castro Regime, autorizando Allen Dulles, diretor da CIA, e Richard Bissel, diretor de Planos, a recrutar e treinar refugiados cubanos, inicialmente ceda de 300, para futuras operações de guerrilha em Cuba". E segue o autor (p. 256): "O propósito do programa, para o qual foi consignado um orçamento no total de US\$ 4,4 milhões, consistia em promover a substituição do governo instalado em Havana por um mais aceitável pelos Estados Unidos, sem que parecesse, entretanto, uma intervenção ou intento de restabelecer o status quo anterior à vitória de Castro, razão pela qual o slogan deveria ser 'restaurar a revolução' que ele 'traíra'".

nacionalização de 36 usinas de açúcar, entre elas a poderosa *United Fruit Company*, duas refinarias de petróleo (Esso e Texaco) e as companhias de telefone e energia elétrica, todas de propriedade de empresários estadunidenses. O processo de expropriação seguiu nos meses seguintes: a cada nova medida dos Estados Unidos contra a economia cubana, Fidel retaliava com novas nacionalizações. A escalada do conflito se acelerou.

Depois da estatização dos bancos em setembro, o governo revolucionário determinou, em outubro, a expropriação de empresas açucareiras, destilarias, fábricas de bebida e de outros ramos industriais, além de todo sistema financeiro. Dessa forma, entre 05 de agosto e 13 de outubro, foram estatizadas cerca de 382 empresas, tanto nacionais como estrangeiras. Em 24 de outubro, foram nacionalizadas as duas últimas propriedades norte-americanas, as minas de Moa e Nicaro⁵².

No contexto de acirramento do confronto entre revolução e contrarrevolução, o Estados Unidos impuseram, em novembro de 1960, o bloqueio econômico total à ilha, o qual acarretou uma série de danos e dificuldades suplementares à economia cubana. Afinal, Cuba comprava de empresas norte-americanas grande parte dos produtos industrializados de que necessitava tanto para o abastecimento de matérias-primas, insumos, peças e máquinas para as fábricas do país, quanto para a reposição do estoque de bens consumo que eram adquiridos pelas famílias nos mercados e lojas. Dessa forma, a manutenção básica das indústrias ficou comprometida. As parcerias iniciadas com os países do Bloco Soviético não resolveram este problema, uma vez que suas peças e maquinários, além da qualidade inferior, não se adaptavam à base tecnológica do parque industrial cubano. Mesmo assim, o auxílio da União Soviética, que passou a fornecer petróleo,

⁵² Bandeira (2009) estima que os Estados Unidos perderam quase 1 bilhão de dólares em investimentos na ilha com as expropriações ocorridas naquele ano.

a comprar açúcar e enviar técnicos à ilha, permitiu que Cuba sobrevivesse à guerra econômica declarada por Eisenhower⁵³.

O fulminante avanço das expropriações, no segundo semestre de 1960, desfez toda presença econômica norte-americana e provocou, destarte, o desmoronamento do sistema capitalista na ilha. Vale destacar que as classes dominantes cubanas atuaram conjuntamente com os Estados Unidos nas ações contrarrevolucionárias. Assim, quando o governo revolucionário decidiu responder aos ataques americanos aprofundando a Revolução, foi obrigado a atingir, de igual maneira, a burguesia local. Esta foi a dinâmica do processo revolucionário que, ao destruir as bases econômicas da dominação imperialista, conduziu também à ruptura completa com o sistema capitalista⁵⁴.

A Revolução que começara com objetivos políticos e sociais relativamente moderados, foi levada, pela conjugação de fatores internos e externos, em um curto período de tempo, à transformação social completa, quer dizer, ao estabelecimento de um novo regime socioeconômico.

⁵³ Sobre a assistência econômica soviética prestada a Cuba em 1960, relata Bandeira (2009, p. 251): “Só motivos políticos, portanto, induziam a União Soviética a interessar-se pelo açúcar de Cuba, mas para sustentar sua economia, sem permitir a queda ou a depressão, que acarretaria o desemprego generalizado, ela teria de comprar quantidades cujo valor equivallesse às importações dos Estados Unidos, em torno de US\$ 448 milhões, e fornecer-lhes bens e serviços no montante de aproximadamente US\$ 500 milhões por ano. Tais cifras afiguravam-se aparentemente suportáveis. O esforço para sustentar Cuba, com o fornecimento de bens e serviços e mais 10% de custos operacionais, em virtude da distância e outros fatores, atingiria a soma de US\$ 550 milhões, o que representaria apenas 0,2% (dois décimos de 1%) do Produto Interno Bruto da União Soviética, estimado, na época, em US\$ 260 bilhões [...]”.

⁵⁴ A proposição de Marini (1973), acerca do caráter contraditório inscrito no desenvolvimento econômico dependente da América Latina, ajuda a compreender a divisão política das classes sociais fundamentais em Cuba (de um lado, a burguesia, de outro, os trabalhadores e os camponeses pobres) em relação aos Estados Unidos. “Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. E nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana”.

1.3.2. O novo regime de propriedade e a promessa de industrialização

A Revolução Cubana passou muito rapidamente da etapa *democrático-capitalista* para a *socialista*. Em dois anos, entre 1959 e 1961, o choque entre revolução e contrarrevolução levou, com o triunfo da primeira, à completa destruição da ordem neocolonial e lançou as bases para a transição ao socialismo.

No início de 1961, todas as propriedades norte-americanas haviam sido expropriadas, e os principais meios de produção (terras, fábricas, refinarias, minas etc.) estavam sob o controle estatal⁵⁵. A desagregação do velho regime colocava, contudo, um novo problema: como passar de uma estrutura capitalista neocolonial para um sistema socialista desenvolvido e industrializado? A edificação do novo regime teria que partir necessariamente das bases subdesenvolvidas herdadas de séculos de colonização direta e indireta.

Entre os anos de 1961 e 1963, o governo cubano buscou ampliar e consolidar as bases da nova formação socioeconômica, assentada na propriedade estatal, e iniciar um processo de industrialização, com o objetivo de dotar o país com uma nova e desenvolvida estrutura produtiva, que pudesse suplantiar a “economia

⁵⁵ Fernandes (2012, p. 158) aborda na passagem que segue a transformação do cenário socioeconômico em Cuba e os desafios da transição ao socialismo: “Por onde começar a acumulação socialista originária? Como gerar, dentro de Cuba, a passagem de um desenvolvimento capitalista estrangulado e deformado para o arranque econômico socialista? Certas medidas elementares e instrumentais foram tomadas entre 1959-1960 ou até 1962-1963. A ‘expropriação dos expropriadores’ teria de começar, logicamente, pelos aproveitadores do regime ou pelos agentes externos e internos do capitalismo neocolonial: a recuperação dos bens malversados; a primeira e a segunda reformas agrárias; a nacionalização do capital estrangeiro; a nacionalização geral da indústria. Por aí se fez o confisco, sob várias formas, e se pôs nas mãos do governo revolucionário uma considerável massa de riqueza”.

exportadora”. Para tanto, contava com apoio amplamente majoritário da população cubana⁵⁶.

Fidel Castro declarou, em 16 de abril de 1961, depois do bombardeio de aeroportos cubanos por aviões da CIA, que os Estados Unidos não perdoavam Cuba porque ela realizava uma revolução socialista. Os fatos não o contradiziam: após um ano e meio de transformações permanentes, mais de 75% da indústria do país estava estatizada, além da totalidade do sistema financeiro, do comércio exterior e dos serviços públicos. Portanto, o regime de propriedade — e, conseqüentemente, as relações sociais de produção — havia se transformado qualitativamente. Com isso, foi possível iniciar o processo de planificação centralizada da economia, por meio da Junta Central de Planejamento (Juceplan).

Ao mesmo tempo, o governo anunciava a intenção de fomentar a industrialização. Com este propósito, e tendo Che Guevara à frente do Departamento de Indústria no INRA, foram anunciadas medidas aduaneiras para proteger as fábricas nacionais, bem como políticas de ampliação do mercado interno, por meio do aumento do poder aquisitivo das massas trabalhadoras. Para financiar o projeto de industrialização, Guevara buscou, com êxito, o suporte dos países do Bloco Soviético, que concederam empréstimos da ordem de US\$ 350

⁵⁶ Sobre o amplo apoio popular ao governo revolucionário, discorre Bandeira (2009, p. 312-313): “Os camponeses e os trabalhadores das cidades e dos campos realmente estavam solidários com o governo Castro, com o qual se identificavam, em virtude de benefícios reais que ele em dois anos lhes propiciara. Além da reforma agrária, que beneficiara mais de 100.000 famílias, o governo revolucionário promovera a reforma urbana, reduzindo os aluguéis pela metade e possibilitando também aos moradores adquirir a propriedade das casas e apartamentos onde moravam, e estava a empreender a construção de milhares de casas, a baixo custo, para as camadas mais pobres da população. Ao mesmo tempo, deflagrara uma campanha de educação, já quase a eliminar, em pouco tempo, o analfabetismo, que em 1959 afetava mais de 30% da população, e tornara públicas, aberta a todos, as praias de Cuba, antes propriedade privada dos hotéis e dos magnatas. Por fim, o crônico desemprego, em que aproximadamente 600.000 cubanos, em uma população de cerca de 6,5 milhões, viviam, estancara ou diminuiria, enquanto a distribuição de renda tornava-se mais igualitária, favorecendo especialmente as zonas rurais”. Também sobre este tema, descreve Pericás (2018, p. 134): “Os trabalhadores que haviam sofrido com o desemprego e o subemprego antes do triunfo dos barbudos eram propensos a apoiar o governo e foram, no período anterior, o grupo mais favorável aos comunistas. A revolução também obteve suporte igual tanto daqueles que recebiam baixos ordenados quando dos que tinham altos vencimentos. Os negros demonstravam maior aprovação à revolução que os brancos, mas tanto os operários sem especialização quanto aos especializados deram sustentação similar ao novo regime. Já os homens possuíam uma atitude mais favorável que as mulheres, enquanto não havia grandes diferenças no apoio a Fidel e seus correligionários entre grupos de origens sociais diferentes. Os funcionários das pequenas e grandes empresas também deram seu assentimento ao regime da mesma forma”.

milhões, os quais chegariam em pouco tempo a US\$ 500 milhões e seguiriam crescendo nos anos seguintes. O plano contemplava a construção e investimentos em fábricas de inúmeros ramos, tais como calçados, tecidos, refino de petróleo, mineração, cimento, aço, energia elétrica, entre outros. O objetivo estratégico de Che Guevara e Fidel Castro era superar a dependência da monocultura da cana mediante a industrialização⁵⁷.

Em que pesem os variados e difíceis obstáculos encontrados, os esforços de industrialização produziram resultados. Segundo Pericás (2018), Cuba investiu US\$ 850 milhões no setor entre 1960 e 1963, valor próximo ao que os Estados Unidos haviam aplicados no país durante cinquenta anos. Porém, como ressalta o autor, o montante investido não era capaz de resolver o atraso industrial do país. Parte disso ocorreu pela dificuldade de importação de maquinarias e equipamentos, além de peças de reposição e matérias-primas adequadas para a indústria cubana. Por conta deste panorama, relata Pericás (2018, p. 71): “até o final de 1964 somente 50% da capacidade total da maquinaria importada estava funcionando, em função da falta de manutenção, reparos e organização”.

Por outro lado, as políticas voltadas à industrialização haviam atingido uma razoável reorganização do setor. De acordo com o autor, em 1954, havia 830 fábricas com no máximo cinco trabalhadores, representando 45,1% do setor manufatureiro do país. Apenas 26 empresas tinham entre 251 e 500 empregados (1,4% do total) e existiam somente 14 empresas com mais de 500 funcionários (0,8% do total). Depois da Revolução, em 1962, o número de fábricas que possuíam entre 251 e 500 trabalhadores pulou para 46 (3,6% do total); já o contingente das que contavam com mais de 500 empregados passou para 25 (2,1% do total). O número de trabalhadores no conjunto das indústrias saltou, entre 1962 e 1963, de 112 mil para 155 mil, um aumento de 38%.

⁵⁷ Pericás (2018, p. 43) registra a influência dos economistas vinculados à CEPAL na política econômica adotada nos primeiros anos da Revolução: “Pode-se perceber, assim, a influência do pensamento cepalino naqueles primeiros momentos da revolução. De acordo com os principais teóricos da comissão, seria necessário fazer um condicionamento estrutural das relações de troca com os centros, combinando racionalmente as exportações industriais com a substituição de importações. Raúl Prebisch comentava que seu objetivo era a transformação do sistema por meio de soluções concretas, a partir da socialização do excedente econômico, corrigindo, consequentemente, as imensas desigualdades no campo social e acelerando o ritmo da acumulação. Octavio Rodríguez, outro teórico dessa escola, expôs as principais ideias da instituição no anos 1950: era preciso elevar o bem-estar material da população, que, por sua vez, seria um reflexo do aumento da renda per capita real e do crescimento da produtividade média do trabalho”.

A política econômica orientada para a diversificação agrícola e industrialização esbarrou desde o princípio na herança colonial. Cabia a Cuba, na divisão internacional do trabalho, prover de açúcar o mercado mundial, que era em sua maior parte comprado pelos Estados Unidos. Em contrapartida, a ilha ficava “obrigada” a comprar bens industrializados dos centros desenvolvidos, sobretudo do poderoso vizinho do norte.

Além disso, como assinala Celso Furtado (1970), a economia cubana, em função de sua proximidade do mercado norte-americano, operava com estoques reduzidos. Com a declaração de embargo norte-americano, o abastecimento de mercadorias passou a ser um problema crítico. Por outro lado, a integração com as economias do Bloco Soviético exigia uma transformação no parque produtivo do país, o que requeria um tempo considerável. O governo da ilha apostou na linha de substituição de importações, tanto no setor agrícola como no industrial, como forma mais imediata de aliviar a pressão sobre a balança de pagamento em prazo relativamente curto e, do ponto de vista estratégico, garantir um substancial avanço técnico e aumento expressivo na geração de postos de trabalho.

Com isso, as importações de equipamentos industriais — principalmente vindos da União Soviética — e as iniciativas de produção de alimentos foram aceleradas e multiplicadas. Nas indústrias, por exemplo, a necessidade de importações era muito elevada: dependia-se do exterior para aquisição da maior parcela de matérias-primas, peças, equipamentos e maquinários.

Não obstante o esforço empreendido no projeto de substituição de importações, os resultados foram desiguais. Se, de um lado, a produção industrial havia se elevado, de outro, a produção de açúcar, principal fonte de divisas do país, sofreu significativa redução no início dos anos sessenta, decaindo de “[...] 6,7 milhões de toneladas métricas, em 1961, para 4,8, em 1962, e 3,8, em 1963, como força motriz do desenvolvimento”, segundo Bandeira (2009, p. 542). Sobre as consequências da política econômica daquele período, observa Furtado (1970, p. 343):

(...) a produtividade no setor agrícola baixou e o desvio de fatores do setor açucareiro começou a afetar a única fonte de capacidade para importar de que dispunha país; quanto ao setor industrial, logo se evidenciou que este durante muito tempo dependeria pesadamente de produtos intermediários importados.

Na medida em que a maior e principal parte da economia passou para o controle estatal e a política econômica se voltou para a diversificação da produção agrícola e à industrialização do país, tendo em vista à substituição de importações para a garantia de um desenvolvimento soberano, a necessidade do planejamento estatal centralizado — a planificação da economia nacional —, a fim de dar coerência e coesão à gestão econômica, foi posta na ordem do dia⁵⁸.

A criação da Juceplan, em 19 de fevereiro de 1960, foi o passo inicial nesse sentido. Contudo, o percurso para o estabelecimento da planificação centralizada foi marcado por dificuldades maiores do que as esperadas inicialmente: o primeiro plano anual elaborado em 1961, para execução no ano seguinte, não teve viabilidade. Havia um nítido descompasso entre a complexa realidade econômica, ainda bastante condicionada pelo passado colonial, e os planos traçados em ousadas perspectivas de desenvolvimento e modernização industrial. A tentativa de centralização excessiva — num país em que a maior parte das fábricas eram ainda de pequeno e médio porte, e uma parcela considerável da produção agrícola encontrava-se nas mãos de pequenos produtores — ficou bem distante do resultado almejado. Conforme a avaliação de Furtado (1970, p. 343-344) sobre este tema:

Criou-se um círculo vicioso pelo qual o governo passou a submeter a um controle direto todas as decisões econômicas, sem que para isso estivesse técnica ou administrativamente preparado. As empresas agrícolas, de tamanho médio e grande, passaram a ser administradas pelo Estado, exatamente quando emigravam do país grande parte dos quadros técnicos que antes trabalhavam na agricultura. O setor industrial passou igualmente em sua totalidade para o controle direto do Estado, ao mesmo tempo que a maior parte dos administradores e engenheiros industriais com experiência deixava o país.

Outro aspecto que marcou a vida econômica do país no início da década de 1960 diz respeito às profundas transformações ocorridas nas relações externas. O embargo econômico imposto a Cuba pelo governo estadunidense, no final de 1960,

⁵⁸ Fernandes (2012, p.164-165), na passagem a seguir, avalia os primeiros passos da planificação econômica em Cuba. “Nesse marco zero, o espaço histórico da ação planificadora confundia-se com a própria capacidade de atuação política do governo revolucionário. Portanto, poder-se-ia falar em um planejamento social in status nascendo, sem o qual a revolução socialista seria inviável, mas que só era dinamizado em dois polos — o da vanguarda revolucionária, o polo decisório e diretor; e o de mobilização das massas, um polo ativo de sustentação e de impulsionamento”.

foi seguido da ruptura das relações diplomática entre os dois países, em 03 de janeiro de 1961. O agravamento da guerra econômica patrocinada pelos Estados Unidos não deixou a Fidel Castro outra opção senão o alargamento das relações econômicas com os países do Bloco Soviético e com a China. Entre 1962 e 1963, o déficit comercial cubano acumulado superou 500 milhões de dólares, sendo que quase todo ele era com a União Soviética.

Foram muitos os acordos firmados entre a ilha e os países “socialistas” no ano de 1961. O Bloco auxiliou com o envio de máquinas, equipamentos, peças, insumos, técnicos e engenheiros para a construção de fábricas em Cuba. De acordo com Pericás (2018), somente no ano de 1960, a União Soviética prestou ajuda econômica à ilha no valor de 100 milhões de pesos, além da Romênia, com 15 milhões, a Bulgária, 5 milhões, e a Polônia, 12 milhões.

No momento que Cuba empreendia esforços para construir uma nova estrutura econômica, contando para tanto com o auxílio econômico da URSS, iniciava-se na Europa Oriental um importante debate sobre os modelos econômicos vigentes nos países em transição ao socialismo. O influente artigo do economista soviético Evsiei Liberman, *O plano, o lucro e os prêmios*, foi o ponto de partida do debate. A crítica se concentrava na centralização excessiva, que, de acordo com diversos autores, impedia a necessária autonomia relativa das empresas e impunha condições demasiado rígidas e uniformes para realidades locais diversas. Segundo os críticos, a estrutura engessada, baseada no controle burocrático de um centro decisório, tornava as economias pouco eficientes, na medida em que inexistiam estímulos para maior produtividade, posto que as empresas estavam atadas às metas e condições impostas de cima para baixo, que não levavam devidamente em conta o lucro e os instrumentos de mercado.

O debate econômico que se desenrolava nos países soviéticos chegou a Cuba, penetrando nas discussões acerca do modelo econômico que deveria ser implementado no país. Guevara, que presidia o Departamento de Indústria (depois convertido em Ministério da Indústria — MININD), foi figura chave no que ficou conhecido como o “grande debate” econômico cubano. Participaram das discussões, entre outros, eminentes dirigentes do governo (como Alberto Moro e Carlos Rafael Rodríguez) e também conhecidos intelectuais estrangeiros como Charles Bettelheim e Ernest Mandel.

Guevara foi crítico contumaz das reformas iniciadas em países da Europa Oriental, como na Iugoslávia, Hungria e Checoslováquia, baseadas na flexibilização dos mecanismos de planificação, no incremento dos incentivos materiais aos trabalhadores e na concessão de maior autonomia administrativa às empresas, que deveriam dar importância ao lucro e ao mercado em suas operações. Che compreendia que essas reformas, que cediam espaço para a *lei do valor* no interior das economias “socialistas”, representavam uma tendência de restauração do modo de produção capitalista. Michael Löwy, no prefácio do livro *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*, de Luiz Bernardo Pericás (2018, p. 7-8), ressalta, ao avaliar a posição de Guevara na polêmica, a ausência da reflexão sobre o aspecto democrático da gestão planificada da economia:

A argumentação de Che Guevara em defesa da planificação socialista e contra o uso contaminante dos instrumentos do mercado é muito poderosa e persuasiva. Em minha opinião, no entanto, uma deficiência importante em seu discurso é que suas ideias sobre a relação entre democracia e planificação foram insuficientes. Sua afirmação de que a planificação (e não as categorias do mercado) tinha extrema importância adquire nova relevância à luz do argot neoliberal dominante, com sua ‘religião de mercado’. Porém, as perguntas políticas fundamentais persistem: quem realiza a planificação? Quem determina as opções principais do plano econômico? Quem prioriza a produção e o consumo? Sem uma democracia genuína — isto é, sem a) pluralismo político, b) uma discussão aberta das prioridades e c) a liberdade da população para escolher entre as distintas propostas e plataformas econômicas em debate —, a planificação se transforma, inevitavelmente, em um sistema burocrático e autoritário de ‘ditadura sobre as necessidades’ (como demonstra amplamente a história da antiga União Soviética).

Coerente com essa visão, Guevara foi contrário ao fomento do sistema de incentivos materiais aos trabalhadores, medida que era defendida por Charles Bettelheim e Carlos Rafael Rodríguez. Ele patrocinava o oposto: estímulos morais e o trabalho voluntário⁵⁹. Os incentivos morais consistiam em grandes campanhas

⁵⁹ Sobre a concepção de Guevara pautada no debate econômico cubano, vale conferir a seguinte passagem de Pericás (2018, p.154): “Já Che Guevara sustentava uma opinião diametralmente oposta. Para o dirigente do governo cubano, era necessário criar o homem novo ao mesmo tempo que se desenvolvia a técnica. Seria absurda acreditar que os estímulos materiais se dissipariam com o tempo, a partir do momento em que os bens de consumo começassem a ser produzidos em excesso e se tornassem abundantes no mercado. Isso acarretaria uma contradição em termos dentro de uma sociedade socialista, pois esse tipo de estímulo levaria à individualização e ao egoísmo, não facilitando nem propiciando o surgimento e o aprimoramento da consciência.”

ideológicas junto ao povo cubano, na distribuição de prêmios morais (como medalhas, bandeiras, certificados, títulos etc.) aos trabalhadores que se destacavam, entre outras iniciativas⁶⁰. Vale ressaltar que o trabalho voluntário, também muito vinculado às campanhas ideológicas de massa junto à população, teve certo impacto econômico. De acordo com Pericás (2018), o número de voluntários, nos mais variados setores, saltou de 15 mil para 70 mil, entre 1962 e 1967. Esses trabalhadores não recebiam pagamento pelos serviços prestados — somente tinham direito à hospedagem, alimentação e ferramentas, e, a partir de 1963, as horas de trabalho voluntário puderam ser contadas para fins de aposentadoria. Os principais elementos da política econômica defendida por Guevara — como a primazia dos incentivos morais em detrimento dos materiais, e a defesa da crescente da planificação centralizada (por meio do original Sistema Orçamentário de Financiamento — SOF⁶¹) em relação às leis de mercado — foram perdendo espaço ao longo dos anos sessenta, especialmente depois de 1965.

As intensas e profundas transformações econômicas em Cuba, entre 1961 e 1963, ocorreram em um cenário marcado por eventos políticos de enorme importância. O plano contrarrevolucionário orquestrado pelo governo norte-americano contemplava medidas de estrangulamento econômico, ações de sabotagem, terrorismo e ataques militares. O objetivo era um só: derrubar Fidel Castro e restaurar a antiga ordem neocolonial. A invasão da Baía dos Porcos por mercenários e exilados cubanos treinados e financiados pela CIA, em abril de 1961, teve forte impacto político, tanto dentro como fora de Cuba.

⁶⁰ Fernandes (2012, p. 167) faz uma interessante consideração sobre o debate em torno dos estímulos morais e materiais: “O que quer dizer que a conclusão simpática mas reservada de E. Mandel ainda continua válida: ‘Há, porém, uma contradição entre esta ‘linha de massas’ e a prática cotidiana do governo revolucionário. A esfera da gestão — e mais concretamente: a gestão da indústria — foi imunizada amplamente contra toda intervenção direta das massas’. Não foi, pois, casual que o debate econômico de 1963-1964 surgisse, sobretudo, com os problemas que coloca esta gestão, e que vários camaradas intervieram no debate pusessem indiretamente sobre o tapete a questão relação das empresas e o comportamento das massas. A questão dos estímulos materiais e morais está diretamente vinculada a este problema”.

⁶¹ Pericás (2018, p. 58) explica, de modo sintético, no que consistia o SOF: “Para Guevara, no Sistema Orçamentário de Financiamento uma empresa seria um conglomerado de unidades com uma base tecnológica similar, um destino comum para sua produção ou então uma localização geográfica limitada. Isso equivale a dizer que, na prática, haveria a substituição do monopólio privado pelo estatal, com planejamento e gestão centralizados. Consequentemente, as empresas não teriam crédito bancário, já que o dinheiro seria disponibilizado pelos órgãos centrais de acordo como plano”.

Tratava-se da primeira derrota militar norte-americana na América Latina. Os cubanos exilados armados e pagos pela CIA, oriundos das camadas dominantes e médias que foram afetadas pela Revolução, ficaram desacreditados perante o povo cubano e latino-americano⁶². Assim, a vitória do Exército Rebelde na Baía dos Porcos conferiu enorme prestígio à Revolução Cubana em nível internacional.

A crise dos mísseis, em outubro de 1962, foi outro momento de tensão política e de mobilização militar em Cuba. A instalação de bases para lançamentos de mísseis nucleares na ilha, acertada entre o governo soviético e o cubano, era visto por Nikita Khrushchov como o meio para os soviéticos alcançarem o equilíbrio estratégico em termos militares com os Estados Unidos. Para Fidel, a intenção principal era proteger a ilha de uma iminente invasão militar americana. A escalada no conflito atingiu seu ponto máximo quando John F. Kennedy ordenou o bloqueio naval total da ilha. Depois disso, com o recuo de Khrushchov, que não consultou o governo cubano para tanto, houve um acordo entre americanos e soviéticos que pôs fim à crise dos mísseis.

Nesse período conturbado, tanto do ponto de vista político como econômico, a Revolução obteve conquistas sociais históricas, como a erradicação do analfabetismo, que atingia mais de 30% da população na década de cinquenta. A campanha levada a cabo no ano de 1961 mobilizou cem mil estudantes e professores que se espalharam pelo país, chegando aos lugares mais remotos. Os resultados foram notáveis. Ao final daquele ano, três mil escolas haviam sido construídas, cerca de 300 mil crianças tinham ido à escola pela primeira vez e sete mil professores adicionais foram recrutados e treinados (GOTT, 2006).

Quando Fidel Castro, em 05 de fevereiro de 1962, em resposta à expulsão de Cuba da OEA, emitia a Segunda Declaração de Havana, conclamando pela revolução em toda a América Latina, o processo de estatização da economia seguia se aprofundando, de tal modo que, em meados de 1963, a socialização da propriedade já abarcava 90% da produção industrial, 50% das áreas de cultivo e a

⁶² Bandeira (2009, p. 310) descreve a composição de classe dos cubanos exilados que serviram aos planos da CIA na invasão da Baía dos Porcos: “E, ao submeter a investigação os ‘valerosos’ contrarrevolucionários cubanos, qualificados como ‘mercenários’ (recebiam o pagamento de US\$ 175 por mês, com um adicional de US\$ 25 por filho), o governo Castro constatou que entre eles havia 100 latifundiários, 24 grandes proprietários, 67 proprietários de casas e apartamentos, 112 comerciantes, 35 magnatas industriais, 194 ex-militares e esbirros de Batista, 112 lumpens e outros, que lutavam pra recuperar 914.859 acres de terra, 9.666 casas, 70 fábricas, 5 minas, 2 bancos e 10 engenhos e açúcar”.

totalidade do comércio exterior. Naquele ano, em 13 de outubro, seria decretada a Segunda Lei de Reforma Agrária, a qual levou ao confisco de todas as propriedades rurais de área superior a cinco *caballerías* (aproximadamente 67 hectares). Com isso, no fim de 1963, dois terços das áreas cultiváveis já tinham sido socializadas. Com as estatizações feitas ao longo de quatro anos, existia o seguinte panorama, nas palavras de Bandeira (2009, p. 547): “[...] apenas 30% da agricultura e 25% do comércio varejista (em sua maioria vendedores ambulantes) continuavam em mãos de particulares, enquanto o Estado passara a controlar, virtualmente, todo o resto da economia”.

Ou seja, havia sido estabelecido em Cuba um novo regime de propriedade, no qual a grande propriedade capitalista (nacional e estrangeira) fora completamente abolida, o controle estatal era amplamente hegemônico e as pequenas propriedades privadas representavam uma parcela minoritária da economia. Dessa maneira, o sistema capitalista havia sido desmantelado na ilha. Diante disso, buscou-se industrializar e diversificar a economia nacional. Estes objetivos voltados à construção de uma nova configuração produtiva, porém, não foram bem sucedidos. A partir de 1963, o governo cubano deixou de lado a estratégia de industrialização e diversificação da produção agrícola e passou a se concentrar na produção de açúcar para exportação.

1.3.3. O reencontro com a “vocação” agroexportadora

A *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*⁶³ encontrou em Cuba o laboratório de uma experiência histórica original. Uma pequena ilha, cuja economia era caracterizada pela extrema dependência — produzindo um só produto para um único mercado —, ao romper com as amarras da dominação neocolonial, derrubou junto o sistema capitalista. Não houve uma etapa intermediária, de desenvolvimento capitalista autônomo, isto é, de industrialização e diversificação da produção agrícola que preparassem as condições para o florescimento de um modo de produção superior. A dominação espanhola por quase quatro séculos e a norte-americana por mais seis décadas haviam sufocado qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista soberano que alterasse qualitativamente a estrutura socioeconômica do país. Em poucos anos, os capitalistas americanos e a burguesia local tiveram todas as suas propriedades expropriadas. Uma ruptura completa com o sistema capitalista ocorrera entre 1959 e 1963.

Contudo, a longa e pesada herança colonial não podia ser suprimida com um só golpe. O ousado plano de industrialização e diversificação econômica, na forma como foi concebido e executado entre 1961 e 1963, não funcionou como pensado

⁶³ Michael Löwy (1998, p. 76-77), reconstruindo a trajetória de elaboração da teoria do desenvolvimento desigual e combinado por Leon Trotsky, a sintetiza nas seguintes palavras: “A hipótese que funda esta teoria pode ser formulada aproximadamente nos seguintes termos: com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa: ‘O capitalismo [...] preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão [...]’. As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias: ‘Os selvagens renunciam ao arco e flecha, para logo tomarem os fuzis, sem percorrer a distância que separava, no passado, estas diferentes armas. [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado’. [...] Esta ‘irregularidade’ manifesta-se também nas formas muito variáveis que pode tomar a integração de elementos modernos pelas sociedades dependentes (‘atrasadas’ na linguagem da época): ‘A possibilidade de saltar os degraus intermediários não é, entenda-se bem, absoluta; afinal, ela é limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado, aliás, rebaixa freqüentemente aquilo que ele empresta ao exterior para se adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um caráter contraditório’”.

por Guevara⁶⁴. Houve queda do crescimento econômico, parte do novo parque industrial não funcionava e os efeitos negativos do bloqueio norte-americano se intensificaram. Por consequência, existia dificuldade no financiamento das importações necessárias ao país. Com isso, a partir de 1963, Cuba voltou a priorizar a produção de açúcar para exportação, a qual passaria a ser destinada, em grande medida, aos países do Bloco Soviético, que, em troca, forneceriam à ilha produtos industrializados, petróleo e alimentos.

De acordo com Furtado (1970), o governo cubano adotou a nova orientação econômica, cujo centro era a retomada da produção açucareira, a partir de 1963. A nova política pretendia amenizar as crescentes dificuldades econômicas: o déficit na balança comercial, em 1963, chegara a 323 milhões de dólares. Com isso, a capacidade de importação de Cuba ficava comprometida. Sem recursos para a importação, não era possível, segundo o autor, financiar a assimilação de tecnologia avançada. Dito de outra forma, o país precisava de recursos financeiros para investir em seu desenvolvimento econômico, e isto era impossível sem equilibrar o comércio externo deficitário. Furtado (1970, p. 344) faz a seguinte observação sobre esse tema: “[...] a possibilidade de transformar a estrutura econômica ficaria na dependência da capacidade para importar, pelo simples fato de que a faculdade para transformar recursos de uma economia subdesenvolvida e não industrializada é extremamente limitada”.

A nova orientação econômica, portanto, objetivava recuperar a capacidade para importar por meio da agricultura e da pecuária em geral e, em particular, da produção de açúcar para exportação. “Desta forma, Cuba retoma a linha básica de sua evolução econômica em um novo contexto”, assinala Furtado (1970, pg. 346). A eleição do açúcar como eixo da atividade econômica se explicava pela existência de uma estrutura produtiva (engenhos e plantações) já montada no campo mediante

⁶⁴ No tocante à relação entre as dificuldades econômicas e a perda de força das ideias de Che Guevara, escreve Pericás (2018, p.156-157): “Aos poucos, porém, a aceitação das ideias do ‘guerrilheiro heróico’ começou a perder força, à medida que seu projeto econômico aparentemente não apresentava os resultados esperados. Em 1965, a partir de sugestões de Carlos Rafael Rodríguez, os incentivos materiais voltar a ser proeminentes. Os estímulos propostos por Fidel na ocasião foram viagens a outros países socialistas e entrega de refrigeradores e motocicletas. Naquele ano foram distribuídas 1.500 geladeiras, 1.000 motos, 500 viagens a democracias populares e 2 mil à praia de Varadero. Dos tours internacionais, porém, apenas 80 foram aceitos: a maioria dos agraciados preferiu trocá-los por bens de consumo duráveis”.

séculos de exploração, pelo baixo nível de capitalização do conjunto da economia e também pela oferta de mão de obra relativamente barata.

Uma das consequências do expressivo déficit na balança comercial foi a generalização do racionamento de mercadorias importadas, como diversos tipos de alimentos. Por outro lado, inúmeros projetos relacionados com o programa de industrialização foram abandonados, levando ao desperdício de máquinas e equipamentos que haviam sido comprados. Os recursos existentes foram concentrados para o investimento prioritário na capitalização da produção agroexportadora. Recuperar e ampliar a produção açucareira, a fim de retomar a capacidade de importação, passou a ser o objetivo primordial.

A reorientação da política econômica andava em consonância com o aprofundamento dos laços com a União Soviética. Numa viagem à Rússia, de 27 de abril a 5 de junho de 1963, Fidel Castro costurou acordos que moldariam a inserção da economia cubana no Bloco Soviético nos anos seguintes. Khrushchov impeliu Castro a abandonar o projeto *guevarista* de industrialização rápida e a concentrar esforços na retomada da produção de cana-de-açúcar. Os técnicos soviéticos argumentaram que a priorização de investimentos na agricultura permitiria uma melhora mais rápida no padrão de vida da população. Os acordos firmados para compra do açúcar cubano previam, além do aumento preço pago pelo produto, a elevação da quantidade comprada, bem como a venda no mercado internacional da produção excedente. Deste modo, a União Soviética dava uma considerável ajuda para a ilha sair do estancamento econômico. Porém, havia um outro lado desse processo de especialização produtiva. Bandeira (2009, p. 539) o coloca em relevo:

A implementação desta política evidentemente induziria Cuba a estabelecer com a União Soviética um relacionamento econômico do mesmo tipo neocolonial mantido com os Estados Unidos até 1960, e possibilitaria pelo menos tornar mais efetiva a ajuda que a União Soviética lhe prestava, uma vez que condições para reduzi-la, em futuro imediato, não se vislumbravam.

O isolamento imposto pelos Estados Unidos conduziu Cuba para uma condição de rápida dependência em relação à URSS. O acordo assinado pelos dois países, em janeiro de 1964, estabelecia a compra de 2,1 milhões de toneladas de açúcar cubano em 1965, 3 milhões em 1966, 4 milhões em 1967 e 5 milhões por ano de 1968 a 1970. Os termos do acordo amarravam a ilha à condição de

monoprodutora de açúcar e importadora de bens de consumo. Nesse aspecto específico, ocorria uma repetição da relação anterior que Cuba tinha com os Estados Unidos.

Fernandes (2012) argumenta que a sobrecarga herdada pela Revolução (a estrutura econômica subdesenvolvida) constituiu o principal obstáculo para a obtenção de uma diferenciação da economia mais rápida e ambiciosa. Segundo ele, devido aos estreitos limites do excedente econômico de que dispunha, Cuba não poderia encarar, de modo simultâneo, a revolução agrícola e a revolução industrial. Seria preciso obter, nesta visão, uma acumulação inicial no setor agrário para o posterior investimento na transformação industrial. Os primeiros esforços econômicos, visando ao aproveitamento da capacidade produtiva instalada, esgotaram-se rapidamente. A racionalização econômica teria sido o aspecto principal da política econômica nos primeiros anos da Revolução. O autor também considera o ano de 1963 como ponto de inflexão na política econômica, que marcaria o retorno à prioridade da agricultura em relação à indústria. Assim como Furtado, Florestan acreditava em que a nova política econômica, centrada na produção açucareira, era inescapável⁶⁵.

Um relevante aspecto social ocorrido no período, o qual teve significativa repercussão econômica e política, consiste na emigração de cubanos após o triunfo da Revolução. Os primeiros a deixarem a ilha, depois da derrubada da ditadura, foram os que estavam diretamente envolvidos com o governo de Batista. Segundo Gott (2006), as estimativas sugerem que pouco mais de 40 mil pessoas tenham deixado Cuba nos dois primeiros anos. O segundo êxodo, formado pelos descontentes com os rumos da Revolução, foi maior: 80 mil pessoas em 1961. Cerca de 14 mil crianças foram enviadas para os Estados Unidos sozinhas de avião entre 1961 e 1962. Em setembro de 1965, milhares deixaram a ilha de barco, no que ficou conhecido como o *êxodo de Camarioca*. A composição social da emigração ao longo dos anos sessenta era fundamentalmente de membros da burguesia e das camadas médias do país.

⁶⁵ Fernandes (2012, p.184) faz a seguinte consideração sobre a política econômica centrada da recuperação da produção açucareira: “Só a experiência mostraria que os ‘males de Cuba’ não provinham do açúcar, mas do padrão neocolonial de dominação imperialista e de desenvolvimento capitalista. Por fim, a sedução pela industrialização maciça rápida, que gerou tantas concepções e anseios simplistas, constituía uma típica manifestação de moléstia infantil, que seria superada em pouco anos”.

A comunidade de exilados cubanos na Flórida, formada principalmente pela elite cubana expropriada, se organizaria como polo permanente de oposição à Revolução, empreendendo em associação com o governo norte-americano, ao longo das décadas seguintes, inúmeras ações de sabotagem, terrorismo e campanhas políticas subversivas visando a derrubada de Fidel Castro e a retomada das propriedades nacionalizadas.

No que concerne aos efeitos econômicos da emigração, analisa Gott (2006, p. 245):

Para o governo cubano, a emigração em larga escala nos primeiros anos representou uma perda seria de qualificações profissionais e técnicas, ainda tivesse tido as suas vantagens políticas — e até econômicas. Dudley Seers, um economista britânico, descobriu numa viagem de estudos em 1962 que a emigração propiciou ao governo um grande suprimento de casas e automóveis, já que os refugiados tiveram de abrir mão desses bens. Também reduziu a demanda de bens de consumo, e mudou ao mesmo tempo a sua composição, pois os que partiram eram em grande parte consumidores de “bens de luxo”.

Do ponto de vista especificamente político, vale notar, ainda que sucintamente, alguns acontecimentos do período abordado que se comunicam com a mudança da política econômica. Nos anos sessenta, o governo cubano atuou para expandir a revolução na América Latina por meio da estratégia do *foco guerrilheiro*. Fidel Castro compreendia, naquele momento, que a expansão da revolução pelo continente era a melhor forma de proteger Cuba da contrarrevolução. Guevara, por sua vez, acreditava em que a luta revolucionária dos povos latino-americanos, empreendida pelas guerrilhas contra o imperialismo norte-americano e o capitalismo, deveria ter como objetivo final a constituição de uma grande pátria socialista na América Latina. Desse modo, Che retomava, em versão comunista e guerrilheirista, a estratégia continental de Simon Bolívar e José Martí.

Com essa orientação, o governo cubano empreendeu expressivos esforços financeiros para o treinamento de guerrilheiros vindos de diversos países, assim como para o envio de cubanos treinados a guerrilhas de alguns países da América Latina e África. O Estado cubano também se converteu, nesta década, numa liderança do movimento anti-imperialista de países do “Terceiro Mundo”, cujo auge

foi a realização da Conferência Tricontinental em Havana, em 1966, a qual reuniu delegações de 82 países⁶⁶.

O assassinato de Che Guevara na Bolívia, em 9 de outubro de 1967, marcaria um ponto de inflexão no impulso internacionalista do governo cubano. A assimilação de Cuba ao Bloco Soviético, no final da década de 1960, implicou uma alteração importante de sua política externa. A ilha, ainda que mantivesse relativa autonomia neste âmbito, passou a se submeter cada vez mais às diretrizes soviéticas no campo das relações externas. Com isso, o governo cubano diminuiu consideravelmente, a partir de 1968, os esforços financeiros e políticos dados aos grupos guerrilheiros na América Latina. As iniciativas político-militares externas de Cuba se deslocariam, nos anos setenta, para o continente africano.

A significativa alteração na orientação econômica foi seguida de uma mudança na política externa: o incentivo à revolução latino-americana foi secundarizado, e Fidel Castro passou a priorizar a consolidação do novo regime à imagem soviética.

1.3.4. O papel econômico de Cuba no Bloco Soviético

Apesar da aproximação crescente, Cuba não se converteu em um mero “satélite” soviético na década de 1960. O governo cubano atuou com relativa autonomia nas mais variadas esferas. No âmbito econômico, como já assinalado, a ilha buscou construir, entre 1959 e 1963, um caminho de desenvolvimento próprio, que visava à industrialização e à diversificação econômica. Na esfera das relações externas, a ilha atuou com empenho no apoio a guerrilhas em países da América Latina e da África, em uma linha de expansão da revolução que contrastava fortemente com a doutrina de coexistência pacífica defendida pela União Soviética.

⁶⁶ “A Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina de 1966, mais conhecida como Conferência Tricontinental, continua a ser reconhecida como um dos maiores encontros de sempre do movimento mundial anti-imperialista. Mais de 500 representantes dos movimentos de libertação nacional, movimentos de guerrilha e governos independentes de cerca de 82 países reuniram-se em Havana, Cuba para discutir questões estratégicas prementes confrontando o movimento anti-imperialista na altura. Entre os delegados estiveram presentes algumas das figuras mais proeminentes do movimento anti-imperialista, incluindo Fidel Castro, Salvador Allende e Amílcar Cabral”. (TRICONTINENTAL, 2019).

Portanto, a aproximação política e os acordos econômicos estabelecidos com os países do Bloco Soviético não representaram, até aquele momento, alinhamento automático e subordinação política de Cuba.

Porém, ao passo que as dificuldades econômicas aumentavam (em boa medida, em razão dos efeitos do embargo norte-americano e do isolamento internacional no mundo capitalista) e que o esperado avanço da revolução na América Latina não ocorria (a derrota da guerrilha de Guevara na Bolívia e a sua precoce morte em 1967 representaram um duro golpe na estratégia continental cubana), Fidel Castro viu-se impelido a aprofundar os laços políticos e econômicos com a União Soviética como forma, antes de mais nada, de proteção econômica e militar.

A nova orientação econômica, adotada a partir de 1963, que centrou esforços na produção açucareira, desmontando os ambiciosos planos de industrialização traçados por Guevara, já revelava a crescente influência soviética. No âmbito político, a guinada demoraria mais alguns anos para acontecer. O marco foi o ano de 1968, quando Fidel Castro declarou apoio à ocupação da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia. A posição do líder cubano, em apoio à intervenção militar comandada pela União Soviética, rompia com a tradição dos revolucionários cubanos de defesa intransigente da autodeterminação dos povos⁶⁷. A intervenção soviética nos assuntos internos da Checoslováquia teve dois objetivos principais: esmagar a revolta popular em prol da democracia socialista e estabelecer um governo pró-soviético no país, tirando Alexander Dubček do poder (BROUÉ, 1979).

Depois desse momento simbólico em 1968, em que ficou evidente a subordinação de Fidel Castro à União Soviética em um relevante tema internacional, o processo de integração de Cuba ao Bloco Soviético se aprofundou velozmente, tanto no campo econômico como na esfera política. O papel econômico de Cuba no

⁶⁷ Sobre a posição de Fidel Castro em relação à ocupação de Praga pelos soviéticos, observa Gott (2006, p. 266): "O momento de decisão veio no ano seguinte, em agosto de 1968, quando forças do Pacto de Varsóvia comandadas pela União Soviética invadiram a Checoslováquia e estabeleceram um novo governo pró-soviético em Praga. Muitos cubanos, inclusive próximos de Castro, presumiram que tal intervenção fosse provocar hostilidade e críticas cubanas. Teriam uma dura surpresa". Bandeira (2009, p. 603) avalisa da seguinte forma a justificação dada por Fidel à intervenção militar na Checoslováquia: "Ainda que reconhecesse a violação dos princípios de autodeterminação e respeito à soberania nacional, assim como reiterasse as críticas de Guevara às políticas adotadas nos países socialistas, justificou a intervenção militar na Checoslováquia, por considerá-la um imperativo, a fim de evitar o restabelecimento do capitalismo naquele país".

interior do Bloco, em consonância com o que já se estava ocorrendo no final dos anos sessenta, foi reforçado e consolidado. A ilha teria a função de exportar — principalmente — açúcar para a União Soviética e aos países do Leste Europeu; em troca, receberia bens industrializados e alimentos, além de empréstimos destinados a investimentos na produção e na expansão dos serviços sociais⁶⁸. Este seria a função econômica de Cuba no interior do Bloco Comunista pelas duas décadas seguintes. Gott (2006, p. 272.) avalia a centralidade assumida pela produção açucareira nas relações econômicas entre Cuba e a União Soviética:

O açúcar era único produto cubano que o novo amigo e aliado realmente queria para os seus próprios consumidores, e logo a ilha estava produzindo mais do que nunca. A produção aumentou 40 por cento de 1960 a 1990, período em que os canaviais passaram a ocupar 45 por cento da terra arável de Cuba — uma vasta extensão, que talvez devesse produzir alimento para o consumidor cubano, embora tais discussões sejam para o futuro. A indústria açucareira também era uma grande empregadora, com 235 mil pessoas trabalhando no lado agrícola da produção ao final da década de 1980, e 140 mil no lado industrial.

A enorme dependência econômica assumida cobraria seu preço político. Embora Fidel Castro tenha mantido certa autonomia política, a verdade é que Cuba foi obrigada a seguir as diretrizes gerais ditadas por Moscou no campo da política internacional. Bandeira (2009, p. 618-619) aborda a autonomia relativa de Fidel Castro manifestada no envio de tropas cubanas a países africanos:

A atitude de Castro, ao intervir na guerra civil de Angola em favor de Agostinho Neto, ao qual Che Guevara, na primeira metade dos anos 1960, prometera cooperação, obedeceu, naturalmente, a motivos políticos e ideológicos, e não aos interesses da União Soviética. Conquanto se retraísse na exportação de guerrilhas para a América Latina e limitasse a assistência (treinamento, assessoramento e armas) apenas à Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua) e à Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí (El Salvador), Castro não abdicara de sua militância internacional e intensificara a presença de Cuba na África, não mais de forma subversiva, porém atendendo ao apelo de Angola, bem como, em 1977, da Somália e da Etiópia.

⁶⁸ Gott (2006, p. 629-630) explica o interesse soviético pelo açúcar cubano: “Esses acordos favoreceram-na (Cuba), mas foram, naturalmente, muito vantajosos para os soviéticos, pois o preço que passaram a pagar pelas importações de açúcar, 800 rublos por tonelada, mais alto do que o cotado no mercado mundial, era, ainda assim, menor do que o custo, cerca de 1000 rublos a tonelada, para produzi-lo a partir da beterraba”.

Para além desse aspecto, a ilha copiou dos soviéticos o modelo estatal, governamental e partidário de tipo *burocrático-stalinista*⁶⁹, que suprimiu liberdades democráticas, estabelecendo elevado nível de repressão estatal. Desse modo, do final dos anos sessenta até o fim dos oitenta, a sociedade cubana foi moldada nos mais variados aspectos — política, ideológica, cultural e economicamente — pela influência da União Soviética. Sílvia Cezar Miskulin (2009, p. 253) trata na passagem a seguir da eliminação das liberdades no campo cultural no país já nos anos sessenta:

Ficava cada vez mais claro que, já nos anos sessenta, a política cultural oficial não ia tolerar em Cuba as rebeldias juvenis, a diversidade de comportamentos e a livre orientação sexual, marca registrada dos movimentos estudantis em muitos países do mundo ocidental. Nesse sentido, a Revolução Cubana colocou-se na contramão desses movimentos de contestação. Os novos comportamentos e ideários da juventude também estiveram presentes na ilha, pois Cuba não estava isolada do resto do mundo no anos sessenta, mas a política repressora do governo buscou coibir e eliminar os focos de resistência crítica cultural, de práticas libertárias relacionadas com a orientação sexual e de comportamentos inovadores da juventude, entre eles os dos escritores e artistas [...].

A priorização da produção açucareira não deu resultados rápidos. Mesmo com a substancial elevação do investimento, o aumento da produção foi lento, de modo que Cuba não conseguia cumprir com as quotas especificadas nos acordos com a União Soviética. As safras de 1968 e 1969, por exemplo, não superaram 3,7 milhões de toneladas. Com o objetivo de impulsionar a produção, Fidel Castro proclamou o ambicioso objetivo de atingir 10 milhões de toneladas em 1970. A campanha contagiou a população e absorveu parte significativa dos recursos internos disponíveis. O resultado obtido não foi nada desprezível — 8,5 milhões de toneladas foram produzidas. Porém, com todo esforço humano e recursos materiais despendidos, o fato de não ter sido alcançada a meta gerou uma onda frustração no

⁶⁹ A respeito do caráter estatal burocrático, de tipo estalinista, dos países soviéticos, incluindo Cuba, assinala Eric Hobsbawm (1995, p. 384-385): “Os Estados comunistas que passaram a existir após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, todos, com exceção da URSS, eram controlados por partidos comunistas formados ou modelados nos moldes soviéticos, ou seja, estalinistas. [...]. Em todos eles, encontramos sistemas políticos unipartidários com estruturas de autoridade altamente centralizadas; verdade cultural e intelectual oficialmente promulgada, determinada pela autoridade política; economias centrais planejadas pelo estado; e, até mesmo, relíquia mais óbvia da herança stalinista, líderes supremos de forte perfil”.

país. As consequências econômicas foram ainda piores: praticamente todos setores produtivos, em maior ou menor medida, foram sacrificados em função da colheita de 1970. Por consequência, ao final dela, diversos ramos da produção nacional haviam decrescido sensivelmente e a economia, em seu conjunto, encontrava-se completamente desorganizada. Em 1971, a produção foi de 5,9 milhões de toneladas, não sofrendo grandes variações nos anos seguintes.

A exportação de açúcar consolidou-se como o pilar de sustentação econômica da ilha nos anos setenta, sendo responsável por três quartos das reservas em moeda estrangeira ao longo da década. Gott (2006, p. 273, *italico do autor*) descreve a importância econômica do produto na economia da ilha no período:

A cota soviética deu a Cuba pão e manteiga, enquanto o açúcar vendido em outros lugares fez entrar no país dólares muito necessários. As exportações de açúcar para os mercados ocidentais renderam entre US\$ 200 e US\$ 300 milhões por ano durante a maior parte da década de 1970, mas uma imensa alta no preço mundial, em 1974 e 1975, aumentou os ganhos de Cuba para cerca de US\$ 800 milhões no primeiro e US\$ 1,2 bilhão no segundo ano — em certa medida um *annus mirabilis*.

Em termos econômicos, os últimos anos da década de sessenta não podem ser caracterizados somente pelo foco na produção açucareira, é preciso destacar também o avanço da estatização da economia nacional, que adentrou nos últimos redutos de atividade privada que existiam no país. Nomeada de “ofensiva revolucionária”, as medidas, anunciadas em março de 1968, representaram a estatização de todo o setor comercial do varejo (antes 25% ainda eram controlados pela iniciativa privada), atingindo 58.012 negócios, entre eles, restaurantes, vendedores ambulantes, bares, pequenas lojas e oficinas mecânicas. A escalada estatizante expropriou também o pouco que havia sobrado de indústria privada, de 2 a 5% do total do setor.

Após a “ofensiva revolucionária”⁷⁰, apenas as terras pertencentes aos camponeses, 30% do total, e uma reduzida parte dos transportes (como os taxistas donos dos próprios veículos), permaneceram como propriedade privada. Cuba era, àquela altura, certamente, um dos países no mundo com mais alta porcentagem de propriedade estatal, de acordo com Bandeira (2009). A ampliação da estatização, contudo, não foi unânime no governo cubano. Sobre isso descreve o autor (2009, p. 601):

Esta medida, à qual Carlos Rafael Rodriguez e metade do Bureau Político se opuseram, abertamente, porque o Estado não tinha como manter toda uma força de trabalho, que ficaria sem meios de subsistência, foi totalmente imposta por Fidel Castro e visou, segundo justificativa oficial, a erradicar as compras ilícitas que os pequenos comerciantes faziam aos agricultores privados, reduzindo as vendas ao Estado e fomentando o mercado negro, embora alguns estudiosos afirmassem que ela teve como propósito eliminar a concorrência que os negócios particulares, com mais êxito, faziam ao Estado.

É salutar sublinhar que o processo de integração da economia cubana ao Bloco Soviético deu um salto quando a ilha ingressou formalmente, em 1972, no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME), também conhecido como COMECON (*Council for Mutual Economic Assistance*), que foi criada pela União Soviética em 1949, representando a união do país com a Checoslováquia, a Polônia, a Hungria, a Polônia, a Bulgária e a Romênia, e, a partir de 1950, também com a República Democrática Alemã e a Albânia.

Neste mesmo ano, em dezembro, Fidel Castro foi a Moscou assinar um acordo econômico, de duração de quinze anos, com Leonid Brejnev, que havia sido recentemente eleito secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Com o novo acordo, os russos passaram a pagar mais caro pelo açúcar cubano, concordaram em adiar o pagamento da dívida cubana por quinze anos e também aprovaram a concessão de novos créditos, a juros reduzidos, para

⁷⁰ Bandeira (2009, p. 602) salienta que a “ofensiva revolucionária” se estendeu a outros setores da sociedade cubana: “A ‘ofensiva revolucionária’ não se limitou à economia. Também liquidou o que ainda havia em Cuba de liberdade de expressão. O governo revolucionário, que já antes da morte de Che Guevara restringira o conceito de liberdade para a palavra dos intelectuais, fechou o recém-inaugurado Museu de Arte Contemporânea, que já contava com numerosas obras doadas por artistas de todo o mundo, e acabou com a crítica ao realismo socialista e a independência da arte e da cultura ‘pequeno-burguesas’. E Castro proclamou que ‘dentro da revolução, tudo; fora da revolução, nada’”.

investimentos na ilha — foram 350 milhões de dólares ao longo de três anos, além de envio de pessoal para ajuda técnica e operacional. Segundo Bandeira (2009, p. 630-631), com a plena inserção de Cuba no bloco, “a participação da União Soviética no total das transações de Cuba saltou de 51,7% para 70,5% (de 64% para 83% com o CAME) entre 1970 e 1985”.

A inserção formal da economia cubana no Bloco de países soviéticos permitiu ao governo cubano aplicar o método soviético de planificação econômica, bem como os sistemas de autogestão financeira para as empresas e os instrumentos de projeções econômicas de curto e médio prazo, empregando novas técnicas de computação e modelos de coleta de dados estatísticos. A nova arquitetura econômica, elaborada com o auxílio de conselheiros soviéticos, foi configurada pelo novo sistema de planejamento de Cuba — chamado de Sistema de Direção e Planificação da Economia (SDPE) —, que buscava introduzir noções de lucros, bem como promover maior descentralização e eficiência econômicas.

O SPDE era uma versão mais atenuada da reforma econômica ocorrida em diversos países soviéticos na década de sessenta, a qual havia sido alvo de duras críticas de Guevara⁷¹. O economista cubano Humberto Pérez, formado em Moscou, passou a dirigir a Junta Central de Planificação (Juceplan), sendo o principal responsável pela condução da estratégia econômica nos dez anos seguintes. O primeiro e o segundo planos quinquenais (1976-1980 e 1981-1985) foram resultado deste novo modelo de gestão econômica⁷². Sobre as consequências de sua implementação, analisa Fernandes (2012, p. 199):

Esse entrosamento maior em programas de larga duração nas relações com os países do Comecon e com a União Soviética contém implicações óbvias. Ele exige um mínimo de uniformização

⁷¹ Fernandes (2012, p. 199-200) coloca uma importante citação de Fidel Castro na qual ele avalia o novo modelo de gestão econômica adotado: “O sistema que se propõe tem muito em conta a presença das leis econômicas que têm vigência no período de construção do socialismo, e que existem independentemente das nossas vontades e desejos. Entre essas leis está a lei do valor, a necessidade de entre todas as empresas, incluindo as estatais, haja relações de cobranças e pagamentos, e que nestas relações e em geral nas diversas relações que se produzem na economia, funcione o dinheiro, os preços, as finanças, os orçamentos, os impostos, os créditos, os lucros e demais categorias mercantis [...]”.

⁷² Fernandes (2012, p. 167) avalia o significado do novo modelo: “No mencionado relatório de Fidel Castro fica evidente que a principal alteração básica vai surgir numa retomada mais ortodoxa do sistema de cálculo econômico [...]. Apesar da ênfase compensadora que ele põe na motivação moral, é claro que Cuba entrará, sob o primeiro plano quinquenal, na fase típica de uma concentração de esforços para acelerar o desenvolvimento econômico.”

da economia cubana com referência aos dinamismos econômicos do mercado socialistas. O que pressupõe maior rigor na planificação centralizada e na previsão econômica.

Entre 1975 e 1985, a economia cubana registrou as maiores taxas de crescimento do período pós-Revolução. Segundo Gott (2006), de 1970 a 1988, o crescimento médio foi de 4,1%, enquanto na América Latina, no mesmo intervalo, a taxa foi somente de 1,2%. Apesar do crescimento econômico mais acelerado nestes anos, Cuba continuava a enfrentar difíceis obstáculos para lograr um padrão de desenvolvimento superior.

Em 1980, o país era mais industrializado do que nos tempos de Fulgêncio Batista. De acordo com Bandeira (2009), os investimentos programados nos acordos com a União Soviética para aplicação no setor produtivo deram resultados: em 1975, os investimentos brutos chegaram a 2,3 bilhões de pesos, três vezes mais do que em 1970. A ilha tinha um número significativamente maior de fábricas em relação ao período pré-Revolução.

A dependência em relação ao açúcar cresceu ainda mais. Em 1982, a venda deste produto representava 83% do valor total das exportações da ilha, enquanto, em 1959, era de 80%. Bandeira (2009, p. 629-630) faz a seguinte apreciação da inserção econômica do país no Bloco Soviético:

A integração de Cuba na COMECON contribuiu para perpetuar a estrutura monoprodutora e agroexportadora de sua economia, ao condicioná-la à especialização e ao definir-lhe o destino como o maior fornecedor de açúcar e níquel do Bloco Socialista, cenário não muito diferente daquele que haveria se a revolução não ocorresse e Cuba continuasse na órbita dos Estados Unidos. Essa integração constituiu, decerto, uma consequência inelutável do nível que suas relações econômicas e comerciais com os países do Bloco Socialista atingira. Entre 1960 e 1972, Cuba importara mercadorias no total de 5,5 bilhões de rublos apenas da União Soviética, porém não tivera capacidade de pagar, com suas exportações, mais do que 3,3 bilhões, sendo, portanto, da ordem de 2,2 bilhões de rublos o volume da ajuda que recebeu, naquele período, sob a forma de créditos, correspondentes a cerca de 4% do seu Produto Social Bruto, conceito (semelhante ao PNB) adotado na contabilidade do extinto Bloco Socialista.

Apesar de Cuba não ter alcançado uma nova e mais desenvolvida configuração produtiva — uma vez que manteve-se presa à estrutura econômica fundamentalmente monoprodutora e agroexportadora —, o regime socioeconômico

estabelecido pela Revolução, de transição ao socialismo, trouxe relevantes conquistas sociais ao país⁷³. A ilha promoveu uma radical distribuição de renda, reduzindo drasticamente as desigualdades sociais, em particular entre o campo e a cidade. Além de alcançar o fim do analfabetismo, do desemprego e da miséria, o país construiu uma extensa rede de serviços públicos gratuitos, de qualidade e universais (educação, saúde, assistência social, entre outros). O acesso à cultura, ao lazer e ao esporte também se expandiu. As condições de vida, para os trabalhadores e a população mais pobre, melhoraram sensivelmente depois de 1959. Isto só foi possível porque parte significativa dos empréstimos soviéticos e das divisas logradas com a exportação do açúcar foi destinada a investimentos sociais.

A ruptura com o sistema capitalista viabilizou, portanto, além da obtenção da soberania nacional, conquistas sociais qualitativas. Porém, esta revolução na esfera social não foi acompanhada de uma transformação qualitativa na configuração produtiva. Em outras palavras, não houve a combinação da expansão dos serviços públicos com uma revolução industrial, conquanto os investimentos sociais tenham formado um expressivo e desenvolvido setor estatal da economia ligado aos serviços educacionais, de atendimento médico, pesquisas científicas, entre outras atividades.

Conforme foi sublinhado, a especialização econômica de Cuba, no marco da divisão internacional do trabalho existente no Bloco Soviético, financiou a notável ampliação dos serviços públicos enquanto direitos sociais oferecidos ao conjunto da população⁷⁴. O governo cubano sacrificou — em razão, sobretudo, de condições objetivas impostas pelo contexto histórico — o projeto de industrialização e

⁷³ Diversos dados relativos ao desenvolvimento social de Cuba após 1959 podem ser conferidos na seção 2.4 do segundo capítulo.

⁷⁴ A formação de uma mão de obra qualificada pelo sistema educacional cubano permitiu ao país “exportar” parte seus profissionais em programas internacionais de auxílio. Cerca de 110 mil cubanos, como, por exemplo, médicos, enfermeiros e engenheiros, participaram dessas “missões” até o fim dos anos oitenta. Sobre o impacto financeiro desses programas, informa Bandeira (2009, p. 622): “essas ‘missões internacionalistas’, tanto militares como civis, foram consistentes com os princípios ideológicos, sempre evocados por Fidel Castro, mas certamente gratuitas não foram. Em 1977, elas geraram divisas pra Cuba no valor de US\$ 50 milhões, cerca de 9% do valor das commodities exportadas para os países capitalistas e, dois anos depois, apenas dois contratos, um com a Líbia, no valor de US\$ 25 milhões, e outro com Angola, que também pagava os custos das tropas cubanas, propiciaram-lhe obter cerca de 18% de sua receita em moedas fortes. De acordo com os cálculos do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em 1980, com as ‘missões internacionalistas’, obteve possivelmente uma receita de US\$ 100 milhões, o equivalente a 6% do valor das commodities que ela exportara para os países do Ocidente”.

diversificação econômica, em troca de um desenvolvimento social sustentado pelos acordos de cooperação econômica com a União Soviética.

Vale destacar um acontecimento político ocorrido no final do período abordado, o qual simboliza, de certa forma, as mudanças de orientação do governo cubano, no tocante à política para as revoluções latino-americanas, depois da plena incorporação de Cuba ao Bloco Comunista. Trata-se da eclosão da revolução na Nicarágua no final dos anos setenta. A guerrilha Sandinista, que derrubaria, com amplo apoio popular, a brutal ditadura de Somoza em 1979, recebeu armas e assessores de Cuba. Porém, o número de militares cubanos enviados à Nicarágua foi muito inferior ao contingente enviado a Angola e à Etiópia, por exemplo. O que explica essa tímida ajuda dada a uma revolução democrática e anti-imperialista que ocorria num país vizinho — que relembra, pelas similaridades do processo, a Revolução Cubana de vinte anos antes — é que Fidel Castro queria evitar maiores atritos com os Estados Unidos e indisposição com a União Soviética. Por isso, o líder cubano orientou moderação política aos sandinistas. Sobre esse ponto, assinala Bandeira (2009, p.623):

E Castro recomendou a Daniel Ortega cautela e moderação, que mantivesse boas relações com o máximo de países e não apenas minimizasse conflitos com os Estados Unidos, não se engajando em provocação desnecessária, como evitasse cair em excessiva dependência da União Soviética. Essa revolução — acentuou — não necessita reproduzir uma “nova Cuba”, antes deveria produzir uma “nova Nicarágua”.

Na Nicarágua, diferentemente de Cuba, a tomada do poder pela guerrilha não levou à ruptura com o sistema capitalista. Mesmo assim, os Estados Unidos deram suporte à sangrenta contrarrevolução, na década de oitenta, por meio do financiamento e treinamento de grupos armados conhecidos como “os contras”. Sem ter levado a revolução à ruptura socialista, o governo sandinista, presidido por Daniel Ortega, seria substituído pela direita burguesa, depois de perder eleições para Violeta Chamorro, em abril de 1990. Em El Salvador, também ocorreu uma revolução, mas lá a guerrilha não chegaria à derrubada do governo.

Foi significativo, do ponto de vista da atuação de Cuba neste contexto revolucionário na América Central, o apoio financeiro e militar moderado, assim como as orientações políticas de cautela dadas por Fidel Castro. Essa abordagem

contrastava com a linha dos anos sessenta, que proclamava a necessidade e a urgência da revolução socialista em toda América Latina.

As ações contrarrevolucionárias patrocinadas pelo governo norte-americano na América Central, na década de oitenta, se deram sob a Presidência de Ronald Reagan, que havia substituído, no início de 1981, o democrata Jimmy Carter, responsável pelo distensionamento das relações com Cuba — certamente o melhor momento da relação entre os dois países desde a Revolução. A administração Reagan recrudesceu as medidas econômicas e políticas contra a ilha. O governo cubano, em resposta, buscou desenvolver novos mecanismos de defesa em caso de agressão militar norte-americana⁷⁵.

Em meados da década de oitenta, já era nítido que o Bloco dos países soviéticos, que já se encontrava estagnado do ponto de vista do crescimento econômico na década de setenta, tinha entrado em um período de declínio. Cuba seria diretamente afetada por esse processo de decadência. Conectada ao mercado mundial por meio das relações com o COMECON, a ilha não saiu ilesa da crise econômica e financeira de 1982 que atingiu a América Latina e abalou o Bloco Soviético, sobretudo ao impactar a Alemanha Oriental e a Polônia.

Fidel Castro que, desde 1977, havia incentivado contratos de *joint ventures* com empresas estrangeiras, intensificou essa política na primeira metade da década de oitenta. Uma lei de investimentos estrangeiros foi adotada por Cuba, concedendo isenção de impostos ao capital externo sobre o uso da terra e de materiais importados, repatriação dos lucros e participação de até 49% nas empresas cubanas. O intuito era atrair capitais estrangeiros para os setores de turismo, indústria leve, equipamentos médicos, construção, agroindústria e medicina.

Todavia, quando a crise na União Soviética começou a se intensificar, no início da segunda metade dos anos oitenta, e Mikhail Gorbachev definiu-se por um radical programa de reformas de abertura capitalista, Fidel Castro, opondo-se à linha soviética, tomou o sentido contrário, reforçando o caráter estatal da economia. A

⁷⁵ Sobre esse tema, discorre Bandeira (2009, p. 626): “Desde que percebera, aliás, que Reagan, como um programa de governo beligerante, ganharia a eleição para a presidência dos Estados Unidos, Castro começara a preparar-se para o enfrentamento, modificando sua doutrina militar, com o conceito de Guerra de Todo el Pueblo, em que Cuba teria de defender-se sozinha, com seus próprios meios, em uma luta sem frente nem retaguarda, empregando as Milícias de Tropas Territoriais e as Brigadas de Produção e Defesa, organizadas em cada província e em seus 169 municípios”.

nova política econômica adotada em 1986 e os anos finais da União Soviética serão tema do próximo ponto.

1.3.5. Mudança de política econômica e crise final da União Soviética

Ao longo da década de setenta, a inserção no Bloco Soviético acarretou em uma formatação econômica de Cuba que espelhava as assimetrias dos países pertencentes ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON). A União Soviética, àquela altura, era a segunda maior potência industrial do planeta, em termos de capacidade produtiva instalada. Outros países da Europa Oriental também contavam com expressivo parque industrial, como, por exemplo a República Democrática Alemã, a Hungria e a Checoslováquia.

Ao mesmo tempo, observados em seu conjunto, os países europeus do Bloco era responsáveis por uma considerável produção agrícola. Desta forma, estavam aptos a exportar alimentos e produtos manufaturados à ilha. Cuba, em contrapartida, podia oferecer um produto de primeira necessidade aos seus parceiros — o açúcar —, cujo preço de custo para produção interna na União Soviética (o açúcar lá era feito da beterraba) era bem mais alto do que o preço pago pelo açúcar cubano.

Além desta relação fundamental que caracterizou a inserção cubana no COMECON, é preciso destacar a importância dos empréstimos soviéticos. O financiamento a juros baixos e prazos largos de pagamento foi vital para que Cuba pudesse construir e ampliar sua rede de serviços públicos, bem como investir em indústrias e maquinários mais modernos.

Na segunda metade dos anos oitenta, o período de robusto crescimento econômico (em média 4,1% desde o início da década de setenta) se esgotara. Além do declínio econômico dos países do Bloco Soviético, Cuba teve que enfrentar uma forte redução no preço do açúcar no mercado mundial e uma combinação infeliz de seca e furacões. A dívida externa do país com bancos privados internacionais havia aumentado de modo expressivo: de 3,6 bilhões de dólares no início dos anos oitenta, pulou para 4,7 bilhões em 1986. Com a União Soviética, esta dívida chegou a 7,5 bilhões de rublos. Naquele ano, Cuba tinha apenas 650 milhões em caixa para importações, ante 1,5 bilhões de dólares em 1984. A escassez de divisas, portanto, era aguda.

Neste contexto de deterioração das condições financeiras, Fidel Castro apresentou, em fevereiro de 1986, uma nova política econômica, que rejeitava em grande parte o modelo soviético. O novo plano intitulado de “Retificação de Erros e de Tendências Negativas” foi apresentado ao terceiro congresso do Partido Comunista Cubano naquele ano. A substituição de Humberto Pérez, que nos dez anos anteriores havia dirigido a estratégia econômica do país em estreita colaboração com os soviéticos, simbolizou o desprestígio com que o modelo importado passaria a ser tratado a partir de 1986.

O programa apresentado buscava responder a três grandes problemas diagnosticados: (a) no curto prazo, obter divisas para manter as importações vitais; (b) em longo prazo, reformular a economia a fim de reduzir o peso das importações, especialmente de alimentos; e (c) retomar a importância dos incentivos morais em detrimento dos materiais (desse modo, os ideais *guevaristas*, baseados nos princípios morais, voltariam a ter influência nos discursos oficiais).

Neste sentido, diversas medidas foram anunciadas, como por exemplo: a suspensão do serviço da dívida externa; o reestabelecimento de mecanismos para o controle centralizado do comércio exterior; uma campanha para promover exportação de produtos não tradicionais; e também um plano de austeridade nos gastos estatais. A nova política econômica levou ao fechamento de “mercados” livres de agricultores e de artesanato, ao fim dos “bônus de motivação”, por aumento de produção, à redução do número de empresas privadas e à proibição da venda, aluguel e construção privadas de moradia. Como se pode notar, as medidas suprimiram diversas concessões aos mecanismos de mercado, sem, no entanto, reverter completamente todas elas⁷⁶ (GOTT, 2006)

⁷⁶ Bandeira (2009, p. 631-632) analisa na passagem seguinte a nova política econômica anunciada em 1986: “[...] Castro proibiu, como Eric Honecker fizera na República Democrática Alemã, a circulação das edições em língua espanhola de duas importantes revistas soviéticas — Sputnik e Moscow News — porque falavam da Glasnot e Perestroika. Ao mesmo tempo, com o Proceso de Rectificación, tratou de reviver princípios aparentados com os que Che Guevara defendera, tais como a redução de estímulos materiais e ampliação dos incentivos morais, reintrodução dos trabalho coletivo e voluntário, brigadas de construção e expansão do papel do Estado na economia. Em consequência, o governo revolucionário proibiu o mercado aberto no setor de serviços, os pequenos fabricantes, os transportadores particulares, o trabalho autônomo e os vendedores ambulantes, bem como fechou os mercados libres campesinos, através dos quais os agricultores particulares poderiam vender livremente uma parte de sua produção e acumular algum capital, com o qual compravam, sobretudo, casas e apartamentos nas cidades”.

A nova orientação econômica de Fidel Castro estava em flagrante oposição às reformas iniciadas por Mikhail Gorbatchov em 1986. A reestruturação econômica (Perestroika) e a política (Glanost) buscavam abrir espaço para uma ampla abertura ao sistema capitalista na União Soviética. O governo cubano caminhava no sentido oposto. Bandeira (2009, p. 631) faz a avaliação deste quadro:

Contudo, em 1986, quando Mikhail Gorbachev deflagrou na União Soviética o processo de reestruturação da economia e democratização da vida política, dando-lhe transparência, o governo revolucionário aparentemente retrocedeu na política de reformas, ao lançar a campanha para “rectificar errores y tendencias negativas”, configuradas pelos “errores economicistas” do SPDE, implementando entre 1976 e 1985, período em que Cuba desenvolvera, “desgraciadamente” e com “notable fuerza”, a tendência para a “copia mecánica” de tudo que na União Soviética se fazia, como o próprio Castro, alguns anos depois, admitiu, verberando: “Todo lo que de aquí venía era sagrado, todo lo que venía de allí era incuestionable, todo lo que estaba en un librito era indiscutible”.

A nova política para “retificação de erros e tendências negativas”, entretanto, não conseguiu reverter a dinâmica de piora das condições econômicas. Mesmo com a suspensão do pagamento da dívidas para os bancos estrangeiros e os novos empréstimos soviéticos (11,6 bilhões de dólares entre 1986 e 1990), Cuba foi obrigada a cortar severamente suas importações em moeda forte e intensificou as medidas de austeridade nos gastos. Com isso, como não podia ser diferente, o consumo das famílias e das empresas foi bastante afetado. Em realidade, nenhuma política interna seria capaz de deter as drásticas consequências oriundas do declínio acelerado que viva naquele momento o conjunto dos países chamados de “socialistas”.

Para entender a *debacle* da União Soviética e do chamado “socialismo realmente existente” na Europa Oriental — fator histórico chave para compreender as transformações na economia cubana nas décadas seguintes —, é preciso colocar em relevo a concepção teórica marxista segundo a qual o socialismo significa a socialização da riqueza, e não da pobreza. Segundo essa leitura, o sistema socialista só poderia ser efetivamente alcançado quando englobasse países capitalistas desenvolvidos, nos quais o patamar qualitativamente superior das forças produtivas permitiria a socialização dos meios de produção e distribuição, conferindo bases materiais ao desenvolvimento de um modo de produção e organização social

superiores ao capitalismo em nível global. Portanto, a viabilidade do projeto socialista está, nessa perspectiva, indissoluvelmente ligada à sua expansão e triunfo em escala internacional. Sobre a consideração teórica a respeito da definição de uma sociedade efetivamente socialista, discorre Leon Trotsky (2005, p. 74):

Mas precisamente do ponto de vista do marxismo, a questão não diz somente respeito às formas de propriedade independentemente do rendimento do trabalho. Marx entendia, em todo o caso, por “estágio inferior do comunismo” o de uma sociedade cujo desenvolvimento econômico seria, desde o início, *superior* ao do capitalismo avançado. Teoricamente, essa maneira de colocar a questão é irreprovável, pois o comunismo, considerado *em escada mundial*, constitui, mesmo no seu estágio inicial, no seu ponto de partida, um grau superior em relação à sociedade burguesa. Marx esperava, aliás, que os franceses comessem a revolução socialista, que os alemães a continuassem e os ingleses a acabassem.

O paradoxo histórico está no fato de que as revoluções anticapitalistas, que expropriaram a burguesia no século XX, ocorreram em países subdesenvolvidos, em sua grande maioria agrários e atrasados, isto é, em países que estavam muito distantes do nível de desenvolvimento dos países capitalistas avançados. Se, de um lado, essas revoluções criaram condições para o desenvolvimento econômico e social das nações que tentaram o árduo caminho de transição ao socialismo — todas elas, em maior ou menor grau, propiciaram a elevação do padrão econômico, social e cultural de vida de suas populações —, por outro, esses países ficaram longe de alcançar a produtividade do trabalho dos países capitalistas-imperialistas, na medida em que a revolução não se estendeu aos países mais avançados.

Perry Anderson (2018, p. 42) analisa o cenário de acelerada deterioração econômica que precedeu a dissolução da União Soviética e sua relação com a desmonte dos mecanismos políticos de centralização:

As taxas de crescimento eram praticamente nulas quando Gorbatchov assumiu o poder, o preço do petróleo - do qual dependia criticamente a receita cambial do governo - já começava a cair, e o peso disso no orçamento só fez crescer conforme a receita do petróleo continuava a despencar. Essa seria uma conjuntura adversa em quaisquer circunstâncias. O que causou seu catastrófico acirramento foi a marginalização do PCUS por Gorbatchov, em sua busca de consagração popular. A economia planejada dependia da capacidade de o Partido assegurar o cumprimento das metas de produção estabelecidas pelo governo central. Como ele fora privado de poder real, sem nenhum substituto efetivo, os gestores

simplesmente deixaram de fornecer seus produtos ao Estado pelos preços fixados e passaram a vendê-los pelo preço que quisessem a quem quer que pudesse pagar. O resultado foi o colapso dos mecanismos de alocação central que regulavam o sistema e a instabilidade crescente das transações comerciais, particularmente aguda no intercâmbio entre as repúblicas.

O Bloco dos países soviéticos, por mais forte que fosse em termos econômicos e militares, não conseguiu competir com a economia capitalista em termos globais. A distância entre eles, que parecia diminuir nas décadas de cinquenta até meados dos anos sessenta, passou a se alargar rapidamente a partir dos anos setenta. Apesar da planificação centralizada da economia (muito prejudicada pelo sistema altamente burocrático que a regia) e da integração econômica por meio do COMECON, o Bloco estava irremediavelmente atado ao mercado mundial capitalista, hegemônico no planeta. A importação de tecnologia avançada e matérias-primas do Ocidente custavam caro, assim como os empréstimos de capital obtidos com os bancos estrangeiros. Sem conseguir competir com os países centrais do capitalismo, que dominavam a economia-mundo, o Bloco Comunista, depois de longa estagnação na década de setenta, declinou rapidamente anos oitenta e, por fim, colapsou entre 1989 e 1991. Bandeira (2009, p. 634) faz a seguinte avaliação deste processo de crise e desintegração:

De um lado, a burocratização do sistema produtivo e a equalização social impediam a acumulação de capital necessário ao esforço de desenvolvimento econômico. Por outro, não obstante o estabelecimento de sua própria comunidade econômica — o CAME/ COMECON —, com um sistema monetário internacional próprio e submetendo o comércio a acordos de longo prazo, conforme os planos quinquenais, a União Soviética — os países do chamado Bloco Socialista jamais se libertaram do mercado mundial, que não deixara de funcionar segundo as leis do capitalismo. Era inevitável, portanto, que suas economias sofressem igualmente as consequências da depressão que o abatera no início dos anos 1970, quando Nixon, diante das dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos, desvinculou o dólar do padrão-ouro, iniciando a demolição do sistema monetário que os acordos de Bretton Woods estabeleceram, e as regras para o manejo das taxas de câmbio foram abandonadas, no início de 1973.

A dissolução do sistema soviético provocou um verdadeiro cataclismo na economia cubana no início da década de noventa. Em poucos anos, entre 1989 e 1991, grande parte das relações econômicas da ilha foram suprimidas. O mercado

soviético, que comprava a maior parcela da produção de açúcar, níquel e alguns outros produtos cubanos, e que também fornecia alimentos e mercadorias manufaturadas para a ilha, desapareceu repentinamente, sem que os países recém-convertidos ao capitalismo na Europa Oriental mantivessem os acordos assinados com o governo cubano. Diante do cenário sombrio, a pequena ilha teria que atravessar “uma longa noite” em condições dramáticas de sobrevivência.

1.4. Considerações finais | Subdesenvolvimento e revolução

Na aurora do sistema capitalista, as colônias latino-americanas cumpriram a função de prover recursos à *acumulação primitiva de capital*. A expansão da produção manufatureira nas metrópoles se tornou possível graças ao saqueio e à escravização nos países dominados. Cuba se inseriu nesse processo geral mediante atribuições particulares.

Para além da singularidade geográfica, que lhe conferiu importância estratégica como porto de escala e base militar, se destacaram, nos três primeiros séculos de colonização, as grandes fazendas de gado para exploração extensiva e as pequenas propriedades rurais voltadas ao cultivo de tabaco. Somente na virada do século XVIII para o XIX a produção açucareira adquiriria relevância. O sistema colonial se assentava, do ponto de vista econômico, no regime escravocrata e na concentração fundiária. A especialização produtiva da ilha, enquanto grande produtora de açúcar, respondia à crescente demanda do mercado mundial por esta matéria-prima, especialmente dos Estados Unidos.

A rápida expansão econômica, territorial e militar do imperialismo norte-americano no continente levou ao interesse pela anexação da ilha ao longo do século XIX. Com a crise da ordem colonial, eclodiram as guerras de independência nacional na segunda metade daquele século. Quando o domínio colonial espanhol estava próximo ao fim, a revolução nacional cubana foi bloqueada e sequestrada pelos Estados Unidos, que ocupou Cuba militarmente entre 1898 e 1902, convertendo-a, a parti daí, em um tipo de protetorado.

A *frustração da emancipação nacional* implicaria o aprofundamento da dependência em relação ao “Colosso do Norte”. A *troca desigual* estabelecida entre os dois países foi o pilar econômico da ordem neocolonial. A substituição de metrópole representou, desse modo, mais continuidades do que discontinuidades

no processo de desenvolvimento. Embora Cuba tenha vivenciado um acelerado período de crescimento econômico e modernização tecnológica nas duas primeiras décadas do século XX, os fundamentos do *subdesenvolvimento* foram reforçados. O incipiente processo de industrialização estava condenado à inanição perante o predomínio incontestável da estrutura latifundiária para produção de açúcar.

Depois da crise de 1929, a longa estagnação e a dependência econômica intensificaram as contradições e as crises do modelo neocolonial. Contudo, a via para a adoção de uma programa de desenvolvimento nacional soberano estava obstruída tanto pela inflexibilidade da dominação estadunidense como pelo caráter caudatário da burguesia local. Caberia às classes despossuídas a tarefa de levar a emancipação nacional às suas últimas consequências. Fidel Castro e o Exército Rebelde, apoiando-se, principalmente, nos subalternos, tomaram o poder em 1959.

Em seu primeiro momento, a Revolução Cubana não pretendia ir além de reformas democráticas e redistributivas. Coube ao imperialismo norte-americano “empurrar” Fidel Castro à revolução social, ao não admitir a dissolução dos mecanismos de controle e exploração neocoloniais. Em poucos anos, os capitalistas americanos e a burguesia local tiveram todas suas propriedades expropriadas. Uma ruptura completa com o sistema capitalista ocorrera entre 1959 e 1963.

A qualitativa transformação nas relações de propriedade e de produção, que estabeleceram os pilares da transição ao socialismo, não era capaz de abolir automaticamente a dependente estrutura econômica transmitida pelo longo passado colonial. Os planos de industrialização e diversificação da produção agrícola adotados nos primeiros anos da Revolução, que visavam superar a condição histórica de subdesenvolvimento da ilha, não vingaram devido à insuficiente acumulação prévia de recursos, e foram substituídos por outra orientação econômica, que (re)introduziu o foco na produção açucareira para exportação a partir de 1963.

Cuba rompeu com a dominação norte-americana e, em razão do isolamento internacional e da vulnerabilidade econômica, viu-se impelida, no contexto da Guerra Fria, a entrar na órbita de influência da União Soviética. A incorporação do país na comunidade econômica dos países soviéticos (COMECON), ao passo que significava a cooperação de nações em patamares distintos de desenvolvimento, engendrou uma nova condição de dependência, marcada pela desigualdade do

intercâmbio. Em decorrência dessa condição, a ilha ficou condicionada a uma configuração produtiva subdesenvolvida, apesar de ter logrado estabelecer uma economia de serviços públicos de qualidade para toda a população.

A peculiar combinação entre o “moderno” e o “arcaico” no desenvolvimento de Cuba, no período de transição ao socialismo, produziu uma formação econômico-social original e contraditória: o espetacular avanço *social* verificado não correspondia ao nível de desenvolvimento das forças produtivas no país, que permaneceu *essencialmente* o mesmo de antes da Revolução. Esta condição singular será chave para a compreensão das transformações econômico-sociais ocorridas no país nas décadas seguintes, tema dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 | REFORMAS E RESULTADOS

O colapso econômico [na União Soviética] tornou-se irreversível dentro de uns poucos meses cruciais entre outubro de 1989 e maio de 1990. Contudo, os olhos do mundo na época estavam fixos num fenômeno relacionado mas secundário: a súbita dissolução dos regimes comunistas satélites na Europa, mais uma vez imprevista. Entre agosto de 1989 e o fim daquele ano, o poder comunista abdicou ou deixou de existir na Polônia, Checoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e República Democrática Alemã — sem que sequer um tiro fosse disparado, a não ser na Romênia. Pouco depois, os dois Estados balcânicos que não eram satélites soviéticos, Iugoslávia e Albânia, também deixaram de ser regimes comunistas. A República Democrática Alemã logo seria anexada à Alemanha Ocidental e a Iugoslávia logo se desfaria em guerra civil. O processo foi visto não só nas telas de televisão do mundo ocidental como também, com muita atenção, pelos regimes comunistas em outros continentes (HOBSBAWM, 1994, p. 471).

A finalidade desse capítulo é sistematizar e analisar as reformas relacionadas à abertura capitalista em Cuba e seus resultados econômico-sociais entre 1990 e 2014.

Com esse objetivo, dividiremos o capítulo em cinco seções, a saber: (i) o contexto histórico no qual o processo de reformas foi desencadeado; (ii) a classificação e a descrição das reformas do Período Especial instituídas entre 1990 e 1996; (iii) a avaliação dos resultados econômicos obtidos com as reformas entre 1990 e 2008; (iv) a análise dos impactos sociais resultantes das mudanças econômicas; e, por fim, (v) o estudo do período aberto com a chegada de Raúl Castro à Presidência (2008 a 2014).

2.1. Contexto histórico

Nesta seção, o objetivo é analisar três aspectos do cenário histórico que condicionaram as transformações econômico-sociais: o primeiro diz respeito à dissolução da União Soviética e suas implicações imediatas em Cuba; o segundo está relacionado ao agravamento do bloqueio econômico norte-americano na década de noventa, que majorou a crise da economia cubana; e o terceiro se refere às condições de inserção da ilha no mercado mundial, em particular no contexto latino-americano e caribenho entre 1990 e 2008.

2.1.1. O fim da União Soviética e seus desdobramentos

A economia cubana, nos anos oitenta, já expressava inúmeros sinais de crise, denotando estreita conexão com o ocaso do Bloco Soviético⁷⁷. O Produto Interno Bruto (PIB) crescia lentamente, enquanto as importações e exportações se debilitavam. O processo de *rectificación*⁷⁸ já era um evidente sintoma desse quadro adverso. Contudo, o desmoronamento abrupto da União Soviética e dos países aliados no Leste Europeu foi completamente inesperado.

Em apenas seis meses, os regimes “comunistas” caíram um após o outro: Hungria, Checoslováquia, Polônia, Romênia e República Democrática Alemã. O desaparecimento dos regimes “comunistas” significou a dissolução do seu respectivo sistema socioeconômico. A preponderância da propriedade privada dos meios de produção e a regulação econômica pelo mecanismo do mercado internacional foram reintroduzidas em todo Leste Europeu e na Rússia⁷⁹.

Na China, embora tenha sobrevivido o regime de partido único, também houve a restauração do modo de produção capitalista. No Vietnã, ocorreu um processo semelhante: o partido comunista aplicou uma série de reformas pró-mercado que modificaram qualitativamente a formação socioeconômica do país. Dwight Perkins⁸⁰ constata o processo de restauração capitalista na China e Vietnã:

⁷⁷ Eric Hobsbawm (1994, p. 389) oferece os números do declínio soviético: “O PBN soviético, que crescia a uma taxa de 5.7% ao ano na década de 1950 (quase tão rápido quanto nos primeiros doze anos de industrialização, 1928-1940), caiu para 5,2% na década de 1960, 3,7% na primeira metade da de 1970, 2,6% na segunda metade dessa década e 2% nos últimos anos de Gorbachev (1980-5) [...]. O registro da Europa Oriental era semelhante”.

⁷⁸ Sobre o processo de “retificação” econômica, deflagrado em 1986, ver seção 1.3.5.

⁷⁹ Lenina Pomeranz (2017, p. 172-173) aborda o processo de restauração da propriedade privada na Rússia: “A privatização da propriedade estatal na Rússia, de acordo com dados relativos ao número de propriedades privatizadas, foi um processo vitorioso, em termos dos seus objetivos. De acordo com o Anuário Estatístico 2014 do Goskomstata - órgão responsável pelas estatísticas do país -, a estrutura da propriedade das empresas russas era a seguinte: privada: 85,9%; estatal: 2,4%; municipal: 4,7%; organizações sociais e religiosas: 3,0% e outras (mistas russas, mistas com capital estrangeiro, corporações estatais, capital estrangeiro): 4,1%. Essas percentagens podem alterar-se, porém, se considerado o valor patrimonial das empresas, dado não disponível na época da pesquisa realizada; mas não alteram o quadro fundamental, que é o predomínio absoluto da propriedade privada”.

⁸⁰ Dwight H. Perkins foi professor de economia política e diretor do Centro Asiático da Universidade Harvard de 2002 a 2005. Perkins escreveu e editou doze livros e mais de cem artigos sobre a história da economia e desenvolvimento econômico, com referência especial às economias de China, Coréia, Vietnã e outras nações asiáticas.

Para o ano de 2004, é possível dizer que a China e o Vietnã tenham abandonado todos os aspectos de planejamento central ao estilo soviético, e que esse sistema deixou de existir há mais de uma década. O que fica é um sistema econômico que se parece cada vez mais com as economias de mercado com aspectos mistos público-privados dos vizinhos da China e do Vietnã na Ásia Oriental. O governo ainda tem um papel ativo na promoção de certas indústrias, mas a propriedade direta e o controle da indústria pelo Estado é inferior aos 25% da produção total no caso da China - e algo maior no caso do Vietnã (PERKINS, 2007, p. 233, tradução nossa).⁸¹

A dissolução da União Soviética e do Bloco “socialista” na Europa, entre 1989 e 1991, deixou o governo cubano perplexo. Apesar dos sinais alarmantes da profunda crise no Leste Europeu no ano de 1990, os dirigentes cubanos não esperaram uma evolução tão catastrófica como a que ocorreu. Foi no IV Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), ocorrido em outubro de 1991, que Fidel Castro, no discurso de inauguração do evento, apresentou ao partido governante o quadro completo da crise instalada. Dois meses antes do fim da União Soviética — oficialmente dissolvida em 26 de dezembro de 1991 — Fidel pronunciou as seguintes palavras:

Agora temos que nos ater aos fatos e, simplesmente, o campo socialista entrou em colapso, Estados inteiros foram engolidos por outros Estados, a classe trabalhadora perdeu o poder e se iniciou um caminho de retorno ao capitalismo. Os fatos reais são que na União Soviética produziu-se praticamente um debacle; os fatos reais são que na União Soviética hoje não se fala de socialismo, se fala de economia de mercado; em duas palavras, as vozes predominantes são vozes em favor do capitalismo e do capitalismo mais clássico. O fato real tristíssimo é que hoje na União Soviética não há um partido comunista, o partido comunista está fora da lei, foi dissolvido por decreto. O fato real é que a URSS se debilitou extraordinariamente e sofre grandes riscos de desintegração. Estes são os fatos reais

⁸¹ No original: “Para el 2004, es posible decir que China e Vietnam han abandonado todos los aspectos de planeación central al estilo soviético, y que ese sistema dejó de existir hace más de una década. Lo que queda es un sistema económico que cada vez se parece más a las economías de mercado con aspectos mixtos privado-públicos de los vecinos de China y Vietnam en Asia Oriental. El gobierno aún tiene un papel activo en la promoción de ciertas industrias, pero la propiedad directa y el control de la industria por el estado es inferior al 25% de la producción total en el caso de China – y algo más en el caso de Vietnam”.

(CASTRO, 1991, tradução nossa)⁸².

No mesmo discurso, Castro reconheceu a enorme importância das relações estabelecidas entre seu país e a União Soviética e prenunciou os tempos difíceis que viriam pela frente. O líder máximo de Cuba admitiu, sem meias palavras, que a base de trinta anos da Revolução foi construída por meio da inserção no Bloco Soviético. A sobrevivência do regime durante décadas, face às hostilidades e ao bloqueio norte-americanos, só poderia ser compreendida, segundo ele, tendo em conta o amparo econômico, político e militar russos.

Os dirigentes partidários, reunidos no IV Congresso do PCC, ouviram do comandante-em-chefe números dos primeiros efeitos do colapso soviético. No segundo semestre de 1990 foi cortado o envio de 3,3 milhões de barris de petróleo, fato que obrigou o governo a reduzir drasticamente o fornecimento de combustível para as atividades econômicas.

Era a primeira vez que isso ocorria na história das nossas relações econômicas com a URSS, pela primeira vez falhou o combustível, que foi uma das coisas que mais religiosamente e mais rigorosamente se cumpria sempre, e tivemos 3,3 milhões a menos. Por isso, foi necessário um reajuste sério na economia, já no final de 1990. Mas estava pendente o ano de 1991, o que iria acontecer no ano de 1991 (CASTRO, 1991, tradução nossa)⁸³.

Fidel Castro afirmou em seu discurso que havia um acordo para exportações da URSS a Cuba no valor de 5.131 milhões de rublos em 1990, dos quais apenas uma parte se cumpriu. No ano seguinte, em 1990, o negociado era de 3.940 milhões de rublos, mais de um milhão a menos que no ano precedente. “De petróleo, que

⁸² No original: “Ahora tenemos que atenernos a los hechos y, sencillamente, el campo socialista se derrumbó, Estados enteros fueron tragados por otros Estados, la clase obrera perdió el poder y se inició un camino de regreso al capitalismo. Los hechos reales son que en la Unión Soviética se ha producido prácticamente una debacle; los hechos reales son que en la Unión Soviética hoy no se habla de socialismo, se habla de economía de mercado; en dos palabras, las voces prevalecientes son voces en favor del capitalismo y del capitalismo más clásico. El hecho real tristísimo es que hoy en la Unión Soviética no hay un partido comunista, está fuera de la ley el partido comunista, ha sido disuelto por decreto. El hecho real es que la URSS se ha debilitado extraordinariamente y sufre grandes riesgos de desintegración. Esos son los hechos reales” (CASTRO, 1991).

⁸³ No original: “Era la primera vez que eso ocurría en la historia de nuestras relaciones económicas con la URSS, por primera vez falló el combustible, que fue una de las cosas que más religiosamente y más rigurosamente se cumplieron siempre, y tuvimos 3,3 millones menos. De modo que fue necesario un reajuste serio en la economía, ya a fines de 1990. Pero estaba pendiente el año 1991, qué iba a pasar en el año 1991” (CASTRO, 1991).

recebíamos tradicionalmente 13 milhões, 10 milhões foram acertados como o máximo que a URSS poderia entregar a Cuba”⁸⁴, disse o ex-presidente (CASTRO, 1991).

A severa contração econômica entre os anos 1990-1993 foi resultado direto, portanto, da dissolução do Bloco Soviético. Este foi o fator disruptivo, pois Cuba dependia inteiramente das relações econômicas com os países do COMECON. O fim do Bloco suprimiu quase todo comércio exterior da ilha, assim como suas fontes de financiamento. As exportações foram reduzidas em 90% em um intervalo de quatro anos (1988-1992), e as importações caíram 93%. Em 1990, o COMECON foi extinto. No ano seguinte, deixou de existir o Pacto de Varsóvia e, em 25 de dezembro, a Rússia, sob a Presidência de Bóris Iéltsin, sucedeu a extinta URSS, que se desintegrou naquele ano em 14 repúblicas independentes.

Perante a *debacle* econômica e o tremendo isolamento político, Fidel Castro anunciou o “Período Especial em Tempo de Paz”, que se baseou em um rigoroso plano de racionamento e contingenciamento de recursos, que havia sido preparado para a hipótese de uma guerra, caso os Estados Unidos decretassem total bloqueio naval. Concomitantemente, o governo deu os primeiros passos no sentido da abertura econômica para o mercado capitalista. Também no IV Congresso do PCC, em 1991, Fidel Castro fez a defesa das primeiras medidas de incentivo ao turismo internacional e aos investimentos estrangeiros:

Essas questões relacionadas ao turismo e às empresas mistas também me levam à ideia de explicar que estamos elaborando, com um sentido prático, quantas coisas sejam necessárias para alcançar esse princípio, e assim estamos fazendo parcerias com empresas estrangeiras, com capital estrangeiro. Oxalá todos os hotéis pudessem ser nossos; mas da onde tiramos o capital? Quem vai emprestar para nós, o CAME, o campo socialista? Então estamos acudindo ao capital estrangeiro (CASTRO, 1991, tradução nossa)⁸⁵.

Nesse mesmo pronunciamento, buscando justificar as medidas de abertura

⁸⁴ Versão em tradução nossa. No original: “De petróleo, que veníamos recibiendo tradicionalmente 13 millones, se acordaron 10 millones como el máximo que podía entregar la URSS a Cuba”.

⁸⁵ No original: “Estas cuestiones relacionadas con el turismo y las sociedades mixtas me lleva también a la idea de explicarles que estamos elaborando, con un sentido práctico, cuantas cosas sean necesarias para llegar a cumplir ese principio, y así estamos haciendo asociaciones con empresas extranjeras, con capital extranjero. Ojalá todos los hoteles pudieran ser nuestros; ¿pero de dónde sacamos el capital? ¿Quién nos lo va a prestar, el CAME, el campo socialista? De modo que estamos acudiendo al capital extranjero”.

capitalista, Fidel fez referência à Nova Política Econômica⁸⁶ (NEP) adotada na União Soviética em 1921 e à possibilidade de concessões limitadas ao capital externo, desde que sob o controle do Estado cubano:

No pensamento marxista-leninista revolucionário, havia até mesmo a possibilidade de construção capitalista sob a direção do proletariado. No nosso caso, não se trata disso, nem sequer se parece com isso, mas é sobre a execução de determinados programas e a realização de determinados desenvolvimentos com a participação do capital estrangeiro, sob a direção da Revolução, sob a direção do povo, sob a direção do proletariado, simples e claramente, sob a direção do Partido (CASTRO, 1991, tradução nossa)⁸⁷.

Com o desaparecimento do Bloco Soviético e o recrudescimento do bloqueio norte-americano, o poder aquisitivo da população cubana desabou 60%. O consumo das famílias foi terrivelmente afetado. Cerca de 200 artigos foram acrescentados à lista de racionamento, em 1991. Com a reunificação da Alemanha, por exemplo, todos os convênios firmados com o antigo estado da Alemanha Oriental foram extintos, de modo que o fornecimento de leite e frutas, que de lá provinham, foram eliminados⁸⁸. A paralisia do transporte agravou-se a tal ponto, devido à falta de combustível, que parte da população passou a utilizar a bicicleta como meio de locomoção, além disso, muitas fábricas foram paralisadas pela falta de energia e insumos. Em 1993, a capacidade de importação da ilha havia despencado a 1,7 bilhão de dólares, ante 8,1 bilhões em 1989 (BANDEIRA, 2009).

⁸⁶ A Nova Política Econômica (NEP) foi adotada pelo governo soviético em 1921. Em meio ao cenário de destruição econômica do país causado pela Primeira Guerra Mundial e à Guerra Civil, V. I. Lenin advogou a implementação de medidas econômicas capitalistas como forma de reanimar a atividade econômica. A principal delas foi a liberdade de comercialização da produção agrícola dos camponeses a preços determinados pela lei da oferta e procura. Além disso, o governo soviético estimulou a entrada de capitais estrangeiros em investimentos industriais. Apesar da introdução de relações capitalistas, vistas como concessões temporárias, foram mantidos o monopólio do comércio exterior, a estatização dos bancos e o predomínio da propriedade estatal na indústria.

⁸⁷ No original: "En el pensamiento revolucionario marxista-leninista estaba, incluso, la posibilidad de construcción capitalista bajo la dirección del proletariado. Lo de nosotros no se trata de eso ni mucho menos, ni siquiera parecido a eso, sino de la ejecución de determinados programas y la realización de determinados desarrollos con participación del capital extranjero, bajo la dirección de la Revolución, bajo la dirección del pueblo, bajo la dirección del proletariado, sencilla y claramente, bajo la dirección del Partido".

⁸⁸ Afirmou Fidel Castro (1991) no discurso original de abertura do IV Congresso do PCC em 1991: "Al unificarse la RFA con el antiguo territorio de la RDA, el gobierno alemán decidió unilateralmente cancelar todos los convenios intergubernamentales que se encontraban vigentes entre Cuba y la RDA, con el consiguiente perjuicio económico para nuestra economía".

Os economistas cubanos Julio Carranza, Luis Gutiérrez e Pedro Monreal⁸⁹, apresentaram, em um importante trabalho conjunto publicado em 1995⁹⁰, alguns indicadores da retração econômica vivenciada naquele período:

Para 1993, as compras no exterior poderiam ser feitas somente por um valor de 1.719 milhões de dólares, quando em 1989, o último ano de crescimento econômico, havia atingido 8.139 milhões. O impacto negativo que foi mais fortemente agregado durante os últimos dois anos foi a notável queda na produção de açúcar, de 7 milhões de toneladas de açúcar na safra 1991-1992 para apenas 4,2 milhões de toneladas na safra de 1992-1993, o resultado da safra 1993-1994 foi de cerca de 4 milhões (CARRANZA; GUTIÉRREZ; MONREAL, 1995, p. 27, tradução nossa).⁹¹

Nesse cenário, a produção de açúcar e níquel para exportação perdeu boa parte de seu mercado. Os financiamentos generosos e a importação de bens a preços subsidiados diminuíram rapidamente até serem completamente eliminados⁹². Em 1994, Cuba já comprava petróleo da Rússia com preço estabelecido pelo mercado mundial e convivia com medidas mais draconianas do bloqueio imposto pelos Estados Unidos. Em síntese, o suporte financeiro e econômico que sustentava o circuito de produção e consumo da ilha havia sido destruído e a hostilidade do vizinho do norte aumentara consideravelmente. Assim, Cuba foi impelida, em

⁸⁹ Julio Carranza Valdés, economista, é professor adjunto da Universidade de Havana e do Instituto de Relações Internacionais de Cuba; Luis Gutiérrez Urdaneta, economista, é investigador do Centro de Estudios sobre América (CEA) em Havana, Cuba; Pedro Monreal Gonzáles, economista, é professor adjunto da Universidade de Havana e do Instituto Superior de Relações Internacionais de Cuba.

⁹⁰ O livro Cuba: *La reestructuración de la economía (una propuesta para el debate)*, de autoria de Carranza, Gutiérrez e Monreal (1995), ganhou notoriedade no meio acadêmico em nível internacional. Ademais, as teses defendidas pelos autores, consideradas reformistas, ou melhor, em defesa de amplas reformas amplas de cunho capitalista, ao estilo chinês e vietnamita, exerceram forte influência sobre meios dirigentes do governo cubano e ocuparam posições institucionais importante no período entre 1993-1996.

⁹¹ No original: “Para 1993 sólo pudieron realizarse compras en el exterior por um valor de 1.719 millones de dólares, cuando en 1989, último año de crecimiento económico, estas habían alcanzado 8.139 millones. El factor negativo que se ha agregado con mayor fuerza durante los dos últimos años ha sido la notable caída de la producción azucarera, de 7 millones de toneladas de azúcar en la safra 1991-1992 a sólo 4,2 millones de toneladas en la zafra 1992-1993, el resultado de la cosecha de 1993-1994 se ubicó em alrededor de 4 millones” (CARRANZA; GUTIÉRREZ; MONREAL, 1995, p. 27).

⁹² Neste cenário, Cuba viu-se impelida a reduzir substancialmente o papel político e militar que desempenhava na arena internacional. As Forças Armadas sofreram uma redução de mais 80% do seu efetivo, passando de 297.000 soldados em 1991 para somente 55.000 em 2005. De tal modo, que as ações militares em terras estrangeiras, como as efetuadas em países africanos nos anos setenta, passaram a não ser mais viáveis.

condições especialmente adversas, a reintegrar-se plenamente ao mercado mundial. Esta realidade objetiva abriu as portas para as reformas de abertura capitalista iniciadas em 1990.

2.1.2. Recrudescimento do bloqueio norte-americano

Uma das principais conquistas democráticas da Revolução de 1959, senão a mais significativa de todas, foi a obtenção da independência real frente aos Estados Unidos. Desde a ocupação norte-americana da ilha (1898-1902), que deixou como herança a Emenda Platt, as relações de dominação neocolonial marcaram a história de Cuba.

A tentativa permanente dos Estados Unidos de derrubar o regime socioeconômico estabelecido pela Revolução demonstra, ainda na atualidade, que a superpotência imperialista segue com o objetivo de retomar o controle político-econômico de Cuba. A orquestração de invasões armadas, os atentados terroristas, as tentativas de assassinatos de Fidel e outros dirigentes cubanos, o bloqueio comercial, a sabotagem econômica, enfim, um incontável número de ações dirigidas contra a ilha, foram perpetradas pelos sucessivos governos norte-americanos durante décadas — sejam eles democratas ou republicanos —, ainda que as táticas e a intensidade dos ataques tenham variado ao longo do tempo, ora no sentido do agravamento, ora no sentido do distensionamento do conflito. Sobre isso, assinalam William Leogrande e Peter Kornbluh:

Os infames planos de assassinato da CIA – conchas explosivas, canetas envenenadas, rifles de precisão, charutos tóxicos - são elementos lendários na história da política dos EUA em relação à Revolução Cubana. Os esforços de Washington para reverter a Revolução, através de ataques paramilitares dos exilados, missões secretas, embargos econômicos anunciados e programas contemporâneos de “promoção da democracia”, dominaram e definiram mais de meio século de relações entre os EUA e Cuba. O que Henry Kissinger caracterizou como o “antagonismo perpétuo” entre Washington e Havana continua entre os conflitos mais

arraigados e duradouros da história da política externa dos EUA (LEOGRANDE, KORNBLUH, 2015, p. 2, tradução nossa⁹³).

Após certa suavização nas animosidades durante a presidência de Jimmy Carter (1977-1981), período no qual algumas restrições de viagem e as remessas de dólares por cubanos emigrados para familiares na ilha foram relaxadas, as tensões entre os dois países tiveram nova escalada nas décadas de 1980 e 1990.

Quando a Bloco Soviético se desfez em todo Leste Europeu, no início da década de 1990, colocando um capítulo final à Guerra Fria, os Estados Unidos trataram de reforçar, diligentemente, o bloqueio econômico, a fim de alcançar a derrubada do regime e o reestabelecimento do sistema capitalista, começando pela retomada das propriedades nacionalizadas pela Revolução de 1959. Sobre o contexto em que se deu o endurecimento do bloqueio, explica Richard Gott (2006, p. 337):

Era de se esperar que o colapso da União Soviética em 1991 e o fim formal da Guerra Fria tivessem levado a uma normalização gradual das relações entre Cuba e os Estados Unidos. Tal era certamente a hipótese dos países da União Européia. Os europeus aumentaram o porte das suas embaixadas, elevaram o nível dos seus contatos e deram início à tarefa de estabelecer laços econômicos. Reconheciam que Cuba não era mais a aliada militar de uma superpotência nuclear fora do continente americano; que não representava nenhuma ameaça para os Estados Unidos ou para a América Latina; e que já não tinha mais capacidade de enviar soldados para a África. Tal era a opinião européia, mas não era amplamente compartilhada pelos Estados Unidos. Lá, a velha ambivalência em relação a Cuba, remontando o começo do século XIX e reforçada pelos desdobramentos do século XX, continuava em pleno vigor. Longe de buscar um novo relacionamento com Cuba, os políticos norte-americanos — tanto republicanos quanto democratas — aumentaram o antagonismo diplomático.

O tratamento dispensado a Cuba pelo governo estadunidense envolve um relevante *aspecto doméstico*, não sendo, portanto, apenas um tema de política externa para os Estados Unidos. A burguesia cubano-americana, residente, em sua

⁹³ No original: “The CIA’s infamous assassination plots - exploding conch shells, poison pens, sniper rifles, toxic cigars - are the stuff of legend in the history of U.S policy toward the Cuban revolution. Washington’s efforts to roll back the revolution, through exile paramilitary attacks, covert action, overt economic embargo, and contemporary “democracy promotion” programs, have dominated and defined than a half century of U.S.-Cuban relations. What Henry Kissinger characterized as the “perpetual antagonism” between Washington and Havana remains among the most entrenched and enduring conflicts in the history of U.S foreign policy” (LEOGRANDE, KORNBLUH, 2015, p. 2).

maioria, na Flórida, por meio do poderoso lobby liderado pela *Cuban American National Foudantion* (CANF), tem considerável influência na política interna estadunidense, e, com isso, adquire capacidade de interferir nas ações externas do país no tocante à ilha.

O peso político-econômico do *lobby* cubano-americano vem sendo, em muitas ocasiões, determinante para vitória ou derrota de um candidato presidencial na Flórida, um dos estados-chave na definição da eleição nacional. Por exemplo, "el voto castigo" patrocinado pela CANF contra o democrata Al Gore, nas eleições presidencial de 2000, em retaliação à postura adotada por Bill Clinton no caso do menino Elián Gonzáles⁹⁴, foi decisivo para a eleição de George W. Bush naquele ano (HUDDLESTON, 2018).

A *Cuban American National Foudantion* foi criada na Flórida, em 1981, por Jorge Mas Canosa e Raúl Masvidal, e converteu-se rapidamente na mais importante organização da burguesia cubana emigrada. Mas Canosa, que liderou a CANF até sua morte, em novembro de 1997, exerceu destacada influência no governo americano no tocante à política para Cuba, particularmente na primeira metade da década de 1990, durante o governo Clinton. Devido a sua particular relevância neste tema, será descrita, em poucas linhas, a sua trajetória⁹⁵.

Mas Canosa exilou-se em Miami após a Revolução de 1959, em seguida, participou da invasão da Baía dos Porcos (1961) como líder do esquadrão de uma unidade diversionista chamada *El Grupo Niño Díaz*. Depois do fracasso da invasão, colaborou ativamente, nos anos sessenta, setenta e oitenta, na preparação de inúmeras ações subversivas e terroristas contra o governo cubano, articuladas junto com a CIA, ganhando notoriedade pública como uma das principais lideranças dos emigrados em Miami. Durante este período, acumulou grande fortuna em negócios legais e ilegais. Seu suporte político e financeiro foi determinante para a vitória de Bill Clinton (com 70% dos votos) no estado da Flórida, em 1996. Em contrapartida, o presidente democrata se comprometeu com o aprofundamento do bloqueio

⁹⁴ Em novembro de 1999, Elián González, de seis anos de idade, foi o pivô de uma acirrada disputa entre Cuba e os EUA, após a criança ser resgatada por pescadores americanos no estreito da Flórida. Elián havia sido levado por sua mãe e o namorado dela numa balsa que naufragou. O menino foi entregue a parentes em Miami, mas seu pai o exigiu de volta, dando início a uma batalha entre os dois países por sua custódia. O caso inflamou o conflito entre a comunidade cubano-americana de Miami e o governo cubano.

⁹⁵ A história de Jorge Mas Canosa e de sua influência no governo Clinton é relatada em detalhes no capítulo cinco do livro *Cuba Confidencial*, de Ann Louise Bardach (2003).

econômico. Assim, as leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996) — que serão comentadas à frente — resultaram da poderosa influência da burguesia cubana sobre o governo dos Estados Unidos (BARDACH, 2003).

O papel exercido pela “comunidade” cubana de Miami é chave para a compreensão tanto do recrudescimento do embargo norte-americano na década de 1990, como da cautela do governo cubano na implementação das reformas de abertura capitalista nas últimas décadas. O projeto liderado pela CANF, desde sua fundação, teve sempre dois objetivos centrais: a retomada (com a devida indenização) das propriedades expropriadas pela Revolução e a derrubada do regime baseado no monopólio político do Partido Comunista Cubano (PCC). Há uma extensa literatura estadunidense, com ênfase na história diplomática dos dois países, que fornece inúmeras evidências documentais da influência da burguesia cubano-americana na política interna americana e dos seus objetivos econômicos e políticos⁹⁶.

A burguesia exilada acreditou que, com o fim da União Soviética, a queda de Fidel Castro era iminente. O reforço do bloqueio objetivava acentuar o estrangulamento da já combalida economia cubana, de modo a tornar insustentável a sobrevivência do regime. Vicki Huddleston (2018, p. 31) descreve assim as pretensões do máximo líder da CANF nos anos noventa:

O presidente e força motriz da CANF, Jorge Mas Canosa, estava absolutamente determinado a ver a legislação promulgada. Ele acreditava que a vitória estava finalmente à mão. Uma vez que os soviéticos tirassem suas tropas, pessoal e dinheiro da ilha, Castro estaria vulnerável. Fidel cairia, e Mas Canosa achava que ele próprio poderia se tornar o próximo presidente de Cuba. Tudo o que ele tinha que fazer era convencer o presidente Bush a endossar a legislação de Torricelli, o que seria o golpe final. Mas Canosa era um homem com uma missão. Ele parecia um mediador improvável: um homem rotundo de pouco pedigree político, mas com grande persuasão. Ele era um mascote de sonhos que devia seu sucesso como líder proeminente da comunidade cubano-americana à sua campanha determinada para restaurar o poder, a posição e a propriedade de cubanos que haviam fugido da ilha de Castro. Ele

⁹⁶ Citamos alguns desses estudos em que nos baseamos para avaliação deste tema: *Back Channel to Cuba*, de William M. Leo Grande e Peter Kornbluh (2015), *Our Woman in Havana*, da diplomata americana Vicki Huddleston (2018), *Cuba Confidencial e Without Fidel*, ambos de Ann Louise Bardach (2003 e 2014).

exercia o poder em Miami tão completamente quanto Castro em Havana (tradução nossa).⁹⁷

A primeira metade da década de 1990 foi marcada, desse modo, pelo endurecimento norte-americano nas relações com Cuba. Os EUA não somente mantiveram o embargo econômico como lançaram novas medidas de bloqueio.

Em 1992, foi instituída a Lei Torricelli, que impunha diversas proibições, a saber: (i) restabelecia o banimento do comércio com Cuba pelas subsidiárias de companhias americanas no exterior; (ii) proibia os navios que partiam de Cuba de atracar nos portos norte-americanos por 180 dias, salvo aqueles que tenham licença do Secretário do Tesouro; (iii) concedia ao presidente autoridade para cortar ajuda externa a qualquer país que colaborasse com Cuba; (iv) especificava que o embargo somente poderia ser suspenso em caso de realização de eleições “democráticas” em Cuba.

Em 1996, Clinton assinou a Lei Helms-Burton, formalmente denominada de Lei de Liberdade e Solidariedade Democrática com Cuba, que agravou ainda mais o bloqueio, codificando suas disposições e alargando seu alcance extraterritorial.

Os principais pontos da lei: (i) impede que o presidente norte-americano mude as normas do embargo ou o elimine por decreto, sendo essas prerrogativas exclusivas do Congresso; (ii) ordena a Casa Branca a votar contra a entrada de Cuba em organismo financeiros internacionais; (iii) condiciona a ajuda financeira aos ex-países soviéticos a que seus negócios com a ilha sejam realizados exclusivamente a preços de mercado; (iv) proíbe a compra de produtos estrangeiros que tenham componentes cubanos, assim como impede a venda a Cuba de produtos com componentes americanos; (v) prevê sanções às pessoas ou às companhias estrangeiras que realizem transações com propriedades estadunidenses que tenham sido confiscadas em Cuba depois da Revolução de

⁹⁷ No original: “CANF’s president and driving force, Jorge Mas Canosa, was absolutely determined to see the legislation enacted. He believed that victory was finally at hand. Once the Soviets removed their troops, personnel, and money from the island, Castro would be vulnerable. Fidel would fall, and Mas Canosa thought he himself might even become Cuba’s next president. All he had to do was convince President Bush to endorse Torricelli’s legislation, which would deliver the final blow. Mas Canosa was a man with a mission. He seemed an unlikely power broker: a rotund man of little political pedigree but great persuasion. He was a peddler of dreams who owed his success as the preeminent leader of the Cuban American community to his determined campaign to restore power, position, and property to Cubans who had fled Castro’s island. He wielded power in Miami as completely as Castro did in Havana”.

1959, abrindo possibilidade de abertura de processos nos tribunais americanos.

Vale destacar mais duas leis suplementares. Em 1999, foi proibido o reconhecimento pelos tribunais norte-americanos dos direitos de empresas cubanas sobre marcas associadas a propriedades nacionalizadas. E, em 2000, foi instituída a Lei de Reforma às Sanções Comerciais e Ampliação das Exportações, que autorizou a exportação de produtos agrícolas a Cuba, condicionando o país ao pagamento adiantado em dinheiro e sem financiamento dos Estados Unidos. Por outro lado, proibiu as viagens de norte-americanos a Cuba para fins turísticos.

O bloqueio econômico, comercial e financeiro, segundo o governo cubano, constitui-se como o principal obstáculo para o desenvolvimento econômico do país. Além do impedimento das relações bilaterais, a aplicação extraterritorial do embargo afeta, também, as relações econômicas da ilha com o resto do mundo. O informe oficial de Cuba para a Assembléia Geral da ONU, de junho de 2018, quantifica os danos causados pelo bloqueio ao longo de quase seis décadas de aplicação:

[...] alcança a cifra de 933 bilhões e 678 milhões de dólares, tomando em conta a depreciação do dólar frente ao valor do ouro no mercado internacional. Em preços correntes, o bloqueio provocou prejuízos quantificáveis em mais de 134 bilhões, 499 milhões e 800 mil dólares (Ministério das Relações Exteriores de Cuba, 2018, tradução nossa⁹⁸).

Por outro lado, o aprofundamento do bloqueio forneceu ao governo cubano, em meio ao pior momento econômico-social desde o triunfo guerrilheiro, o argumento da defesa nacional. Sobre este aspecto, discorre Samuel Farber (2011, p. 123):

Simplificando, o bloqueio deveria ser terminado unilateralmente pelos Estados Unidos com base nos antigos fundamentos políticos estabelecidos, de que cada nação tem o direito de determinar seu próprio destino e que os Estados Unidos não têm o direito de impor qualquer sistema socioeconômico ou político a outros países. Este princípio não depende de o regime cubano ser ou não digno de apoio. Isso é algo que o povo cubano deve determinar, livre de pressões ou demandas estrangeiras. Ironicamente, a implementação desse princípio teria uma consequência prática importante. Isso minaria a principal lógica anti-imperialista para o Estado de Partido

⁹⁸ No original: “[...] alcanzan la cifra de 933 mil 678 millones de dólares tomando en cuenta la depreciación del dólar frente al valor del oro en el mercado internacional. A precios corrientes, el bloqueo ha provocado perjuicios cuantificables por más de 134 mil 499 millones 800 mil dólares”.

Único antidemocrático de Cuba: o argumento do regime de que a unidade monolítica é necessária como defesa contra a agressão estrangeira. No entanto, é altamente improvável que os democratas e os republicanos adotem tal abordagem por muitas razões, incluindo a corrupção da cultura política americana sob o impacto da longa experiência imperialista dos Estados Unidos (tradução nossa⁹⁹).

Ao final deste ponto, vale destacar um importante episódio ocorrido nos anos noventa que repercutiu nas relações diplomáticas entre os dois países. Em agosto de 1994, no auge da crise econômico-social, milhares de cubanos se lançaram ao mar em balsas sequestradas, tendo como destino a Flórida. As tentativas iniciais do governo cubano de reprimir a partida em massa levou a conflitos entre forças policiais e pessoas que tentavam embarcar. Em 5 de agosto, no dia em que dois policiais morreram quando buscavam impedir o sequestro de balsas no porto de Havana, ocorreu uma violenta manifestação contra Fidel Castro reunindo centenas de pessoas. Na mesma noite, Fidel Castro responsabilizou Washington pela crise e anunciou que liberaria a partida de todos que quisessem sair do país até que o governo norte-americano mudasse sua política de imigração. Com isso, nas semanas seguintes, dezenas de milhares de cubanos, em condições de transporte precárias, tentaram atravessar o Estreito da Flórida.

A crise dos “balseros” converteu-se rapidamente em um grave impasse entre os dois governos, e, para resolvê-lo, negociações secretas foram entabuladas por vários meses. Apesar da contundente oposição da CANF, no final de abril de 1995, em Toronto, no Canadá, o governo cubano e o norte-americano chegaram a um acordo de migração, que colocou fim a trinta anos da política dos Estados Unidos de encorajamento da saída ilegal de cubanos. Os imigrantes continuariam a receber visto permanente de residência nos Estados Unidos, mas somente se eles efetivamente estivessem em solo estadunidense. Por exemplo, caso eles fossem

⁹⁹ No original: “Simply put, the blockade should be unilaterally ended by the United States based on the old established political grounds that each nation has a right to determine its own destiny and that the United States has no right to impose any socioeconomic or political system on other countries. This principle does not depend on whether the Cuban regime is or is not worthy of support. That is something that the Cuban people should determine unencumbered by foreign pressures or demands. Ironically, the implementation of this principle would have an important practical consequence. It would undermine the principal anti-imperialist rationale for Cuba’s undemocratic one-party state: the regime’s argument that monolithic unity is necessary as a defense against foreign aggression. Yet Democrats and Republicans are highly unlikely to adopt such an approach for many reasons, including the corruption of American political culture under the impact of the United States’ long imperial experience”.

encontrados no mar, seriam devolvidos a Cuba. A nova política migratória ficou conhecida como “pés secos - pés molhados” (“wet foot - dry foot”). Com o acordo, o governo cubano conseguiu por fim à crise dos “balseros”.

2.1.3. Mercado mundial e América Latina

O quadro internacional de relações econômicas no qual Cuba estava inserido desapareceu junto com a União Soviética. Tratava-se, como já assinalado, de uma economia subdesenvolvida voltada quase inteiramente ao Bloco Soviético, quer seja na dimensão da exportação, quer seja no âmbito da importação. Por força dessa circunstância, o governo cubano passou a buscar, em condições particularmente adversas, meios para garantir o ingresso de divisas, a fim de financiar as importações vitais à ilha.

Conforme observado no primeiro capítulo, durante a vigência do período de transição ao socialismo (1959-1990) não houve a superação da condição histórica de subdesenvolvimento de Cuba, uma herança de séculos de colonialismo e neocolonialismo. Embora as relações sociais de propriedade e de produção houvessem sido transformadas substancialmente, possibilitando conquistas sociais expressivas, não ocorreu uma mudança qualitativa na configuração produtiva da ilha, que continuou assentada na produção agroindustrial de açúcar para exportação. A produção local supria, no final da década de oitenta, apenas uma diminuta parte da demanda interna de alimentos e produtos manufaturados básicos. Mesmo essa limitada produção agrícola e industrial foi fortemente prejudicada pelo colapso dos países soviéticos.

A recente inserção de Cuba no mercado mundial foi marcada pela condição de extrema fragilidade face às suscetibilidades da economia mundial, como variações do preço do petróleo e de matérias primas, do fluxo de turistas, da quantidade de remessas de dólares, do preço de alimentos importados, entre outros elementos. Dito de outro modo, a nova orientação econômica, que passou a modificar, em parte, a antiga estrutura legada pelo período soviético, fundamentou-se, no âmbito externo, em uma inserção internacional dependente e instável, similar a de um país capitalista periférico.

A integração de Cuba na economia mundial, na década de noventa, se deu num contexto de hegemonia do padrão neoliberal de desenvolvimento na América

Latina e no Caribe. O modelo que havia sido experimentado de modo localizado no Chile, Argentina e Uruguai, na década de setenta, ganhou força nos anos oitenta e atingiu o seu auge na década seguinte.

Segundo Carlos Eduardo Martins (2011), houve duas grandes fases de articulação da América Latina na economia mundial sob a égide neoliberal. A primeira, na década de 1980, caracteriza-se pela tentativa dos Estados Unidos de drenar os excedentes da economia mundial, manejando seus déficits em conta corrente através da diplomacia do dólar forte e do patrocínio de políticas neoliberais para o conjunto do continente. Nesse período, as dívidas externas dos países da região explodiram e o pagamento dos juros consumiram boa parte dos superávits comerciais.

A segunda fase, segundo o autor, iniciada no princípio da década de noventa, é marcada pela ofensiva neoliberal, tendo como principal suporte ideológico a formulação do que ficou conhecido como o Consenso de Washington¹⁰⁰. Nesse momento, o capital financeiro assume um novo patamar de internacionalização, reorganizando a inserção competitiva dos países na economia mundial. A dívida externa dos países latino-americanos são renegociadas, estimula-se a liberalização comercial e tarifária da região, patrocina-se um amplo programa de privatizações e impulsiona-se a valorização do câmbio e seu atrelamento ao dólar estadunidense. Os superávits comerciais, propiciados pela política de substituição de importações implementada nas décadas anteriores, tornam-se, na maioria dos países, déficits comerciais crescentes. Martins (2011, p. 318-319) discorre sobre o programa neoliberal formulado para a América Latina e o Caribe:

O Consenso de Washington formula um programa de desenvolvimento para a região baseado numa ampla revisão de suas políticas públicas centradas na implementação de dez pontos. Esses pontos são: disciplina fiscal; priorização do gasto em saúde e educação; realização de uma reforma tributária; estabelecimento de taxas de juros positivas; apreciação e fixação do câmbio para torná-lo competitivo; desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias para estabelecer políticas comerciais liberais; abertura à inversão

¹⁰⁰ Consenso de Washington é composto por dez regras formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Este programa econômico se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

estrangeira; privatização das empresas públicas; ampla desregulamentação da economia; e proteção à propriedade privada.

O Consenso de Washington prometia a retomada do desenvolvimento, a elevação da competitividade e a redução da pobreza das economias latino-americanas. Contudo, como ressalta Martins (2011), os resultados foram medíocres. O pequeno e lento crescimento do PIB *per capita* na primeira metade da década não se sustentou e se converteu em estagnação e crise entre 1998 e 2003. Ocorreram o rebaixamento dos níveis salariais e o aumento da pobreza e do desemprego. Ao mesmo tempo, produziu-se a elevação do endividamento externo, a desnacionalização e a destruição dos segmentos de maior valor agregado na região, provocando considerável deterioração nos termos de intercâmbio. Houve, desse modo, um nítido processo de *reversão neocolonial* nos países latino-americanos (SAMPAIO JR., 2007).

Sobre o balanço de duas décadas de hegemonia neoliberal na América Latina, registra Plínio de Arruda Sampaio Jr.:

A realidade extraordinariamente adversa do novo marco histórico logo se fez sentir. Sujeita à lógica ultra-especulativa dos capitais internacionais, as economias latino-americanas ficaram condenadas a intercalar fases de estabilidade inflacionária e baixo crescimento, quando, apostando na compra de ativos baratos, há entrada maciça de capitais externos; e fases de crises cambiais agudas e recessão intensa, quando, em típica operação de realização de lucros, os capitais internacionais saem em debandada da região. Contraditando a crença de que a adesão ao receituário neoliberal permitiria à América Latina aumentar a competitividade de sua economia e aproximá-la do Primeiro Mundo, o balanço de quase duas décadas de ajuste às determinações da comunidade internacional mostra uma realidade desoladora, marcada pela ampliação do atraso econômico e acelerada deterioração das condições de vida da população (SAMPAIO JR., 2007, p. 149).

A crise econômica e social do final dos anos noventa engendrou a crise política dos governos de direita da região comprometidos com a aplicação do programa neoliberal. Revoltas sociais e amplo descontentamento popular sacudiram diversos países da região entre o final do século XX e o início do século XXI. Nesse contexto de crise da hegemonia neoliberal, ocorreram as vitórias de Hugo Chavez (1999), na Venezuela; Lula da Silva (2002), no Brasil; Néstor Kirchner (2003), na Argentina; Tabaré Vázquez (2005), no Uruguai, Evo Morales (2006), na Bolívia; e Rafael Correa (2007), no Equador.

O panorama econômico da América Latina e Caribe é alterado nos anos 2000, segundo Martins (2011), por quatro fatores principais, a saber: (i) a reversão da deterioração dos termos de troca propiciada pela expressiva demanda chinesa de produtos básicos e primários; (ii) a significativa entrada de divisas advinda do fluxo de emigração de latino-americanos para os Estados Unidos e Europa; (iii) políticas orientadas para o combate à extrema pobreza, que estimulam o crescimento econômico; e (iv) políticas de distribuição de renda, que impulsionam o mercado interno.

Embora tenha ocorrido a elevação da taxa de crescimento média neste período (2000-2008), bem como a melhora de índices relacionados à diminuição da pobreza e ao fortalecimento do mercado interno, não houve a reversão, de modo geral, do processo de desnacionalização e reprimarização das economias latino-americanas. Elas continuaram submetidas ao domínio do capital financeiro internacional e à divisão mundial do trabalho imposta por ele, que especializou as economias da região na produção agroindustrial e mineral (soja, carne, minérios, petróleo, gás etc.) para o abastecimento das economias industriais, em particular da chinesa. Portanto, o caráter *dependente* das economias latino-americanas não foi alterado, senão aprofundado.

Posto o contexto econômico geral na América Latina e no Caribe, é preciso sublinhar as principais vias de enlace da economia cubana com o mercado mundial no período, as quais serão analisadas em mais detalhes na segunda, terceira e quinta seção deste capítulo. Os novos laços de Cuba com a economia mundial consistiram principalmente: (i) na exportação de produtos primários, sobretudo de níquel para a China, e de serviços de saúde (mão de obra qualificada); (ii) nos ingressos advindos do turismo internacional e das remessas dos emigrados; e, (iii) a partir final da década de noventa, na relação econômica com a Venezuela, particularmente por meio da compra de petróleo a preços subsidiados em troca do envio de equipes médicas para os programas sociais venezuelanos.

A inserção de Cuba no mercado internacional, a partir da década de noventa, não se diferiu do padrão latino-americano no que se refere à especialização em atividades de baixo valor agregado e à subordinação ao mercado mundial. Tendo em conta as particularidades das condições econômicas do país após o fim da União Soviética, é difícil vislumbrar a possibilidade da implementação de um modo de

conexão radicalmente distinto do qual efetivamente se deu.

De modo geral, as reformas de abertura capitalistas adotadas a partir de 1990 não lograram, como será evidenciado ao longo deste capítulo, estabelecer uma configuração produtiva superior, ao contrário: a recuperação econômica relativa, a partir da segunda metade dos anos noventa, se sustentou em novas relações subordinadas e de baixo valor agregado. O nível das forças produtivas e a produtividade média do trabalho seguiram em patamares baixos. O *subdesenvolvimento* cubano, agravado pelo colapso soviético, modelou a inserção da ilha no mercado mundial e a economia do país passou, assim, a uma condição de maior vulnerabilidade diante das vicissitudes da dinâmica da economia capitalista global — de modo parecido com os demais países latino-americanos.

Importa sublinhar que a mudança do panorama político na região e a ascensão econômica da China, nos anos dois mil, abriram um cenário mais favorável às relações econômicas externas de Cuba. A parceria com a Venezuela, que proveu o abastecimento de petróleo em condições financeiras favoráveis, decorreu da proximidade política entre os governos dos dois países. Da mesma forma, embora em menor proporção, incrementaram-se as transações econômicas de Cuba com o Brasil e demais países do Mercosul nessa década.

Os acordos comerciais firmados com a China foram outra importante fonte de receita comercial para a ilha, que seguiu recebendo, ao mesmo tempo, investimentos de capitais europeus e canadenses, especialmente no setor de turismo e na extração de níquel. A primeira década do século XXI, portanto, propiciou uma conjuntura mais favorável para as relações econômicas externas de Cuba do que a verificada na década anterior. Não por acaso, a economia cubana registrou taxas de crescimento mais elevadas neste período, até a eclosão da crise mundial de 2008.

2.2. As reformas do Período Especial (1990-1996)

A etapa de reformas econômicas foi inaugurada formalmente em 23 de julho de 1990, quando o Birô Político do Partido Comunista declarou: “A sólida estabilidade do país, junto com outras políticas inteligentes, atrai confiança dos investidores estrangeiros e abre o caminho à cooperação mediante empresas

mistas” (PCC, 1990, Apud. J. DOMÍNGUES, 2007, p. 35; tradução nossa¹⁰¹).

Em janeiro de 1990, no conselho do COMECON, a União Soviética propôs que todo o comércio entre os países membros fosse efetuado sobre a base de preços de mercado e de moedas livremente conversíveis. A proposta foi aceita pela ilha. Diante de tal cenário, entre 1990 e 1993, o governo cubano adotou três tipos de política, a saber: (a) abertura econômica ao mercado capitalista a fim de promover atividades produtivas; (b) reformas institucionais para incentivar a abertura econômica; e (c) reformas fiscais e tributárias.

As boas vindas aos investimentos estrangeiros e ao turismo internacional, em 1990, marcaram o início da nova política econômica. Em seguida, o governo cubano adotou as primeiras reformas institucionais relevantes. O quarto Congresso do PCC, em outubro de 1991, votou uma emenda à Constituição de 1976, autorizando alguns direitos de propriedade privada. O artigo 15 da Constituição de 1992 permitia ao Comitê Executivo do Conselho de Ministros outorgar, a seu juízo, direitos de propriedade para várias atividades econômicas. Tais reformas visaram dar garantia jurídica aos investidores externos que afluíam ao país.

Em seguida, o intervalo compreendido entre 1993 e 1995 foi marcado por novas e importantes reformas:

1. Legalizou-se a posse e o uso do dólar pela população, bem como concedeu-se maior facilidade para os cubanos emigrados visitarem a ilha. Foram abertas lojas estatais para venda de dólares e agências de câmbio abertas ao público. Desse modo, o Estado buscou regulamentar e estimular o fluxo de remessas monetárias vindas do exterior.

2. Autorizou-se tipos específicos de trabalho por conta própria, incluindo pequenos restaurantes, táxis privados etc. Entretanto, os pequenos negócios operavam em limites estreitos (por exemplo, quem recebia uma licença só podia empregar familiares).

3. Converteu-se a maioria das empresas agrícolas estatais em cooperativas semi-privadas, as chamadas Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). As terras seguiam nacionalizadas, porém o Estado concedia o usufruto aos produtores em cooperativa.

¹⁰¹ No original: “La sólida estabilidad del país, junto con políticas inteligentes, atrae confianza de los inversionistas extranjeros, y abre el camino a la cooperación mediante empresas mixtas”.

4. Permitiu-se mercados privados agrícolas e de artesanatos pela primeira vez desde 1986. Note-se, contudo, que os produtores só estavam autorizados a vender suas mercadorias após destinar a cota de produtos obrigatória ao Estado.

5. Lançou-se mão de medidas fiscais com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário e o excedente de liquidez monetária, quais sejam: novos impostos, cortes nos subsídios estatais e gastos sociais, aumento das tarifas dos serviços públicos, aumento de preço de alguns bens de consumo e a redução da oferta de produtos nas cotas de racionamento.

6. Criou-se o “peso conversível” (que será explicado à frente) e a abertura de estabelecimentos estatais de câmbio de moedas — CADECAs, como instrumento de política monetária.

7. Promulgou-se, em 1995, uma nova lei de investimentos estrangeiros — muito mais flexível que a anterior — e a criação de zonas livres de comércio.

8. Autorizou-se a compra de propriedade imobiliária, por estrangeiros, destinada a lojas, escritórios e estabelecimentos turísticos, assim como se permitiu aos cubanos alugar cômodos de suas casas a turistas.

Mesa-Lago (2003, p. 35-36) assinala o alcance das reformas empreendidas entre 1991 e 1996:

Este ciclo pragmático mostrou um maior progresso para o mercado sob a Revolução por meio da implementação das seguintes medidas: redução (ainda que modesta) da coletivização através da concessão de parcelas de terra familiar, transformação de fazendas estatais em UBPCs, restauração de mercados agrícolas livres, abertura ao capital estrangeiro e autorização do trabalho por conta própria; processo de descentralização nas decisões da política econômica, primeiro no setor de comércio exterior e depois no setor doméstico, com a criação de empresas quase privadas e mistas; a restauração do orçamento do Estado como um instrumento fundamental da política fiscal e a imposição de medidas para reduzir os gastos públicos e aumentar as receitas fiscais (incluindo novos impostos) a fim de reduzir o déficit; substituição em grande escala de alimentos e outros bens de consumo através do racionamento, através de preços fixados por oferta e demanda (nos mercados agrícolas livres, mercados de artesanato e mercados que vendem em dólares); eliminação virtual do trabalho voluntário e notável redução de mobilizações de trabalhadores; substituição de incentivos morais pelos mais incisivos incentivos econômicos dados desde a Revolução; redução drástica da ênfase no igualitarismo e aceitação das necessárias diferenças de renda; aumento nas taxas de certos serviços públicos e encargo sobre outros que anteriormente eram gratuitos, ainda que a saúde e a educação sejam gratuitas (tradução

nossa)¹⁰².

As reformas implementadas entre 1990-1995 abriram um período de abertura capitalista. O Estado seguiu com a propriedade da maior parte das empresas, e os mecanismos de planificação e centralização continuaram a controlar, embora de forma mais atenuada, a maior parte das atividades econômicas.

Entretanto, é inquestionável o fato de que o *polo dinâmico* da economia deslocou-se para as atividades reguladas pelo mercado e fundadas na propriedade privada ou semi-privada. O circuito econômico da ilha passou a depender da injeção de capitais privados por meio dos investimentos externos diretos, das remessas de divisas de cubanos no exterior, do desenvolvimento do turismo internacional, assim como das cooperativas de pequenos produtores no campo, das empresas semi-privadas e mercados agrícolas e artesanais livres, da permissão de trabalho por conta própria e dos pequenos negócios.

As transformações econômicas suscitaram reformas institucionais destinadas a acomodar e estimular as novas atividades. Afinal, as disposições jurídico-econômicas da Constituição de 1976, baseadas numa economia quase totalmente estatizada, eram anacrônicas em relação aos processos capitalistas introduzidos pelas reformas. O regime jurídico de propriedade foi alterado, parcialmente, para contemplar formas de propriedade privada, embora o Estado seguisse como principal e majoritário agente econômico. A planificação centralizada foi relaxada e restringida, de modo que os atores econômicos privados e as empresas privadas

¹⁰² No original: "(...) este ciclo pragmatista mostro el mayor avance hacia el mercado bajo la Revolución a través de la aplicación de las medidas siguientes: reducción (aunque modesta) de la colectivización mediante el otorgamiento de parcelas de tierra familiares, transformación de granjas estatales en UBPC, restablecimiento de los mercados libres agropecuarios, apertura al capital extranjero y autorización del trabajo por cuenta propia; proceso de descentralización en las decisiones de políticas económicas, primero en el sector del comercio exterior y luego en el sector interno, con la creación de empresas cuasi-privadas y mixtas; restablecimiento del presupuesto estatal como instrumento clave de la política fiscal e imposición de medidas para reducir los gastos públicos y aumentar los ingresos fiscales (incluyendo nuevos impuestos) a fin de reducir el déficit; reemplazo en gran medida de la asignación de alimentos y otros bienes de consumo a través del racionamiento, por la asignación mediante precios fijados por oferta y la demanda (en mercados libres agrícolas, mercados artesanales y tiendas que venden en dólares); virtual eliminación del trabajo voluntario y reducción notable de las movilizaciones laborales; sustitución de los incentivos morales por económicos que se vuelven los más fuertes bajo la Revolución; disminución drástica del énfasis en el igualitarismo y aceptación de las diferencias necesarias en el ingreso, y aumento de tarifas de ciertos servicios públicos y cargo de cuotas en otros que antes eran gráti, aunque na salud y la educación siendo gratuitas"

pudessem operar com mais autonomia na arena do mercado e da competição capitalistas.

Posto esse quadro introdutório, serão descritas e analisadas setorialmente, nesta seção, as reformas implementadas.

2.2.1. Reformas vinculadas ao setor externo

Ante a dissolução das relações econômicas com os antigos países soviéticos, Cuba reordenou sua inserção internacional dirigindo-se ao mercado mundial de bens e capital. O instrumento principal para isso foram os investimentos externos diretos, que serviram como uma ponte de acesso a novas tecnologias, ao financiamento econômico e ao estímulo produtivo. A remodelação do comércio exterior, relegando ao Estado a supervisão e não mais o monopólio, e a flexibilização do regime jurídico sobre os investimentos estrangeiros responderam a essa nova estratégia de inserção global.

A totalidade do comércio exterior estava controlada, até 1992, pelo *Ministerio del Comercio Exterior* (MINCEX) e era realizada por empresas desse ministério ou empresas subordinadas a organismos da administração central do Estado. Desse modo, garantia-se o monopólio do comércio exterior.

O aparecimento na paisagem econômica de empresas estrangeiras, mistas, sociedades cubanas de mercado e entidades estatais autônomas atenuaram o monopólio estatal do comércio exterior, o qual passou a ser realizado também pelos novos agentes econômicos. Por consequência, o MINCEX teve suas funções modificadas, de modo que a centralização deu lugar à supervisão estatal do comércio exterior. Fabiana Rita Dessoti (2017, p. 144) explica as modalidades de empresas privadas ou semi-privadas existentes em Cuba:

As empresas mistas têm uma característica específica: são aquelas que contam com a participação do capital estrangeiro e do capital nacional. Diferente do caso brasileiro, não é o tipo de capital (público ou privado) e sim a nacionalidade do capital (nacional estrangeiro) que as caracteriza. É uma companhia mercantil cubana, na qual participam como acionistas uma ou mais empresas estatais cubanas e um ou mais investidores estrangeiros. Forma-se um capital social a partir do aporte dos sócios, com o objetivo de produzir bens e prestar serviços, para obtenção de lucro. Esta é a modalidade de investimento estrangeiro mais utilizada em Cuba. Os contratos de

associações econômicas internacionais representam um acordo entre uma empresa estatal cubana e uma empresa estrangeira sem a criação de uma personalidade jurídica: “classificam-se, entre outros, os contratos de risco para exploração de recursos naturais não renováveis, para a construção, a produção agrícola, a administração hoteleira, produtiva ou de serviços e os contratos para prestação de serviços profissionais”, diz a Lei 118. As empresas de capital estrangeiro são aquelas que não têm nenhuma participação do investidor nacional. O investidor estrangeiro exerce a direção da empresa, desfrutando dos seus direitos e assumindo suas obrigações. O investidor poderá estabelecer-se como pessoa física, como pessoa jurídica, constituindo uma nova empresa ou uma subsidiária de empresa estrangeira. Esta modalidade é mais complexa e envolve, principalmente, investimentos de infraestrutura industrial.

A quebra do monopólio do comércio exterior estava intimamente conectada com a reconfiguração do sistema geral de planificação centralizada. Os mecanismos de planificação foram reformados, restringidos e, em certa medida, anulados pelos próprios processos econômicos em desenvolvimento. A plêiade de atividades econômicas que floresceram sobre o solo das novas relações de mercado, de propriedade e de critérios de eficiência e gestão eliminaram muitas das antigas funções da extinta *Junta Central de Planificación*. Nesse sentido, é esclarecedora a análise da CEPAL (1997, p. 56) sobre a questão:

A reorganização ministerial, a criação de mercados agrícolas e industriais, a legalização da moeda estrangeira e do emprego por conta própria, a reforma agrária e a diversificação das formas de propriedade tornam os instrumentos de planejamento anteriores parcialmente obsoletos. A razão é simples: como mencionado, há uma multiplicação de atores e centros de decisão microeconômicos que são cada vez mais autônomos e difíceis de gerenciar centralmente (tradução nossa)¹⁰³.

Com o amparo do novo ordenamento jurídico, os investimentos estrangeiros retornaram à ilha com mais intensidade na década de 1990. O ponto de partida do fluxo de capital externo se deu em 1992 por meio de investimentos oriundos de mais de 50 países (com destaque para Espanha, Canadá, Itália, México e França), especialmente dirigidos aos setores de turismo, mineração, petróleo e indústria manufatureira. De acordo a CEPAL (1997), em meados de 1995, o aporte financeiro

¹⁰³ No original: “La reorganización ministerial, la creación de los mercados agropecuarios e industriales, la legalización de las tenencias de divisas o del trabajo por cuenta propia, la reforma agraria, la diversificación de las formas de propiedad, tornan parcialmente obsoleto el instrumental de planificación anterior. La razón es simple: como se dijo, se produce una multiplicación de actores y de centros de decisión microeconómica cada vez más autónomos y difíciles de manejar centralmente”.

externo por meio dessas associações ascendia a mais de um bilhão de dólares, gerando cerca de 60 mil postos de trabalho em diversas atividades, sendo que mais de 600 empresas e firmas comerciais estrangeiras instalaram oficinas de representação no país.

O Decreto-Lei nº. 77, promulgado em 1995, deu um novo impulso aos investimentos estrangeiros. A CEPAL (1997) analisa seus principais termos:

1. São reconhecidas três formas legais de investimento estrangeiro: empresas mistas; contratos de associação econômica internacional; e empresas de capital totalmente estrangeiro. A empresa mista se constitui como pessoa jurídica na forma de uma companhia anônima de ações nominativas. As empresas integralmente estrangeiras, por sua vez, têm todos os direitos e obrigações que exige a lei e pode atuar como pessoa jurídica dentro do território cubano (a lei anterior, o Decreto-Lei nº. 50, somente permitia associação entre entidades cubanas e externas como limite de capital de 49% para os estrangeiros).

2. A lei incorpora um glossário moderno de termos que precisam os conceitos mais importantes vinculados ao processo de investimento na ilha.

3. Amplas garantias de repatriação de capital e de proteção aos investimentos. Não há expropriação, a menos por razões de utilidade pública. Nesse caso, se prevê indenizações monetárias por seu valor comercial, estabelecido por mútuo acordo.

4. Todos os setores da economia podem receber o capital externo, exceto as Forças Armadas e os serviços de saúde e educação.

5. Estimula a criação de zonas francas e parques industriais com a participação de capitais estrangeiros.

6. Autoriza os investidores estrangeiros a adquirir propriedades e outros direitos reais sobre bens imóveis situados em território cubano.

7. Preserva práticas restritivas ou de controle, entre elas, com destaque: todos os projetos com participação estrangeira precisam ser aprovados pelo Conselho de Ministros ou comissão designada por este para investimentos de menor complexidade; por outro lado, a contratação de trabalhadores cubanos para empresas mistas ou inteiramente estrangeiras segue sendo realizada por meio de órgãos públicos empregadores.

Ainda, o Decreto-Lei nº. 77 (*Lei de la inversion extranjera*) continha ele próprio

uma justificativa política e econômica para sua promulgação, a saber:

No mundo de hoje, sem a existência do campo socialista, com uma economia mundial que se globaliza e fortes tendências hegemônicas nos campos econômico, político e militar, Cuba, para preservar suas conquistas e submetida ademais a um violento bloqueio, carecendo de capital, de certas tecnologias, muitas vezes de mercado e necessitada de reestruturar sua indústria, pode obter através do investimento estrangeiro, com base no mais estrito respeito pela independência nacional e soberania, benefícios com a introdução de tecnologias inovadoras e avançadas, modernização de suas indústrias, maior eficiência produtiva, criação de novos empregos, melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos, redução de custos, maior competitividade no exterior, acesso a determinados mercados que, no seu conjunto, apoiam os esforços que o país deve realizar para seu desenvolvimento econômico e social (CUBA, 1995; tradução nossa)¹⁰⁴.

O regime cubano seguiu assim, embora timidamente, o exemplo da China, que havia, desde 1978, com Deng Xiaoping, promovido uma série de reformas pró-capitalistas, as quais, ao fim e ao cabo, modificaram o caráter da economia chinesa. Também o Vietnã, a partir de 1986, lançou mão da abertura econômica por meio de reformas estruturais, conhecidas como *Doi Moi*.

As reformas nesses dois países consistiram na plena liberalização dos preços e do comércio, na ampla abertura aos investimentos externos e no restabelecimento da grande e média propriedade privada em larga escala (ANDERSON, 2018). Quando se compara o processo de abertura de Cuba, observa-se que as medidas, na ilha, foram consideravelmente mais limitadas em seu alcance e profundidade.

Fidel Castro (1997), em seu informe ao V Congresso do Partido Comunista, em 1997, justificou dessa maneira os incentivos dados aos investidores estrangeiros:

Não gostávamos do investimento estrangeiro, não era do nosso

¹⁰⁴ No original: “En el mundo actual, sin la existencia del campo socialista, con una economía mundial que se globaliza y fuertes tendencias hegemónicas en el campo económico, político e militar, Cuba en aras de preservar sus conquistas y sometida además a un feroz bloqueio, careciendo de capital, de determinadas tecnologías, muchas veces de mercado y necesitada de reestructurar su industria, puede obtener a través de la inversión extranjera, sobre la base del más estricto respeto a la independencia y soberanía nacional, beneficios con la introducción de tecnologías novedosas y de avanzada, la modernización de sus industrias, mayor eficiencia productiva, la creación de nuevos puestos de trabajo, mejoramiento de la calidad de los productos y los servicios que se ofrecen, y una reducción en los costos, mayor competitividad en el exterior, el acceso a determinados mercados, lo que en su conjunto en el exterior, el acceso a determinados mercados, lo que en su conjunto apoyarán los esfuerzos que debe realizar el país en su desarrollo económico y social” (CUBA, 1995).

agrado [...] mas o desenvolvimento, muito mais nas nossas condições, exigia buscar capital; exigia simplesmente a utilização de capitais estrangeiros e a aceitação de investimentos estrangeiros (tradução nossa)¹⁰⁵

Com a nova lei, os investimentos estrangeiros cresceram. Em 1994, 176 *joint ventures* haviam sido aprovadas, com a participação de vários países em 26 ramos da economia, movimentando um capital estimado em mais de 1,5 bilhão de dólares. Uma dessas empresas mistas, voltada à extração de níquel, foi formada com capital canadense, numa associação entre companhia Sherrit Inc. e a estatal Companhia Geral do Níquel de Cuba. Em 1995, 212 *joint ventures* tinham sido formadas, com investimentos procedentes do Canadá, Israel, Itália, França, Espanha e México. Todos os setores da economia, com as exceções da educação, saúde e defesa, foram abertos ao capital estrangeiro.

Em sintonia com a abertura aos capitais externos, o terceiro pilar transicional no setor externo consistiu na promoção do *turismo internacional* como motor do crescimento econômico¹⁰⁶. Em 1994, empreendeu-se a reestruturação da atividade turística com a criação do Ministério do Turismo e o início da descentralização de funções e responsabilidades em diversas cadeias hoteleiras. Omar Evernely (2007, p. 93) descreve a relação entre os Investimentos Externos Diretos (*IED*) e o setor de turismo:

O dinamismo do setor turístico cubano, com crescimento do número de visitantes a taxas médias de 14% ao ano entre 1990-2000, renda bruta superior a 30% ao ano e construção de quartos de 13% ao ano, fez com que a chegada de investimento direto estrangeiro neste ramo fosse muito atrativa. A política seguida para atrair investimento estrangeiro no setor tem sido destinada a abrir novos mercados, não só aumentando o turismo, mas também novas tecnologias, experiência de gestão e novos fluxos de capital. Empresas mistas, principalmente hotéis, foram estabelecidas com reconhecidas entidades de prestígio, com base na participação de 50% a 50% do

¹⁰⁵ No original: “La inversión extranjera no nos gustaba mucho, no era de nuestro mayor agrado (...), Pero el desarrollo, mucho más en las condiciones nuestras, exigía buscar capital; exigía sencillamente la utilización de capitales extranjeros y la aceptación de inversiones extranjeras”.

¹⁰⁶ Em 2016, existiam 27 empresas mistas e 76 contratos de associação econômica de dezessete grupos estrangeiros no setor de turismo em Cuba.

capital cubano e estrangeiro (tradução nossa).¹⁰⁷

Neste ponto, é importante notar que, no caso cubano, o capital externo concentrou seus aportes no turismo, diferentemente da China e do Vietnã, que receberam colossais investimentos na indústria manufatureira. Cuba não tinha a oferecer ao capital estrangeiro, como no caso dos países asiáticos, mão de obra barata em larga escala para a indústria de transformação.

A ilha, diferentemente da China e do Vietnã na década de oitenta, já ostentava elevados índices de urbanização e escolarização da força de trabalho, além de contar com uma população relativamente pequena (por volta de 11 milhões de habitantes). Por outro lado, a manutenção e o agravamento do bloqueio econômico norte-americano, cuja base principal de sustentação política se localizava na influente burguesia cubana-americana de Miami, consistiam em sérios obstáculos à atração de capitais externos.

2.2.2. A reforma no campo

Conforme analisado na terceira seção do primeiro capítulo, a Revolução de 1959 promoveu uma completa transformação no campo. As leis relacionadas à reforma agrária concentraram no setor estatal a maior parte das terras do país. Em 1989, o Estado controlava 78% da superfície cultivável. Das fazendas estatais provinha o grosso da produção agropecuária que abastecia tanto o mercado interno como a pauta de exportação.

Apesar do predomínio da produção agrícola estatal, a produção privada no campo não era desprezível, mesmo antes da abertura capitalista na década de 1990. Joana Salém Vasconcelos (2017) apresenta as diferentes formas e o desenvolvimento da pequena produção privada no campo desde 1959.

Em relação aos principais tipos de cooperativas existentes antes de 1989, a

¹⁰⁷ No original: “El dinamismo del sector turístico cubano, con crecimiento en el número de visitantes a tasas promedio de 14% anual entre 1990-2000, en los ingresos brutos superiores a 30% anual y en la construcción de habitaciones de 13% anual, hicieron muy atractiva la llegada de inversión extranjera directa a esta rama. La política seguida de atraer inversión extranjera en el sector ha tenido como objetivo abrir nuevos mercados al no solo aumentar turismo, sino también nuevas tecnologías, experiencia de gestión y flujos de capital fresco. Se han constituido empresas mixtas, principalmente hoteleras, con entidades de reconocido prestigio, sobre la base de una participación del capital cubano y extranjero de 50%-50%”.

autora destaca as Cooperativas de Crédito e Serviço (CCS) e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). A primeira (CCS) foi criada em 1960 e existe até os dias atuais (ocupando de 30 a 35% da superfície agrícola); formada pela associação de pequenos proprietários privados, tem como objetivo a obtenção de crédito estatal e a venda dos produtos para o Estado, com a permissão de venda privada do excedente.

A segunda (CPA) teve início em 1976 e também segue atuante até os dias atuais (ocupando de 10 a 15% da superfície agrícola); ela é baseada na propriedade privada coletiva e obtém todo crédito dos bancos estatais, assim como vende a maior parte da produção para o Estado, com autorização de venda privada do excedente. Outras formas de cooperativas existentes no primeiro período da revolução, como a Cooperativas Canavieiras (CC) e Sociedades Agropecuárias (SA), não sobreviveram por muito tempo — a CC foi extinta em 1962 e a SA em 1970.

No Período Especial, a reforma agrária mais significativa ocorreu em 1993 com a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). Esta forma cooperativa foi resultado do desmonte e da fragmentação das granjas estatais e consiste na concessão de usufruto coletivo privado de terras estatais. A produção delas é vendida ao Estado, com a permissão para a venda privada de uma margem mínima.

Com a desincorporação da maior parte das terras estatais por meio da criação das UBPC, a participação do Estado descendeu para 26% das terras em 1994. A dimensão da reforma pode ser apreciada pelo fato de que três quartos das áreas cultiváveis do país estavam controladas por entidades não-estatais ao final daquele ano. As cooperativas receberam em usufruto 42% das terras e empréstimos para instalações e insumos. Como desdobramento da reforma no campo, formalizou-se a criação de “mercados agropecuários” nas cidades, nos quais os preços são formados pela lei da oferta e procura.

A atividade agropecuária foi, portanto, totalmente redesenhada a partir dessa ampla concessão de terras em regime de usufruto. Carranza, Gutiérrez e Monreal (1995, p. 48) dão sentido de proporção às transformações das relações econômicas no campo:

Até outubro de 1994, 93.800 *caballerías* de terra (1.259.734 hectares) foram entregues a 1.221 UBPCs no setor de cana. O

patrimônio médio desses UBPCs era de 800,00 pesos e eles ocupavam 76% da área sem carne bovina do estado. No café, a UBPC ocupava 76% da superfície do estado dedicada a essa cultura; em várias culturas (legumes e hortaliças), 69%; no arroz, 48%; e na pecuária, 42%. Por sua extensão, a UBPC na fazenda de gado ocupou o primeiro lugar, com mais de 68,00 *caballerías* (tradução nossa)¹⁰⁸.

Ainda segundo os autores, as grandes fazendas estatais, bastante afetadas pela crise decorrente da queda da URSS, sofrendo com a falta de combustível, peças de reposição e falta de estímulo, cederam espaço a formas de produção cooperativas de menor escala. Conforme já assinalado, os produtores associados nas UBPC não obtêm a propriedade jurídica das terras, mas são donos do produto e, por consequência, repartem os lucros. Até setembro de 1994, o único comprador da produção cooperativa era o Estado. Com a criação dos mercados agropecuários, os produtores puderam começar a vender o excedente da produção diretamente aos consumidores.

2.2.3. Reformas administrativa e financeira

As transformações promovidas levaram à remodelação do aparelho estatal. Era necessário desenhar uma arquitetura institucional adaptada às profundas mudanças em curso – afinal, a antiga estrutura administrativa do governo central tinha sido pensada para atender às relações econômicas com a extinta União Soviética.

Em abril de 1994, o Decreto-Lei nº. 47 reduziu de 50 para 32 o número de ministérios com caráter de organismo central. A reforma acerca dos Organismos da Administração Central do Estado (OACE) compactou o governo central (com a supressão de diversas secretarias estatais) e designou funções a novas instituições, em conformidade com a reforma econômica. O controle e desenho das políticas macroeconômicas ficaram como responsabilidade do Ministério da Economia e Planificação e de Finanças e Preços. Em resposta ao fluxo de investimentos

¹⁰⁸ No original: “Hasta octubre de 1994 habían sido entregadas 93.800 caballerías de tierras (1.259.734 hectáreas) a 1.221 UBPC en el sector canero. El patrimonio promedio de esas UBPC era de 800.00 pesos y ocupaban el 76% de la superficie estatal no canera. En café, las UBPC ocupaban el 76% de la superficie estatal dedicada a esos cultivos; en cultivos varios (viandas y hortalizas), el 69%; en arroz, el 48%, y en ganadería, el 42%. Por su extensión, las UBPC en la ganadería vacuna ocupaban el primer lugar con más de 68.00 caballerías”.

estrangeiros e de novas atividades produtivas de natureza privada ou semi-privada, criou-se o Ministério de Inversão Estrangeira e Colaboração Econômica.

Segundo o estudo da CEPAL (1997), a compactação das funções estatais esteve acompanhada de uma redução de responsabilidades do aparelho central, que passaram a recair, em certa medida, nos novos atores econômicos emergentes. Com o Estado tendo, relativamente, menos protagonismo no âmbito econômico, as funções estatais deslocaram-se, em parte, para o terreno da supervisão e da associação econômica com as atividades privadas de mercado.

Uma segunda dimensão da reforma do aparelho do Estado se refere à reestruturação ocorrida no âmbito do sistema empresarial. A emergência de empresas mistas e estrangeiras, de mercados privados livres, da reforma da gestão e da propriedade agrária, da expansão do turismo internacional e do fluxo de remessa monetária dos cubanos emigrados, engendraram as transformações no tocante às funções, tamanho e localização das empresas estatais no interior da estrutura econômica em construção.

É imprescindível sublinhar o papel atribuído às Forças Armadas Revolucionárias (FAR) no processo de remodelação da gestão das empresas estatais. Sob o comando de Raúl Castro, as FAR assumiram o controle da maior parte do sistema produtivo do país. Além da gestão de empresas estratégicas do setor agrícola, da produção de açúcar, da construção e das telecomunicações, os militares passaram a dirigir as principais empresas do turismo (muitas delas em associação com o capital estrangeiro) e da indústria básica. Segundo relata Bandeira (2009), as FAR controlavam, ao final de 2006, 844 companhias cubanas (cerca de 30% do total existente no país), responsáveis por mais de 64% das divisas e 60% do Produto Interno Bruto da ilha. Sobre este tema, discorre Bandeira (2009, p. 710):

Os generais e coronéis, na ativa ou reformados, que se dedicaram às tarefas econômicas, congregaram-se no Grupo de Administração Empresarial, sob a direção do general Julio Casas Regueiro, o segundo na hierarquia militar, abaixo de Raúl Castro. Mas não se tornaram milionários. Seus salários situavam-se em torno de 680 pesos (aproximadamente 30 dólares). Contudo, o poder econômico adensou ainda mais o poder político das FAR [...].

Segundo Hiram Marquetti Nodarse¹⁰⁹ (2004), a eclosão da crise nos anos 90 teve um impacto significativo no sistema empresarial. O autor ressalta: (i) a introdução de técnicas e mecanismos de funcionamento nas empresas militares muito próximas às práticas internacionais verificadas no mercado internacional; (ii) o desenvolvimento da experiência das *empresas-laboratórios*, baseadas no conceito eficiência e rentabilidade, sob a supervisão do Instituto de Investigações do Trabalho; (iii) a modificação gradual do sistema de capacitação das direções empresariais; e (iv) o fomento de esquemas empresariais mais descentralizados, especialmente no turismo e na gestão comercial.

O reordenamento das instituições ministeriais, que incluiu a eliminação ou simplificação de estruturas dessas instituições dirigidas à administração direta das empresas, ocorreu conjuntamente com o processo de “redimensionamento” e “aperfeiçoamento” do sistema empresarial estatal. De acordo com Nodarse (2004), no triênio de 1996-1998, foram reajustadas 152 empresas. O redimensionamento consistiu na racionalização de capacidades e introdução de inovações tecnológicas e produtivas, bem como em inúmeras transformações organizativas, jurídicas, funcionais e setoriais. O resultado desse processo continha basicamente três variantes: a identificação das empresas competitivas, das empresas necessárias e das empresas que deveriam ser encerradas.

O redesenho administrativo, organizacional e funcional do aparelho estatal central e das empresas estatais teve como objetivo adaptar o Estado às reformas econômicas de abertura ao capitalismo. Nodarse (2004, p. 336) sintetiza assim o remodelamento do aparelho estatal e empresarial:

A evolução do processo de abertura econômica implicou criar condições mínimas para propiciar a internalização das empresas cubanas; em paralelo, o desenvolvimento do turismo e do investimento estrangeiro levaram a incorporar à gestão das empresas fórmulas operacionais e exigências não habituais no nosso contexto (tradução nossa)¹¹⁰.

O sistema financeiro cubano não passou imune ao processo de

¹⁰⁹ Hiram Marquetti Nodarse é economista, pesquisador e professor no Centro de Estudos da Economia Cubana, da Universidade de Havana.

¹¹⁰ No original: “La evolución del proceso de apertura económica implicó crear condiciones mínimas para propiciar la internalización de las empresas cubanas, en paralelo, el desarrollo del turismo y de la inversión extranjera condujeran a incorporar a la gestión de las empresas fórmulas operacionales y exigencias no habituales en nuestro contexto”.

transformação da base produtiva. Foram introduzidas no setor adaptações e reformas que refletiam as novas relações econômicas com o exterior e os novos direitos individuais e coletivos de propriedade. A (re)formatação da estrutura financeira teve como objetivo fortalecer e fundar mercados e instituições financeiras tendo em vista o aumento da capacidade de poupança e investimento, bem como a reestruturação produtiva. Por conseguinte, coerente com o processo geral, buscou-se modelar um sistema financeiro composto por bancos intermediários e mercados de capital (CEPAL, 1997).

Como assinalado no primeiro capítulo, a Revolução de 1959 nacionalizou por completo o sistema bancário cubano. O Banco Nacional de Cuba se encarregava da emissão de dinheiro e da regulação monetária, assim como da centralização dos depósitos das empresas e das cobranças e pagamentos entre as entidades estatais, além da administração das reservas de ouro e monetária do país. Os serviços de crédito e captação de poupança das famílias, por seu turno, eram de responsabilidade do *Banco Popular de Ahorro*.

O ponto inaugural da reforma do sistema financeiro ocorreu em 1993 com a legalização da posse de dólar e, posteriormente, de contas poupança em moedas conversíveis. Esta reforma atendia, sobretudo, à necessidade de captação das remessas das famílias cubanas no exterior. Em seguida, foi autorizada a abertura de casas de câmbio e outros intermediários financeiros. A formação de bancos e entidades financeiras especializadas visava à integração dos circuitos produtivos vinculados ao comércio exterior. Os Decretos Lei 172 e 173, de maio de 1997, criaram o Banco Central de Cuba e bancos comerciais, regulando assim o estabelecimento e funcionamento dos próprios bancos e instituições financeiras não-bancárias.

2.2.4. Reformas na estrutura ocupacional

As transformações provocadas pelas reformas do Período Especial não poderiam deixar de se refletir na estrutura ocupacional. Em 1989, havia um quadro de praticamente pleno emprego, uma vez que as empresas e instituições estatais absorviam a quase totalidade dos empregos demandados na ilha. As novas modalidades de atividade econômica suscitaram inevitáveis mudanças e reformas

no mercado de trabalho. O Decreto-Lei número 141, emitido por Fidel Castro, então presidente do Conselho de Estado, em setembro de 1993, ampliou enormemente as possibilidades de emprego por conta própria, ao admitir 150 categorias de pequenos negócios privados.

Por outro lado, a concessão de terras para cooperativas promoveu o aumento do peso relativo dos pequenos produtores na ocupação total do país. Do mesmo modo, mas em escala bem menor, a abertura de inúmeras empresas mistas e estrangeiras alocou trabalhadores no setor privado. Jorge Domínguez (2007, p. 48) apresenta alguns números que evidenciam a transformação da estrutura ocupacional ao longo da década de 1990:

Na época do censo de 1981, o estado empregava 92% da força de trabalho. Em 2002, esse número caiu para menos de 77%. Em contraste, a proporção de agricultores privados na força de trabalho (incluindo aqueles que cultivavam suas próprias terras ou eram agrupados em cooperativas de crédito e serviços) aumentou de sete para 11%; a proporção de cooperados subiu de um para quase 8%. O emprego em joint ventures não existia em 1981, mas representava menos de um por cento da força de trabalho em 2002. O emprego por conta própria representava 1,6% de todos os trabalhadores em 1981, aumentando para 3,8% em 2002 (tradução nossa)¹¹¹.

Um segundo aspecto do impacto das transformações no mundo do trabalho se refere à dualidade das remunerações com o estabelecimento das empresas e mercados privados. Essa dualidade consiste basicamente na diferença de remuneração entre os trabalhadores do setor estatal e os empregados vinculados às atividades econômicas emergentes. O salário real dos empregados públicos se deterioraram significativamente. Em contraste, nos novos setores privados, os trabalhadores passaram a receber remunerações complementares pela via de estímulos orientados à elevação da produtividade.

Por consequência, apenas uma parte da força de trabalho, aquela incorporada nas atividades privadas, passou a ter acesso a uma remuneração

¹¹¹ No original: “En el momento del censo de 1981, el estado empleaba a 92% de la fuerza de trabajo. Para 2002 esa cifra había bajado a menos de 77%. En contraste, la proporción de agricultores privados (incluyendo a los que labraban su propia tierra o se agrupaban en cooperativas de crédito y servicios) en la fuerza de trabajo se elevó de siete para 11%; la proporción de miembros de cooperativas subió de uno a casi 8%. El empleo en empresas mixtas no existía en 1981 pero representaba menos de uno por ciento de la fuerza de trabajo en 2002. El empleo por cuenta propia representaba 1.6% de todos los trabajadores en 1981, subiendo a 3.8% em 2002”.

superior. Agrega-se a essa disparidade de rendimentos a profunda desvalorização dos salários em decorrência da perda de valor da moeda nacional (CUP). A condição salarial adversa no setor estatal estimulou a emigração de trabalhadores aos setores de turismo, de produção para exportação ou para os pequenos negócios permitidos pela reforma laboral.

2.2.5. Reformas fiscal e monetária

A profunda alteração do cenário econômico exigiu também a remodelação da política fiscal. Em 1994, entrou em vigor a *Ley del Sistema Tributario* que elevou a arrecadação (e sua elasticidade), "modernizou" o sistema fiscal e, sobretudo, teve como pressuposto a multiplicação dos agentes econômicos de caráter privado, bem como as relações externas que implicaram uma regulamentação fiscal específica para esse setor.

A *Ley Orgánica* de 1981, que normatizava a formação do orçamento nacional, se tornou disfuncional com o aparecimento de novas formas de propriedade e de relação de produção e intercâmbio. Por isso, foi substituída pela *Ley Orgánica de Administración Financiera del Estado*. O outro objetivo contido na reestruturação fiscal se orientou pela necessidade de adequar o sistema tributário e legal às normas internacionais e de atrair investimentos estrangeiros. No mesmo sentido, foi adotado o sistema internacional de contabilidade pública.

A reforma tributária criou dois impostos diretos. O primeiro consistiu na taxação gradual sobre os lucros (35%) de todas as empresas, com um sistema simplificado no caso dos negócios de menor dimensão. A partir de 1996, as empresas estatais se incorporaram de forma progressiva ao novo sistema, sendo que as empresas mistas e certas entidades estatais já estavam plenamente incorporadas em 1994. O segundo imposto direto recaiu sobre as pessoas físicas, com uma escala progressiva. A princípio, todas as rendas seriam taxadas de acordo os critérios estipulados. No entanto, em razão das dificuldades econômicas, os salários e aposentadorias em moeda nacional ficaram de fora da tributação. Por conseguinte, o imposto se concentrou nos pequenos negócios mercantis e, a partir de 1996, em certas categorias profissionais (CEPAL, 1997).

Outra importante modificação no sistema tributário foi introduzida pela *Ley 73*, que estabeleceu o imposto sobre a circulação. A lei impôs fundamentalmente um

imposto sobre o comércio atacadista: taxao sobre certos produtos de consumo, como tabaco e bebidas. O novo sistema tambm estabeleceu um imposto *ad valorem* sobre vendas, que se aplica sobre as vendas finais dos mercados agropecurios e artesanais. No que tange importncia da reforma fiscal, afirmam Carranza, Gutirrez e Monreal (1995, p.50):

Embora a nova lei tributria tenha sido associada s tarefas de reorganizao das finanas internas, sua real importncia supera aquele aspecto da poltica econmica na medida em que estabeleceu um sistema tributrio destinado a funcionar em um contexto caracterizado por agentes econmicos. Dessa forma, a orientao do sistema tributrio parece coincidir com a tendncia de uma poltica econmica cada vez mais orientada para a diversificao da economia e o funcionamento dos mercados (traduo nossa¹¹²).

Do ponto de vista monetrio, foram legalizados o mercado paralelo de cmbio e a abertura de contas de poupana em moeda estrangeira nos bancos nacionais. Em consequncia disso, os mercados se segmentaram e passaram a ser realizados em vrias moedas, em especial os pesos cubanos e os dlares estadunidenses (depois substituídos pelos pesos conversveis). O Estado manteve o controle dos preos nos mercados de bens e servios essenciais de consumo por meio dos subsdios estatais, medidos em pesos cubanos.

Nesse mbito, os mecanismos da planificao centralizada de preos seguiram vigentes. Por outro lado, nos mercados liberados de produtos agropecurios e industriais, assim como nas relaes de troca das empresas mistas com o comrcio exterior, os preos passaram a flutuar livremente segundo a lei da oferta e procura. A CEPAL (1997, p.117) explica nos seguintes termos a relao dual entre o sistema planificado e a regulao mercantil dos preos:

O sistema dual monetrio e a legalizao da posse de moeda estrangeira infiltraram-se no sistema financeiro. Alm disso, uma rede de vasos comunicantes tornou-se cada vez mais complexa entre o sistema de preos planejados e os que prevalecem nos

¹¹² No original: "Aunque la nueva ley de impuestos h estado asociada a las tareas de saneamiento de las finanzas internas, su importncia en realidad rebasa ese aspecto de la poltica econmica en la medida en que h establecido un sistema impositivo disenado para funcionar en un contexto caracterizado por la diversidad de agentes econmicos. De este modo, la orientacin del sistema impositivo parece coincidir con la tendncia de una poltica econmica cada vez ms orientada hacia la diversificacin de la economia y el funcionamiento de los mercados".

mercados liberalizados e externos. Talvez o impulso institucional mais forte para este fenômeno venha da política que obriga todas as empresas públicas a alcançar um orçamento de câmbio equilibrado, bem como o encadeamento, com propósito encorajado, entre exportadores e fornecedores de insumos nacionais (tradução nossa)¹¹³.

As reformas fiscal e monetária foram ao mesmo tempo consequência e estímulo às transformações econômicas ocorridas na primeira metade da década de 1990. Por um lado, o sistema tributário incluiu as novas relações econômicas em termos de arrecadação orçamentária e regulação fiscal e, por outro, a política monetária induziu, legalizou e organizou tanto o fluxo de remessas de dólares dos cubanos emigrados como a formação dos preços nos mercados privados a partir das oscilações da oferta e procura e, no comércio exterior, por meio dos preços internacionais de mercado.

Com a legalização do dólar em 1993, o governou cubano havia perdido um importante instrumento de soberania monetária. Com intuito de recuperar parte do controle perdido neste campo, a partir de 1994, passou a circular o peso conversível (CUC) ao lado da antiga moeda nacional, o peso cubano (CUP). A nova moeda emitida pelo Banco Central de Cuba, cujo valor estava lastreado no dólar estadunidense, tinha como objetivo fomentar o ingresso de moeda estrangeira por parte de pessoas físicas e jurídicas no território nacional cubano, sem abrir mão do controle estatal sobre as diminutas reservas cambiais disponíveis.

Marcelo Soares de Carvalho (2017, p. 157-158) explica os objetivos da implementação do sistema de dualidade monetária:

Por um lado, estimulava-se a entrada de dólares em um país atingido por uma profunda crise externa; por outro, procurava-se fazer com esses dólares pudessem ser usados para o atendimento das necessidades sociais coletivas, e não apenas das pessoas que conseguissem ter acesso à moeda estrangeira. O estímulo à entrada de dólares deu-se especialmente em relação às transferências entre familiares (de residentes no exterior para residentes locais) e, depois, em relação à presença de turistas. Posteriormente, foram introduzidas gradualmente várias medidas de flexibilização das

¹¹³ No original: “El sistema monetário dual y la legalización de la posesión de divisas se han infiltrado al sistema financeiro. Además se há establecido una red de vasos comunicantes cada vez más compleja entre el sistema de precios planificados y los que prevalecen en los mercados liberalizados y en los externos. Quizá el impulso institucional más fuerte a ese fenómeno provenga de la política que obliga a todas las empresas públicas a alcanzar un presupuesto equilibrado de divisas, así como del encadenamiento, fomentado expreso, entre los exportadores y los proveedores de insumos nacionales”.

estruturas de propriedade, viabilizando a existência de pequenos negócios privados (especialmente no setor de serviços de alimentação, turismo e transporte), cooperativas (agrícolas ou não) e a presença do capital externo. Essas pessoas jurídicas também poderiam, portanto, operar legalmente com moeda estrangeira, dentro do novo sistema dual (com duas moedas cubanas em circulação).

Conforme deixa nítida a passagem acima, o sistema monetário, baseado na coexistência de duas moedas, foi concebido para acomodar e estimular as novas atividades econômicas suscitadas pelas reformas econômicas.

2.3. Análise dos resultados econômicos (1990-2008)

As reformas econômico-institucionais implementadas na década de 1990 assentaram a base jurídico-legal para as significativas mudanças no regime de propriedade, nas relações de produção e na composição do comércio e do financiamento internacionais.

Conforme sustentou-se na primeira seção deste capítulo, as mudanças econômicas foram desencadeadas por um fator externo: o desaparecimento do Bloco Soviético. O derretimento da economia cubana, no início da década de 1990, colocou o país em um quadro de iminente colapso.

Tendo em conta esse fato incontornável, é preciso considerar que as reformas visaram um duplo objetivo: do ponto de vista estratégico, buscou-se inserir Cuba no mercado internacional, introduzindo diversas reformas de abertura capitalista, e, do ponto de vista contingente, objetivou-se estancar a sangria econômica e o consequente esgarçamento do tecido social.

Nesta seção, será avaliada a trajetória da economia em termos globais e em suas partes fundamentais entre os anos 1990 e 2008¹¹⁴.

2.3.1. Indicadores macroeconômicos

Com a crise aguda do Bloco Soviético, a economia cubana entrou em uma fase de estagnação entre 1985 e 1990, registrando resultado médio anual negativo (-0,2). Entre 1980 e 1985, a economia do país tinha passado pelo seu momento de

¹¹⁴ O período seguinte, pós-2008, será analisado na quinta seção deste capítulo.

avanço mais acelerado desde 1959, registrando crescimento médio de 5,5% (BRUNDENIUS, 2009).

Depois do fim da União Soviética, a estagnação converteu-se em severa contração econômica entre 1990 e 1993. A recuperação em termos de crescimento econômico inicia-se em 1994, já refletindo as novas relações econômicas introduzidas pelas reformas. Contudo, a regressão tinha sido colossal. Para se ter um sentido de proporção: em 2004, quinze anos após a queda do Muro de Berlim, o Produto Interno Bruto (PIB) cubano havia alcançado apenas 98,6% do PIB de 1989 (EVERNELY, 2004).

A relativa recuperação econômica, iniciada em 1994, tem uma curva ascendente nos anos seguintes e alcança seu auge em 1996, quando se registra o crescimento na ordem de 11%. O gráfico abaixo registra a evolução do PIB entre 1990 e 2004:

Gráfico 1 — Evolução do PIB (1990 – 2004)

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 72.

A apreciação da trajetória do PIB (1990-2004) indica o sucesso relativo no que tange aos índices de crescimento a partir de 1994. Em outras palavras, as reformas adotadas detiveram a vertiginosa queda econômica e impulsionaram o crescimento médio de 5,8% entre 1994 e 2004, embora o ritmo tenha diminuído nos

anos 2000.

Porém, observando de outro ângulo, constata-se que a curva ascendente da atividade econômica, mais de dez anos depois, ainda não tinha alcançado o nível verificado em 1989, que somente após 2004 foi superado. A evolução do PIB *per capita* oferece outra medida de avaliação do desempenho econômico ao longo desse período.

Gráfico 2 — Evolução do PIB *per capita* (1989 – 2004)

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 73.

O gráfico 2 oferece outra visualização da dimensão da queda e da posterior recuperação parcial. Em 1993, a renda *per capita* havia se contraído cerca de 1000 pesos, um derretimento assombroso. Após uma década de gradual retomada, em 2004, o PIB *per capita* anotava 203 pesos a menos do que em 1989. Isto é, dez anos de recuperação não foram suficientes para recompor os quatro anos de mergulho depressivo.

No que diz respeito à formação de capital bruto, em termos de porcentagem do PIB, observou-se uma baixa acentuada: de 26,7% em 1989 para 5,4% em 1993, quando tocou o fundo do poço; depois cresceu e alcançou 13,3% em 2001. Porém, era ainda 51% menor que o nível observado em 1989. O gráfico 3 descreve esses números relativos à formação de capital bruto:

Gráfico 3 — Evolução da formação de capital bruto (1989-2001)

Fonte: Adaptado de Mesa-Lago, 2003, p. 42.

A trajetória do consumo é outro importante referencial para a avaliação do desempenho da economia cubana. A vertiginosa queda do PIB provocou uma enorme contração da oferta de bens de consumo, sendo que a restrição do consumo ocorreu em paralelo à acelerada acumulação de dinheiro nas mãos da população, uma vez que não havia contrapartida material à liquidez monetária. A inflação alta, a proliferação de mercados ilegais e o aumento dos depósitos bancários foram consequências inevitáveis desse quadro de colapso na oferta. O gráfico 4 reproduz a trajetória do consumo na década de 1990:

Gráfico 4 — Trajetória do consumo (1989–2000)

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 76.

A recuperação parcial do consumo, a partir de 1993, acompanha a dinâmica do conjunto da economia. As novas modalidades de atividade econômica relacionadas à propriedade, financiamento e mercado estimularam a produção e o investimento, incrementaram a renda e o comércio, resultando no crescimento da demanda realizada. Entretanto, em que pese a retomada do crescimento, o nível de consumo total no ano 2000 estava 20% abaixo do patamar verificado em 1989.

No início do século XXI, dez anos depois da derrocada soviética, a economia cubana deu continuidade ao processo de lenta recuperação iniciado na segunda metade dos anos noventa. Contudo, o cenário internacional tornou-se mais árduo depois da eleição de George W. Bush e do início da “guerra ao terror”, que se seguiu ao atentado às torres gêmeas do *World Trade Center* e o Pentágono, em 2001. A recessão econômica foi agravada pela instabilidade internacional e a escalada militar norte-americana, que se desdobrou, para Cuba, no aperto do bloqueio estadunidense.

Esse cenário de crise internacional e recrudescimento do embargo norte-americano afetou a economia do país, especialmente o fluxo de turistas, os investimentos externos e o preço do níquel. Após registrar uma taxa de crescimento

médio superior a 4% entre 1997 e 2000, o PIB de Cuba despencou 3% em 2001 e cresceu apenas 1,1% em 2002 (BANDEIRA, 2009).

Os indicadores relacionados ao PIB e ao consumo permitem identificar duas fases distintas na trajetória econômica analisada. A primeira se refere ao período de 1990-1993, fase que é caracterizada pela aguda recessão econômica provocada pela dissolução das relações econômicas em que se inseria o país. Ela é marcada também pelo anúncio das principais reformas econômico-institucionais que inaugurariam a transição para um novo modelo econômico. A segunda fase (1994-2008) se caracteriza pela retomada do crescimento econômico sob a base das transformações econômicas suscitadas pelas reformas e pelo novo padrão de enlace com o mercado mundial.

2.3.2. Comércio exterior

As transformações das relações econômicas externas de Cuba, ao longo do período estudado, foram determinadas, fundamentalmente, pelo desaparecimento do Bloco Comunista e pelas reformas. Particularmente no que tange ao comércio exterior, o desmoronamento da URSS liquidou em poucos anos o antigo padrão de inserção internacional. A rede comercial do COMECON se desfez quase por completo num curto lapso de tempo. A desintegração das relações comerciais, baseadas no antigo modo de inserção externa, significou a perda de 33% em termos de intercâmbio global entre 1990 e 1993.

Após o desaparecimento da União Soviética, Cuba vivenciou um grau de isolamento internacional — político e econômico — sem precedentes. Este insulamento começou a ser revertido, parcialmente, depois da eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 e, posteriormente, nos anos 2000, com a posse de diversos governos “progressistas” na América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai).

Devidos aos laços políticos e ideológicos que rapidamente se formaram entre os países, a chegada de Hugo Chávez à Presidência representou um significativo aporte econômico a Cuba. O país sul-americano se tornou o principal parceiro comercial da ilha. No ano 2000, os governos de Cuba e Venezuela assinaram um acordo que previa o fornecimento de 53 mil barris de petróleo por dia, quantidade

que se elevou, pouco tempo depois, a quase 100 mil barris, o que representava cerca de 50% das necessidades energéticas da Ilha. O petróleo era vendido a Cuba a preços subsidiados, 40% menor que o preço de mercado, aproximadamente. Em compensação, Cuba enviou cerca de 30 mil médicos e técnicos para as missões sociais venezuelanas. O comércio entre os dois países, entre 2005 e 2006, cresceu 42%, alcançado o valor de US\$ 1,2 bilhão. A ajuda econômica da Venezuela foi crucial para a relativa recuperação econômica de Cuba na primeira década do século XXI (BANDEIRA, 2009).

Cuba também costurou com a China outra relação econômica de importância. Em poucos anos, o gigante asiático se converteu no quarto maior parceiro da ilha. Em 2005, o comércio bilateral já atingia a cifra de US\$ 755,3 milhões, representando mais de 10% do comércio exterior de Cuba. Os chineses tinham especial interesse pelo níquel, e Cuba passaria a enviar, todo ano, cerca de 4.400 toneladas. Contratos na área de exploração de petróleo também foram firmados entre estatais de ambos países.

A crise econômica dos anos noventa encorajou o governo cubano na busca de novos mercados para suas exportações e parceiros para importações, possibilitando contornar, parcialmente, com isso, o bloqueio norte-americano. Em 2001, os sócios comerciais da Ilha se distribuíam na seguinte proporção: Venezuela (15%); Espanha (14%); China (10%); Canadá (9%); Rússia (8%); Países Baixos (6%); e México, França e Itália (5% cada um). O gráfico 5 apresenta a trajetória do comércio exterior entre 1989 e 2004.

Gráfico 5 – Evolução do Comércio Exterior (1989-2004)

Fonte: Adaptado de Mesa-Lago, 2003, p. 46.

Os números do comércio exterior, no início do século XXI, contrastavam com a dinâmica de dez anos antes, quando o intercâmbio de Cuba com o mundo descendeu brusca e sucessivamente entre 1989 e 1993. Nesse período, as importações caíram aproximadamente 75% em termos de valor monetário, enquanto as exportações despencaram cerca de 80%. Além do desaparecimento dos antigos mercados de comércio, contribuiu de forma considerável, para esse resultado, a interrupção do financiamento barato propiciado pela URSS. Os mecanismos de funcionamento produtivo foram inteiramente abalados: severa restrição na aquisição de insumos básicos, acelerada deterioração dos aparelhos produtivos, desorganização dos velhos canais de comercialização etc. A CEPAL (1997, p.149) descreve o panorama sombrio daqueles anos:

Entre 1989 e 1993, as compras externas de bens diminuíram anualmente a uma taxa média de 29%. Em alguns casos, as reduções foram espetaculares: matérias-primas (40%), máquinas (39%), bens de consumo excluindo alimentos (33%) e combustível (28%)(tradução nossa)¹¹⁵.

¹¹⁵ No original: “Entre 1989 e 1993, las compras externas de bienes declinaron anualmente a una tasa media de 29%. En algunos casos, las reducciones fueron espectaculares: materias primas (40%), maquinaria (39%), bienes de consumo excluyendo alimentos (33%), y de combustibles (28%).”

Do ponto de vista da composição das exportações, houve uma qualitativa mudança na participação dos produtos comercializados. A mais relevante foi a queda da participação do açúcar no valor total das exportações: 33% em 2001 ante 73% em 1989 — consequência tanto da redução do volume vendido como do valor recebido pelas exportações.

É preciso notar que a contração da venda de açúcar foi resultado da crise da indústria açucareira e não da expansão dos outros setores. As participações relativas do níquel e do tabaco, por sua vez, aumentaram mais pela queda da produção açucareira do que pela alta da quantidade exportada. O peso percentual das exportações de pescados, cítricos e bebidas também descendeu. Nodarse (2004, p. 146) faz um balanço da dinâmica do setor exportador nos anos noventa:

A evolução das exportações cubanas sofreu, num primeiro momento, as conseqüências do desaparecimento do Bloco Socialista europeu e os efeitos do ajuste econômico aplicado em razão dessa situação. Posteriormente, as vendas externas foram afetadas pelas conseqüências da crise asiática e pelo aumento dos preços dos hidrocarbonetos. No período de 1995 a 2000, o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,8%; enquanto isso, as exportações apresentaram uma queda média de 2,1%, o que determinou que as vendas externas deixariam de ser um fator que contribuiria ativamente para o crescimento da economia, como ocorria anteriormente (tradução nossa)¹¹⁶.

Vejamos agora os indicadores do comércio internacional sob o ângulo das importações. A crise deflagrada em 1990 reduziu enormemente o conjunto das importações cubanas, em especial a compra de combustíveis, matérias primas e bens de capital. No que se refere especificamente a esses últimos, as compras externas virtualmente desapareceram entre 1992 e 1994. Por razões de natureza estrutural e prioridades de política econômica, a participação dos alimentos, medicamentos e combustíveis foi superior a 60% no total das importações.

A dependência de importações de alimentos, por exemplo, aumentou de 13% em 1989 para 20% em 2001, enquanto as importações manufatureiras passaram de

¹¹⁶ No original: “La evolución de las exportaciones cubanas sufrió en un primer momento las consecuencias de la desaparición del bloque socialista europeo y los efectos del ajuste económico que fue aplicado a tono con esta situación. Posteriormente, las ventas externas fueron afectadas por las secuelas de la crisis asiática y por el incremento de los precios de los hidrocarburos. En el período 1995-2000 el crecimiento promedio anual del producto interno bruto (PIB) fue del 4,8%; mientras, las exportaciones presentaron un decrecimiento promedio del 2,1% lo que determino que las ventas externas dejaran de constituir un factor que contribuye de forma activa al crecimiento de la economía, como ocurría anteriormente”.

14% para 25%. Por outro lado, a porcentagem de importação de máquinas e transporte caiu de 31% para 25%. O gráfico 6 demonstra o enxugamento das importações na fase crítica da crise:

Gráfico 6 — Evolução das Importações (1989-1993)

Fonte: Adaptado de CEPAL, 1997, p. 150.

2.3.3. Dívida Externa e Investimentos Externos Diretos (IED)

A derrocada econômica fez disparar a dívida externa, que saltou de 6.200 para 12.200 milhões de dólares entre 1989 e 2002. Esse resultado se explica basicamente pelo acúmulo de juros não pagos. Em 2002, aproximadamente 75% da dívida havia vencido e não tinha sido paga, assim como a dívida com a Rússia e antigos países soviéticos, estimada em 26.700 milhões de dólares em 1989, que tampouco havia sido quitada.

É necessário ter em conta que, em 1986, Cuba suspendeu o pagamento de sua dívida com seu principal credor, o Clube de Paris¹¹⁷. Em 2001, 29% da dívida em divisas era de curto prazo (principalmente para financiar importações), a maioria apenas com um ano de prazo e altas taxas de juros. Para termos um parâmetro dos

¹¹⁷ O Clube de Paris é um grupo de credores cujo nome decorre do fato de que suas operações são feitas a partir do tesouro do governo francês, em Paris. Os países que o compõem são: Áustria, Holanda, Rússia, Grã-Bretanha, Canadá, Japão, Dinamarca, Itália, Espanha, Austrália, Irlanda, Finlândia, Bélgica, França, Alemanha, EUA, Noruega, Suécia e Suíça.

custos financeiros, no período de 1996-2001, vários bancos estrangeiros concederam empréstimos de um ano para o financiamento da safra de açúcar; contudo, os valores gerados pela produção açucareira foram inferiores ao valor emprestado mais os juros cobrados.

Em outubro de 2004, Fidel Castro anunciou que o dólar americano não circularia mais na Ilha, sendo substituído de vez pelo CUC (peso conversível). Essa nova política monetária concentrou no Banco Central de Cuba US\$ 507 milhões, praticamente todas reservas internacionais do país, o que propiciou o controle do câmbio e maior liquidez às instituições financeiras cubanas. A centralização das receitas em divisas pelo Estado facilitou o pagamento da dívida externa, estimado em US\$ 12,5 bilhões em 2004. Mesa-Lago (2003, p. 49) descreve as enormes dificuldades enfrentadas por Cuba em torno da dívida externa no início dos anos dois mil:

Entre 1998 e 2000, Cuba assinou acordos para liquidar sua dívida com credores do Japão, Reino Unido, Bélgica e México. No final de 2000, Cuba propôs pagar US\$ 175 milhões à empresa francesa COFACE, mas não conseguiu cumprir suas obrigações em meados de 2001, por isso, a linha de crédito foi cancelada. Seguiram-se suspensões de pagamentos com Espanha, África do Sul e Chile (Cuba é o primeiro país na lista de devedores inadimplentes na Espanha e sua dívida de 810 milhões de dólares em 2003 representa 32,5% da inadimplência total com o país, ver Europa Press 2003). Em fevereiro de 2002, o ministro do Comércio Exterior de Cuba solicitou a criação de um consórcio de vários credores estrangeiros para renegociar empréstimos no valor de 150 milhões de dólares, uma dívida que tinha sido parcialmente renegociada antes por causa da incapacidade da ilha de pagá-la (Balanço...2002). Em abril, Cuba suspendeu unilateralmente o pagamento de 380 milhões de dólares ao México; em outubro, Cuba quebrou seus acordos e não pagou 750 milhões de dólares ao Japão, seu principal credor, e solicitou uma nova renegociação (Frank 2002a). Em maio de 2003, Cuba suspendeu pagamentos de 100 milhões de dólares a um consórcio de bancos panamenhos. Esses descumprimentos diminuíram significativamente as chances de obtenção de novos créditos

(tradução nossa)¹¹⁸.

Os tradicionais canais de financiamento de Cuba, irrigados pela URSS, secaram totalmente entre 1989 e 1993. Acrescente a esse panorama desolador a moratória declarada aos credores capitalistas internacionais em 1986 e temos a composição de um quadro de quase completa asfixia financeira¹¹⁹. Dependente dos financiamentos externos para suas importações e exportações básicas, Cuba viu-se impelida a buscar empréstimos em condições muito adversas, que podemos resumir em poucas palavras: prazos curtos, juros altos. Os descumprimentos nos pagamentos das dívidas e as constantes renegociações com os credores foram a regra no período de 1989-2004 e denotam a extrema fragilidade da economia cubana advinda da implosão de seu antigo meio de financiamento.

Para contornar o contexto crítico de interrupção de fluxo de investimentos, a ilha lançou mão dos Investimentos Externos Diretos (IED) como um dos eixos da reconstrução das relações externas e reativação da economia na segunda metade da década de 1990. A abertura ao investimento capitalista internacional, conjuntamente com a reestruturação do comércio externo e o acelerado crescimento do turismo, transformou por completo as relações externas de Cuba, orientando-as definitivamente ao mercado capitalista global. As reformas econômico-institucionais relacionadas aos investimentos estrangeiros promoveram e legalizaram as empresas mistas e estrangeiras no país.

O processo de abertura ao capital estrangeiro objetivou tanto responder aos problemas emergenciais da economia (necessidade de exportações, de divisas e

118 No original: "Entre 1998 y 2000 Cuba firmo acuerdos para saldar su deuda com acreedores de Japón, el Reino Unido, Bélgica y México. A fines de 2000 Cuba pospuso el pago de 175 millones de dólares a corporación francesa COFACE, pero no pudo cumplir com sus obligaciones a mediados de 2001 y se cancelo la línea de crédito. A esto siguieron suspensiones de pagos com Espana, Sudáfrica y Chile (Cuba es el primer país en la lista de deudores morosos de Espana y su deuda de 810 millones de dólares em 2003 representa el 32,5% del incumplimiento de la deuda total a Espana, ver Europa Press 2003). Em febrero de 2002, el Ministro de Comercio Exterior de Cuba solicitó la creación de um consorcio de vários acreedores extranjeros para renegociar prestamos por valor de 150 millones de dólares, una deuda que había sido parcialmente renegociada antes debido a la incapacidad de la isla de pagarla (Balance... 2002). Em Abril, Cuba suspendió unilateralmente el pago de 380 millones de dólares a México; en octubre, Cuba incumplió sus acuerdos para pagar 750 millones de dólares a Japón, su principal acreedor, y solicitó una nueva renegociación (Frank 2002a). Em mayo de 2003 Cuba suspendió pagos por 100 millones de dólares a um consorcio de bancos panameños. Estos incumplimientos han disminuido significativamente las oportunidades de obtener nuevos créditos".

119 Sobre a suspensão do pagamento da dívida externa em 1986 e a política econômica daquele período, ver subseção 1.3.5.

capitais; aquisição de matérias primas e tecnologias etc.) quanto estabelecer caminho para a transição econômica (relações de propriedade privada; estabelecimento da regulação mercantil).

Como expressão direta dessa estratégia, o número de associações com investidores externos cresceu substancialmente ao longo dos anos noventa, promovendo um importante fluxo de capitais aos setores mais dinâmicos da economia cubana. O gráfico 7 demonstra esse percurso ascendente:

Gráfico 7 — Evolução do número de empresas estrangeiras (1990-2004).

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 204

Conforme demonstra o gráfico 7, o número de associações com o capital estrangeiro salta de 20 em 1990 para 403 em 2002. Apesar da queda numérica verificada nos dois últimos anos do período analisado, fica patente a relevância que essa nova modalidade econômica assumiu na economia cubana. Note-se a importância assumida pelas associações econômicas internacionais (AEI) sob o ângulo das vendas de bens e serviços em termos monetários:

Gráfico 8 – Vendas de bens e serviços das Associações Econômicas Internacionais
(1995-2004)

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 206.

Analisando o Gráfico 8, constata-se: as vendas de bens e serviços das associações econômicas internacionais, que haviam estado abaixo do patamar de 1000 milhões de dólares entre 1995 e 1998, ultrapassaram a casa dos 1500 milhões na virada do século e seguiram em curva ascendente até 2004. Tendo em conta esses dados, é possível chegar à seguinte aferição: embora tenha caído o número de associações com o capital estrangeiro entre 2002 e 2004, do ponto de vista do valor gerado pelos negócios, houve continuidade na intensa dinâmica de crescimento.

A composição das empresas estrangeiras, em termos de porcentagem por setor econômico, esteve marcada pelo predomínio do setor industrial (especialmente mineração e petróleo), do turismo internacional e da construção civil pesada e leve. Outros setores estratégicos como telecomunicações, transporte, agricultura e alimentação também receberam investimentos externos, ainda que em menor medida. A distribuição das associações por atividade econômica em 2003 era a seguinte:

Gráfico 9 – Distribuição das associações econômicas internacionais por atividade econômica em 2003

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 209.

O Investimento Externo Direto (IED) em Cuba configurou-se, por um lado, como instrumento de atração de capitais externos para investimentos produtivos e ativação do circuito econômico em seus pontos mais dinâmicos; e, por outro, como promotor das relações de propriedade e produção privadas conectadas ao mercado internacional. Não obstante a sua importância, é preciso ter em conta os diversos obstáculos e limites para a atuação do capital externo na ilha, que tem uma incidência ainda baixa quando considerado o conjunto da economia nacional. Sobre esse tema esclarece Dessoti (2017, p. 147-148):

Um dos problemas acentuados pelos analistas e pelo próprio governo cubano é que, apesar das medidas de estímulo, os investimentos estrangeiros ainda não são suficientes para se atingir os objetivos de crescimento econômico do país. Conforme Omar Everleny Pérez Villanueva, pesquisador cubano, existem em torno de 250 empresas estrangeiras em associação com o governo cubano, e o investimento estrangeiro representa apenas 0,5% do PIB do país. São contratos de administração de hotéis e também em outros ramos, como petróleo, níquel, bebidas, tabacos e alimentação. Isso pode ser reflexo do próprio controle excessivo do Estado sobre a atuação deste capital, o que afugentaria o investidor estrangeiro, que prefere maior liberdade de atuação. Outra argumentação importante é o embargo econômico, o que dificulta em muito as relações do país com o resto mundo. O ministério de Relações Exteriores de Cuba apresenta como principais limitações à entrada de capital estrangeiro no país: i) o bloqueio econômico dos Estados Unidos; ii) o elevado nível de descapitalização da economia cubana; iii) a ausência de

peçoal qualificado e com experiência para operar o Investimento Direto Estrangeiro; iv) demora no processo de negociação e de aprovação dos projetos; v) os altos custos nas operações dos investidores estrangeiros; vi) a falta de definição precisa da carteira de projetos que se deseja promover; vii) a falta de flexibilidade na política fiscal e comercial; viii) a necessidade de modernização do sistema bancário; e ix) a inadequação do regime de contratação de força de trabalho.

Conforme demonstra a passagem acima, o embargo econômico norte-americano, a lentidão burocrática para autorização de projetos, o modelo de contratação da força de trabalho, a precária infraestrutura, entre outros elementos, ajudam a explicar este quadro de investimentos estrangeiros em patamar incipiente.

2.3.4. Turismo internacional e remessas de divisas

O turismo internacional adquiriu uma importância econômica em Cuba a partir da transição econômica inaugurada em 1990. Nesse período, formaram-se grandes cadeias empresariais turísticas (como *Gran Caribe*, *Horizontes*, *Isla Azul*, *Gaviota*, *Cubanacan*) intimamente vinculadas aos investimentos de capital estrangeiro em todas as áreas do setor: rede hoteleira, restaurantes e outros serviços especializados. O dinamismo do turismo internacional se revela claramente quando observamos a taxa de crescimento médio anual (entre 1990-2000) de 14%, no que tange ao número de visitantes; de 30%, no que toca aos ingressos monetários brutos; e de 13%, no que se refere à construção de habitações (EVERNELY, 2007).

Durante os anos noventa, o turismo se converteu inegavelmente no segmento mais dinâmico da economia cubana. Em 1994, os ingressos brutos em divisas gerados pelo setor desalojou a indústria açucareira do primeiro lugar nesse indicador macroeconômico. Em 1996, o turismo representou 35% das exportações de bens e serviços. O turismo já era responsável por 65 mil empregos diretos e 250 mil indiretos em 1996. Os visitantes, por sua vez, provinham em maior número do Canadá, Alemanha, Itália, Espanha e México.

Praticamente eliminado após a Revolução de 1959, o turismo internacional constituiu a primeira atividade aberta à inversão estrangeira no país na década de 1990. As associações econômicas externas adotaram em geral duas modalidades: empresas mistas e contratos para a gerência e comercialização de hotéis. Ao final de 1996, havia 20 empresas mistas e 39 hotéis eram administrados por entidades

estrangeiras. Assim, 16 cadeias hoteleiras estrangeiras controlavam mais de 10 mil habitações, que representavam 39% do total destinado ao turismo. Do ponto de vista organizacional, o setor passou a ser gerido por critérios e métodos empresariais do mercado internacional (CEPAL, 1997). Miguel Alejandro Pérez¹²⁰ (2004, p. 92) sintetiza na passagem que segue o impacto do turismo internacional na economia nacional:

Entre 1990 e 1999, a quinta parte do total de investimentos no país se concentrou no setor do turismo internacional. O emprego direto duplicou de 54000 para 100000 pessoas e criaram ou foram recuperados outros 200000 empregos indiretos. Poucos países experimentaram uma transformação estrutural tão profunda como a que ocorreu na economia cubana no ultimo decênio (tradução nossa)¹²¹.

Será analisado agora o papel econômico exercido pelas remessas de divisas dos cubanos emigrados. Até o final dos anos oitenta, elas tiveram um efeito econômico limitado. Porém, a partir da década de 1990, a recepção e o uso de moeda forte em Cuba passaram a ter uma importância crescente. O incremento substancial de envio de dinheiro dos emigrados para familiares e amigos na ilha se tornou uma das mais importantes fontes de financiamento de Cuba, ao lado turismo, dos investimentos externos diretos e das exportações.

As reformas que estimularam e facilitaram as remessas para Cuba obtiveram um inegável sucesso. O volume de remessas familiares flutuou ao redor de expressivos 1000 milhões de dólares anuais no período de 1994-2004, segundo as estimativas mais confiáveis, ainda que imprecisas. Houve, não obstante, o aumento do número de pessoas com acesso ao dinheiro enviado: em 1997, era 49,5% da população, em 2001, passou a 62% (EVERNELY, 2007).

A comunidade cubana nos Estados Unidos, que já era enorme na década de 1980, cresceu aceleradamente nos anos noventa em função da grave crise econômico-social instalada na ilha. Segundo Bandeira (2009), estimativas dão conta

¹²⁰ Miguel Alejandro Pérez é doutor em Ciências Econômicas e professor titular da Universidade de Havana.

¹²¹ No original: "Entre 1990 y 1999 la quinta parte del total de inversiones del país se concentro en el sector del turismo internacional. El empleo directo se ha duplicado desde 54000 hasta 100000 personas y se han creado o recuperado otros 200000 empleos de forma indirecta. Pocos países han experimentado um cambio estructural tan profundo como el transitado por la economía cubana en el último decênio".

que, entre 1990-1994, a população cubana nos EUA aumentou em, aproximadamente, 70 mil pessoas — além de outras 40 mil em razão de nascimentos. Em 1995, a comunidade de origem cubana, entre imigrantes e descendentes, formava um contingente de 1.156.000 mil pessoas, o que correspondia a cerca de 10% da população que residia em Cuba naquele período.

Lorena Barberia (2007) demonstra que a política do governo cubano em relação às remessas de divisas estrangeiras modificou-se radicalmente ao longo do tempo. No período compreendido entre os anos de 1959 e 1979, o envio e a recepção de remessas foram proibidos. Nos anos oitenta, a política governamental foi modificada no sentido de incorporar as remessas como fonte de estímulo econômico, particularmente no que tange ao consumo familiar. Contudo, a mudança mais significativa ocorreu a partir de 1993, com a legalização da posse de dólares e a abertura de lojas de câmbio e recuperação de divisas. As estatísticas apontam que as remessas cresceram em média 16% por ano entre 1994 e 2003, excedendo o investimento externo direto em mais de três mil milhões de dólares. Susan Eckstein (2007, p. 262) coloca em relevo a importância econômica assumida pelas remessas de divisas:

No contexto da crise, os cubanos apelaram para seus parentes no exterior para pedir dólares e outras formas de ajuda, apesar do tabu de ter laços com o outro lado do Estreito da Flórida. As remessas (transferência econômica de pessoa para pessoa do outro lado da fronteira) tornaram-se o principal, embora não seja a única fonte de renda em dólares para os cubanos. As remessas totais aumentaram de cerca de 50 milhões de dólares estimados em 1990 para mais de 700 milhões no final da década, e possivelmente para mais de um bilhão de dólares no início de 2000. Nos anos noventa, os exilados injetaram mais dinheiro na economia através de remessas que o governo, bancos e outras empresas enviaram na forma de ajuda, investimentos e empréstimos (tradução nossa)¹²².

O fluxo de dólares para a ilha somente não adquiriu uma magnitude ainda maior em virtude das restrições impostas pelos EUA, país que abriga a enorme

¹²² No original: “En el contexto de la crisis los cubanos apelaron a sus familiares en el extranjero para pedir dólares y otra ayuda, a pesar del tabú acerca de tener lazos con el otro lado del estrecho de la Florida. Las remesas (transferencias económicas de persona a persona a través de la frontera) se convirtieron en la principal, aunque no la única fuente de ingresos en dólares de los cubanos. Las remesas totales se elevaron de unos 50 millones de dólares estimados en 1990 a más de 700 millones a final de la década, y posiblemente a más de mil millones de dólares a comienzos de 2000. En el decenio de los noventa los exilados bombearon más dinero a la economía a través de las remesas que lo que los gobiernos, bancos, y otras empresas enviaron en forma de ayuda, inversiones y préstamos”.

maioria dos emigrados. Como parte de sua estratégia de isolamento político e asfixiamento econômico de Cuba, os Estados Unidos impuseram severas restrições para a transferência de remessas, bem como sobre as viagens e os gastos dos visitantes estadunidenses à ilha a partir de 1963. Essas medidas se moderaram brevemente entre 1978 e 1982, momento em que os EUA permitiram pela primeira vez o envio de remessas a Cuba. Porém, desde então, houve o recrudescimento das políticas restritivas. No auge das medidas vinculadas ao embargo econômico, entre 1994 e 1998, o governo estadunidense proibiu totalmente as transferências monetárias. Em 2003, ocorreu um relaxamento das regras por meio do aumento da quantidade máxima de dinheiro permitida para o envio, medida que não durou muito tempo: em 2004 novamente houve uma nova escala de restrições relacionadas às remessas.

2.3.5. Indústria

A indústria foi fortemente afetada pela dissolução dos vínculos econômicos com o antigo Bloco Soviético. Vale destacar alguns dados que fundamentam essa avaliação: entre 1985 e 1993, o produto manufatureiro retrocedeu 40% em termos reais e descendeu de 25% para 22% em participação no PIB total. A utilização da capacidade produtiva declinou de 70% em 1989 para menos de 30% em 1993. O emprego manufatureiro, por sua vez, registrava 743 mil operários ativos em 1993 ante um milhão de trabalhadores empregados em 1989. A queda foi geral: a indústria em seu conjunto decresceu 53% nesse período. A indústria de alimentos e a têxtil caíram mais de 50% em termos de produção; as atividades exportadoras (açúcar, níquel, pesca) perderam 39%; a produção de bens de capital 77%, as indústrias de papel e de confecção, por seu turno, mais de 80%.

Os dados compilados por Claes Brundenius (2009) permitem a visualização da brutal retração na produção industrial verificada entre 1989 e 2007, assim como a identificação da recuperação parcial a partir da segunda metade dos anos noventa. A produção açucareira representava, em 2007, apenas 15,3% do resultado obtido em 1989; as indústrias de bens de consumo, 71,8%; as de bens intermediários, 31,2%; as de bens de capital, somente 11,8%; e a média do conjunto dos setores industrial, 40,2% do resultado de 1989.

Tabela 1 - Produção industrial por grandes ramos (1989 = 100% ; 1989-2007)				
	1989	1993	2002	2007
Açúcar	100	55.8	46.6	15.3
Bens de consumo	100	42.1	59.4	71.8
Bens intermediários	100	39.1	37.6	31.2
Bens de capital	100	10.2	13.7	11.8
Média da indústria	100	39.1	42.6	40.2

Fonte: Adaptado de Brundeinus, 2009, p. 44.

Em sintonia com a dinâmica do restante da economia, as atividades industriais e agroindustriais começaram a se recuperar a partir 1994, sob o impulso das novas atividades econômicas suscitadas pelas reformas. Contudo, não lograram retomar, como evidencia a tabela 1, os patamares verificados no final da década de oitenta, seja do ponto de vista da produção, seja no que toca à participação da indústria no PIB nacional. Em realidade, ocorreu um processo de *desindustrialização* de Cuba no período de abertura ao capitalismo, provocado especialmente pela derrocada da produção de açúcar e em razão da subutilização das plantas industriais manufatureiras (setor muito afetado pelo fim dos subsídios soviéticos).

A drástica redução da produção de açúcar, outrora motor da economia nacional, resultou da indisponibilidade de recursos para cobrir as necessidades básicas de manutenção do parque agroindustrial, desaparecimento do antigo mercado destinado à exportação, das inauditas restrições de financiamento, mudanças de prioridade econômica, entre outros fatores¹²³. O fechamento das usinas de açúcar (quatorze delas foram transformadas em fábricas de mel) trouxe consigo a redução do parque de maquinaria agrícola, automotora e ferroviária. O redimensionamento da produção de açúcar significou também a perda 100 mil

¹²³ Fidel Castro (2007, p. 580-581) apresenta os seguintes argumentos acerca da drástica redução da produção de açúcar desde o início dos anos noventa: "We had to cut back radically the ploughing and planting of land, because fuel was at \$ 40 a barrel, which was running the country into bankruptcy [...] why didn't we discover that keeping that production going was absolutely about to bankrupt us - at a time not long after the URSS collapsed, when oil was at \$ 40 a barrel and the price of sugar was at rock bottom? Why didn't we 'rationalize' that industry?".

empregos no setor, assim como relevante contração no aporte ao balanço de pagamentos por meio do comércio exterior (EVERNELY, 2007).

O gráfico 10 demonstra a trajetória descendente da produção de açúcar.

Gráfico 10 – Evolução da produção de açúcar (1985-2003)

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 89.

As novas modalidades econômicas introduzidas pelas reformas estruturais dos anos noventa oxigenaram as atividades industriais vinculadas aos novos setores em expansão, como o turismo internacional, as associações com o capital estrangeiro, os pequenos negócios privados, as cooperativas agrícolas etc. A produção extrativista de petróleo e níquel constituem um bom exemplo da reconfiguração da indústria cubana sob o estímulo dos investimentos diretos externos.

A produção de níquel, que durante a crise (1989-1993) havia caído 43%, com o investimento de 350 milhões de dólares da companhia canadense *Sheritt Internacional Co.*, superou seu recorde histórico em 1996 e seguiu crescendo nos anos posteriores. A produção de 2001 atingiu a marca de 76.529 toneladas (62% a mais que a produção aferida em 1989).

A evolução da produção de níquel pode ser visualizada no gráfico 11:

Gráfico 11 – Evolução da produção de níquel (1994-2004)

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 92.

A extração de petróleo, que foi de um milhão de toneladas em 1986, caiu 44% entre esse ano e 1991, refletindo o contexto de crise generalizada. A recuperação adveio do estímulo propiciado pelas inversões estrangeiras. O investimento da *Sheritt Internacional* na ordem de 450 milhões de dólares produziu uma sensível elevação da extração de petróleo, que alcançou a expressiva cifra de 2,77 milhões de toneladas em 2001 e 3,6 milhões em 2002 — produção cinco vezes superior à registrada em 1989. Apesar do considerável avanço na extração de petróleo, Cuba seguiu sendo bastante dependente da importação de recursos energéticos, particularmente da Venezuela. Em 2001, 67% das necessidades energéticas eram atendidas pelo mercado externo.

O turismo internacional, como sublinhado anteriormente, converteu-se na mola propulsora do crescimento econômico cubano. Além de ter angariado vultosos investimentos externos e captado divisas estrangeiras em grande escala, o turismo reorganizou a estrutura produtiva do país com o objetivo de atender as demandas suscitadas pelo crescimento rápido de suas atividades. Os empreendimentos turísticos implicaram no aumento da demanda de construção de habitações e instalações apropriadas (construção civil), de alimentos e toda sorte de artigos industrializados voltados ao abastecimento do parque turístico. A indústria nativa se adaptou para suprir tais demandas, ainda que as importações abastecessem boa parte desse mercado. Em 2003, a indústria cubana abastecia 69% dos insumos de que necessitavam as instalações turísticas. O gráfico abaixo traduz a remodelação

do setor industrial em função do turismo internacional.

Gráfico 12 – Evolução do setor industrial que abastece o turismo internacional (1990-2003)

Fonte: Adaptado de Evernely, 2007, p. 95.

2.3.6. Setor agrícola

Em relação às reformas econômicas ocorridas em Cuba a partir de 1990, a reforma agrária foi indiscutivelmente umas das mais significativas. Em primeiro lugar, por ter estabelecido um complexo sistema de três tipos de propriedade (estatal, cooperativa e privada), quatro formas de posse e três modalidades de usufruto da terra. Em segundo, pela extensão assumida pelos agentes econômicos privados em base às novas relações de propriedade e posse da terra. Em 1997, as terras cultivadas pelas UBPCs já correspondiam a 57% do total (embora suas vendas nos mercados agrícolas representassem somente 4% do conjunto). No tocante às terras efetivamente cultivadas, a proporção das cooperativas e dos pequenos produtores sobre o total era ainda maior. Vasconcelos (2017, p. 135) faz o seguinte balanço da questão agrária em Cuba, cinquenta e seis anos depois da Revolução:

Ao eliminar o latifúndio, a Revolução Cubana superou um traço fundamental do subdesenvolvimento: o poder exclusivo de uma classe sobre a terra. Apesar disso, a monocultura foi fortalecida pela própria revolução, que dessa maneira contraditória buscou cumprir suas promessas de bem-estar social. Com o fim da União Soviética,

a monocultura também foi desmontada, muito menos por um processo intencional de mudança, e mais pela crise de uma economia dependente. Se no modelo agrícola da Revolução entre 1959 e 1990 predominou a produção centralizada, estatal e monocultura, com adoção de padrões industriais intensivos típicos da “revolução verde” (nocivos ao meio ambiente e à saúde humana), hoje a tendência é oposta. O sentido geral das mudanças aponta para ampliação do setor camponês (por usufruto ou propriedade privada) e do setor cooperativo (UBPC, CPA e CCS), ambos orientados pelo Estado na realização de uma transição agroecológica. Nesse sentido, a Revolução Cubana abandonou alguns dogmas estatistas do socialismo do século XX e tem apontado, no século XXI, para a descentralização da agricultura, o cooperativismo e a produção camponesa, além de representar um posto avançado de experimentação da agroecologia no mundo.

A ruptura estrutural, provocada pelo fim do Bloco “socialista”, abalou gravemente as atividades agropecuárias. Em 1995, o setor tinha perdido 52% do valor agregado em relação a 1989 e representava tão somente 6,2% do produto nacional. Essa queda vertiginosa, segundo a CEPAL, se explica essencialmente pelo descenso das importações de energia, fertilizantes, pesticidas, grãos básicos e outros insumos fundamentais. Em decorrência da recessão agrícola, calcula-se que entre 1989 e 1996 eliminaram-se 20 mil postos de trabalho no campo. No que se refere à recuperação econômica iniciada em 1994, Mesa-Lago (2003, p. 54-55) apresenta o desempenho do setor:

A recuperação do setor agrícola não-açucareiro (tanto para consumo interno como para exportação) foi lenta e instável. Assim, em 2001, a produção foi inferior a de 1989: 45% no leite, 43% nos ovos, 13% no arroz e 6% nos cítricos (este último diminuiu para metade em 2002, Rodríguez 2002). O tabaco em folha atingiu um pico de 53.696 toneladas em 1981, caiu para 16.890 toneladas em 1994 e aumentou para 37.900 toneladas em 2001, ainda 29% abaixo do nível de 1981. Em contrapartida, a produção de hortaliças, tubérculos, milho e feijão aumentou, mas a produção per capita estagnou ou foi menor do que a dos melhores anos (CCE 1991, ONE 1999 a 2002, BCC 2002, CEPAL 2000a). O número de cabeças de gado, que havia chegado a 6,8 milhões em 1967, reduziu-se para 4 milhões em 2001; o número de cabeças por habitante diminuiu de 0,83 para 0,36. Isso causou uma queda de 47% na produção de carne bovina, bem como uma

diminuição na produção de leite (tradução nossa)¹²⁴.

Em Cuba, nos anos 2000, a pior performance econômica foi a da atividade agrícola. Entre 1989 e 2007, a produção no campo decaiu progressivamente, passando de 10% para 4% do PIB cubano. O país importava, em 2007, 84% dos itens básicos de alimentação. Esta é a principal razão para a existência de um cartão de racionamento que não provia às famílias quantidade suficiente de alimentos durante um mês.

Com as reformas introduzidas no campo, a produtividade das cooperativas privadas e dos pequenos agricultores passou a ser muito superior a do setor estatal. Embora o setor privado controle somente 24% das terras agricultáveis, este produz 57% dos produtos agrícolas do país. O setor estatal sofre de problemas crônicos, como o excesso de funcionários no aparelho administrativo. De acordo com estudos do governo, havia mais de 89 mil trabalhadores “não-produtivos” excedentes nas empresas agrícolas estatais em 2008, o que representava 26% do total de funcionários alocados na esfera administrativa (FARBER, 2011).

A autorização dos mercados agropecuários privados fomentou o aparecimento de intermediários, que compravam a produção dos pequenos agricultores e revendiam os alimentos nas cidades. Os altos lucros auferidos nesta transação, levando ao enriquecimento desses intermediários, foi motivo de preocupação do governo cubano. Fidel Castro (1997) abordou do seguinte modo a questão:

No mercado agrícola, surgiram os intermediários, aqueles chamados de representantes dos camponeses, porque muitos agricultores entregam a esses representantes, que vendem e ganham muito dinheiro. Mas, bem, é parte das coisas, desses fenômenos que ocorrem, de fato, porque os camponeses não vão vender todos os

¹²⁴ No original: “La recuperación del sector agrícola no azucarero (tanto para el consumo nacional como para la exportación) há sido lenta e inestable. Así, en 2001 la producción fue menor que la de 1989: un 45% en leche, un 43% en huevos, un 13% en arroz y un 6% en cítricos (esta última cayó a la mitad en 2002; Rodríguez 2002). El tabaco en rama alcanzó una cima de 53.696 toneladas en 1981, cayó a 16.890 toneladas en 1994 y aumento a 37.900 toneladas en 2001, todavía un 29% por debajo del nivel de 1981. Por el contrario, la producción de verduras, tubérculos, maíz, y judías aumento, pero la producción por habitante se estancó o fue inconcluso menor que la de los mejores años (CCE 1991; ONE 1999 a 2002; BCC 2002; CEPAL 2000a). El número de cabezas de ganado aumento hasta 6,8 millones en 1967 y redujo a 4 millones em 2001; el número de cabezas por habitante disminuyó de 0,83 a 0,36. Esto provoco una caída del 47% en la producción de carne de vaca, así como una disminución en la producción de leche”.

dias, alguém tem que exercitar essas funções. Alguns desses representantes, por sua vez, transformam essas funções e se tornam comerciantes que obtêm muitos dos lucros, porque o mercado agrícola vendeu quase 4 bilhões de pesos em poucos anos (tradução nossa)¹²⁵.

Diversas medidas foram implementadas pelo governo no sentido de reduzir as distorções, e muitas delas foram acionadas por meio do plano *Perfeccionamiento Empresarial*, como, por exemplo, a substancial redução de pessoal administrativo em inúmeras empresas. Contudo, essas reformas parciais não enfrentaram o principal fator da baixa produtividade no campo: a falta de motivação dos funcionários das empresas estatais agrícolas, assim como a carência de máquinas e insumos básicos adequados ao cultivo. Samuel Farber (2011, p. 61) descreve um exemplo concreto dessa situação:

No município de Guisa, no leste de Cuba, a produção de café diminuiu consideravelmente em 2009 (Cuba gasta quase US \$ 50 milhões por ano comprando café no exterior) porque os cafezais foram ficando velhos demais. Como o jornal oficial Granma reconheceu, isso aconteceu em parte por causa da falta de conhecimento técnico e em parte por causa da falta de cuidado entre os cultivadores (tradução nossa)¹²⁶.

No início dos anos dois mil, o declínio acentuado da produção de açúcar em Cuba, que havia sido a principal atividade econômica do país durante séculos, chegou a tal ponto que o governo foi obrigado a importar açúcar do Brasil e da Colômbia para cumprir com suas obrigações contratuais com a China. Em 2006 e 2007, Cuba teve que importar açúcar inclusive para satisfação da demanda interna. A produção açucareira, que teve seu auge na segunda metade dos anos oitenta, quando atingiu a marca de 8 milhões de toneladas, caiu, drasticamente, para menos

¹²⁵ No original: “En el mercado agropecuario han surgido los intermediarios, esos que llaman representantes de los campesinos, porque muchos campesinos les entregan a esos representantes y esos venden y ganan bastante dinero. Pero, bueno, forma parte de las cosas, de estos fenómenos que se producen, efectivamente, porque los campesinos no van a estar yendo todos los días, alguien tiene que ejercer esas funciones. Unos representantes que, a su vez, transforman esas funciones y se convierten en comerciantes que obtienen muchas de las ganancias, porque el mercado agropecuario ha vendido casi 4 000 millones de pesos en pocos años”.

¹²⁶ No original: “In the municipality of Guisa in eastern Cuba the production of coffee went down considerably in 2009 (Cuba spends almost \$50 million a year buying coffee abroad) because the coffee plants were allowed to become too old. As the official daily Granma acknowledged, this happened in part because of lack of technical knowledge and in part because of a lack of care among cultivators”.

de 2 milhões no final dos anos 2000.

A acelerada deterioração de instalações, máquinas e ferramentas, assim como a falta de fertilizantes, bactericidas e pesticidas reduziram ainda mais a já baixa produtividade do trabalho. Além desses fatores, o baixo preço do açúcar no mercado mundial, a deterioração do solo e a falta de capitalização das empresas do setor — o governo recebe as exportações em dólares, mas repassa às empresas em pesos cubanos — explicam a queda abrupta da produção.

O declínio da produção de açúcar ajudou a elevar o percentual de terra não utilizada. Entre 1998 e 2007, caiu 33% o índice de terra cultivadas no país, de modo que o governo reconheceu, em 2008, que cerca de 50% das terras no campo eram inutilizadas ou inexploradas. Em resposta à severa crise na agricultura, o governo aprovou no verão de 2008 uma lei que concedia terra, em caráter de usufruto, a agricultores privados por dez anos, com renovação por períodos de tempo igual. Em abril de 2011, 63% das terras cultiváveis já haviam sido distribuídas. Os novos pequenos produtores privados eram obrigados a vender ao menos 70% de sua produção para o Estado, a preços determinados pelo governo. O restante da produção poderia ser destinado à venda nos mercados privados legalizados.

Contudo, diversos fatores prejudicaram a reforma na agricultura. Os inúmeros entraves burocráticos para a concessão de terras; a inexperiência no manejo da terra dos novos agricultores; a falta de equipamentos, fertilizantes e pesticidas; a carência de assistência técnica e a quase completa inexistência de canais de financiamento à pequena produção privada, entre outros problemas, comprometeram consideravelmente o êxito do programa de usufruto da terra.

2.4. Avaliação dos impactos sociais

A Revolução Cubana de 1959 suscitou demandas democráticas, econômicas e sociais reprimidas ao longo de séculos de dominação colonial e neocolonial, como a reforma agrária; a diversificação econômica; a industrialização, em um país altamente dependente da exportação de açúcar; o fim do desemprego crônico; a elevação do nível de vida, especialmente no interior; a expansão dos serviços públicos de qualidade para o conjunto da população, entre outras legítimas aspirações populares.

Tendo em conta esse parâmetro de avaliação — as demandas sociais

engendradas pelo processo revolucionário —, é inquestionável que a ilha alcançou conquistas estruturais em termos de desconcentração de renda, acesso universal à educação e à saúde públicas de qualidade, erradicação da pobreza extrema e do analfabetismo, assim como assegurou alimentação básica, moradia, emprego, seguridade social e a redução das disparidades regionais e raciais. Esse inegável desenvolvimento social converteu Cuba na sociedade mais igualitária das Américas.

Ocorreu, a rigor, um processo de enorme redução das assimetrias na distribuição de renda, de desconcentração econômica, além da eliminação dos extremos mais agudos e marcados da pirâmide social. Essa trajetória em termos numéricos: enquanto em 1953 os 10% mais ricos da população concentravam 38% da renda total e os 20% mais pobres ficavam com apenas 2,1%, em 1978, os 20% de maior ingresso recolhiam 27% da renda total e os 20% de menor renda respondiam a 11% dos ingressos totais (PRIETO, 2007).

Para que fossem possíveis esses índices, Cuba garantiu direitos sociais. Em 1990, pouco antes do fim da União Soviética, os investimentos nestas áreas representavam 20% do PIB do país. Apesar dos efeitos negativos da crise dos anos noventa, a ilha seguiu mantendo altos índices de investimentos sociais. Em 1998, após os anos mais penosos do Período Especial, 32% do PIB era destinado aos serviços de saúde, educação, assistência social etc. Assim, o governo cubano buscou manter a estrutura básica de serviços públicos essenciais à população, mesmo na fase mais difícil da crise. Entretanto, em termos reais, houve uma queda dos investimentos sociais em termos do orçamento público. A CEPAL (1997, p. 337) coloca em relevo esses números:

A primeira observação relevante dos efeitos da crise se refere à redução, entre 1989 e 1996, de 14% do gasto social em termos reais, o que, no entanto, oculta importantes alterações estruturais. Nesse período, os gastos primários (educação, saúde, habitação, cultura e esporte) se contraem 34%, destacando-se a queda nos orçamentos de educação (-46%) e de cultura (-47%) (tradução nossa)¹²⁷.

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medida comparativa

¹²⁷ No original: “La primera observación relevante de los efectos de la crisis se refiere a la reducción, entre 1989 y 1996, de un 14% del gasto social en términos reales, lo cual esconde, sin embargo, alteraciones estructurales de importancia. En ese período, las erogaciones primarias (educación, salud, vivienda, cultura y deportes) se contraen 34%, destacando la disminución de los presupuestos educativos (-46%) y los dedicados a la cultura (-47%)”.

usada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para classificar países pelo seu grau de “desenvolvimento humano” — parâmetro que leva em conta a expectativa média de vida ao nascer, educação e PIB per capita —, Cuba aparece relativamente bem colocada. No IDH de 2007/2008, Cuba situou-se na 70ª posição, ficando, na América Latina, atrás somente de Barbados, Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica e Bahamas.

Contudo, a persistente falta de crescimento econômico e a acentuada carência material, especialmente a partir da década de noventa, afetaram as políticas sociais e a qualidade de vida dos cubanos. Samuel Farber (2011) destaca, por exemplo, a desigualdade de renda crescente, a baixa qualidade da comida, moradia e vestuário, a precária condição das estradas e do transporte público urbano, e a inadequada entrega de serviços básicos, como eletricidade e água potável.

Posto esse quadro introdutório, será analisado em mais detalhes, nesta seção, as principais consequências sociais da crise econômica dos anos noventa e das reformas implementadas desde então.

2.4.1. Desigualdades sociais

As transformações suscitadas pelas reformas econômicas representaram relevante mudança no sistema de distribuição das rendas individuais e familiares, alargando-se notadamente a magnitude de suas distâncias. A entrada em cena do dólar, alimentando a criação de uma economia paralela, a abertura ao capital estrangeiro, a permissão para pequenos negócios privados, o aumento do fluxo de remessas de cubanos emigrados e o florescimento do turismo estimularam o aumento das desigualdades sociais.

O aumento das iniquidades foi objeto de destacada preocupação no informe de Fidel Castro ao V Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), ocorrido em outubro de 1997. Ele afirmou que estava consciente de que, naquele processo de reformas e transformações econômicas, uns estariam se beneficiando mais do que outros, que muitos estavam se aproveitando das mudanças para tirar vantagens, que o estímulo ao turismo e a outras atividades privadas levava consigo o incentivo a práticas criminosas ou tidas como imorais (roubos, drogas, prostituição, corrupção

etc.). Castro (1997) expõe desta forma a delicada questão:

E estamos conscientes, repito mais uma vez, que alguns se beneficiam mais do que outros, e alguns usam mal a imaginação para obter vantagens. Se se descuida o comitê, se se descuida o Poder Popular, se se descuida a polícia, qualquer um faz coisas fora da lei, sem autorização, sem controle. Inclusive, eles organizam por conta uma espécie de cabaré, com música, e levam menores, algumas drogas, tentam introduzir alguma coisa, pornografia, corrupção, prostituição e tudo mais. Se pestanejar, há delinquentes por aí que montam um Tropicana se deixar. Imagine o que eles carregam, e acima de tudo, o mais importante: imagine o que eles corrompem, descubra os maus hábitos que eles introduzem na população, o mau exemplo de quebrar a lei, contra o qual temos que lutar, e isso será uma luta permanente contra aqueles que violam as leis, que quebram as regras, que querem viver roubando os outros, às custas dos outros, que introduzem o vício em nossa sociedade que é uma sociedade saudável (tradução nossa)¹²⁸.

Mayra Espina Prieto¹²⁹ (2007) identifica um conjunto de características e tendências que se referem ao incremento da desigualdade social na década de 1990: empobrecimento de vastos setores da força de trabalho e aparição de uma elite de trabalhadores; surgimento de rendas e níveis de vida não associados ao trabalho; exclusão de importantes segmentos da população do consumo de certos mercados; reestratificação social; desestatização de amplos seguimentos da ocupação, concentração e polarização da renda; aparição de uma franja da população em situação de pobreza; superioridade da renda média dos trabalhadores independentes em relação aos estatais; diversificação das formas de estímulos aos trabalhadores; perda do peso do salário na capacidade financeira das famílias; dispersão dos níveis de renda dos assalariados estatais; redistribuição dos poderes

¹²⁸ No original: “Y estamos conscientes, repito una vez más, de que algunos se benefician más que otros, y algunos tienen imaginación mal empleada para obtener ventajas. Si se descuida el comité, si se descuida el Poder Popular, si se descuida la policía, cualquiera hace cosas fuera de la ley, no autorizadas, sin control. Los hay, incluso, que organizan por su cuenta una especie de cabaret, con música, y llevan menores, alguna droga, tratan de introducir algo, pornografía, corrupción, prostitución y todo eso. Si pestañean, delincuentes hay por ahí que les montan un Tropicana si los dejan. Figúrense lo que recaudan, y sobre todo, lo más importante: figúrense lo que corrompen, figúrense los malos hábitos que introducen en la población, el mal ejemplo de violar la ley, por lo cual hay que luchar, y esa será una lucha permanente contra aquellos que violan las leyes, que incumplen las normas, que quieren vivir robándoles a los demás, a costa de los demás, que introducen el vicio en nuestra sociedad que es una sociedad sana”.

¹²⁹ Mayra Espina Prieto é pesquisadora do *Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas* (CIPS) e professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade de Havana.

para a fixação de salários com a perda da centralidade absoluta do Estado; além de debilitamento quantitativo e qualitativo dos serviços sociais.

O relevante papel econômico exercido pelas remessas dos cubanos emigrados é um dos fatores de maior incidência nesse processo de crescente diferenciação socioeconômica. Em 2001, as remessas somaram 813 milhões de dólares (valor que, dividido pelo número de habitantes, daria um total de 121 dólares *per capita*). Note-se que somente 60% da população (6,7 dos 11,2 milhões de habitantes) teve acesso a esses recursos. O salário médio anual no setor estatal era, nesse ano, de 115 dólares. Ou seja, os que recebiam ajuda financeira de familiares e amigos emigrados geralmente tinham a maior parcela de sua renda anual vinculada às remessas. Observa-se, ainda, que enquanto alguns cubanos recebiam um valor muito superior aos 121 dólares anuais em forma de ajuda externa, outros tantos (40% da população) não recebiam nada. Diante desse aspecto, importa destacar a relação entre as desigualdades criadas pelas remessas e a questão racial. Argumenta Aviva Chomsky a esse respeito (2015, p. 209):

A legalização do dólar em 1993 beneficiou aqueles com parentes em Miami. Os cubanos ironizavam que, para sobreviver ao Período Especial, era preciso ter “fé, mais uma piada com o acrônimo para “familia en el exterior” - família no exterior, para receber dinheiro. Em razão das desigualdades raciais prévias à Revolução, os cubanos mais brancos tinham muito mais chances do que os demais de ter parentes no exterior, especialmente parentes que faziam parte da primeira geração de exilados que haviam enriquecidos nos Estados Unidos. Um dos últimos estudos dos anos 1990 mostrou que 96% dos cubanos em Miami ainda se consideravam “brancos”. Por isso, os cubanos de pele mais clara se beneficiaram muito mais das remessas de dinheiro.

O estabelecimento da circulação legal de duas moedas, em 1993, também contribuiu para aumento da iniquidade de renda. Os cubanos com acesso à moeda “forte”, por receber remessas de parentes no exterior ou por acessar o peso conversível mediante o turismo e outras atividades privadas, adquirem inúmeras vantagens, a começar por um padrão de consumo muito superior ao dos que vivem exclusivamente de salários pagos em pesos cubanos.

A existência de duas economias em Cuba, uma vinculada ao setor privado e aos investimentos estrangeiros que opera, via de regra, com moeda “forte”, e outra ligada ao setor público, que paga salários em pesos cubanos, criou duas realidades muito distintas do ponto de vista do rendimento médio dos trabalhadores. Os

funcionários públicos, como médicos e professores, são pagos em pesos cubanos, já os trabalhadores do setor privado, particularmente aqueles que ocupam os cargos de chefia, são frequentemente pagos em peso conversível ou recebem prêmios em moeda forte. A distorção econômica é tão acintosa que tem provocado êxodo de professores e médicos de suas funções, que partem à procura de empregos em atividades privadas ou de oportunidades de complementação de renda por meio de um segundo emprego precário.

A respeito da relação entre as atividades econômicas privadas e o crescimento das desigualdades, afirma Samuel Faber (2011, p. 53):

As atividades econômicas recentes mais importantes na ilha foram a extração e exportação de níquel, por uma *joint venture* com o capital canadense, e a exportação de médicos e outros serviços para outros países em desenvolvimento, particularmente a Venezuela, em troca de petróleo. O turismo, em *joint ventures* com espanhóis e outros capitalistas estrangeiros, também está entre as principais atividades e voltou com uma vingança. A indústria turística pré-revolucionária, que precedeu a era das viagens de avião e o turismo internacional de massas, com 200.000 a 250.000 visitantes anuais nos anos cinquenta, foi ultrapassada pela enorme indústria turística que tem crescido desde os anos noventa. Desde 2004, o número total de turistas ultrapassou dois milhões por ano. O turismo contribuiu para o crescimento da desigualdade e trouxe consigo a ascensão da prostituição, a agitação nas ruas e outros problemas sociais que a Revolução supunha ter erradicado (tradução nossa)¹³⁰.

A trajetória de redução da desigualdade de renda depois de 1959 e seu expressivo aumento nos anos noventa é demonstrada por Claes Brundenius (2009) — ver tabela 2. Tendo como medida o Coeficiente de Gini¹³¹, observa-se que o grau

¹³⁰ No original: “The most important recent economic activities on the island have been the extraction and export of nickel, in a joint venture with Canadian capital, and the export of medical and other services to other developing countries, particularly Venezuela, in exchange for oil. Tourism, in joint ventures with Spanish and other foreign capitalists, is also among the top earners and has come back with a vengeance. The pre-revolutionary tourist industry, which preceded the era of jet travel and international mass tourism, with 200,000 to 250,000 annual visitors in the fifties, has been dwarfed by the massive tourist industry that has been growing since the nineties. Since 2004, the total number of tourists has surpassed two million a year. Tourism has contributed to a growth of inequality and brought along with it the rise of prostitution, street hustling, and other social problems that the revolution was supposed to have eradicated”.

¹³¹ O Índice de Gini, elaborado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

de concentração de renda atingiu o ponto mais baixo em Cuba na década de 1980 — 0.22. Entretanto, com a crise econômica e a aplicação das reformas, a desigualdade de renda avançou consideravelmente na década seguinte — 0.40. Por volta de 2005, o Coeficiente de Gini marcava 0.38, de modo que a ilha seguia ostentando o menor índice de concentração de renda do continente.

Tabela 2 - Distribuição de renda na América Latina por década (Coeficiente de Gini)

	1950	1960	1970	1980	1990	Por volta de 2005
Cuba	0.55	0.35	0.25	0.22	0.40	0.38
Argentina	0.37	0.41	0.46	0.50	0.52	0.51
Brasil	0.55	0.57	0.61	0.63	0.63	0.61
Chile	0.44	0.46	0.52	0.52	0.52	0.55
Colômbia	0.51	0.54	0.47	0.46	0.46	0.58
Costa Rica	0.45	0.44	0.42	0.42	0.42	0.47
México	0.59	0.61	0.55	0.52	0.52	0.53
Uruguai	—	0.33	0.48	0.44	0.44	0.45
Venezuela	—	—	0.39	0.40	0,40	0.49

Fonte: Adaptado de Brundenius, 2009, p. 41.

A crescente desigualdade de renda, o aumento da pobreza e as novas assimetrias sociais produzidas pela abertura capitalista, particularmente na primeira metade dos anos 1990, provocaram descontentamento social entre os cubanos, especialmente em razão do contraste cada vez maior entre os que se beneficiavam com as novas atividades econômicas e os que se empobreceram durante o Período Especial.

Este mal estar crescente ecoou na cúpula governamental, que iniciou um período, que duraria até 2007, de relativa contenção dos efeitos mais negativos das reformas capitalistas. Em um relevante discurso proferido em março de 1996, Raúl Castro criticou os “novos-ricos”, isto é, trabalhadores autônomos, pessoas que recebiam remessas do exterior, donos de pequenos negócios, intermediários, agricultores privados que se enriqueceram com a abertura capitalista. “Precisamos

lutar obstinadamente para garantir que eles sigam as leis de maneira rigorosa e paguem imposto progressivo sobre seus ganhos”, declarou Raúl, segundo relata Aviva Chomsky (2015, p. 231). Chomsky (2015, p. 237-238) dá números a essa insatisfação:

Uma pesquisa em Havana em 2000 mostrou que 77% da população tinha “renda insuficiente para cobrir suas despesas diárias”; 42% dos cubanos pesquisados em 2007 e 43% em 2008 acreditavam que os baixos salários e o alto custo de vida eram os maiores problemas enfrentados pelo país. Gerações mais antigas de cubanos lembravam de Cuba antes da Revolução, e da rapidez da mudança social e crescimento das possibilidades dos anos 1960 ou da relativa estabilidade material das décadas de 1970 e 1980. Essa bagagem concedia às mudanças dos anos 1990 e começo dos anos 2000 um caráter triste e até mesmo angustiante. Para aqueles que atingiram a maioria no Período Especial dos anos 1990 essas décadas anteriores pareciam sonho distante.

Em uma sociedade em que parte da população tem acesso à moeda forte e a maioria da população encontra-se numa condição de carência material de itens básicos, o estímulo ao ilícito se estabelece pela necessidade de sobrevivência. Os pequenos roubos em empresas e lojas estatais, de mercadorias a equipamentos, bem como o uso de inúmeras práticas que burlam regras legais (impostos, taxas etc.), são amplamente disseminados na ilha¹³². Na entrevista a Ignacio Ramonet, Fidel Castro (2007, p. 596) apresenta uma interessante avaliação sobre esse tema:

Porque aqui — e nós temos que dizer isso — várias dezenas de milhares de parasitas que não produzem nada ainda estão ficando ricos. Por exemplo, comprar e roubar combustível. Muitas pessoas andam por aí com um pequeno pedaço de mangueira, tubos de borracha, pondo gasolina nos [carros americanos dos anos vinte aos cinquenta] e sendo pagos pelo novo-rico que nem paga pelo uso da

¹³² Sobre a “cultura” do roubo em Cuba, argumenta Marcelo Yunes (2011, p. 98): “También a semejanza del Este europeo, se instala la cultura de robar para sobrevivir, puesto que el salario y la libreta de racionamiento no cubren las necesidades más básicas por más de dos semanas. ‘Como advirtió el investigador francés Vincent Bloch, la corrupción generalizada — desde minucias hasta hechos de mayor escala— atraviesa a toda la sociedad cubana, y constituye una forma efectiva de control social. Al no existir medios lícitos que garanticen la supervivencia (a veces ni siquiera el mero cumplimiento de las obligaciones laborales) sin hacer algo que puede ser definido en un momento u otro como ‘ilegal’ — que la ironía cubana llama ‘inventos’ — los cubanos tienen una permanente espada de Damocles sobre sus cabezas’ (P. Stefanoni, cit.). Tal estado de cosas, por otra parte, no hace más que abonar la idea (ahora adoptada sin reservas por la burocracia) de que el único factor posible de orden y disciplina en las relaciones laborales es el mercado, en simbiosis con las decisiones del aparato”.

gasolina (tradução nossa)¹³³.

De acordo com Samuel Farber (2011), a diferença substancial está, porém, na qualidade do “ilícito” praticado. Enquanto trabalhadores pobres recorrem a pequenos furtos e ilegalidades como forma de garantir condições básicas de vida, funcionários do alto escalão do Estado são flagrados, cada vez mais frequentemente, em escândalos de corrupção de considerável gravidade.

2.4.2. Saúde e educação

O progresso de Cuba na área de saúde pública é notável. Essa evolução fica nítida quando se constata alguns indicadores do período compreendido entre os anos 1959-1990. O número de médicos saltou de 9.2 para 33.1 para cada 10.000 habitantes, o número de leitos hospitalares foi de 4.2 para 5.4 para cada mil habitantes e a mortalidade infantil caiu de 33.4 para 11.1 em cada 1.000 crianças nascidas com vida. Em 1995, a expectativa de vida alcançou 74.83 anos, um acréscimo de 16 anos desde o período pré-revolucionário (Censo Nacional de 1953). Brundenius (2009) apresenta o crescimento do número de médicos e a queda da taxa de mortalidade infantil desde 1960 (ver tabela 3).

¹³³ No original: “Because here - and we have to say this - we have several tens of thousands of parasites that don’t produce anything yet are getting rich. For exemple, buying and stealing fuel. A lot of people go around with a little piece of hose, rubber tubing, putting petrol in the [American cars from the twenties to fifties] and getting paid by the nouveau riche who doesn’t even pay for the petrol uses”.

Tabela 3 - Número de Médicos e Mortalidade Infantil, 1960-2007.

	Médicos	Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos)
1960	6,773	37,7
1965	6,238	37,9
1975	9,238	27,5
1980	15,247	19,6
1985	22,910	16,5
1990	38,690	10,7
1995	56,836	9,4
2000	65,997	7,2
2007	72,416	5,3

Fonte: Adaptado de Brundenius, 2009, p.43.

Com a severa crise dos anos noventa, o sistema de saúde pública em Cuba sofreu impactos que reduziram seus níveis de qualidade. A súbita redução na capacidade de importação de alimentos, na primeira metade da década de 90, ocasionou deficiências nutricionais que atingiram parte significativa da população. Perante o quadro de extrema carência de recursos materiais e financeiros, o regime buscou manter a rede de serviços de saúde, sem conseguir, contudo, evitar a deterioração das condições de atendimento (falta de medicamentos, aparelhos hospitalares, materiais para cirurgias e diagnósticos, manutenção de prédios etc.). Por outro lado, entre 1990 e 2002, o número de médicos continuou crescendo em relação ao tamanho da população e a mortalidade infantil seguiu em queda (em 2008, alcançou a marca de 4.7 a cada mil nascimentos).

Nos piores anos da crise social (1993-1995), houve a redução de leitos hospitalares e o aumento da mortalidade materna. Estes índices melhoraram nos anos seguintes, sem voltar, no entanto, aos níveis verificados em 1989. A piora em alguns dos indicadores de saúde pública também estão vinculados aos efeitos da crise alimentar, à falta de medicamentos e equipamentos hospitalares e à deterioração

dos hospitais e postos de saúde (FARBER, 2011).

Mesmo com a imposição de efeitos danosos oriundos da crise da década de 1990, Cuba manteve um nível mais elevado de qualidade no sistema público de saúde, se comparado aos demais países da região. O estudo de Mesa-Lago (2008), a respeito do desempenho de vinte países latino-americanos em matéria de saúde pública, coloca a ilha em primeiro lugar no ranking geral, e em cinco dos oito indicadores aferidos (a, b, c, e, h), considerando como indicadores: a) mortalidade infantil; b) mortalidade de crianças com menos de 5 anos por 1.000 nascidos vivos; c) porcentagem de desnutrição entre crianças com menos de 5 anos; d) taxa de mortalidade materna; e) porcentagem de partos com assistência de saúde profissional; f) porcentagem da população com acesso sustentável ao abastecimento de água nas zonas urbanas e rurais; g) porcentagem da população com acesso sustentável a serviços de saneamento nas zonas urbanas e rurais; e h) expectativa de vida ao nascer (em anos).

Os avanços na educação constituem outra conquista inquestionável da Revolução. De acordo com o censo de 1953, 76,4% da população adulta cubana sabia ler e escrever naquele ano, ficando atrás apenas da Argentina, Chile e Costa Rica. Porém, assim como no âmbito da saúde, havia diferenças marcantes no acesso à educação entre a população rural e a urbana. Enquanto a taxa de analfabetismo era de apenas 7,5% em Havana, no campo este índice subia para 43%. Os ganhos na educação, após a Revolução, se expressam em diversos indicadores. Segundo o censo nacional de 1970, a taxa de analfabetismo havia caído para 22% no campo e 7% nas cidades. A educação básica alcançava quase 100% das crianças em idade escolar em 1976.

Brundenius (2009) apresenta (ver tabela 4) um panorama da evolução do nível de escolaridade em Cuba ao longo do tempo.

Tabela 4 - Escolaridade da Força de Trabalho cubana (%) por nível educacional

	Com pelo menos ensino fundamental	Com pelo menos ensino médio	Com ensino superior
1953	12,4	4,5	1,5
1978	46,4	20,2	3,9
1986	76,5	38,7	8,9
1999	83,0	52,7	12,8
2007	92,0	64,8	14,9

Fonte: Adaptado de Brundenius, 2009, p. 36.

Os dados apresentados atestam o progresso alcançado pelo sistema educacional cubano. Eles evidenciam, também, que o nível de escolaridade da força de trabalho seguiu progredindo mesmo durante o Período Especial — um feito realmente considerável, sobretudo, quando se leva em conta a difícil situação econômica do país. Os números relativos ao acesso dos jovens entre 19 e 25 anos ao ensino superior (ver tabela 5) dão outra demonstração do avanço da cobertura educacional, assim como revelam a vantagem comparativa da ilha, nesta matéria, no âmbito latino-americano.

Tabela 5 - Taxa total de matrícula no ensino superior na América Latina

	1991	1999	2003	2006
Cuba	22	21	34	88
Venezuela	28	61	69	70
Argentina	38	49	64	64**
Chile	21	38	43	47
Uruguai	51	61	69	70
Colombia	14	22	24	31
México	15	18	23	26
Costa Rica	28	16	19	25**
Brasil	11	14	22	25**
Trinidad e Tobago	6	6	8	11**

Fonte: Adaptado de Brundenius, 2009, p. 37. * taxa de matrículas entre jovens de 19 a 25 anos. **Dados relativos ao ano de 2005.

Apesar de incontestáveis avanços na área educacional em termos de acesso, o setor também foi atingindo pela crise dos anos noventa¹³⁴. O orçamento da pasta, em 1997, era 38% menor que o de 1989, em termos reais. O corte de investimentos resultou na deterioração dos prédios escolares, na falta de materiais escolares, na degradação da estrutura de laboratórios e equipamentos, entre outros aspectos. Outro fator que incidiu negativamente na educação são os baixos salários pagos aos professores. Sobre esse aspecto, Samuel Farber (2011, p. 76) comenta:

No entanto, uma nova crise afetou o sistema educacional cubano nos últimos anos. Entre as causas da recente crise educacional está o

¹³⁴ Fidel Castro (1997) descreveu algumas das relevantes consequências da devastação econômica na educação em seu informe ao V Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC) em outubro de 1997: “Pero en todas las áreas hay trabajo. Un ejemplo son los maestros. Vean en qué condiciones tan difíciles han trabajado. Ahora tienen un poco más de libros de textos, de libretas, de uniformes para los niños, no tienen todos los muebles que deben tener; pero ahí el factor humano ha sido muy importante en la atención que han podido prestar, en la calidad de la educación que han podido ofrecer. Sin embargo, hubo un momento, en el año 1993, en que 14 000 maestros y profesores dejaron de dar clases; ese fue uno de los años más difíciles. Claro, otra parte volvió, ingresaban. Pero ya el año pasado fueron casi la mitad de esa cifra los que dejaron la educación; se ha ido recuperando, se ha mejorado mucho en la calidad del personal que ingresa, y el factor humano, con salarios que son muy modestos, ha jugado un papel importante”.

êxodo de professores das salas de aula devido aos baixos salários praticados no setor. Os professores foram substituídos por aulas televisionadas ou por graduados do ensino médio inadequadamente treinados, que às vezes sabem menos do que seus alunos. Não surpreende que a tutoria paga tenha crescido e às vezes seja dispensada pelos mesmos professores de escolas públicas que ensinam durante as aulas regulares. Essas práticas se tornaram tão difundidas que foram relatadas com preocupação pelo jornal oficial *Juventud Rebelde* em 30 de março de 2008 (tradução nossa)¹³⁵.

Constata-se, dessa forma, um quadro contraditório: do ponto de vista do nível de expansão, o setor educacional cubano seguiu progredindo, por outro lado, no aspecto relativo às condições infraestruturais das escolas e universidades e salariais dos professores e funcionários, houve uma evidente deterioração a partir dos anos noventa.

2.4.3. Emprego e salário

Um dos principais problemas de Cuba — antes de 1959 — consistia no desemprego crônico, tanto na cidade como no campo. A indústria de açúcar, a maior fonte de empregos, operava nove meses ao ano, de modo que centenas de milhares de trabalhadores ficavam sem trabalho durante três meses inteiros. A taxa de desemprego variou bastante nas duas décadas que antecederam a Revolução: 21,1% em 1943; 11,8% em 1958. Depois da queda de Batista no final de 1958, o governo revolucionário lançou mão de inúmeras medidas para reduzir o desemprego. De acordo com os dados oficiais, o índice de desemprego era de apenas 1,3% em 1970, o menor da América Latina. Após esse ponto mais baixo, a taxa subiu um pouco: 3,9% em 1974; 5,4% em 1979; e 5,5% em 1981.

Não restam dúvidas de que o regime de Castro obteve um expressivo sucesso em matéria de geração de empregos. De acordo com Samuel Farber (2011), esse êxito se deve a diversos fatores, sendo os mais importantes: a emigração de mais de 200 mil cubanos nos anos sessenta; a remoção da força de

¹³⁵ No original: “However, a new crisis has affected the Cuban educational system in more recent years. Among the causes of the recent educational crisis has been an exodus of teachers from classrooms because of the low peso salaries prevailing in that sector. The teachers were replaced with televised classes and with inadequately trained high school graduates who sometimes knew less than their pupils. Not surprisingly, privately paid tutoring has flourished, and it is sometimes dispensed by the very same public school teachers that teach during the regular sessions. These practices have become so widespread that they were reported with concern by the official newspaper *Juventud Rebelde* on March 30, 2008”.

trabalho dos menores de 17 anos e dos maiores de 62, em razão da expansão da educação pública e da seguridade social; a eliminação do desemprego sazonal no setor agrícola; o enorme aumento do emprego nos serviços sociais, nas Forças Armadas, na burocracia estatal e em outros setores.

O colapso da economia com a dissolução da União Soviética afetou consideravelmente a oferta de empregos na ilha. A acentuada queda do PIB e da produtividade do trabalho, entre 1991 e 1995, remodelaram a estrutura ocupacional. O drástico declínio da produção de açúcar, que desempregou mais de 100 mil trabalhadores agrícolas, elevou as taxas de desemprego aberto e oculto, embora parte destes trabalhadores tenham sido realocados em outras áreas. Os índices oficiais de desemprego permaneceram baixos: 7,9% em 1995; 4,5% em 2001; 3,3% em 2002; e 1,6% em 2008. Contudo, evidências sugerem que os números oficiais mascaram o desemprego real e também o subemprego. Sobre esse aspecto argumenta Samuel Farber (2011, p. 82):

Isso levou à situação quase cômica em que o governo alega uma taxa de desemprego oficial muito baixa, ao mesmo tempo em que a imprensa oficial cubana reclama de um grande número de jovens desempregados. Em um artigo da *Juventud Rebelde* publicado em março de 2007, foi relatado que 282.515 jovens em Cuba, incluindo 3.000 membros da Juventude Comunista, não trabalham ou estudam. Mais tarde, no mesmo ano, a *Juventud Rebelde* relatou mais especificamente um total de 4.253 jovens desempregados na província de Guantánamo e 29.975 na província de Santiago de Cuba. Dois anos mais tarde, um relatório mais detalhado do emprego nessa cidade indicou que 27,4 por cento dos diplomados de vários programas educacionais ainda não tinham emprego, revelando que a taxa total de desemprego na região havia atingido 13,3 por cento e 22,08 por cento entre as mulheres, em 1997. Em março de 2008, o Granma descobriu que 20% da população economicamente ativa de Havana não trabalhava mesmo quando havia milhares de vagas não preenchidas (tradução nossa)¹³⁶.

Outro aspecto que devemos analisar consiste na crescente diferenciação

¹³⁶ No original: "This has led to the almost comical situation in which the government claims a very low official unemployment rate at the same time that the official Cuban press complains about large numbers of unemployed youth. In a *Juventud Rebelde* article published in March 2007, it was reported that 282,515 young people in Cuba, including 3,000 members of the Communist Youth, do not work or study. Later the same year, *Juventud Rebelde* more specifically reported a total of 4,253 unemployed young people in Guantánamo Province and 29,975 in the province of Santiago de Cuba. Two years later, a more detailed report of employment in that city indicated that 27.4 percent of graduates from various educational programs had still not been provided employment and revealed that the overall rate of unemployment in the region had reached 13.3 percent, and 22.08 percent among women, in 1997. In March 2008, Granma found that 20 percent of the economically active population of Havana did not work even when there were thousands of unfilled job vacancies".

salarial suscitada pelas transformações econômicas na década de 1990. Após 1959, o amplo predomínio do setor estatal sobre os processos econômicos engendrou a desconcentração da renda por meio da estatização de grande parte dos empregos em Cuba. A proporção de trabalhadores estatais, em relação ao conjunto da população ocupada, pulou de 5,8% em 1953 para 86% em 1970, e para 94% em 1988. A estrutura ocupacional estatal se amparava em um sistema salarial uniforme e centralizado. Mayra Espina Prieto (2007, p. 250) descreve essa política salarial em Cuba ao longo do período revolucionário:

Com a estruturação, por volta de 1983, da Reforma Geral de Salários, a delimitação da escala de qualificações e salários foi fixada em um espectro de 13 grupos, admitindo-se diferenciação, entre salários máximos e mínimos, de um intervalo de 4,5 para 1. Segundo dados do Instituto de Estudos do Trabalho, para 93% dos trabalhadores, a variação real dessa diferença era de apenas 2,3 para 1 em 1988. O coeficiente de Gini calculado para 1996 alcançou o valor de 0,24. Essa diferenciação muito baixa por grupos de renda, e especialmente de salários, juntamente com a elevada incidência da via social redistributiva, gerou uma situação de homogeneidade em muitas dimensões de bem-estar que teve seu ponto máximo de expressão em meados dos anos oitenta (tradução nossa¹³⁷).

A estrutura salarial assumiu, portanto, um papel de homogeneização social. Este efeito foi bastante reforçado por um sistema de seguridade e assistência social que garantia proteção universal e acesso aos fundos de consumo e outros mecanismos de ingressos extra-laborais relacionados ao Estado. Cuba alcançou níveis de desigualdade muito baixos tanto por uma distribuição salarial mais equitativa quanto pela existência de uma rede estatal de serviços sociais de alcance universal. Contudo, após a profunda crise econômica e a abertura capitalista dos anos 1990, esta desigualdade salarial subiu consideravelmente, segundo dados apresentados por Carmelo Mesa-Lago (2003).

As empresas estrangeiras e mistas em seu conjunto, ainda que não pudessem contratar diretamente a mão de obra, em razão da mediação das

¹³⁷ No original: "Con la estructuración, hacia 1983 de la Reforma General de Salarios, la delimitación de la escala calificación-salarial quedó fijada en un espectro de 13 grupos, y admitió sólo una diferenciación entre salarios máximos y mínimos, de un rango de 4.5 a 1. Según datos del Instituto de Estudios del Trabajo, para 93% de los trabajadores el rango real de esta diferencia sólo era de 2.3 a 1 en 1988. El coeficiente Gini calculado para 1996 alcanzó un valor de 0.24. Esta bajísima diferenciación por grupos de ingresos, y especialmente de los salariales, unida al elevado peso de la vía redistributiva social, generó una situación de homogeneidad en muchas dimensiones del bienestar que tuvo su punto de expresión máxima hacia mediados de la década de los ochenta".

agências de emprego estatais, estabeleceram mecanismos de estímulos monetários que alteraram o padrão de renda desse segmento dos trabalhadores em relação aos localizados no setor estatal. Sobre essa questão esclarece Mesa-Lago (2003, p. 81):

Os incentivos pagos a funcionários em empresas operadas por estrangeiros ou joint ventures são consideravelmente melhores do que os do setor estatal, geralmente de 15 a 20 pesos conversíveis por mês e uma cesta de alimentos e outras mercadorias. Os trabalhadores da usina de níquel da Sherritt International em Moa (Pedro Sotto) recebem de US \$ 30 a US \$ 35 por mês e os gerentes ganham US \$ 50. Muitas dessas empresas pagam valores mensais adicionais em dólares, abaixo da tabela, para manter os bons trabalhadores: entre 20 e 25 para os trabalhadores, entre 100 e 150 para as secretárias, entre 200 e 300 para os fornecedores e entre 600 e 800 aos gerentes. Vendedores e gerentes também recebem comissões sobre as vendas realizadas, dirigem um carro da empresa e têm uma alocação de 200 litros de gasolina. Os altos funcionários do Banco de Importação e Exportação (CIMEX) recebem seu salário integralmente em dólares (tradução nossa)¹³⁸

A autorização de inúmeras atividades de trabalho por conta própria e o fechamento de parte das empresas estatais (desemprego aberto e velado) estimularam a migração crescente do trabalho estatal para os empreendimentos micro-empresariais, como táxis, pequenos restaurantes, lojas, aluguel de habitações para turistas etc.

Ocorreu também o fenômeno da "fuga de cérebros", resultado da carência de empregos e dos baixos salários, que consistiu no êxodo de mão de obra qualificada para o estrangeiro, bem como no deslocamento de profissionais qualificados do setor público para atividades melhor remuneradas em atividades privadas desqualificadas. Em 2001, apenas 72% dos formados nas universidades e escolas técnicas conseguiam postos de trabalho; na década oitenta, a porcentagem era praticamente de 100%.

Importa salientar que a intensa desvalorização do salário médio real, a partir

¹³⁸ No original: "Los incentivos pagados a los empleados en empresas operadas por extranjeros o empresas mixtas son considerablemente mejores que los del sector estatal, usualmente 15 a 20 pesos convertibles mensuales y una canasta con alimentos y otras mercancías. Los trabajadores de la planta de níquel Sherritt Internacional en Moa (Pedro Sotto) reciben de 30 a 35 dólares mensuales y los gerentes ganan 50 dólares. Muchas de estas empresas pagan sumas mensuales adicionales en dólares, por debajo de la mesa, para mantener a los buenos trabajadores: entre 20 a 25 a los obreros, 100 a 150 a las secretarías, 200 a 300 a los vendedores, y 600 a 800 a los gerentes. Los vendedores y los gerentes también reciben comisiones sobre las ventas realizadas, manejan un auto de la empresa y tienen una asignación de 200 litros de gasolina. Los altos funcionarios del Banco de Importación y Exportación (CIMEX) reciben su sueldo completamente en dólares".

dos anos noventa, levou ao aumento da pobreza. Sobre esse processo, explica Samuel Farber (2011, p. 85):

É evidente que a pobreza cresceu significativamente durante o "Período Especial" que começou no início dos anos noventa. No final dos anos noventa, trinta e seis municípios, todos localizados na parte leste do país, estavam em um estado de desenvolvimento altamente "crítico" ou "gravemente deprimido". A pobreza urbana foi a 20 por cento no que foi estimado em 2002. Curiosamente, a economista cubana Angela Ferriol realizou uma pesquisa em domicílios em Havana em 2002, perguntando às pessoas se elas se consideravam pobres, quase pobres, ou não pobres, o que corresponde a vários indicadores. A percentagem da população que se definiu como pobre ou quase pobre foi de 41 a 54 por cento. Com relação à renda, 31% se consideravam pobres e 23% quase pobres; no que diz respeito à alimentação, 21% pobres e 24% quase pobres; no que diz respeito à habitação, 22% pobres e 19% quase pobres; e em relação às condições gerais de vida, 23% pobres e 20% quase pobres. Os mais preocupantes são o crescimento das favelas, tais como a *Fanguito*, na área metropolitana de Havana, e a prática de vasculhar o lixo – chamada de mergulho ou "tanqueo" – para achar coisas para recuperar e vender (tradução nossa)¹³⁹.

Apesar da recuperação relativa dos salários depois de 1995, estes haviam perdido, em 2008, 25% do seu valor real em relação ao patamar verificado em 1989. O valor das aposentadorias, entre 1989 e 2007, havia declinado 61% em termos reais.

2.5. O período Raúl Castro (2008-2014)

Nesta seção, temos como objetivo analisar a retomada e o aprofundamento das reformas de abertura capitalista depois que Raúl Castro assumiu a Presidência do país, em fevereiro de 2008. Como a maior parte dos dados e das análises da

¹³⁹ No original: "It is evident that poverty grew significantly during the "Special Period" that started in the early nineties. In the late nineties, thirty-six municipalities, all located in the eastern part of the country, were found to be in a highly "critical" or "severely depressed" state of development. Urban poverty was estimated at 20 percent in 2002. Interestingly, the Cuban economist Ángela Ferriol conducted a household survey in Havana in 2002 asking people whether they considered themselves poor, nearly poor, or not poor with respect to several indicators. The percentage of the population that defined themselves as poor or nearly poor was 41 to 54 percent. With regard to income, 31 percent considered themselves poor and 23 percent nearly poor; with regard to food, 21 percent poor and 24 percent nearly poor; with regard to housing, 22 percent poor and 19 percent nearly poor; and with regard to overall living conditions, 23 percent poor and 20 percent nearly poor. Most disturbing is the growth of several shantytowns such as El Fanguito in the Havana metropolitan area and the practice of rummaging through garbage—referred to by such terms as buceo (diving) or tanqueo (tanking)—looking for things to retrieve and sell".

bibliografia especializada utilizados na pesquisa vai até 2014, optou-se por delimitar o período avaliado até esse ano, ainda que haja no texto importantes referências a indicadores e fatos históricos ocorridos posteriormente.

O período avaliado nessa seção se justifica pela necessidade de identificar os elementos de continuidade e de descontinuidade da política econômica após o afastamento definitivo de Fidel Castro do poder. Assim, no capítulo seguinte e na conclusão final da pesquisa, será possível investigar e compreender, com base em uma perspectiva histórica abrangente, o sentido das transformações econômico-sociais estudadas.

Antes da avaliação do período pós-Fidel, será apresentada, em seus traços gerais, a política econômica que vigorou nos anos que antecederam a chegada de Raúl Castro à Presidência. Entre 2003 e 2007, foi aplicada uma política de reforço dos instrumentos de centralização econômica e medidas que impuseram maior controle e restrição às atividades privadas, estimuladas pelas reformas da década de 1990. Perante as distorções e as iniquidades econômico-sociais produzidas no início do Período Especial, o governo cubano prometeu controlar o “mercado”, impor limites às novas atividades, taxar os empreendimentos privados e fazer cessar o crescente fosso social entre as maiores e as menores rendas. Desse modo, houve, a partir de 2003, uma reversão parcial das medidas implementadas nos anos noventa. O Período Especial entrou, assim, na fase marcada pelo que Fidel denominou de “estratégia de aperfeiçoamento”.

A introdução do peso conversível (CUC), substituindo o dólar como moeda forte, foi uma das medidas adotadas para aumentar o controle do Estado sobre os processos econômicos¹⁴⁰. Em maio de 2004, os preços em CUC subiram; um mês depois, os salários em pesos cubanos receberam aumentos. O governo tentava, dessa forma, penalizar os portadores de moeda forte para reequilibrar parcialmente os dois setores econômicos — o privado e o estatal. Em janeiro de 2005, os

¹⁴⁰ A respeito das implicações decorrentes da existência de duas moedas em Cuba, explica Marcelo Soares de Carvalho (2017, p. 158): “Embora se possa dizer que a criativa solução adotada tenha preservado certa capacidade do governo para garantir os serviços públicos de proteção social — sobretudo, os serviços de saúde, educação, previdência e assistência social, oferecidos universalmente pelo Estado —, é bastante certo que algum grau de desigualdade foi introduzido em meio à população cubana. Afinal, o poder de compra da moeda estrangeira, mesmo quando convertido em CUC, segue sendo muito superior ao da moeda nacional, o CUP. Portanto, aqueles que não têm acesso às divisas acabam tendo acesso a um menor volume de bens e serviços”.

trabalhadores do setor turístico foram proibidos de receber presentes, aceitar convites e acessar uma variedade de outros benefícios. Outras restrições e taxas implementadas impuseram controles sobre os empregados por conta própria e as pequenas empresas. Com essa política de controle e enxugamento do setor privado, o número de trabalhadores autônomos caiu de 208.500, em 1996, para 149.990, em 2004.

As medidas de recentralização na tomada de decisões econômicas e de redução do setor privado, promovidas entre 2003 e 2007, não reverteram o marco geral de abertura capitalista estabelecido nos anos noventa, ainda que tenham significado uma contenção no processo de reformas de mercado.

A partir de 2008, com a posse de Raúl, inicia-se um novo período de abertura capitalista em Cuba, que retoma e potencializa o processo iniciado nos anos noventa. A seguir, a análise da mais recente fase reformista será dividida em três pontos: (i) mapeamento e descrição das novas medidas econômicas; (ii) resultados econômico-sociais logrados nesse período; e, por fim, (iii) a evolução da política externa norte-americana em relação à Cuba.

2.5.1. O novo impulso reformista

No verão de 2006, Fidel Castro anunciou que, em razão de seu estado de saúde, passaria temporariamente as funções de poder ao seu irmão mais novo. Em fevereiro de 2008, declarou que não tentaria a reeleição, facilitando, desse modo, a eleição de Raúl Castro como novo presidente, por unanimidade, na Assembléia Nacional de Cuba.

O primeiro evento oficial de Raúl como substituto de Fidel no comando do Estado, se deu em sessão da Assembléia Nacional em 24 de fevereiro de 2008. No discurso aos deputados e ministros, Raúl Castro (2008) fez um sucinto resumo dos aspectos principais da política governamental desde 1959, enfatizou a liderança suprema de Fidel Castro e reforçou a necessidade de uma reforma administrativa, de modo a facilitar o processo produtivo com a eliminação de entraves burocráticos. O novo presidente afirmou que os primeiros quinze anos da Revolução foram caracterizados pelas mudanças radicais na economia, na política e na sociedade. Em relação aos anos setenta, Raúl destacou a criação do arcabouço institucional do

país, que, mesmo com imperfeições, teria permitido estruturar um sistema coerente, equiparando Cuba aos demais países socialistas, tanto nas boas como nas más experiências.

Curiosamente, Raúl Castro, nesse discurso, não se referiu ao período da Retificação (1986-1990) e, ao abordar o Período Especial na década de 1990, preferiu enfatizar as mudanças administrativas, como a fusão e a redução de organismos estatais. Admitindo as enormes transformações no panorama nacional e internacional desde a dissolução do Bloco Soviético, defendeu a necessidade de uma estrutura governamental e administrativa mais compacta e funcional¹⁴¹.

A posse de Raúl Castro ocorreu em uma conjuntura econômica adversa. A grave crise financeira internacional que eclodiu naquele ano, levando o mundo a uma severa recessão, impactou a economia cubana, revelando a estreita conexão dessa às variações do mercado mundial capitalista. O volume de remessas diminuiu, assim como o número de turistas. Além disso, os preços de importantes itens de exportação da ilha regulados pelo mercado mundial, como o açúcar e o níquel, caíram consideravelmente. Para piorar, a ilha foi atingida por dois furacões naquele ano, o Ike e o Gustav, que causaram prejuízos calculados em 5 bilhões de dólares, e também por severas secas (em 2008 e 2011) que trouxeram danos à produção agrícola.

Discretamente, Raúl Castro foi desmontando a *Batalha de Ideias* de Fidel. Iniciada em 2003, essa política consistia em ações de apelo ao trabalho voluntário e estímulos morais voltados à juventude. No primeiro momento do seu governo, o novo presidente priorizou um conjunto de medidas voltadas ao reforço e à melhora de aspectos institucionais, e colocou ênfase na necessidade de diversificação de

¹⁴¹ Sobre a necessidade da reforma institucional, argumentou Raúl Castro (2008) em seu discurso a Assembléia Nacional: “Lo anterior permitirá reducir la enorme cantidad de reuniones, coordinaciones, permisos, conciliaciones, disposiciones, reglamentos, circulares, etcétera, etcétera. Contribuirá además a concentrar algunas actividades económicas decisivas hoy dispersas en varios organismos, y hacer un mejor empleo de los cuadros. En resumen, tenemos que hacer más eficiente la gestión de nuestro Gobierno. En diciembre hablé del exceso de prohibiciones y regulaciones, y en las próximas semanas comenzaremos a eliminar las más sencillas. Muchas de ellas tuvieron como único objetivo evitar el surgimiento de nuevas desigualdades, en un momento de escasez generalizada, incluso a costa de dejar de percibir ciertos ingresos. La supresión de otras regulaciones, aunque a algunos pueda parecer sencillo, tomará más tiempo debido a que requieren un estudio integral y cambios en determinadas normativas jurídicas, además de que influyen en algunas de ellas las medidas establecidas contra nuestro país por las sucesivas administraciones norteamericanas”.

exportações e de substituição de importações. Raúl, além de tomar medidas de reforma administrativa para destravar obstáculos burocráticos, também lançou mão de importantes modificações no setor agropecuário, como o arrendamento de terras estatais para agricultores privados e o aumento do preço dos produtos. A intenção declarada era o aumento da produção no campo, uma vez que Cuba seguia com uma enorme dependência da importação de alimentos, que acarretava, por sua vez, vultosos gastos financeiros para a importação de produtos. Vasconcelos (2017, p. 135) explica o Decreto-Lei 259:

Mais tarde, em 2010, diante do grave problema da falta de força de trabalho no campo, o governo aprovou uma quarta reforma agrária, que ainda está em curso. Seu objetivo era justamente ampliar o setor camponês, distribuindo as terras estatais em forma de “usufruto privado” — em que as propriedades continuam nas mãos do Estado, mas o seu uso é privado em forma de concessão temporária. Com os incentivos criados pelo governo, em seis anos, 150 mil cubanos saíram das cidades para o campo, ampliando de 20% para 33% o setor camponês no conjunto da agricultura. A meta da quarta reforma agrária é que o campesinato represente 45% da produção agrícola.

No fim de 2010, o novo presidente anunciou o objetivo de demitir 500 mil funcionários públicos nos meses seguintes, o que representava cerca de um décimo da força de trabalho cubana. Em contrapartida, o emprego nas pequenas empresas privadas e nos trabalhos por conta própria cresceram substancialmente nesse período.

Para Samuel Farber (2011), é possível identificar, nos primeiros anos da presidência de Raúl, os passos iniciais na direção do modelo sino-vietnamita de restauração capitalista, que combina o regime de partido único com uma base econômica privada. O autor (2011, p. 91) avalia a dinâmica reformista sob a direção do novo comandante-em-chefe:

Em 2010, o governo deu um grande passo, sugerindo uma virada mais definida e qualitativa em direção a um capitalismo dirigido pelo Estado. Por algum tempo, Raúl Castro vinha falando sobre como cerca de um milhão de pessoas, com um quinto de todos os empregos na ilha, precisariam ser realocadas de seus empregos atuais. Tomando o que poderia ser considerado uma “posição de compromisso”, o governo finalmente anunciou em setembro de 2010 que meio milhão de trabalhadores, ou quase 10% dos 5,1 milhões de trabalhadores, seriam demitidos durante o ano seguinte. A partir de então, o Estado só iria contratar pessoas para trabalhar nas áreas da economia onde historicamente havia escassez de mão-de-obra,

como agricultura, construção, ensino, forças policiais e indústria. Para ajudar a absorver os trabalhadores deslocados, o governo deveria conceder 250.000 licenças para o trabalho autônomo e 200.000 empregos adicionais seriam criados pela conversão de empresas estatais em cooperativas administradas por funcionários. Se deixarmos de lado as cooperativas urbanas e rurais, cerca de 450.000 agricultores privados e mais de 450.000 autônomos nas cidades teriam permissão oficial para contratar mais pessoas. Isso envolveria pelo menos 900 mil pessoas — ou 17,6% da força de trabalho (tradução nossa¹⁴²).

A guinada pró-capitalista, comandada por Raúl, adquiriu relevância programática com a aprovação, no VI Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), realizado em 2011, de uma série de diretrizes que orientariam o modelo de desenvolvimento econômico do país nos anos seguintes. Os *Lineamientos*, como foram nomeados, estabeleceram direcionamentos institucionais, políticos e econômicos voltados ao aprofundamento da abertura capitalista. Marcelo Yunes (2011, p. 91) faz a seguinte avaliação da política econômica aprovada:

Sobre o anúncio das “reformas” e o lançamento do VI Congresso do PCC, o decano semanário do capitalismo, *The Economist*, saudou o início do processo e citou um diplomata de uma potência ocidental: “Um dia poderemos lembrar disso como o começo da perestroika” (“A reforma econômica é séria”, edição de 16-9-10). Cabe recordar que *The Economist*, com seu certo faro de classe, quando muitos setores burgueses duvidavam, apoiou as reformas de Gorbachov e o colocou na capa da revista, em 1988, como “Mikhail, o Libertador”. Provavelmente ainda não chegou o momento de ver na capa dessa venerável publicação “Raul, o Libertador”. Mas é inegável que há tendências nessa direção. No mesmo artigo, assinala-se que “o próprio Fidel Castro deixou escapar, diante de um jornalista norte-americano em visita a Cuba, que o modelo econômico cubano ‘já não funciona sequer para nós’”. Embora mais tarde ele tenha dito que foi mal interpretado, esta é claramente a visão de seu irmão. Economistas próximos a Raul, que há muito tempo são a favor da

¹⁴² No original: “In 2010 the government took a major step suggesting a more definite and qualitative turn toward a state-directed capitalism. For some time, Raúl Castro had been talking about how an estimated one million people holding one-fifth of all jobs on the island would need to be relocated from their current employment. Taking what could perhaps be considered a “compromise position,” the government finally announced in September 2010 that half a million workers, or almost 10 percent of the 5.1 million labor force, would be laid off during the following year. From then on, the state was only going to hire people to work in those areas of the economy where historically there had been labor shortages, such as agriculture, construction, teaching, the police forces, and industry. To help absorb the displaced workers the government was to grant 250,000 licenses for self-employment, and 200,000 additional state jobs were to be created by converting state businesses into employee-run cooperatives. If we leave aside the urban and rural co-ops, some 450,000 private farmers plus 450,000 self-employed people in the cities would be officially allowed to hire additional people. This would involve at least 900,000 people—or 17.6 percent of the labor force”.

economia mista, como a China ou o Vietnã, parecem ter finalmente conseguido o que queriam (tradução nossa¹⁴³).

Para Juan Triana Cordoví (2012), o processo de elaboração e discussão dos *Lineamientos* foi o ponto alto no caminho das mudanças empreendidas a partir de 2008, pois permitiu ordenar as ideias centrais, além de resultar em um diagnóstico do que havia sido realizado até 2010 e das principais medidas para as transformações necessárias da economia nacional. De acordo com o autor, é possível identificar três linhas de ação fundamentais direcionadas ao propósito de "atualizar o modelo de funcionamento econômico cubano", quais sejam:

(1) Transformações na estrutura e na gestão da propriedade que conduzem à diminuição da presença do Estado na economia. Neste sentido, conforme já assinalado, foi aprovada a entrega de parte da terra estatal a usufrutuários privados de forma gratuita. Por dez anos para indivíduos, e vinte anos para cooperativas. Buscou-se também ampliar o setor do trabalho por conta própria, as cooperativas nos setores não-agrícolas e os aluguéis de instalações e espaços estatais para prestação de serviços privados;

(2) Reestruturação e modernização do aparato estatal, incluindo a reorganização e a supressão de ministérios e a criação de instituições e normas que permitam manejar a economia mediante instrumentos de regulação indireta;

(3) Permissões para criação de mercados privados de automóveis e habitações, os quais, junto com as mudanças de normas migratórias, permitiram certa expansão das relações econômicas baseadas no mercado privado.

Cordoví (2012, p. 88, *itálico nosso*) faz a seguinte avaliação das diretrizes aprovadas no VI Congresso do PCC:

¹⁴³ No original: "A propósito del anuncio de las 'reformas' y el lanzamiento del VI Congreso del PCC, el semanario decano del capitalismo, The Economist, saludó el inicio del proceso y citó a un diplomático de una potencia occidental: 'Un día podríamos recordar esto como el comienzo de la perestroika' ('La reforma económica va en serio', edición del 16-9-10). Cabe recordar que The Economist, con su usualmente certero olfato de clase, cuando muchos sectores burgueses dudaban apoyó las reformas de Gorbachov y lo llamó desde la portada de la revista, en 1988, 'Mijail el liberador'. Probablemente no haya llegado aún el momento de ver en la tapa de esa venerable publicación a 'Raúl el liberador'. Pero es innegable que hay tendencias en esa dirección. En el mismo artículo se señala que 'a Fidel Castro mismo se le escapó, ante un periodista estadounidense que visitaba Cuba, que el modelo económico cubano 'ya ni siquiera funciona para nosotros'. Aunque luego dijo haber sido mal interpretado, ésta es claramente la visión de su hermano. Los economistas cercanos a Raúl, que durante mucho tiempo han estado a favor de la economía mixta, como la de China o la de Vietnam, finalmente parecen haberse salido con la suya".

A aplicação dos *Lineamientos* levou a uma recomposição da estrutura da propriedade e também da sociedade e introduziu mudanças substanciais na magnitude e presença do Estado, ao mesmo tempo em que consolidou a idéia da diversidade de atores na economia e na sociedade (tradução nossa)¹⁴⁴.

As demissões em massa de funcionários públicos, anunciadas em 2010, foram acompanhadas da retirada de subsídios para a população, incluindo as regras de concessão de seguro desemprego. Novos itens cobertos pela “caderneta” de racionamento de alimentos foram retirados (sabão, pasta de dente, detergentes, etc.) ou tiveram sua quantidade diminuída (café, frutas, feijão, entre outros). O preço da gasolina e da eletricidade sofreram aumentos consideráveis.

Em março de 2014, o governo cubano atualizou a lei sobre investimentos estrangeiros, buscando dar mais estímulos à entrada de capitais externos na ilha. Fabiana Dessoti (2017, p. 143) coloca em relevo o sentido da nova lei:

Segundo esta lei, “O investimento estrangeiro no país se orienta à diversificação e ampliação dos mercados de exportação, o acesso a tecnologias avançadas, a substituição de importações, priorizando a de alimentos. Do mesmo modo, a obtenção de financiamento externo, a criação de novas fontes de emprego, a captação de métodos gerenciais e a vinculação do mesmo com o desenvolvimento de encadeamentos produtivos, assim como a mudança da matriz energética do país mediante o aproveitamento de fontes renováveis de energia”. Os investimentos estrangeiros podem ser realizados em todos os setores econômicos de Cuba, exceto nos serviços médicos, educacionais e ligados à defesa do país.

Com a aprovação dos *Lineamientos*, o governo cubano se debruçou sobre a tarefa de concretizar as diretrizes em regras práticas. Desta forma, de 2011 em diante, houve uma série de alterações institucionais e legais derivadas da orientação econômica estratégica adotada no período. Diversas reformas e leis complementares foram criadas para regular, organizar e estimular os novos processos e as relações econômicas vinculadas ao setor *cuentapropista*, aos diversos tipos de cooperativas, aos pequenos produtores agrícolas, aos investimentos externos, às pequenas empresas, aos mercados privados e ao modelo de gestão das empresas estatais.

¹⁴⁴ No original: “La aplicación de los Lineamientos ha conducido a una recomposición de la estructura de la propiedad y también de la sociedad e introdujo cambios sustanciales en la magnitud y presencia del Estado, a la vez que consolida la idea de la diversidad de actores en la economía y en la sociedad”.

Indubitavelmente, a mudança mais significativa, desde o *Lineamientos*, foi a reforma constitucional aprovada em referendo nacional em fevereiro de 2019, a qual reconheceu o papel do mercado, dos investimentos estrangeiros e de diferentes tipos de propriedade, ao mesmo tempo em que reafirmou a prevalência da propriedade estatal e o caráter "socialista" do sistema socioeconômico¹⁴⁵. Em relevo os dois primeiros artigos da nova Constituição (2019) que tratam dos fundamentos econômicos da República de Cuba:

ARTIGO 20. Na República de Cuba, prevalece o sistema econômico baseado na propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção, como forma de propriedade principal, e a direção planificada da economia, que considera e regula o mercado, em função dos interesses da sociedade.

ARTIGO 21. São reconhecidas as seguintes formas de propriedade: a) socialista de todo o povo: na qual o Estado age em nome e benefício desse como proprietário. b) cooperativa: aquela baseada no trabalho coletivo de seus sócios proprietários e no efetivo exercício dos princípios do cooperativismo. c) mista: formada pela combinação de duas ou mais formas de propriedade. d) das organizações políticas, de massas e sociais: aquela que exerce esses sujeitos sobre seus bens. e) privada: aquela que é exercida em certos meios de produção, de acordo com o estabelecido. f) pessoal: aquela que é exercida sobre os bens que, sem constituírem meios de produção, contribuem para a satisfação das necessidades materiais e espirituais de seu proprietário (tradução nossa)¹⁴⁶.

Fica evidente que, após Raúl Castro assumir o comando definitivo do poder, as

¹⁴⁵ Carmelo Mesa-Lago (2019) faz a seguinte avaliação da reforma constitucional: "Se mantiene la esencia del modelo estatizado de centralización, con la empresa estatal como la forma superior de propiedad, a pesar de su notoria ineficiencia y fracaso en el mundo. La propiedad privada se ordena penúltima entre seis formas de propiedad y queda limitada a ciertas formas de producción que no se determinan y sin otorgar las garantías necesarias. De manera discriminatoria, se autoriza la inversión foránea, pero no la de los ciudadanos cubanos, que así tienen menos derechos que los extranjeros".

¹⁴⁶ No original: "ARTÍCULO 20. En la República de Cuba rige el sistema de economía basado en la propiedad socialista de todo el pueblo sobre los medios fundamentales de producción, como forma de propiedad principal, y la dirección planificada de la economía, que considera y regula el mercado, en función de los intereses de la sociedad.

ARTÍCULO 21. Se reconocen las formas de propiedad siguientes: a) socialista de todo el pueblo: en la que el Estado actúa en representación y beneficio de este como propietario. b) cooperativa: la sustentada en el trabajo colectivo de sus socios propietarios y en el ejercicio efectivo de los principios del cooperativismo. c) mixta: la formada por la combinación de dos o más formas de propiedad. d) de las organizaciones políticas, de masas y sociales: la que ejercen estos sujetos sobre sus bienes. e) privada: la que se ejerce sobre determinados medios de producción, de conformidad con lo establecido. f) personal: la que se ejerce sobre los bienes que sin constituir medios de producción contribuyen a la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales de su titular".

mudanças foram no sentido de retomar e aprofundar o processo reformista iniciado na década de noventa, ampliando a presença e a importância das formas capitalistas na economia. Em seus primeiros atos, as medidas tiveram impactos setoriais, mas estavam ancoradas em uma estratégia de longo prazo. Nesse período, a formação socioeconômica da ilha assumiu, em definitivo, um duplo caráter: a articulação de formas não-capitalistas¹⁴⁷ e capitalistas, postas numa combinação desigual e contraditória, passaria a caracterizar a sociedade e a economia cubanas.

2.5.2. Resultados econômicos e sociais

Serão analisados neste ponto resultados obtidos em áreas econômicas e sociais-chaves durante o período de reformas presidido por Raúl Castro. Uma primeira evidência que se destaca é que a maior parte das diretrizes estabelecidas pelos *Lineamientos* não foi efetivada. Segundo o economista e ex-ministro da economia de Cuba, José Luis Rodríguez (2018), apenas 21% das diretrizes previstas haviam sido cumpridas até 2016, restando 77% que estavam em processo de implementação e 2% que não haviam sido iniciadas.

Do ponto de vista macroeconômico, logrou-se o saneamento da balança de pagamentos por meio de processos de renegociação e pagamento da dívida externa, o que era requisito indispensável para obtenção de financiamento externo e investimentos estrangeiros diretos. Contudo, Rodríguez (2018) ressalta que a normalização da dívida externa cobrou um custo elevado, uma vez que os gastos com seu serviço alcançaram, no período de 2009 a 2017, a cifra de 23 bilhões de dólares, aproximadamente.

No tocante ao crescimento econômico, o resultado ficou bastante abaixo da meta almejada. A taxa média de crescimento ficou em 2,3% entre 2009 e 2016, quando o objetivo traçado em 2011 era de avanço médio de 4,4% ao ano neste intervalo. Em 2017, o PIB cubano registrou alta de apenas 1,05%. Com esses resultados, a taxa média de crescimento, no período 2006-2016, ficou

¹⁴⁷ O termo “não-capitalista” será utilizado para se referir aos aspectos e elementos pertinentes à estrutura econômico-social de Cuba após a Revolução de 1959, como a propriedade estatal, a planificação centralizada da economia e o controle estatal do comércio exterior. Trata-se, portanto, de elementos e aspectos socioeconômicos vinculados ao processo de transição ao socialismo que vigorou de 1959 a 1990.

consideravelmente abaixo da taxa registrada entre 1996 e 2006. Além dos efeitos prejudiciais do bloqueio norte-americano, a economia da ilha foi afetada negativamente pela severa crise econômica na Venezuela, que estourou em 2014 e se aprofundou nos anos seguintes, e também por desastres naturais, como a ocorrência de furacões de alta intensidade.

Passa-se agora ao panorama no campo. Embora o Estado tenha se mantido como o único proprietário do solo, a distribuição de áreas cultiváveis em regime de usufruto promoveu mudanças importante no setor agropecuário. Ao final de 2012, 1,5 milhão de hectares foram distribuídos para pequenos produtores rurais, o que representou 98% das áreas concedidas. Desde 2011, foi permitido aos agentes privados (camponeses e cooperativas) vender uma cota maior para o mercado privado (47% da produção em 2012, por exemplo) e, a partir de 2013, eles puderam vender às empresas turísticas sem a necessidade de mediação estatal. Neste mesmo ano, também foi abolido o monopólio estatal no mercado agropecuário em três províncias, permitindo a competição e a venda a preço de mercado de frangos, porcos, vegetais, ovos e frutas não-cítricas (MESA-LAGO, 2014).

A evolução da distribuição da terra entre o setor estatal e o privado é um importante indicador do sentido das transformações no campo. No final de 2007, o Estado detinha o controle de 35,8% das terras cultiváveis do país. Em junho de 2012, essa participação caiu para 31,3%. Em contrapartida, a soma da participação das formas não-estatais de posse da terra (cooperativas e pequenos produtores) passou de 64,2% para 68,7%, ainda que a participação relativa do setor privado, em termos de área cultivada, tenha caído um pouco (de 76,7% para 71,8%).

Outro aspecto que se deve ressaltar é a substancial elevação da parcela destinada às Cooperativas de Crédito e Serviço (CSS) e aos pequenos produtores privados, que saltou de 18,3% para 35,3% no que se refere ao total das terras agricultáveis. Por sua vez, as cooperativas (UBPC/CPA) perderam espaço, caindo de 45,9% em 2007 para 33,4% em 2012, como pode ser conferido na Tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição (em %) da terra por setor (2007 e 2012)				
	Total	Estatat	UBPC/CPA (não-estatat)	CSS/Privado
2007 (Dezembro)				
Terra agricultável	100.0	35.8	45.9	18.3
Cultivada	100.0	23.2	50.0	26.7
Não cultivada	100.0	46.3	42.4	11.4
2017 (Junho)				
Terra agricultável	100.0	31.3	33.4	35.3
Cultivada	100.0	28.0	32.4	39.6
Não cultivada	100.0	43.5	37.0	19.5

Fonte: Adaptado de Mesa-Lago, 2014, p. 52.

Importa comparar, ainda que sucintamente, as mudanças na estrutura agrária em Cuba com as ocorridas na China e no Vietnã. Segundo Mesa-Lago (2014), a reforma agrária cubana foi muito mais modesta do que as realizadas nos dois países asiáticos, nas quais o mercado joga um papel muito mais significativo e há menos regulações estatais. Nos três países, o Estado detém a propriedade do solo, porém na China e no Vietnã quase todo setor agrícola é gerido de forma privada ou por cooperativas autônomas com quase nenhuma interferência estatal.

Os contratos de usufruto da terra são de 50 anos ou por um período de tempo indefinido, enquanto em Cuba eles são de 10 anos renováveis sob rígidas condições e perigo de cancelamento. Diferentemente da ilha, nos dois países asiáticos, é permitida a contratação direta de trabalhadores assalariados, e todos investimentos pertencem aos produtores. Os camponeses decidem o que plantar, o que vender e estipulam o preço dos produtos baseados na lei da oferta e da procura. Não há, como em Cuba, o estabelecimento de uma cota obrigatória comprada pelo Estado a preços tabelados.

Passa-se agora à avaliação das transformações no mundo do trabalho. De 2006 a 2013, as modalidades de trabalho por conta própria autorizadas pelo governo cresceram 28% — de 157 foram para 201 as categorias de trabalho permitidas. Ao

final de 2013, existiam 2 mil pequenos restaurantes (*paladares*) e 7.500 casas de aluguel no país¹⁴⁸. Novas modalidades de cooperativas foram aprovadas em 2012 e 2014, incluindo as áreas de construção, transporte e coleta de lixo e comercialização de produtos agrícolas nas cidades. Incidem sobre o conjunto dessas atividades não-estatais inúmeras regulações e impostos.

Outro aspecto que vale ser mencionado é que a grande maioria dos empregos por conta própria autorizados são considerados não-qualificados (como o trabalho de motoristas, garçons, cabeleireiros, vendedores ambulantes, guias turísticos etc.), o que produz uma situação paradoxal: em um país conhecido pelo elevado padrão educacional da população, muitos médicos, professores, engenheiros, arquitetos, entre outros profissionais com formação técnica e universitária — em razão dos baixos rendimentos no setor público, por vezes insuficientes para os gastos mensais básicos — acumulam um segundo emprego, ou simplesmente abandonam suas carreiras, para se dedicarem a trabalhos privados de baixa qualificação que remuneram melhor.

Ao avaliar o impacto das reformas pós-2008 na distribuição da força de trabalho empregada entre o setor estatal e o privado (o qual engloba os membros associados em cooperativas e os trabalhadores por conta própria e em outras modalidades de emprego privado), constata-se que houve uma ligeira queda na participação do setor privado no total de empregos do país entre os anos 2005 e 2010 (de 19,8% passa para 16,2%).

Esta diminuição certamente está relacionada com a política econômica que vigorou entre 2003 e 2006, que buscou reforçar o peso do setor estatal na economia. A partir de 2011, verifica-se uma tendência de elevação da participação do setor privado no total de empregos (24,8% dos trabalhadores estavam alocados neste segmento em 2012, uma considerável elevação em relação à porcentagem registrada em 2010, de 16,2%).

A retomada do crescimento do emprego privado decorre diretamente das reformas implementadas por Raúl Castro a partir de 2011. A seguir, na Tabela 7, pode-se conferir os dados relativos à evolução da alocação de força de trabalho:

¹⁴⁸ Novas cooperativas (como as de barbeiros, cabeleireiros e manicures) iniciaram suas atividades em 2011.

Tabela 7. Distribuição da força de trabalho por tipo de emprego (2005 a 2012)			
Anos	Força de Trabalho empregada (em milhões)	Setor estatal (em %)	Setor privado (em %)
2005	4,723	80,2	19,8
2006	4,755	81,8	18,9
2007	4,868	82,9	17,1
2008	4,948	83,1	16,9
2009	5,072	83,8	16,2
2010	4,984	83,8	16,2
2011	5,010	77,3	22,7
2012	4,902	75,2	24,8

Fonte: Adaptado de Mesa-Lago, 2014, p. 56.

Também nessa área as reformas de abertura capitalista na China e no Vietnã foram muito mais abrangentes. Em ambos os países, o emprego no setor privado vai além do trabalho por conta própria e em cooperativas, sendo permitida a contratação direta de força de trabalho assalariada por empresas privadas. Em Cuba, não existem grandes e médias empresas privadas de capital nacional — portanto, não há a formação de uma burguesia nativa —; para os cubanos, apenas modalidades de pequenos negócios e cooperativas são autorizadas. As empresas estrangeiras que atuam na ilha, por seu turno, são obrigadas a contratar força de trabalho por intermédio de agências estatais — nesse caso, elas pagam um valor ao Estado pela contratação de funcionários e esse repassa uma parte do montante recebido em forma de salário aos trabalhadores empregados nessas empresas de capital externo. Na China, cerca de 75% da força de trabalho está localizada em empresas privadas e no trabalho por conta própria: uma proporção inversa, portanto, àquela verificada em Cuba.

Serão analisados, na parte final deste ponto, alguns impactos sociais relevantes das reformas no período Raúl Castro. O Estado seguiu provendo serviços sociais gratuitos ao conjunto da população, como o acesso universal à saúde e educação públicas, assim como manteve expressivos aportes sociais destinados, principalmente, à previdência pública (em Cuba, os trabalhadores não contribuem

diretamente à previdência e podem ser aposentar aos 55 anos, no caso das mulheres, e 60 anos, no caso dos homens) e ao subsídio à cesta mensal de produtos básicos a todas famílias que a requerem.

Mesa-Lago (2014) assinala que, apesar de manter elevado nível de investimento nas áreas sociais, mesmo em conjunturas de adversidade econômica, observa-se um processo de deterioração na qualidade dos serviços prestados à população. A piora decorre, segundo o autor, de dois fatores principais: de um lado, do êxodo de profissionais qualificados (médicos e professores, por exemplo) para trabalhos fora do país (como do envio de médicos para programas sociais na Venezuela, Brasil e diversos outros países, que se tornou fonte importante de captação de moeda forte para o país) ou para empregos desqualificados no setor privado (por exemplo, professores que abandonam a carreira para serem taxistas ou guias turísticos); e, de outro lado, da deterioração das condições infraestruturais de prédios e de equipamentos e da escassez de materiais adequados.

A dificuldade de financiamento das áreas sociais, em patamar suficiente à preservação do padrão de qualidade dos serviços prestados, gerou um interessante debate interno em Cuba acerca do tradicional modelo de subsídio estatal. Raúl Castrou defendeu a revisão deste desenho, argumentando que era necessário cortar subsídios para focá-los nos segmentos sociais mais vulneráveis. Com esta justificativa, por exemplo, foram tirados diversos produtos da cesta básica provida pelo Estado, que passaram a ser vendidos a preço de mercado.

A evolução de alguns indicadores socioeconômicos indica que, embora tenha havido oscilações, o patamar de investimentos sociais (em proporção ao orçamento público e ao Produto Interno Bruto) seguiu elevado entre 2006 e 2012. Como pode ser conferido na tabela abaixo, os gastos sociais correntes, em termos do orçamento nacional, registraram uma pequena queda, caindo de 53,4%, em 2006, para 48,2%, em 2012. Porém, em relação ao PIB, eles mantiveram basicamente a mesma proporção: 28,4%, em 2006, e 29,6%, em 2012.

Os dados mais significativos são os relativos à evolução do salário real médio e da aposentadoria real média. A primeira – e mais importante – constatação é a de que estes dois indicadores mantiveram-se muito abaixo dos seus níveis verificados no final da década de oitenta, ainda que tenham evoluído positivamente no intervalo de 2006 a 2012. O salário real médio, em 2012, representava somente 27,1% do

seu valor em 1989, enquanto a aposentadoria significava apenas 50%. Estes dados evidenciam que, mesmo vivenciando um período de crescimento econômico após a grave recessão da primeira metade dos anos noventa, Cuba ainda está muito distante de recuperar o patamar de 1989 no que se refere ao valor real do salário médio e das aposentadorias. Os números destes indicadores podem ser conferidos na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores socioeconômicos (2006 - 2012)				
	2006	2008	2010	2012
Salário real médio (1989 = 100%)	23,9	25,0	27,1	27,1
Aposentadoria real média (1989 = 100%)	39,3	39,3	50,0	50,0
Gastos sociais correntes				
Em % do Orçamento	53,4	55,4	53,1	48,2
Em % do PIB	28,4	33,2	33,9	29,6
Educação em % do PIB	10,0	14,1	12,9	12,0
Saúde em % do PIB	7,1	10,3	9,7	8,0

Fonte: Adaptado de Mesa-Lago, 2014, p. 58.

Embora o avanço das reformas capitalistas sob o governo de Raúl Castro tenha conduzido a um considerável aumento do setor privado, o Estado manteve o controle majoritário da economia. O aprofundamento das medidas de mercado, que abriu crescentes concessões à propriedade privada e estimularam os pequenos negócios privados e os investimentos estrangeiros, até o presente momento, não levou a uma mudança qualitativa no regime socioeconômico, ainda que tenham aberto uma etapa de transição ao capitalismo cujo desfecho é incerto¹⁴⁹.

Mesa-Lago (2014, p. 48) faz a seguinte avaliação das transformações

¹⁴⁹ Abordaremos esse tema no próximo capítulo e na conclusão desta dissertação.

econômicas ocorridas após 2011:

Os compromissos do VI Congresso do Partido, ocorrido em 2011, não transformam substancialmente o modelo econômico atual, mas buscam “atualizá-lo” de maneira gradual, preservando a predominância do plano central e da propriedade estatal sobre o mercado e sobre a propriedade não-estatal. Os acordos evitavam os termos “reforma” e “privado” (embora este último fosse aceito em 2014), careciam de especificações sobre o papel do planejamento e do mercado e suas interações, apresentavam muitas lacunas e eram vagos em aspectos-chave do modelo (tradução nossa)¹⁵⁰.

Embora aponte os limites das reformas, como fica nítido na citação acima, Mesa-Lago (2014, p. 48-49) reconhece, ao avaliar os resultados obtidos, os avanços no sentido do desenvolvimento das relações econômicas capitalistas:

A análise [...] mostra que as reformas foram geralmente positivas e orientadas para o mercado; os acordos dão ao mercado um papel maior do que esse havia tido desde 1961, quando o planejamento central começou. Em 2013, Murillo anunciou uma fase mais complexa e profunda da reforma que abordaria questões mais difíceis em 2014, transformando e desregulamentando as maiores empresas estatais: mineração (níquel, petróleo), aço e têxteis (tradução nossa)¹⁵¹.

2.5.3. As relações entre os Estados Unidos e Cuba

Será avaliada neste ponto, de modo sintético, a evolução da política externa norte-americana no tocante à ilha nos anos 2000 e, sobretudo, após a posse de Raúl Castro, em 2008.

Sob a presidência de George W. Bush (2001-2008), as relações entre os dois países se tornaram mais hostis do que durante o governo Bill Clinton. Embora a experiência de décadas indicasse o insucesso da estratégia contrarrevolucionária

¹⁵⁰ No original: “The VI Party Congress agreements of 2011 do not substantially transform the current economic model, but seek to “update” it in a gradual manner, preserving the predominance of the central plan and state ownership of property over the market and non-state ownership of property. The agreements avoided the terms “reform” and “private” (though the latter was accepted in 2014), lacked specifics on the role of planning and the market and their interactions, had many gaps and were vague in key aspects of the model”.

¹⁵¹ No original: “The analysis [...] shows that the reforms have generally been positive and market-oriented; the agreements give the market a greater role than it has had since 1961 when central planning began. In 2013, Murillo announced a more complex and profound stage of the reform that would tackle more difficult issues in 2014, transforming and deregulating the largest state enterprises: mining (nickel, oil), steel and textiles”.

adotada, o novo presidente norte-americano manteve o objetivo de derrubar o regime político e o sistema socioeconômico cubanos. William LeoGrande e Peter Kornbluh (2015, p. 345) resumem assim a política adotada por Bush filho: “A equipe da política externa de Bush não tinha interesse em dialogar com o governo que eles estavam confiantes que poderiam eliminar” (tradução nossa)¹⁵².

Coerente com essa linha, o governo Bush destinou expressiva soma de dinheiro ao programa “Promoção da Democracia” (*Democracy Promotion*) na ilha, entre 2002 e 2008. Nesse último ano, 45,7 milhões de dólares foram enviados a Cuba para o suporte de ações de grupos alinhados aos interesses estadunidenses, como a grupos de direitos humanos, jornalistas “independentes”, ex-presos políticos, entre outros. A diplomata norte-americana, Vicki Huddleston (2018, p. 252), que foi chefe da Seção de Interesses dos Estados Unidos em Havana durante a presidência de George W. Bush, descreve na passagem a seguir o patrocínio do governo à Rádio Martí e à Televisão Martí, que veiculavam propaganda anti-Castro, e a outras iniciativas orientadas para a desestabilização do regime:

Em maio de 2004, seis meses antes de sua candidatura à reeleição, o presidente Bush anunciou US\$ 59 milhões em financiamento adicional para a TV Martí e à Rádio Martí, bem como para a diplomacia e para projetos da USAID em Cuba. Esse nível de financiamento significava que agora havia uma campanha organizada e pensada para denunciar e destruir o regime de Castro (tradução nossa)¹⁵³.

A posse de Barack Obama, em 2009, um ano depois da eleição de Raúl Castro, alimentou expectativas de mudança na orientação da política em relação à ilha. Afinal, o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos havia prometido “um novo começo” na relação entre as duas nações. Em abril daquele ano, o democrata relaxou restrições para viagens e remessas dos cubanos emigrados, assim como permitiu que empresas de telecomunicação fizessem negócios com Cuba. Porém, ainda que tenha ocorrido uma suavização nas relações bilaterais, os fundamentos do bloqueio econômico foram mantidos. Ao final do

¹⁵² No original: “Bush foreign policy team had no interest in dialogue with the government they were confident they could eliminate”.

¹⁵³ No original: “In May 2004, six months before his reelection bid, President Bush announced \$59 million in additional funding for TV Martí e e Radio Martí, as well diplomacy and USAID projects in Cuba. This level of funding meant there was now an organized and concerted campaign to denounce and destroy the Castro regime”.

primeiro mandato de Obama, o balanço era negativo, segundo a avaliação de LeoGrande e Kornbluh (2015, p. 401): “Como resultado, ele ficou preso no mesmo impasse que seu antecessor: as sanções contra Cuba não produziram nada de positivo, mas ele não estava disposto a correr o risco político de tentar algo verdadeiramente novo (tradução nossa¹⁵⁴)”.

Entretanto, após sua reeleição em 2012, Obama operou uma mudança de estratégia na política para Cuba. Por meio de diálogos secretos, iniciados em junho de 2013, entre emissários do alto escalão diplomático dos dois governos, o presidente norte-americano e Raúl Castro buscaram estabelecer um pacto de cooperação, de modo a abrir caminho para a normalização das relações diplomáticas e econômicas. Com o acordo selado em 2014, houve diversos gestos no sentido de atenuar o histórico conflito: ocorreu a liberação de agentes de espionagem presos em ambos os países, o aumento dos limites para remessas e viagens dos cubanos emigrados e o compromisso de Cuba em expandir o acesso público à internet com auxílio de empresas estadunidenses.

O mais importante foi o acordo para o reestabelecimento das relações diplomáticas rompidas em 1961. Assim, em 14 agosto de 2015, a bandeira norte-americana foi hasteada sobre o prédio estadunidense em Havana pela primeira vez em 54 anos. Leo Grande e Kornbluh (2015, p. 420) tecem a seguinte avaliação do significado histórico dessa aproximação: “Depois de mais de meio século de esforços intermitentes, o presidente Obama teve sucesso onde outros — Kennedy, Kissinger, Carter e, em menor escala, Clinton — haviam falhado” (tradução nossa)¹⁵⁵.

Nitidamente, a política empreendida por Barack Obama orientava-se por estimular e acelerar o processo de restauração do capitalismo na ilha mediante a colaboração, ao menos parcial, com o governo cubano, e não mais por meio da estratégia de estrangulamento econômico e do incentivo à derrubada do regime. Com isso, além de abrir espaço para empresas estadunidenses fazerem negócios em Cuba, cujo mercado interno estava totalmente fechado ao país em razão do

¹⁵⁴ No original: “As a result, he was stuck in the same impasse as his predecessor: sanctions against Cuba had produced nothing positive, but he was unwilling to run the political risk of trying something truly new”.

¹⁵⁵ No original: “After more than a half century of intermittent efforts, President Obama succeeded where others - Kennedy, Kissinger, Carter, and to a lesser extent Clinton - had failed”.

embargo, Obama admitiu publicamente o fracasso de mais de cinquenta anos de bloqueio norte-americano. Uma mudança histórica na política externa dos Estados Unidos havia ocorrido.

Porém, a nova orientação estratégica — embora contasse com o apoio de parte significativa da classe dominante estadunidense e também de setores da comunidade cubano-americana na Flórida¹⁵⁶ — durou pouco tempo. Ela foi abandonada tão logo Donald Trump assumiu a cadeira presidencial, após sua eleição em 2016. O presidente republicano, prontamente, retomou a linha de hostilidade. Outra vez, se fez sentir a influência política da burguesia cubano-americana de Miami no governo estadunidense. Afirmo Huddleston (2018, p. 267), sobre este tema:

Trump aparentemente acredita que uma política punitiva e isolacionista em relação a Cuba lhe dará dinheiro e votos de republicanos cubano-americanos mais velhos e ricos que provavelmente apoiarão sua reeleição em 2020 (tradução nossa)¹⁵⁷.

E prossegue a autora (2018, p. 280) sobre o retorno da política beligerante:

O senador Rubio e o deputado Mario Díaz-Balart (R-FL) já se queixaram de que o novo regulamento do embargo, publicado em 8 de novembro de 2018, é insuficiente. Como Trump prometeu em seu discurso em Miami, os regulamentos restringem ainda mais as viagens de indivíduos americanos [...]. O Departamento do Tesouro agora proíbe que os norte-americanos se envolvam em transações financeiras com 180 entidades governamentais cubanas que são substancialmente dirigidas por agências militares ou de inteligência cubanas. Entre os negócios colocados em uma “lista restrita” estão hotéis, como Ambos Mundos (Two Words), onde Ernest Hemingway viveu quando chegou a Havana, e negócios que atendem à indústria

¹⁵⁶ Ainda que a burguesia cubana em Miami tenha mantido intacto o objetivo de derrubar o regime e retomar as propriedades expropriadas pela Revolução de 1959, muitos cubanos sem posses que chegaram à Flórida, especialmente a partir de década de noventa, estavam de acordo com a linha de distencionamento de Barack Obama. Segundo uma pesquisa feita pela Universidade Internacional da Flórida, em 2016, 69% dos cubano-americanos aprovavam a política de Obama em relação a Cuba e 63% se opunham à continuidade do embargo (HUDDLESTON, 2018).

¹⁵⁷ No original: “Trump apparently believes that a punitive, isolationist policy toward Cuba will supply him with money and votes from older, wealthier Republican Cuban Americans who would likely support his reelection should he run again in 2020”.

turística vendendo joias, flores e serviços fotográficos (tradução nossa)¹⁵⁸.

Desde o fim da União Soviética, o único período em que os Estados Unidos buscaram adotar uma estratégia de efetiva colaboração com o governo cubano ocorreu durante o segundo mandato de Obama. A persistência da política contrarrevolucionária norte-americana, ao longo das últimas décadas, baseada no draconiano bloqueio econômico e em ações subversivas visando à derrubada do regime, revela que os objetivos do imperialismo estadunidense em relação a Cuba não se resumia ao que estava em jogo durante a Guerra Fria. O estratégico para os Estados Unidos segue sendo a recolonização da ilha.

¹⁵⁸ No original: “Senator Rubio and Representative Mario Díaz-Balart (R-FL) already have complained that the new embargo regulation which were published on November 8, 2018 are insufficient. As Trump promised in his Miami speech, the regulations further restrict travel by individual Americans [...]. The Treasury Department now prohibits Americans from engaging in financial transactions with 180 Cuban government entities that are substantially run by Cuban military or intelligence agencies. Among the business placed on a “restricted list” are hotels, such Ambos Mundos (Two Words) where Ernest Hemingway lived when he arrived in Havana and businesses that serve the tourist industry by selling jewelry, flowers, and photographic services”.

CAPÍTULO 3 | O SENTIDO DAS TRANSFORMAÇÕES

O critério da “universalidade”, segundo o qual se teria de julgar a viabilidade da alternativa socialista, foi introduzido em A ideologia alemã e nunca seria abandonado por Marx e Engels. Por isso mesmo eles afirmaram que “os povos dominantes, todos e de uma só vez e simultaneamente” teriam que embarcar na via para o socialismo como forma de assegurar um resultado positivo pressupondo o desenvolvimento universal das forças produtivas e o intercuro mundial a elas articulado. Fica, portanto, impossível sustentar a ideia — não apenas à luz do colapso catastrófico do sistema soviético, mas também à de qualquer escrutínio sério dos desenvolvimentos pós-revolucionários — de que a conhecida estratégia de Stalin do “socialismo em um só país” tivesse tido qualquer chance de ser realizada (MÉSZÁROS, 2011, p. 1294-1296).

Tendo como base as evidências e as análises sistematizadas no segundo capítulo, acerca das reformas empreendidas a partir de 1990, será investigado agora o sentido das transformações econômico-sociais em curso. Para tanto, esse terceiro capítulo será dividido em três seções, a saber: (i) as distintas fases do período aberto em 1990; (ii) as três principais linhas interpretativas presentes na bibliografia especializada a respeito do sentido dessa etapa histórica; e (iii) a sustentação da tese dessa pesquisa segundo a qual existe um impasse no processo de restauração do capitalismo em Cuba.

3.1. As diferentes fases do período de abertura ao capitalismo

O processo de transformações econômico-sociais inaugurado no início da década de noventa em Cuba, decorrente da introdução gradual e controlada de relações capitalistas, não cessou até a atualidade. Em uma avaliação retrospectiva, pode-se inferir, a partir do conjunto de evidências identificadas e analisadas no segundo capítulo, que, com as reformas implementadas, a estrutura econômica passou a ser caracterizada pela dualidade das formas e atividades, a qual se manifesta no crescente contraste entre o setor estatal (majoritário) e o privado (em expansão). O polo dinâmico da economia se deslocou, progressivamente, para o turismo internacional, os investimentos externos diretos e a expansão dos pequenos negócios privados.

Não houve, porém, desenvolvimento linear, isto é, sem impasses e inflexões. Existiram diferentes fases neste processo histórico inconcluso, expressando distintas orientações de política econômica diante das contradições suscitadas pelas transformações ocorridas.

Seguindo a proposta de periodização do pesquisador cubano Juan Triana Cordoví¹⁵⁹ (2012), podemos dividir a etapa de mudanças aberta em 1990 em três fases, a saber: *a primeira* (1990-2003) se define pela introdução de relevantes reformas econômico-institucionais de caráter capitalista, sendo que as principais mudanças se concentraram entre os anos de 1990 e 1996; *a segunda* (2003-2007) se caracteriza pelo reforço de mecanismos de centralização do manejo econômico e pela redução do peso do setor privado na economia; *a terceira* (2007 em diante) é marcada pela retomada e aprofundamento das mudanças estruturais iniciadas na década de noventa.

A despeito de seus elementos divergentes, há entre as três fases identificadas um fio condutor que as interliga: o novo e significativo papel desempenhado pelo setor privado na economia. Na primeira fase, ocorreu o avanço da descentralização da gestão econômica (fim do monopólio estatal do comércio exterior e afrouxamento dos instrumentos de planificação centralizada) e o início da abertura a formas econômicas não-estatais (associações com o capital estrangeiro, companhias comerciais estrangeiras operando na economia nacional e, principalmente, o relançamento do trabalho por conta própria e a distribuição de terras a pequenos camponeses e a cooperativas em caráter de usufruto).

Na segunda fase, o governo cubano fortaleceu os mecanismos de centralização econômica (redução das associações com o capital estrangeiro, forte controle sobre os pequenos negócios legalizados, entre outras medidas) e reforçou os laços comerciais com a Venezuela e a China. A terceira fase, por sua vez, está associada à chegada de Raúl Castro à Presidência e se define pela orientação estratégica de retomada e ampliação da abertura capitalista, com a adoção de novas reformas.

¹⁵⁹ Juan Triana Cordoví é doutor em Ciências Econômicas e professor titular do Centro de Estudos da Economia Cubana. Sua atividade científica e investigativa se concentra no estudo dos problemas do desenvolvimento e do crescimento econômico, com ênfase na economia cubana.

Em termos de resultado econômico, a primeira fase foi uma combinação de crise e crescimento no contexto de mudanças estruturais ocorridas com o surgimento e consolidação de novos setores e relações econômicas de natureza capitalista (turismo, biotecnologia, níquel, telecomunicações e extração de petróleo). Após 1994, a economia logrou recuperar capacidade de crescimento, e ocorreu relativa melhora no consumo individual.

A segunda foi, de todas, a mais dinâmica em termos de crescimento. Houve significativos investimentos em educação e saúde, e depois no setor energético. Por outro lado, ocorreram rupturas de algumas cadeias produtivas criadas na fase anterior e uma considerável descapitalização de boa parte do parque industrial. Neste momento, se deu também o rompimento da disciplina monetária em torno da relação dólar/peso cubano conversível, o que levou a uma crise de pagamentos em 2008.

De acordo com Cordova (2012), nessa fase houve uma desvinculação entre os bons resultados macroeconômicos e a melhora do nível de vida da população, medido em capacidade aquisitiva e incremento do consumo individual. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a importância dos acordos econômicos com a Venezuela e a China, os quais foram vitais para o melhor desempenho econômico verificado nesse período.

A terceira fase se caracteriza, em termos de desempenho econômico, pelas baixas taxas de crescimento e pela recomposição das contas externas do país. Segundo o autor, diferentemente da primeira fase, na qual o fator externo — a desaparecimento do Bloco Soviético — foi o fator chave a ser enfrentado, os principais obstáculos na atualidade são internos, estando ligados à necessidade de elevar substancialmente a produtividade e a eficiência da economia em seu conjunto.

De acordo com Cordoví (2012), o governo cubano chegou à conclusão de que o modelo “socialista” que se estruturou depois de 1959 passou a ser inviável, não só do ponto de vista econômico, mas também social e politicamente. Assim, operou-se uma mudança dos argumentos político-ideológicos oficiais que sustentam as reformas de abertura capitalista. Nas duas primeiras fases, as reformas eram vistas como um recuo indesejável mas necessário (diversas declarações de Fidel Castro, citadas no capítulo anterior, atestam isso). A partir de 2008, com a posse de Raúl Castro, elas passaram a ser defendidas como vitais e desejáveis diante da

disfuncionalidade do sistema tradicional. Sobre esse ponto, discorre Cordoví (2012, p. 84-85):

Enquanto entre 1990 e 1999, formas não-estatais foram aceitas como um "mal necessário" que poderia ser eliminado quando a situação melhorasse (algo que parecia ocorrer no período 2001-2007), hoje, desde a mais alta liderança do Partido Comunista de Cuba (PCC) e do Estado, procuram legitimar, não apenas no campo jurídico, mas também no comportamento cotidiano, essas diferentes formas de propriedade, e consequentemente estabelece-se uma política para sua promoção e um arcabouço legal, mesmo imperfeito e incompleto, que dá suporte e define limites relativamente claros (tradução nossa¹⁶⁰).

Uma visão global do processo permite identificar que os elementos de continuidade prevaleceram sobre os de descontinuidade durante a sucessão das três fases referidas. Na década de noventa, foram estabelecidas as bases fundamentais do processo reformista. Entre 2003 e 2007, esses novos pilares foram preservados, ainda que tenha havido uma política de congelamento e, em alguns setores, de reversão parcial das mudanças promovidas no período anterior.

A partir de 2008, as transformações são reativadas e aprofundadas, e — não menos importante — o governo cubano confere a elas uma nova valoração político-ideológica: as relações capitalistas introduzidas deixam de ser compreendidas como um “mal necessário” ou um “recuo temporário” e passam a ser defendidas como um fator estratégico positivo para a atualização do modelo “socialista” cubano¹⁶¹. Segundo o discurso oficial vigente, em um sistema no qual predomínio do setor estatal deve ser assegurado, o setor privado da economia cumpre um papel indispensável ao desenvolvimento nacional.

¹⁶⁰ No original: “Mientras que entre 1990 y 1999 se aceptaron las formas no estatales como un «mal necesario» que podría ser eliminado cuando la situación mejorara (algo que pareció ocurrir en el periodo 2001-2007), hoy, desde la más alta dirección del Partido Comunista de Cuba (PCC) y desde el Estado se busca legitimar, no solo en el ámbito legal sino también en el comportamiento cotidiano, esas diferentes formas de propiedad, y en consecuencia se establece una política para su fomento y un marco legal, aun imperfecto e incompleto, que le da apoyo y establece límites relativamente claros”.

¹⁶¹ A mudança no discurso oficial se revela também no tratamento conferido à idéia de “socialismo”, a qual deixa de significar igualdade real de condições econômico-sociais e passa a expressar igualdade formal de direitos e “oportunidades”. Nas palavras de Raul Castro: “Socialismo significa justiça social e igualdade, mas igualdade de direitos, de oportunidades, não de renda. Igualdade não é igualitarismo. Esse, em última instância, é também uma forma de exploração: a do bom trabalhador pelo do que não é, ou pior ainda, pelo vagabundo” (CASTRO, 2008, apud BANDEIRA, 2009, p. 708, tradução nossa).

3.2. As três principais linhas interpretativas

A análise da bibliografia especializada acerca das transformações econômico-sociais em Cuba a partir do anos noventa permite dividir as posições a respeito da atribuição de sentido ao processo de reformas em três linhas interpretativas principais, a saber: (i) a que considera que não há um processo de transição ao capitalismo e que as reformas apenas ajustam e atualizam o modelo socialista cubano — leitura que está, de modo geral, alinhada à posição oficial do governo —; (ii) a que considera que as reformas implementadas, embora valoradas positivamente, são insuficientes para a mudança capitalista mais de fundo que a economia necessitaria — essa interpretação, em geral, localiza-se na matriz teórica liberal; e (iii) a que caracteriza que há em curso um processo de transição ao capitalismo, na medida em que as reformas se orientam no sentido de uma mudança qualitativa na formação socioeconômica do país — essa leitura está geralmente associada à interpretação marxista crítica.

No interior de cada um desses três grandes grupos, há inúmeras nuances de análise e diferenças parciais de diagnóstico entre os autores e autoras¹⁶². Contudo, a diversidade de posições dentro de cada linha interpretativa não extrapola a identidade fundamental que os caracteriza e os singulariza. Sendo assim, serão colocados em relevo os principais elementos distintivos de um cada dos três grupos:

1. Segundo a vertente que avalia que não há um processo de transição ao sistema capitalista, o processo de atualização do modelo socialista incorpora elementos de mercado a fim de promover o desenvolvimento econômico, sem romper, porém, com a base fundamental do sistema socioeconômico estabelecido pela Revolução de 1959¹⁶³. Além disso, considera como necessária e positiva a

¹⁶² A opção foi de se ater à avaliação das três vertentes, sem desenvolver os diferentes enfoques e nuances de análise existentes dentro de cada grupo, considerando que o interesse primordial neste capítulo é extrair os critérios e posições principais acerca da interpretação de sentido do processo de transformações em Cuba.

¹⁶³ Neste grupo, existem inúmeras diferenças, como, por exemplo, entre os autores que advogam uma ampliação mais significativa do setor capitalista — ver Carranza, J.; Gutiérrez, L.; Monreal, P. (1995) — e os que são favoráveis à manutenção de limites e controles mais rígidos às relações privadas existentes — ver Rodríguez (1989; 1999; 2007; 2014; 2018).

manutenção da hegemonia do setor estatal na economia, bem como classifica a realidade econômico-social cubana como socialista¹⁶⁴.

2. Para o grupo que avalia que é preciso implementar reformas capitalistas mais amplas e profundas, a fim de promover uma transformação substancial na economia — que seria condição indispensável para um crescimento econômico mais dinâmico e sustentável —, as mudanças introduzidas em Cuba não alteraram, até aqui, a estrutura fundamental do sistema econômico fundado pela Revolução. Além disso, considera como necessário e positivo que o setor privado passe a ser majoritário, assim como classifica o sistema econômico-social existente em Cuba como socialista ou *híbrido*.

3. De acordo com a vertente que avalia que há um processo de transição ao capitalismo, a formação socioeconômica de Cuba, na atualidade, caracteriza-se pelo seu caráter dual (capitalista e não-capitalista), sendo que não há harmonia na interação entre esses dois polos, ao contrário, eles se conectam pelo conflito desigual de forças, por meio do qual o setor privado vem ganhando cada vez mais espaço¹⁶⁵. Além disso, caracteriza que o sentido do processo é o da restauração capitalista e ressalta as características burocráticas da gestão econômica.

Com intuito de apresentar, sinteticamente, os argumentos centrais de cada um desses três grupos, elegeu-se um autor representativo de cada posição. Para a primeira linha interpretativa, será colocada em relevo a posição de José Luiz Rodríguez¹⁶⁶; à segunda, será exposta a argumentação Carmelo Mesa-Lago¹⁶⁷; e,

¹⁶⁴ Sobre textos representativos que expressam essa linha interpretativa, ver: Sader (2001) e Vascós (2007).

¹⁶⁵ Neste grupo, existem diferenças entre autores que avaliam que o ponto nodal, em que economia cubana passaria a ser considerada, no essencial, como capitalista, estaria muito próximo — ver Yunes (2011) —, e os que afirmam que há uma distância maior para se alcançar essa mudança substancial — Farber (2011) e Bandeira (2009).

¹⁶⁶ José Luis Rodríguez García é licenciado em Economia e Doutor em Ciências Econômicas. Foi ministro de Economia e Planificação de Cuba durante a maior parte do denominado Período Especial (1995-2009). Foi, além disso, vice-presidente do Conselho de Ministros e membro do Conselho de Estado. É especialista em economia cubana e relações econômicas internacionais, temas em relação aos quais tem grande número de publicações em Cuba e no exterior.

¹⁶⁷ Carmelo Mesa-Lago nasceu em Cuba, em 1934, e é Professor Emérito de Estudos Econômicos e Latino-americanos da Universidade de Pittsburgh (EUA). É autor de 92 livros e 300 artigos publicados em sete línguas em 34 países. É especialista em economia cubana.

por fim, à terceira, será evidenciada a interpretação de Samuel Farber¹⁶⁸. Os três autores são referências internacionais tanto na literatura especializada sobre as transformações econômico-sociais em Cuba, como em relação à linha interpretativa específica que cada qual advoga, tendo sido esse o critério fundamental para a escolha deles.

Será abordada, primeiramente, a chave interpretativa representada por José Luiz Rodríguez. Questionado sobre o motivo pelo qual o governo cubano qualifica o processo de mudanças de “atualização” e não de reforma econômica, Rodríguez (2014) afirma haver duas razões para isso: de um lado, porque se quer enfatizar que todas as mudanças supõem a permanência do modelo socialista, que é qualificado também de “socialismo possível”, por outro, porque se pretende tomar distância das reformas, que, segundo ele, em nome de aperfeiçoar o socialismo, levaram à sua desapareção no Leste Europeu. Se se rejeita o processo ocorrido no extinto bloco soviético, qual seria precisamente o modelo econômico almejado? Para onde vai Cuba? O ex-ministro da economia responde:

O modelo do socialismo cubano escolhido envolve a melhoria da sociedade que foi construída até agora e tem várias características fundamentais que reiteram sua matriz socialista.

Em primeiro lugar, a propriedade social sobre os meios fundamentais de produção é mantida — isto é, aqueles que são decisivos para o desenvolvimento do país. Limites são estabelecidos para o desenvolvimento de propriedades não-estatais, reduzindo sua capacidade de acumulação e garantindo o fornecimento de serviços sociais básicos universais e gratuitos.

Ao mesmo tempo, abrem-se espaços para pequenas propriedades privadas — como autônomo ou trabalho por conta própria —, propriedades cooperativas agrícolas e não-agrícolas e empresas mistas com capital estrangeiro. Isso se baseia no conceito de que outras formas de propriedade não-estatal podem contribuir para o desenvolvimento do país, sem predominar e se são adequadamente

¹⁶⁸ Samuel Farber nasceu e cresceu em Havana. Em 1958, emigrou para os Estados Unidos. Atualmente é Professor Emérito de Ciências Políticas na *Brooklyn College of the City University of New York*. Farber é especialista em história da Revolução Cubana, tendo escrito diversos livros sobre o tema, como, por exemplo, *Revolution and Reaction in Cuba, 1933-1960* (Wesleyan University Press, 1976) and *The Origins of the Cuban Revolution Reconsidered* (University of North Carolina Press, 2006). Ele é também autor de *Before Stalinism: The Rise and Fall of Soviet Democracy* (Polity/Verso, 1990) e *Social Decay and Transformation: A View From The Left* (Lexington Books, 2000).

canalizadas, ou seja, sem que se convertam em preponderantes (RODRÍGUEZ, 2014, tradução nossa¹⁶⁹).

O autor admite que se deram transformações econômico-sociais significativas em Cuba, no sentido da abertura ao mercado, mas alega que o predomínio absoluto da propriedade estatal não poderia assegurar o êxito do socialismo, que, na ilha, de acordo com ele, se encontraria em fase de construção. Por outro lado, Rodríguez (2014, tradução nossa) afirma que “durante anos se tratou de seguir esse caminho e o balanço não tem sido favorável”. Ele sustenta, também, que a teoria marxista chegou à conclusão de que a existência de relações de mercado no socialismo obedece a um determinado grau de desenvolvimento econômico no qual não é possível socializar, de modo direto, o trabalho individual dos produtores, sendo necessário, por conseguinte, categorias mercantis para fazê-lo.

O economista cubano argumenta que a admissão de formas econômicas privadas é condição para alcançar um desenvolvimento mais racional. Entretanto, afirma que essa abertura ao capitalismo impõe a necessidade de monitoramento e controle sociais a fim de compensar os efeitos socialmente negativos desencadeados pelas relações de mercado. Rodríguez (2014, tradução nossa) vincula a adoção de relações capitalistas à condição de subdesenvolvimento da ilha: “em nossas condições, isto é o que pode nos assegurar um desenvolvimento socialista possível de acordo com as circunstâncias de subdesenvolvimento em que opera nossa economia”.

O autor rejeita a ideia que esteja se formando um “socialismo de mercado” em Cuba e faz uma interessante avaliação do processo de restauração do capitalismo no Leste Europeu:

¹⁶⁹ No original: “El modelo del socialismo cubano elegido supone el perfeccionamiento de la sociedad que se ha construido hasta aquí y tiene varios rasgos fundamentales que reiteran su matriz socialista.

En primer lugar se mantiene la propiedad social sobre los medios de producción fundamentales — es decir — los que resultan determinantes para el desarrollo del país. Se establecen límites al desenvolvimiento de la propiedad no estatal al reducir su capacidad de acumulación y se asegura la prestación de servicios sociales básicos universal y gratuitamente.

Al mismo tiempo, se abren espacios a la pequeña propiedad privada - como autoempleo o trabajo por cuenta propia -, la propiedad cooperativa agropecuaria y no agropecuaria y las empresas mixtas con capital extranjero. Se parte así del concepto que otras formas de propiedad no estatal pueden contribuir al desarrollo del país, sin ser predominantes y si se les encauza adecuadamente, es decir, sin que se conviertan en preponderantes”.

[...] Quem estuda a evolução histórica das experiências do chamado socialismo real entenderá claramente que não estamos propondo um socialismo de mercado.

Esse foi um apelo para qualificar as reformas econômicas empreendidas nos anos 60 do século passado, que levaram a uma ampla introdução de mecanismos de mercado em países como a Iugoslávia, a Hungria e também na URSS com a Perestroika. Essas reformas significaram que o mercado em seu desempenho não era de todo contraditório com o socialismo, de modo que a presença desses mecanismos para tornar a gestão econômica mais “eficiente” foi crescentemente ampliada, sem levar em conta a conotação social dos mesmos, e sem monitorar e compensar seus efeitos perversos. A história mostrou que do socialismo de mercado permaneceu apenas o mercado, sem o socialismo (RODRÍGUEZ, 2014, tradução nossa¹⁷⁰).

Rodríguez (2014) constata, ainda, que a chamada “cubanologia” (intelectuais especialistas no estudo da economia cubana vinculados à matriz teórica liberal) critica o governo da ilha por não levar as relações de mercado às últimas consequências, bloqueando, deste modo, a restauração do capitalismo. Quando perguntado sobre a possibilidade de impor um ritmo mais acelerado às transformações de abertura capitalista, ele responde:

Não se pode perder de vista que — depois de muitos anos do Período Especial — as expectativas da população são muitas e em muitos casos muito intensas. No entanto, a magnitude das mudanças necessárias no funcionamento da economia para atender às necessidades da população é de grande extensão e complexidade. Trata-se, inclusive, de implementar medidas sobre as quais não há experiências em nosso meio, portanto, é necessário um período experimental para validá-las e até para avaliar não apenas seu impacto econômico, mas também sociopolítico, dada a grande importância dos fatores subjetivos nesse processo.

Uma decisão precipitada nesse sentido pode comprometer o processo de atualização. Isso não significa que não se avance em tudo o que for possível e que não se comprometa com os objetivos estratégicos a serem alcançados. Por exemplo, foram tomadas decisões que flexibilizam a venda de casas particulares, o acesso a instalações turísticas internacionais e a reconstrução de

¹⁷⁰ No original: “[...] cualquiera que estudie la evolución histórica de las experiencias del llamado socialismo real claramente entenderá que nosotros no nos estamos proponiendo un socialismo de mercado.

Esta fue una apelación para calificar las reformas económicas emprendidas en los años 60 del pasado siglo, que propiciaron una amplia introducción de mecanismos de mercado en países como Yugoslavia, Hungría y también en la URSS con la Perestroika. Esas reformas suponían que el mercado en su actuación no era para nada contradictorio con el socialismo, por lo que se amplió cada vez más la presencia de esos mecanismos para hacer más “eficiente” la gestión económica, sin tomar en cuenta la connotación social de los mismos y sin monitorear y compensar sus efectos perversos. La historia demostró que del socialismo de mercado quedó solo el mercado sin socialismo”.

aposentados, que também podem receber um salário sem perder sua pensão.

Em resumo, a declaração do presidente Raúl Castro de avançar sem pressa mas sem pausa, acho que é totalmente válida (RODRÍGUEZ, 2014, tradução nossa¹⁷¹).

Agora, será posta em relevo a segunda linha interpretativa, reunida em torno da crítica liberal. Carmelo Mesa-Lago (2014) considera que as reformas levadas a cabo, desde 1990, representam um avanço para a ilha e são positivas em seus aspectos gerais. Ele ressalta a relevância das mudanças promovidas no governo de Raúl Castro, como o estabelecimento do microcrédito, a abertura de contas bancárias e de mercados atacadistas para o setor não-estatal, a permissão para venda de imóveis, o reconhecimento dos direitos de herança dos usufrutuários e proprietários de casas, entre outras alterações que se somaram à ampliação prévia do setor não-estatal no campo e nas cidades.

O autor assinala que as reformas são orientadas ao mercado e apresenta exemplos: no comércio de casas e nos negócios baseados no trabalho por conta própria, os preços são formados pela lei da oferta e da demanda; os donos dos pequenos negócios legalizados organizam seu trabalho tendo como finalidade o lucro, e há competição entre eles. Contudo, Mesa-Lago (2014) observa que não foram feitas mudanças mais estruturais, como a reforma integral do sistema de preços, a eliminação da dualidade monetária, o estabelecimento de uma taxa de câmbio realista e a reestruturação do sistema bancário.

O economista avalia que as reformas estão sendo implementadas de forma demasiadamente lenta e que não estão sendo atingidos os resultados propostos. Segundo ele, há expressiva diferença entre as mudanças promovidas na ilha e

¹⁷¹ No original: “No puede perderse de vista que — luego de muchos años de Período Especial — las expectativas de la población son muchas y en muchos casos muy intensas. Sin embargo, la magnitud de los cambios que se requieren en el funcionamiento de la economía para satisfacer las necesidades de la población son de una gran magnitud y complejidad. Se trata incluso de implementar medidas sobre las cuales no existen experiencias en nuestro medio, por lo que se requiere un periodo de prueba para validarlas e incluso valorar no solo su impacto económico, sino también sociopolítico, habida cuenta de la gran importancia de los factores subjetivos en este proceso.

Una decisión precipitada en este sentido puede comprometer el proceso de actualización. Esto no significa que no se avance en todo lo que sea posible y que no comprometa los objetivos estratégicos a alcanzar. Por ejemplo, se han adoptado decisiones que flexibilizan la venta de viviendas particulares, el acceso a instalaciones turísticas internacionales y se admite la recontratación de jubilados que pueden -además- cobrar un salario sin perder su pensión.

En síntesis, la afirmación del Presidente Raúl Castro de avanzar sin prisas pero sin pausas, pienso que tiene total validez”.

aquelas aplicadas na China e no Vietnã, tanto do ponto de vista da profundidade como do alcance delas. Curiosamente, o posicionamento de Mesa-Lago (2014, p. 66, tradução nossa) coincide — não obstante atribua outro juízo de valor ao processo — com a visão de José Luiz Rodríguez no tocante à apreciação de que o modelo econômico está sendo atualizado e não transformado: “O modelo econômico cubano não está sendo transformado, mas atualizado gradualmente, preservando a supremacia do plano central e da propriedade estatal sobre o mercado e a propriedade não-estatal (embora com a última expandida)”. O autor complementa, sublinhando que o principal obstáculo às mudanças é o próprio modelo vigente:

A atualização do modelo será um processo longo e complexo, o qual não teve sucesso em outros ex-países socialistas, assim como não tem tido em Cuba. Vários componentes-chave das mudanças de Cuba em 2014, nas maiores empresas estatais, foram tentados antes e depois abandonados. Demorou 33 meses para organizar uma equipe para estudar e conceituar a primeira versão do novo modelo. O maior obstáculo às reformas parece ser o modelo em si. Se Cuba seguir um modelo adaptado de “mercado socialista” ou economia mista, como na China e no Vietnã (que têm um setor privado, mercados abertos e investimento estrangeiro, combinado com um plano indicativo e descentralização da tomada de decisões), ele alcançará um crescimento econômico sustentado muito maior do que sob a regra do Partido (MESA-LAGO, 2014, p. 66, tradução nossa¹⁷²).

Mesa-Lago tece inúmeras críticas aos supostos limites das reformas implementadas. No que se refere à reforma agrária, argumenta que é preciso uma segunda lei que conceda a posse das terras aos camponeses e cooperativas sem limite contratual de tempo e que permita que os agricultores decidam livremente o que plantar, para quem vender e o preço dos produtos. No tocante à estrutura ocupacional, o autor defende que ocorra a eliminação de todos os empregos estatais avaliados como “desnecessários” e que se adote uma abrangente flexibilização das leis para alcançar uma expansão substancial do trabalho no setor não-estatal. Sobre este último ponto, Mesa-Lago propõe medidas concretas:

¹⁷² No original: “Updating the model will be a long and complex process which has been unsuccessful in other former socialist countries, as it has in Cuba. Several key components of Cuba’s changes in 2014 in the largest state enterprises were attempted before and then abandoned. It took 33 months to organize a team to study and conceptualize the first version of the new model. The greatest obstacle to the reforms seems to be the model itself. If Cuba were to follow an adapted “socialist market” or mixed economy model, as in China and Vietnam (which have a private sector, open markets and foreign investment, combined with an indicative plan and decentralization of decision making) it would achieve much higher sustained economic growth under the Party rule”.

Para conseguir isso, o Estado deve permitir o trabalho autônomo em empregos qualificados e de alto valor agregado para graduados em universidades, autorizar empresas de médio porte e a propriedade cooperativa de empresas, permitir verdadeira independência das cooperativas, reduzir impostos excessivos sobre trabalhadores não-estatais, suspender medidas governamentais que criam incertezas e expandir o microcrédito e os mercados atacadistas MESA-LAGO, 2014, p. 67, tradução nossa¹⁷³).

No que tange aos serviços sociais, o autor reconhece que o acesso universal e gratuito à educação e à saúde públicas foi mantido na ilha, apesar das dificuldades orçamentárias e da queda qualidade dos serviços prestados à população. De acordo com ele (2014, p. 67, tradução nossa), "Cuba rejeitou as reformas sociais estruturais da região [América Latina] que privatizaram a aposentadoria e os cuidados de saúde, e também evitou a ruptura sino-vietnamita desses sistemas". Mesa-Lago defende que haja reformas que diminuam os gastos sociais, bem como modifiquem seu padrão de alocação, de modo a focar os investimentos nos segmentos sociais mais vulneráveis:

Uma rede de segurança social para proteger os necessitados e vulneráveis deve ser financiada com a receita de uma reforma tributária. A alocação de fundos para a saúde pode ser melhorada com o direcionamento para as necessidades mais essenciais (infraestrutura de água e esgoto, bem como hospitais geriátricos e asilos, em vez de reduzir a já baixa mortalidade infantil). Despesas com educação também poderiam ser reduzidas, eliminando programas caros como as bolsas de estudantes estrangeiros. A lição latino-americana para Cuba não é privatizar as aposentadorias, mas fechar o sistema atual e criar um novo sistema público de previdência para jovens trabalhadores (com contas individuais suplementares), com sólida base atuarial, reservas adequadas e administração eficiente para garantir aposentadorias adequadas no longo prazo e

¹⁷³ No original: "To accomplish this, the state must permit self-employment in skilled, high-value-added jobs for university graduates, authorize medium-sized enterprises and cooperative ownership of businesses, allow true coop independence, reduce excessive taxes on non-state workers, halt government measures that create uncertainty, and expand microcredit and wholesale markets".

fornecer recursos para o investimento produtivo MESA-LAGO, 2014, p. 67, tradução nossa¹⁷⁴).

Na opinião do autor, as reformas pró-capitalistas são limitadas e vagarosas em decorrência da resistência ativa que há em parte da alta burocracia que controla o Estado cubano. Segundo ele, existe um significativo setor da elite dirigente que teme perder poder e privilégios com um processo de abertura ao capitalismo mais amplo e profundo. O conflito que haveria entre distintas alas da liderança do Partido Comunista Cubano, opondo um setor mais conservador a outro mais reformista, levou, de acordo com ele, a um compromisso de poder precário que produziu um modelo econômico híbrido, incapaz de promover crescimento econômico elevado e melhora no padrão de vida da população.

Por último, será colocada em relevo a terceira linha interpretativa, representada por Samuel Farber (2011). Para ele, existe uma lenta e gradual transição ao capitalismo em Cuba, que se difere de outras experiências, como a soviética, a chinesa e a vietnamita, ainda que tenha aspectos em comum com elas¹⁷⁵. Cuba estaria inaugurando, na opinião do autor, uma forma particular de transição. Enquanto no Leste Europeu o processo de restauração foi caracterizado pela “terapia de choque”, com o desmonte do Estado de bem-estar social e privatizações generalizadas, na ilha o processo ocorre sob o rígido controle do regime, que ainda mantém as rédeas da economia, na forma de um “Capitalismo de Estado” que busca preservar o essencial da rede de serviços sociais.

Na China e no Vietnã, onde, à semelhança da ilha, não ocorreu o colapso dos regimes políticos, as reformas provocaram uma mudança qualitativa na estrutura econômico-social, uma vez que houve o reestabelecimento de uma classe burguesa

¹⁷⁴ No original: “A social safety net to protect the needy and vulnerable should be financed with tax-reform revenue. Allocation of health funds could improve targeting the most essential needs (water and sewage infrastructure, as well as geriatric hospitals and asylums, instead of reducing the already quite low infant mortality). Education expenses could also be reduced, eliminating costly programs such as foreign student fellowships. The Latin American lesson for Cuba is not to privatize pensions but to close the current system and create a new funded public pension system for young workers (with supplementary individual accounts), with a solid actuarial base, appropriate reserves and efficient administration in order to ensure adequate pensions in the long run and provide resources for productive investment”.

¹⁷⁵ Luiz Alberto Moniz Bandeira (2009, p. 739) também considera que a década de noventa abriu um período de transição ao capitalismo: “Por contar ainda com a confiança e o apoio de grande parte da população, Castro, em face da *débacle* do comunismo no Leste Europeu e das terríveis circunstâncias em que Cuba se precipitara, compreender que o melhor seus habilmente administrar, ele próprio, de forma vagarosa, gradual e segura, o retorno ao capitalismo. Este retrocesso se tornara inelutável”.

proprietária nativa. Em Cuba, embora tenha sido autorizada uma enorme variedade de pequenos negócios, terras tenham sido distribuídas para a posse privada (cooperativas e pequenos agricultores) e haja abertura para o capital estrangeiro, não ocorreu a formação de uma classe de grandes empresários capitalistas nativos, o que pressuporia a legalização da grande propriedade privada dos meios de produção.

Para Farber, na medida em que não se formou essa nova classe dominante em conceituação marxista — o que exigiria uma mudança substancial nas relações de propriedade —, não houve (ainda) o “salto de qualidade” no processo de restauração capitalista. Em que pesem o caráter dual da economia e a dinâmica de avanço das relações capitalistas no último período histórico, as formas privadas se restringem à pequena propriedade e à participação do capital estrangeiro em alguns setores (geralmente em associação com empresas estatais)¹⁷⁶.

O autor relaciona o processo de transição ao capitalismo em Cuba às distorções burocráticas da administração estatal, bem como ao caráter subdesenvolvido da economia. Segundo sua avaliação, o sistema burocrático de gestão da economia se tornou particularmente prejudicial após o fim do Bloco Soviético. Em uma sociedade em que a propriedade privada dos meios de produção é a forma minoritária na economia, o excedente econômico não é extraído, predominantemente, na forma de lucros advindos de empresas individuais, assim como não é realizado, majoritariamente, mediante o mercado. Em realidade, o excedente é obtido como mais-valor produzido pelo conjunto do trabalho social, de modo que o excedente, em grande medida, é apropriado diretamente, por meio do controle hegemônico do Estado sobre a economia. De acordo o autor, nesse sistema, os altos salários da burocracia estatal cubana constituem uma forma de distribuição desse excedente.

¹⁷⁶ A respeito do caráter dual da economia cubana a partir dos anos noventa, avalia Marcelo Yunes (2011, p. 36): “No tiene nada de extraño: por un lado, con un salario derrumbado en términos internacionales, cualquier chuchería o servicio pagado por los turistas en dólares o euros equivale a uno, o varios, sueldos mensuales. Y por el otro, que ciertas actividades comerciales sean ilegales no representa el menor disuasivo para una sociedad acostumbrada a que todo — el salario, los precios, los discursos del PCC, la información pública, el acceso a bienes y servicios — tiene una doble vida y un doble circuito: el oficial y el real. Tal fue el resultado de la primera oleada de ‘liberalización’ de la economía, que incluyó precisamente a los servicios turísticos, bajo el imperio de la necesidad de divisas. La dualidad monetaria no es más que un reflejo de que la economía cubana entera es ‘mixta’, en el sentido de que una parte se rige directamente por el mercado y otra, de manera cada vez más distorsionada, por una planificación que hace agua por todos lados.”

O controle burocrático gera ademais, ainda segundo Farber (2011), outras graves distorções econômicas: fábricas ineficientes inflam suas despesas para receber mais verbas do governo, e a generalizada falta de atenção com os custos provocam desperdícios em larga escala. A ineficiência e o desperdício que caracterizam muitas das atividades econômicas estatais em Cuba são explicadas, pelo governo, em razão de uma suposta ausência de “cultura de trabalho” e não em decorrência da forma como é gerido o sistema econômico. O autor, também contrário à compreensão da crítica liberal, não considera a forma estatal como um problema em si, mas a falta de controle social e democrático sobre ela.

A centralização burocrática produz, segundo ele, ineficiência produtiva, desperdício, baixa qualidade e pouquíssima variedade de produtos para a população. Enquanto o setor estatal está marcado por essa condição, o setor privado (incluindo aí as empresas mistas) adquire vantagens comparativas pelo seu maior dinamismo e adaptabilidade, o que agravaria as contradições entre os dois polos díspares do conjunto econômico.

Farber (2011) reconhece que Cuba foi afetada por limitações específicas geradas pela divisão internacional do trabalho e pela condição histórica de subdesenvolvimento econômico. Para ele, esses problemas não explodiram antes dos anos noventa por conta dos subsídios e financiamento soviéticos. Na atual fase de transição ao capitalismo, as características burocráticas da gestão econômica, associadas ao subdesenvolvimento estrutural, assumiriam um papel particularmente nocivo.

3.3. O impasse no processo de restauração

Há dois aspectos em relação aos quais as três linhas interpretativas tratadas na seção anterior convergem: (i) a existência de um processo de abertura controlada às relações capitalistas em Cuba, a partir de 1990; (ii) a coexistência de características “socialistas” e capitalistas na economia cubana desde então.

Contudo, a maior parte da dificuldade para o diagnóstico (que está na base das diferenças apresentadas) consiste em *medir* a proporção em que se combinam os elementos não-capitalistas e os capitalistas na formação socioeconômica

concreta, em *atribuir* sentido ao processo geral deflagrado no princípio da década de 1990 e em *caracterizar* o estágio em que se encontram as transformações em curso.

José Luiz Rodríguez (2014) e Carmelo Mesa-Lago (2014) concordam no diagnóstico de que não há uma transição para um novo modelo econômico. Porém, enquanto Rodríguez aprecia positivamente essa conclusão, defendendo a manutenção do modelo “socialista” cubano, Mesa-Lago a considera negativamente, sendo contra a preservação desse sistema. De modo semelhante, os dois autores convergem na caracterização de que os elementos capitalistas presentes na economia conformam um polo minoritário e subordinado ao setor estatal majoritário, mas discordam da valoração acerca dessa análise (Rodríguez confere um sinal positivo a ela e Mesa-Lago um negativo). Além disso, ambos preferem denominar as mudanças em curso de “atualização” e não de “transformação” do tradicional modelo “socialista”.

Em contraste com essas duas linhas interpretativas, Samuel Farber (2011) identifica que há, sim, um processo de transição de modelo em curso, embora registre que as reformas aplicadas não tenham produzido, ainda, uma transformação substancial na formação socioeconômica cubana. Farber tece uma crítica tanto ao modelo “socialista” cubano (defendido por Rodríguez), especialmente por seu caráter eminentemente burocrático, quanto à promessa de que a restauração capitalista completa conduzirá a um acelerado desenvolvimento econômico e social da ilha (defendida por Mesa-Lago).

A avaliação desta pesquisa — referendada pelo conjunto de evidências e análises sistematizadas nas cinco seções do segundo capítulo — compartilha a linha interpretativa de Samuel Farber, segundo a qual o sentido do processo de transformações socioeconômicas em Cuba é o da restauração do capitalismo. Essa conclusão se fundamenta em dois argumentos principais: (i) a subordinação da economia cubana à economia mundial capitalista; (ii) o avanço das relações capitalistas no interior da ilha desde 1990. A seguir serão detalhados esses dois argumentos.

1. Até 1990, a ampla maioria das relações econômicas externas de Cuba era com o Bloco dos países soviéticos¹⁷⁷. O desaparecimento desse Bloco acarretou

¹⁷⁷ Sobre a elevado grau de dependência de Cuba em relação ao Bloco Soviético, ver seção 1.3 e subseção 2.1.1.

uma mudança radical na década de noventa: em condições particularmente adversas, o país, a fim de subsistir economicamente, foi obrigado a adotar um padrão de inserção dependente e periférico no contexto da hegemonia neoliberal na América Latina e no Caribe¹⁷⁸. Com isso, Cuba ficou atada ao mercado mundial: a economia mundial capitalista (totalidade) passou a subsumir a economia cubana (parte) de forma direta e abrangente, provocando — *de fora para dentro* — a expansão das formas capitalistas na ilha¹⁷⁹.

Os investimentos externos diretos no turismo, na produção de níquel e em outros ramos industriais, conformam um poderoso mecanismo por intermédio do qual o grande capital internacional penetra e amplifica as relações capitalistas em Cuba¹⁸⁰. Além disso, a ilha é compelida, para financiar suas importações básicas, a recorrer a empréstimos no mercado financeiro internacional¹⁸¹. Também mediante esse elo — a dívida externa —, o capital financeiro global submete economicamente o país.

Em síntese, por meio de mecanismos variados, as determinações da economia mundial se convertem em um potente e eficiente *vetor externo* de restauração do capitalismo.

2. Entre 1990 e 2018, as relações capitalistas cresceram, se desenvolveram e se consolidaram — ainda que não constituam, por enquanto, a forma preponderante na economia cubana¹⁸². Apesar das diferentes fases existentes no processo e das variações da política econômica nas últimas três décadas¹⁸³, a abertura ao capitalismo, por intermédio da autorização de modalidades de trabalho por conta própria e de pequenos negócios privados¹⁸⁴, do estabelecimento de cooperativas agrícolas e não-agrícolas¹⁸⁵, da ampla concessão de terras agricultáveis em forma

¹⁷⁸ Sobre a inserção de Cuba no mercado mundial na década de noventa, ver subseção 2.1.3.

¹⁷⁹ Sobre as mudanças no comércio exterior cubano entre 1990 e 2008, ver subseção 2.3.2.

¹⁸⁰ Sobre as reformas relacionadas ao setor externo e o papel desempenhado pelo capital estrangeiro em Cuba, ver subseções 2.2.1, 2.3.3, 2.3.4 e 2.3.5.

¹⁸¹ Sobre a dívida externa cubana, ver subseções 2.3.3.

¹⁸² Sobre o avanço do setor privado, ver seção 2.3 e subseções 2.5.3. e 3.2.

¹⁸³ Sobre as distintas fase da políticas econômica, ver seção 2.5 e subseção 3.2.

¹⁸⁴ Sobre a expansão do trabalho por conta própria e das micro e pequenas empresas, ver subseções 2.2.4, 2.4.3, 2.5.1 e 2.5.2.

¹⁸⁵ Sobre a autorização de cooperativas não-agrícolas ver subseção 2.5.1.

de usufruto¹⁸⁶ e da legalização de grandes empresas estrangeiras e mistas¹⁸⁷, promoveu uma transformação significativa na formação socioeconômica do país, conferindo a ela um duplo caráter: não-capitalista e capitalista. As alterações constitucionais no regime jurídico de propriedade¹⁸⁸, reconhecendo legalmente diferentes formas da pequena propriedade privada e da grande propriedade estrangeira e mista, bem como a adoção de critérios de mercado para a regulação e a gestão de uma série de atividades econômicas¹⁸⁹, atestam o avanço do sistema capitalista na ilha.

Outra expressão disso se manifesta na redução do papel de planificação centralizada e controle do comércio exterior pelo Estado¹⁹⁰. Para regular e estimular as novas atividades privadas, o governo cubano adotou uma série de reformas de reorganização do aparelho institucional e da estrutura administrativa, financeira, monetária e fiscal¹⁹¹. Todas as reformas e mudanças aqui referidas representam o *vetor interno* de expansão das relações capitalistas em Cuba.

O sentido capitalista das transformações econômico-sociais em curso está determinado, precisamente, pela *fusão* do processo externo com o interno de expansão das relações capitalistas: eles se articulam, se complementam e se retroalimentam, compondo uma *totalidade* especificamente capitalista que entra choque com as bases econômico-sociais construídas pela Revolução Cubana. Portanto, na relação entre os dois polos, não prevalece a harmonia, a conciliação, a complementaridade. Ao inverso, o vínculo entre o setor não-capitalista e o capitalista se define centralmente pela *contradição*, pelo conflito, pela luta.

Na conflagração entre eles, constata-se, por um lado, a expansão e o dinamismo do polo capitalista e, por outro, a resiliência do polo não-capitalista majoritário, em que pese seu progressivo enfraquecimento. A conclusão é que não houve ainda a transformação qualitativa do ponto de vista da formação socioeconômica. O sistema capitalista ainda não prevalece em Cuba, embora essa seja a tendência e a estrutura econômico-social já esteja marcada pela dualidade de

¹⁸⁶ Sobre as reformas e mudanças no campo, ver subseções 2.2.2, 2.3.6, 2.5.1, 2.5.2,

¹⁸⁷ Sobre o papel das empresas estrangeiras e mistas, ver subseções 2.2.1, 2.2.3, 2.3.3 e 2.5.1.

¹⁸⁸ Sobre as reformas no regime de propriedade, ver seção 2.2 e subseção 2.5.1.

¹⁸⁹ Sobre as reformas administrativas e de gestão empresarial ver subseções 2.2.3 e 2.5.1.

¹⁹⁰ Sobre este tema, ver seção 2.2.

¹⁹¹ Sobre as reformas administrativas, financeiras, fiscal e monetárias ver subseções 2.2.3, 2.2.5 e 2.5.1.

formas e processos. Há, portanto, uma *transição inconclusa* ao modo de produção e distribuição capitalista.

Os critérios sugeridos por István Mészáros (2011) e Leon Trotsky (2005) — o primeiro para a definição do sistema capitalista e o segundo para a definição dos pilares do regime social não-capitalista — auxiliam na aferição da natureza da formação socioeconômica cubana.

Segundo Mészáros (2011), o capitalismo é aquela fase particular da produção do capital em que: (i) a produção para a troca (e, desse modo, a dominação do valor de uso pelo valor de troca) é predominante; (ii) a força de trabalho, assim como qualquer outra coisa, é considerada como mercadoria; (iii) a busca pelo lucro é a força reguladora fundamental da produção; (iv) a produção de mais-valor, fundada na separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica; (v) o mais-valor economicamente extraído é apropriado privadamente pelos membros da classe capitalista; e (vi) a produção do capital tende à integração global, por meio do mercado mundial, como um sistema absolutamente interdependente de dominação e subordinação econômica.

Quando se busca enquadrar a realidade contemporânea da formação socioeconômica cubana nos critérios estabelecidos por Mészáros, chega-se à conclusão de que não é possível definir Cuba como um país fundamentalmente capitalista. Nenhuma das seis características definidoras elencadas pelo autor predomina, embora elas operem parcialmente e estejam crescendo ao longo dos anos.

Em mais detalhes: na ilha, a produção para a troca (e assim a dominação do valor de uso pelo valor de troca) não é majoritária — o mercado propriamente capitalista regula apenas uma parte minoritária das relações econômicas; a força de trabalho não é, em sua maior parte, tratada como mercadoria — a maioria de trabalhadores cubanos não vende sua força de trabalho no mercado, sendo que uma parte o faz por intermédio do Estado; a motivação pelo lucro não é o vetor essencial da produção — apenas uma parcela minoritária da economia funciona sob a égide do lucro; a produção de mais-valor assume a forma política por meio do controle econômico hegemônico do Estado (não sendo, portanto, inerentemente econômica), embora os produtores não controlem os meios de produção (em razão do caráter burocrático da gestão econômica); o mais-valor produzido, em grande

medida, não é apropriado privadamente por capitalistas; e, por fim, a produção de capital que se conecta ao mercado mundial é minoritária no país.

Trotsky (2005), por sua vez, define o regime social não-capitalista (“de transição ao socialismo”, em suas palavras) pela existência de três elementos principais: (i) a expropriação da classe burguesa por meio da estatização dos meios de produção; (ii) a planificação centralizada da economia; e (iii) o monopólio estatal do comércio exterior. Segundo ele, na permanência dessas três características, não se pode falar em plena restauração do capitalismo, ainda que o autor considere que, no processo de transição ao socialismo, especialmente nos países “atrasados” — isto é, dependentes —, o regime social estaria necessariamente caracterizado por uma dupla e contraditória natureza (socialista e capitalista).

Conforme argumenta Trotsky, as normas de distribuição capitalistas (e assim os mecanismos da lei do valor) necessariamente persistiriam — em maior ou menor grau, ao lado das relações de propriedade e produção não-capitalistas — até o estabelecimento da transformação socialista em escala internacional. Isso porque, nos países que romperam com o capitalismo, em particular nos países periféricos, a condição de subdesenvolvimento das forças produtivas e da produtividade do trabalho comparativamente ao sistema mundial imperialista hegemônico impediria a supressão total da herança capitalista. O marxista russo também confere destacada importância a um aspecto especificamente político relacionado à base econômica: o Estado protege e estimula quais relações de propriedade e de produção, as capitalistas ou as socialistas?

Observando os critérios sugeridos por Leon Trotsky (2005), tampouco é possível aferir que a restauração capitalista em Cuba deu o “salto de qualidade” a partir do qual se poderia definir o regime socioeconômico cubano como essencialmente capitalista. Por quais motivos? Os principais meios de produção do país seguem sendo estatais, embora o grande capital privado externo tenha avançado por meio das empresas mistas e das empresas cem por cento estrangeiras; a planificação centralizada se mantém como o principal mecanismo de regulação econômica, não obstante tenha sido reduzido seu alcance e força de comando; e, finalmente, apesar do monopólio do comércio exterior ter sido formalmente extinto, o Estado controla a grande maioria das transações comerciais com o mundo externo.

No que se refere ao papel político do Estado, conclui-se que, até agora, a liderança do Partido Comunista Cubano (PCC), que detém o monopólio do poder político na ilha, defende e patrocina as reformas pró-capitalistas *até certos limites cruciais*, como a preservação da propriedade estatal sobre a maioria dos principais meios de produção e distribuição. Embora as reformas constitucionais tenham legalizado formas de propriedade privada, permanece a proibição legal da grande propriedade capitalista nas mãos de cubanos, o que impede a formação de uma classe burguesa em Cuba¹⁹².

Os limites das reformas pró-capitalistas na ilha também se revelam quando comparados às mudanças substanciais ocorridas na China e no Vietnã. Nos dois países, a grande propriedade capitalista foi restaurada prática e legalmente, induzindo, assim, à formação de uma classe burguesa proprietária nativa; a maior parte da produção é motivada pela busca do lucro; a maioria da classe trabalhadora (destituída dos meios de produção) está alocada no setor privado; a planificação centralizada e o controle estatal do comércio exterior foram suplantados pela regulação do mercado (lei do valor); a produção atende às demandas do mercado mundial; entre outros elementos. Na China e no Vietnã, portanto, ao contrário de Cuba, a transformação *de qualidade* já foi efetivada: são países capitalistas, apesar da relevante presença estatal na economia e da preservação dos regimes baseados no monopólio político de um único partido, denominado “comunista”.

Diante das considerações acima, conclui-se que o Estado cubano é *indutor* da transição capitalista deflagrada e, ao mesmo tempo, *obstaculizador* do avanço dela. Cumpre, portanto, um papel sumamente contraditório, que guarda um conflito interno fundamental, uma vez que o choque entre o sentido da *restauração* e a *resistência* da base não-capitalista não cessa por um instante. Há, assim, um evidente *impasse* no transcurso da restauração, que imprime uma característica original ao processo cubano. A tentativa, ao final desta seção, será identificar e explicar as causas fundamentais desse impasse.

O estudo empreendido até aqui permite identificar dois fatores de fundo que explicam o impasse na restauração: (i) o conflito não resolvido do imperialismo norte-americano e da burguesia cubano-americana com o regime cubano — sendo

¹⁹² Sobre o caráter restritivo do regime imposto às pequenas empresas legalizadas em Cuba, ver Ritter (2000).

esse o fator externo mais importante¹⁹³; (ii) o suporte do povo cubano para a preservação das conquistas sociais e democráticas da Revolução de 1959 que subsistem — sendo esse o fator interno mais relevante¹⁹⁴. A seguir, será aprofundada a análise dessas duas causas centrais mapeadas.

1. Diferentemente do que ocorreu com a China a partir de 1978 e com a Rússia e o Vietnã a partir do final dos anos oitenta, os Estados Unidos não chegaram a um acordo com o governo cubano para pôr fim ao bloqueio econômico e iniciar um processo de colaboração econômica¹⁹⁵. Ocorreu o inverso: nos anos noventa e dois mil, o governo estadunidense aprofundou o embargo e patrocinou novas ações para derrubar o regime político cubano e retomar as propriedades expropriadas pela Revolução de 1959. A breve tentativa de estabelecer uma nova estratégia no segundo mandato de Barack Obama foi cancelada por Donald Trump, que retomou e intensificou a linha de hostilidade¹⁹⁶. Com isso, a política norte-americana em relação a Cuba, da década de noventa até a atualidade, manteve-se, no essencial, a mesma do período em que vigorava a Guerra Fria.

Esse fato se explica por duas razões principais: (i) o imperialismo norte-americano nunca abandonou a pretensão de restabelecer a dominação neocolonial que manteve sobre Cuba entre 1898 e 1959, quer dizer, seu objetivo é destruir a independência política do Estado cubano (conquista democrática fundamental da Revolução de 1959, que ainda perdura) e exercer novamente a dominação e exploração econômicas da ilha; (ii) o peso político-econômico da burguesia cubano-americana, que reside em sua maior parte na Flórida e, a partir dessa localização, exerce expressiva influência na política interna norte-americana. O seu intuito declarado é derrubar o regime controlado pelo Partido Comunista Cubano e retomar as propriedades que foram nacionalizadas após 1959. Esta burguesia emigrada mantém o mesmo projeto da classe dominante cubana do período colonial e neocolonial: ser sócia-minoritária da dominação política e econômica da metrópole (no caso, o imperialismo estadunidense).

¹⁹³ Sobre as relações entre os Estados Unidos e Cuba após 1990, ver subseções 2.1.3 e 2.5.3.

¹⁹⁴ A respeito das conquistas sociais vigentes na ilha, ver seção 2.4 e subseção 2.5.2.

¹⁹⁵ Sobre o processo de restauração do capitalismo na China, ver o livro: *Dois revoluções: Rússia e China*, de Perry Anderson (2018).

¹⁹⁶ A respeito da linha de Trump de recrudescimento do embargo, ver artigo: “La estabilidad macroeconómica de Cuba en tiempos de Bolton”, de Pedro Monreal (2019).

A conjugação do programa prevalecente no imperialismo norte-americano com o da burguesia cubano-americana produz um forte entrave à plena restauração do capitalismo em Cuba, pois pressupõe a destruição das conquistas socioeconômicas e democráticas da Revolução que perduram. A sua consecução significaria o fim da independência política do Estado cubano perante os Estados Unidos e a deposição da camada dirigente que controla o regime político (o que é absolutamente inaceitável para a direção do Partido Comunista Cubano), assim como a eliminação de parte considerável dos direitos sociais e econômicos existentes na ilha (o que é amplamente rejeitado pela população cubana).

Ante a estratégia comum do imperialismo estadunidense e da burguesia cubana emigrada, a governo cubano é impelido a *travar* o processo de transição ao capitalismo em seus limites críticos. Sem a preservação do controle estatal majoritário da economia e a proibição da grande propriedade em mãos de cubanos, inevitavelmente haveria a formação de uma base econômica e social capitalista irrefreável, a partir da qual, muito provavelmente, o imperialismo norte-americano e a burguesia emigrada buscariam atingir seus objetivos estratégicos de acumulação capitalista.

A restauração plena do capitalismo em Cuba, em parceria com os Estados Unidos, exigiria — na hipótese de haver um acordo com a liderança política do Partido Comunista Cubano — uma mudança da estratégia norte-americana, o que de certa forma foi tentado por Obama entre 2013 e 2016. O imperialismo estadunidense teria que renunciar ao objetivo de derrubar o regime político cubano e de retomar as propriedades nacionalizadas depois de 1959, bem como pôr fim ao bloqueio econômico, para, assim, iniciar um processo de colaboração econômica similar àquela que foi acordada com os partidos comunistas da China e o Vietnã nas últimas décadas. Ainda que exista um setor importante da classe dominante norte-americana a favor dessa posição, o que vem prevalecendo historicamente é a política de buscar impor uma violenta contrarrevolução socioeconômica e política em Cuba.

2. A segunda causa de fundo que explica o impasse é a *resistência* do povo cubano, que em sua maioria defende as conquistas socioeconômicas e democráticas revolucionárias que perduram, como, por exemplo, a manutenção dos serviços públicos universais e gratuitos (saúde, educação, assistência social etc.); o

impedimento do reestabelecimento de uma burguesia nacional no campo e nas cidades; a preservação da soberania nacional, especialmente a independência política do Estado cubano perante os Estados Unidos; entre outros elementos¹⁹⁷. Essa é a base social das relações não-capitalistas que, embora crescentemente debilitadas e diminuídas, seguem sendo, ainda assim, majoritárias. Por sua vez, o regime cubano, malgrado seu caráter burocrático e repressivo, se apoia nessa base para manter sua legitimidade política.

O contínuo avanço das relações capitalistas na ilha, todavia, vem deteriorando progressivamente as estruturas sociais e econômicas de sustentação do polo não-capitalista. A existência de uma camada social em expansão vinculada aos pequenos negócios privados e à pequena propriedade privada legalizados, bem como a formação de um crescente setor populacional ligado direta ou indiretamente, formal ou ilegalmente, às grandes atividades capitalistas (turismo, principalmente), vêm, aos poucos, corroendo o *consenso* popular em torno da defesa das bases socioeconômicas e ideológicas construídas pela Revolução de 1959.

Os pequenos proprietários e também os trabalhadores por conta própria destituídos de propriedade, ainda que relativamente pobres, aspiram desenvolver seus negócios e ganhar mais dinheiro, isto é, melhorar de vida por meio do mercado, da obtenção de maiores lucros¹⁹⁸. Com a marcha ascendente da transição ao capitalismo, o contraste entre o enfraquecido setor estatal da economia — que paga, em geral, baixos salários — e o robustecido e dinâmico setor privado — que vem permitindo o enriquecimento relativo de muitos cubanos — se agudiza inelutavelmente. Desse modo, o projeto de plena restauração do capitalismo vem ganhando cada vez mais espaço internamente.

¹⁹⁷ A respeito de diversos aspectos da resistência do povo cubano, presentes na consciência popular, ver livro: *Cuba no século XXI: dilemas da revolução*, de Dessoti, F., Santos, F., e Vasconcelos, J. (2017).

¹⁹⁸ Sobre as aspirações dos pequenos proprietários e dos trabalhadores por conta própria de Cuba, ver livro: *¿Aterrizaje Suave en Cuba? El Surgimiento De Los Empresarios y De Las Clases Medias*, de Richard E. Feinberg (2013).

CONCLUSÃO | REVOLUÇÃO E RESTAURAÇÃO

O marxismo parte da economia mundial, considerada não como simples soma de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram há muito tempo as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista *no interior dos limites nacionais* significa, a despeito de triunfos temporários, fazer recuar as forças produtivas, mesmo em relação ao capitalismo. Querer criar, no quadro nacional, um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial é uma utopia reacionária (TROTSKY, 2011, p. 135-136, *itálico do autor*).

Em 1959, a pequena ilha deu o salto histórico improvável em razão da explosão da contradição entre a ordem neocolonial — produtora e mantenedora do subdesenvolvimento estrutural — e as forças sociopolíticas insurgentes engendradas por essa mesma ordem. O desfecho, como se sabe, foi a *superação* desse choque dilacerante: o estabelecimento de uma identidade enriquecida e emancipada, conquistada num nível superior, o da transição ao socialismo.

O sentido da Revolução Cubana foi o da construção de um sistema socioeconômico que, fundado na socialização dos meios de produção e distribuição, superasse o *subdesenvolvimento* histórico, propiciando ao povo cubano a satisfação e a elevação das necessidades econômicas, sociais e culturais. A libertação do país das amarras da dominação norte-americana e a expropriação da burguesia nativa submissa eram condições indispensáveis ao desenvolvimento das forças produtivas.

A transformação revolucionária iniciada em 1959 não poderia prescindir, contudo, do legado histórico. Em outras palavras, o velho persistiria no novo, e a construção do socialismo precisaria, necessariamente, partir das estreitas bases transmitidas pelo passado. Cuba era um país *dependente*, condicionado pelo *arcaico*, com a estrutura latifundiária para exportação de uma única matéria prima, o açúcar. Havia, por consequência, um longo e árduo caminho até o estabelecimento de uma sociedade efetivamente socialista, inexequível sem a existência de um alto

nível de desenvolvimento das forças produtivas que tornasse possível a socialização da riqueza, e não da pobreza.

A consecução desse objetivo de longo prazo estava indissoluvelmente vinculada à expansão e ao triunfo da transformação socialista no plano internacional, em particular, nos países capitalistas centrais, uma vez que nenhuma nação de maneira isolada (especialmente, as mais subdesenvolvidas) poderia escapar ao cerco do capitalismo enquanto força hegemônica global.

No plano interno, o governo cubano, após uma tentativa de um salto rápido ao desenvolvimento industrial (1961-1963), reorientou a política econômica para a acumulação primitiva de capital com base na antiga estrutura agroindustrial montada para a exportação de açúcar. A combinação desigual de elementos díspares no quadro da inserção da ilha no Bloco Soviético produziu uma formação econômico-social peculiar: as relações de propriedade e de produção não-capitalistas foram postas a serviço da velha estrutura produtiva herdada da especialização colonial. Assim, conforme ressaltado no primeiro capítulo, Cuba logrou uma revolução nos serviços sociais, mas não em termos de desenvolvimento das forças produtivas. Em síntese: a condição histórica de subdesenvolvimento foi alterada positivamente pela Revolução, mas não superada.

Deste modo, a transição ao socialismo não foi completada, e nem poderia ser nas fronteiras de uma pequena ilha rodeada por um oceano capitalista. O ocaso e, depois, o fim da União Soviética e do chamado “socialismo realmente existente” impeliu Cuba ao processo internacional de restauração capitalista no final do século XX, o qual abarcou, sem exceção, todos os países que haviam expropriado a burguesia¹⁹⁹.

A ilha se deparou, na década de noventa, com o isolamento internacional extremo após o desaparecimento do Bloco Soviético, o recrudescimento do bloqueio econômico norte-americano e a hegemonia neoliberal na América Latina e no Caribe. Neste cenário inóspito e mergulhado em uma grave recessão, o país se

¹⁹⁹ O processo de restauração do sistema capitalista abarcou, na década de 1990, em maior ou menor grau, o conjunto dos países que havia rompido com as relações de propriedade e de produção capitalistas. Em alguns países (como, por exemplo, na China, Vietnã e Cuba), esse processo ocorreu sem a queda do regime político baseado no domínio exclusivo de um único partido comunista, em outros (como foi o caso da Rússia e dos demais países do Leste Europeu), a restauração capitalista se deu conjuntamente com o colapso do sistema político estalinista. Sobre esse tema, conferir Valério Arcary (2016) e Perry Anderson (2018).

abriu ao capitalismo a fim de subsistir economicamente; e o fez, como não poderia ser diferente, mediante uma inserção *periférica e dependente* no mercado mundial.

O ano de 1990 marca o fim do período de transição ao socialismo em Cuba e inaugura um processo histórico de sentido inverso, o de transição ao capitalismo. O caráter das reformas implementadas na décadas de 1990 e aprofundadas desde 2008 (mapeadas e analisadas em detalhes ao longo do segundo capítulo) demonstram, de modo inequívoco, o sentido capitalista das mudanças deflagradas.

Porém, a identificação do sentido do processo não resolve inteiramente a questão, mas levanta questionamentos cruciais: a transição em Cuba foi concluída? Se não o foi, em que estágio ela se encontra? Mais precisamente, já ocorreu a *mudança de qualidade*, tal como se deu na China e no Vietnã, países nos quais as relações capitalistas são hegemônicas atualmente?

Diante do conjunto de evidências e dados apresentados nesta pesquisa, sustenta-se que não houve em Cuba, ainda, uma transformação *qualitativa*, ou seja, a sua formação econômico-social segue sendo predominante não-capitalista. Essa interpretação nos conduz, por sua vez, a uma outra pergunta: por que em Cuba o processo é tão lento, comparativamente às outras experiências históricas?

Argumenta-se que há um impasse no transcurso da restauração do capitalismo na ilha. Outra vez na história, o imperialismo norte-americano e a burguesia cubana (emigrada) travam o processo histórico. Irônica e paradoxalmente, sua política contrarrevolucionária é o mais importante fator que detém o avanço do capitalismo em Cuba. Ameaçada de sobrevivência pelo assédio imperialista e da burguesia cubano-americana, a burocracia que controla o Estado maneja o processo de restauração sem transpor alguns limites cruciais potencialmente desestabilizadores do regime.

Além da política prevalecente no imperialismo estadunidense e na burguesia cubana emigrada, outro fator que entrava o processo de restauração capitalista consiste na resistência exercida pela maioria do povo cubano, a qual se manifesta, particularmente, no suporte às conquistas sociais e democráticas da Revolução Cubana que perduram.

Contudo, as contradições vivas não cessam diante do impasse posto. A dupla natureza da contemporânea formação econômico-social cubana — não-capitalista e capitalista — colocam elementos antagônicos em movimento, interação e choque.

As dinâmicas e crescentes relações capitalistas no interior da economia se expandem pelo tecido social, sufocando e corrompendo as relações não-capitalistas, as quais, embora majoritárias, vão se desidratando progressivamente: seja por meio da incontornável conexão com o mercado mundial capitalista, seja pela proliferação interna do setor privado, o capitalismo franqueia caminho na ilha.

Após quase três décadas da instituição do curso reformista, constata-se que Cuba se encontra — do ponto de vista de sua formação socioeconômica — no entremeio de um processo *peculiar* de restauração do modo de produção e distribuição capitalista, que está marcado pelo *impasse* da realização do salto qualitativo. O desenlace desse processo — em termos de forma e de conteúdo — não é predizível: o conflito entre forças sociopolíticas e econômicas antagônicas, tanto no plano interno quanto no externo, ainda não deu seu veredicto. Caberá à luta de classes, em escala nacional e internacional, a palavra final.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **Duas revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARCARY, V. **O martelo da história**. São Paulo: Sundermann, 2016.
- BANDEIRA, L. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARBERIA, L. **Remesas a Cuba: una evaluación de las medidas políticas gubernamentales de Cuba y Estados Unidos**. In: La economía cubana a principios del siglo XXI. México, D.F: El Colegio de Mexico, 2007.
- BARDACH, A. L. **Cuba confidential**. New York: Vintage Books, 2003, versão eletrônica do Kindle.
- _____. **Without Fidel: a death foretold in Miami, Havana and Washington**. New York: Scribner, 2014, versão eletrônica do Kindle.
- BROUÉ, P. **A primavera dos povos começa em Praga**. São Paulo: Kairós, 1979.
- BRUNDENIUS, C. **Revolutionary Cuba at 50: Growth and Equity Revisited**. Latin American Perspectives, v. 36, mar. 2009. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27648178?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.
- CANDIDO, A. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. In: FERNANDES, F. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARRANZA, J.; GUTIÉRREZ, L.; MONREAL, P. **Cuba. La restructuración de la economía. Una propuesta para el debate**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1995.
- CARVALHO, M. **Por que Cuba tem duas moedas?** In: DESSOTI, F.; SANTOS, F.; VASCONCELOS, J. Cuba no século XXI: dilemas da revolução. São Paulo: Elefante, 2017.
- CASTRO, F. **Discurso pronunciado na inauguração do IV Congresso do Partido Comunista de Cuba em 1991**. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1991/esp/f101091e.html>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.
- _____. **Discurso pronunciado na inauguração V Congreso del Partido Comunista de Cuba em 1997**. Disponível: <http://www.fidelcastro.cu/es/discursos/informe-central-al-v-congreso-del-partido-comunista-de-cuba-presentado-en-el-palacio-de>. Acesso em: 5 de setembro de 2017.

CASTRO, F.; ROMONET, I. **My life: Fidel Castro**. Londres: Penguin Books, 2007.

CASTRO, R. **Discurso à Assembléia Nacional em fevereiro de 2008**. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2008/02/24/discurso-integro-raul-castro-ruz-presidente-consejos-estado-ministros/#.We5ihsZDSgQ>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

CEPAL. **La Economía Cubana: reformas estructurales y desempeño en los noventa**. Cidade do México: Cepal, Fondo de Cultura Económica, 1997.

CHOMSKY, A. **História da revolução cubana**. São Paulo: Veneta, 2015.

CORDOVÍ, J. T. Cuba: **¿De la «actualización» del modelo económico al desarrollo?**. Nueva Sociedad, Havana, n. 242, novembro-dezembro de 2012, p. 82-91.

CUBA. **Lei número 77 sobre o investimento estrangeiro promulgada dia 05 de setembro de 1995**. Disponível em: <http://www.track.unodc.org/LegalLibrary/LegalResources/Cuba/Laws/Cuba%20de%20la%20inversi%C3%B3n%20Extranjera%201995.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

_____. **Nova Constituição da República de Cuba, aprovada por meio de referendo nacional em fevereiro de 2019**. Disponível em: <http://www.granma.cu/reforma-constitucional/2019-01-05/en-pdf-nueva-constitucion-de-la-republica-de-cuba>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

DESSOTI, F.; SANTOS, F.; VASCONCELOS, J. **Cuba no século XXI: dilemas da revolução**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **Quais as regras para o capital estrangeiro em Cuba?** In: DESSOTI, F.; SANTOS, F.; VASCONCELOS, J. Cuba no século XXI: dilemas da revolução. São Paulo: Elefante, 2017.

DOMÍNGUEZ, J. **Análisis introductorio: la economía cubana a principios del siglo XXI**. In: La economía cubana a principios del siglo XXI. México, D.F: El Colegio de Mexico, 2007.

ECKSTEIN, S. **Normas y redes transnacionales, remesas y la transformación de Cuba**. In: La economía cubana a principios del siglo XXI. México, D.F: El Colegio de Mexico, 2007.

EVERLENY, O. **El papel de la inversión extranjera directa en el desarrollo económico**. In: La experiencia cubana. In: Reflexiones sobre economía cubana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

_____. **La situación actual de la economía cubana y sus retos futuros.** In: La economía cubana a principios del siglo XXI. México, D.F: El Colegio de Mexico, 2007.

FARBER, S. **Cuba since the Revolution - A critical Assessment.** Chicago: Haymarket Books, 2011, versão eletrônica do Kindle.

_____. **The politics of Che Guevara: theory and practice.** Chicago: Haymarket, 2016.

FEINBERG, R. E. **¿Aterrizaje Suave en Cuba? El Surgimiento De Los Empresarios y De Las Clases Medias.** Washington, D.C: Foreign Policy at Brookings, 2013. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/aterrizaje-cuba-surgimiento-empresarios-clases-medias-feinberg.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina.** Rio de Janeiro: LIA, Editor S.A, 1970.

GOTT, R. **Cuba: uma nova história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUDDLESTON, V. **Our Woman in Havana.** New York: The Overlook Press, 2018.

LEOGRANDE, W. M.; KORNBLUH, P. **Back channel to Cuba.** Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2015.

LEFEBVRE, H. **Introdução.** In: LENIN, V. I. Cadernos sobre a dialética de Hegel. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LE RIVEREND, J. **Historia económica de Cuba.** Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

LOWY, M. **A política do desenvolvimento desigual e combinado.** São Paulo: Sundermann, 2014.

_____. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Revista Outubro, São Paulo, Edição 01, n.6, p. 73-80, 01/1998.

MÁO JÚNIOR, J. R. **A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963)**. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital, 2007.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. **A Dialética da Dependência**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital (Livro 1)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESA-LAGO, C. **Economía y bienestar social en Cuba a comienzos del siglo XXI**. Madrid: Editorial Colibri, 2003.

_____. **El «enfriamiento» de la economía cubana. Artigo publicado em endereço eletrônico em janeiro-fevereiro de 2019**. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/el-enfriamiento-de-la-economia-cubana/>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

_____. **Los cambios institucionales de las reformas socioeconómicas cubanas: Papel del Estado y del mercado, avances, obstáculos, comparaciones, seguimiento y efectos**. In: Cuba's Economic Change in Comparative Perspective. Washington D.C: Foreign Policy at Brookings, 2014, p. 48-68. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/Cubas-Economic-Change-English-web-1.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2018.

_____. **Reassembling Social Security: A Survey of Pension and Health Care Reforms in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011, versão eletrônica do SCRIBD.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DE CUBA. **Informe de Cuba sobre a resolução 72/4 da Assembléia Geral das Nações Unidas**, publicado em junho de 2018. Disponível em: <http://www.minrex.gob.cu/sites/default/files/2019-01/Informe%20CubaVSBloqueo%202018.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

MISKULIN, S. C. **Os intelectuais cubanos e a política cultura da Revolução (1961-1975)**. São Paulo: Alameda, 2009.

MONREAL, P. **La estabilidad macroeconómica de Cuba em tiempos de Bolton**. Artigo publicado em endereço eletrônico em 26 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/04/la-estabilidad-macroeconomica-de-cuba-en-tiempos-de-bolton-por-pedro-monreal/>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

NODARSE, H. **Cuba: importancia actual del incremento de las exportaciones.** In: **Reflexiones sobre economía cubana.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

_____. **La reestructuración del sistema empresarial en Cuba: Tendencias principales.** In: **Reflexiones sobre economía cubana.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

PÉREZ, M. A. **El turismo internacional y la formación de clusters productivos en la economía cubana.** In: **Reflexiones sobre economía cubana.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

PERICÁS, L. B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba.** São Paulo: Boitempo, 2018.

PERKINS, D. **Comentario: Reformas económicas en China y Vietnam: hay lecciones ahí para Cuba?** In: **La economía cubana a principios del siglo XXI.** México, D.F: El Colegio de Mexico, 2007.

POMERANZ, L. **Do socialismo soviético ao novo capitalismo russo.** In: DORIA, K.; JINKINGS, I. (Org.) 1917: o ano que abalou o mundo. São Paulo: Boitempo, 2017.

PRIETO, M. **Efectos sociales del reajuste económico: igualdad, desigualdad y procesos de complejización en la sociedad cubana.** In: **La economía cubana a principios del siglo XXI.** México, D.F: El Colegio de Mexico, 2007.

RITTER, A. R. M. **El régimen impositivo para la microempresa en Cuba.** Publicado na Revista Cepal, no. 71, de agosto de 2000, p. 145-162. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12215>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

RODRÍGUEZ, J. L. José Luis Rodríguez: **“Cuba no se está proponiendo un socialismo de mercado”.** [Entrevista concedida a] Rosa Miriam Elizalde em 21 novembro de 2014. Disponível em: <https://lapupilainsomne.wordpress.com/2014/11/21/jose-luis-rodriguez-cuba-no-se-esta-proponiendo-un-socialismo-de-mercado/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

_____. **Cuba: el camino de la recuperación económica.** Cuba Socialista, n.16, 1999.

_____. **El desarrollo económico y social de cuba: resultados de 30 años de Revolución.** Cuba Socialista, n.39, 1989.

_____. **La política económica en Cuba: Valorando lo alcanzado y los retos a enfrentar.** Artigo publicado em endereço eletrônico em agosto de 2018. Disponível em: <http://www.eleconomista.cubaweb.cu/2018/nro613/retos.html>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

_____. **Panorama actual de la economía cubana.** In: Conferência no IX Encontro internacional de economistas sobre globalização e problemas do desenvolvimento. Havana, 9 de fevereiro de 2007.

SADER, E. **Cuba: socialismo em construção.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMPAIO JR., P. **Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro.** In: Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007, p. 143-145. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hoyos/11Sampaio.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

TRICONTINENTAL. **The 1966 Solidarity Conference of the Peoples of Africa, Asia and Latin America.** Texto publicado em endereço eletrônico. Disponível em: <http://www.tricontinental50.net/tricontinental-conference/>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa.** São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. **A revolução traída.** São Paulo: Sundermann, 2005.

_____. **A teoria da revolução permanente.** São Paulo: Sundermann, 2011.

VASCONCELOS, J. **Qual o lugar das cooperativas no socialismo cubano?** In: DESSOTI, F.; SANTOS, F.; VASCONCELOS, J. Cuba no século XXI: dilemas da revolução. São Paulo: Elefante, 2017.

VASCÓS, F. **Socialismo y mercado.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

YUNES, M. **La crisis terminal del “modelo cubano”.** Revista Socialismo o barbarie, n. 25, p. 24-108, fev. 2011.